

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

RELATÓRIO E BALANÇO DO  
EXERCÍCIO DE 1946

1947

353.811  
4981~  
AB

BIBLIOTÉCA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS	
DATA	CLASSIFICAÇÃO
18 NOV 1948	353.633
N.º DO VOLUME	REGISTRO
661 2A	4981
Ab.	REGISTRADO POR Lra

AB

# INDICE

I

## INDICE

Ofício de apresentação do Diretor Executivo - DE-448 de 19/2/947 .....	1
1. INTRODUÇÃO .....	2
2. ATIVIDADES DO EXERCÍCIO DE 1946 .....	2
2.0 - Generalidades .....	2
2.1 - Período da Administração Executiva anterior .....	4
2.2 - Período de transição .....	8
2.3 - Período da nova Administração Executiva .....	10
3. BALANÇOS PATRIMONIAL, ECONÔMICO E FINANCEIRO DO EXECUTIVO DO EXERCÍCIO DE 1946 .....	19
3.0 - Generalidades .....	19
3.1 - Balanço Patrimonial .....	19
3.2 - Balanço Econômico .....	19
3.3 - Balanço Financeiro .....	20
Elementos Contábeis da prestação de contas .....	21
Balanços Patrimonial levantado em 31/12/46 .....	23
Balanço Financeiro levantado em 31/12/46 .....	24
Quadro comparativo entre a Receita estimada e a realizada .....	25
Quadro comparativo entre a despesa fixada e a realizada .....	26
Quadro demonstrativo para efeito do disposto no art. 29 dos Estatutos .....	31
4. DIRETRIZES GERAIS E PLANO DE TRABALHO .....	32
4.1 - Orientação inicial .....	32
4.2 - Estatutos .....	33
4.3 - Regimento .....	35
4.4 - Plano de Trabalho em vigor .....	35
4.5 - Novo Plano de Trabalho .....	36
5. REORGANIZAÇÃO GERAL .....	37
5.1 - Característicos da organização prevista no atual Regimento .....	37

5.2 - Característicos da organização do novo Regimento	38
6. CONCLUSOES .....	39
ANEXO I - Relatório do Técnico de Administração Dr. Felinto Epitácio Maia, sobre a situação das atividades de Administração Geral .....	41
Introdução .....	41
Denominação e Finalidade .....	41
Do planejamento e execução dos serviços de Administração .....	42
Zeladoria .....	42
Comunicações .....	45
Pessoal .....	48
Material .....	50
Contabilidade .....	51
ANEXO II - Quadros de efetivação de doações .....	56
Realizações semestrais de doações e subvenções .....	56
Demonstração patrimonial - Doações em dinheiro .....	57
Demonstração patrimonial - Subvenções .....	60
ANEXO III - Atos legislativos pertinentes a subvenção do Governo Federal .....	61
Decreto-lei nº 8.450, de 26/12/45 .....	61
Decreto-lei nº 8.496, de 28/12/45 .....	63
Decreto-lei nº 9.146, de 8/4/46 .....	64
Decreto-lei nº 9.486, de 18/7/46 .....	66
ANEXO IV - Memorial enviado ao Exmº Sr. Presidente da República pedindo o restabelecimento da Subvenção Federal .....	68
Preliminares .....	68
Os fins da Fundação Getúlio Vargas .....	68
Colaboradores .....	70
Realizações .....	72
Testemunho das realizações .....	74



A Fundação Getúlio Vargas em face do Decreto-lei nº 8.146 .....	79
ANEXO V- Expediente do Banco do Brasil S/A solicitando o restabelecimento da doação daquela Instituição Bancária .....	84
Ofício de 10/5/46 do Banco do Brasil .....	84
Ofício FGV-111 de 21/7/46 da Fundação Getúlio Vargas .....	86
ANEXO VI- Quadros demonstrativos dos serviços implantados e atividades em andamento em relação ao plano previsto .....	89
1 - Documentação e Intercâmbio .....	89
2 - Ensino .....	91
3 - Estudos e Pesquisas .....	93
4 - Organização .....	94
5 - Resumo .....	95
ANEXO VII- Documentos relativos a crise da demissão dos ci- entistas e técnicos .....	97
Ata da 12ª Sessão ordinária do Conselho Diretor realizada no dia 29 de maio de 1946 .....	97
Pedido de demissão do Diretor Executivo e de seu substituto em exercício .....	118
Pedido de demissão coletivo dos Cientistas e Técnicos .....	122
Informação do Responsável pela Direção Executi- va .....	124
Reiteração do pedido de demissão dos Cientistas e Técnicos .....	133
Sugestão ao Conselho Diretor do Representante do Governo Federal .....	135
Ata da 13ª Sessão Ordinária do Conselho Diretor realizada em 27 de junho de 1946 .....	138
Informação do Responsável pela Direção Executi- va e despacho final do Presidente .....	142
ANEXO VIII- Instruções de Serviços para alguns Órgãos de Ad- ministração Geral .....	148
Instrução para os serviços de datilografia ....	148
Rotinas em uso no Serviço de Comunicações da Fundação Getúlio Vargas .....	154

ANEXO IX	- Quadro demonstrativo dos resultados da redistribuição do pessoal lotado na Fundação Getúlio Vargas do ponto de vista da despesa .....	174
ANEXO X	- Proposta orçamentária para o exercício de 1947 e justificação respectiva .....	175
	Justificação da proposta orçamentária para o exercício de 1947 - DE- 306 de 14/11/46 .....	175
	Proposta orçamentária para o exercício de 1947 .....	184
	Discriminação da Receita .....	185
	Quadros discriminação da Despesa para 1947 .....	186
	Orçamento para o exercício de 1947 .....	189
ANEXO XI	- Quadros demonstrativos do movimento de publicações da Fundação Getúlio Vargas ....	190
	Movimento de publicações publicadas e no prelo .....	190
	Resumo do movimento geral de publicações.	196
ANEXO XII	- Acôrdo com a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil .....	197
	Ata da 15ª Sessão ordinária do Conselho Diretor realizada em 2/9/46 .....	197
	Ofício 146 da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro .....	198
	Ofício do Presidente da Fundação Mauá de 5/9/46 .....	202
	Ofício da Fundação Getúlio Vargas -FGV- 129, de 9/9/46 .....	203
ANEXO XIII	- Acôrdo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas .....	207
	Ata da 17ª Sessão ordinária do Conselho Diretor realizada a 2 de outubro de 1946 .....	207
	Resumo do acôrdo que entre si fazem a Fundação Getúlio Vargas e a Associação Brasileira de Normas Técnicas .....	210

	V
ANEXO XIV - Desdobramento do Balanço Patrimonial.....	213
Anexo 14 - Desdobramento das Contas Patrimoniais.....	213
ANEXO XV - Análise da Despesa.....	228
ANEXO XVI - Projeto de Regimento e o respectivo ato que o regulamenta.....	243
100 - Da Fundação e seus fins.....	243
200 - Da Organização da Fundação.....	244
300 - Dos atos Administrativos da Fundação..	246
400 - Das Entidades Cooperadoras da Fundação	246
500 - Das Funções Substantivas da Fundação..	247
600 - Das Funções Adjetivas da Fundação.....	254
700 - Disposições Gerais.....	254
Projeto de Regulamento.....	257
100 - Da Fundação e seus fins.....	257
200 - Da Organização da Fundação.....	258
300 - Dos Dirigentes da Fundação.....	263
400 - Dos Atos Administrativos da Fundação..	265
500 - Das Entidades Cooperadoras da Fundação	266
600 - Das Funções Substantivas da Fundação..	267
700 - Das Funções Adjetivas da Fundação.....	278
800 - Das Relações da Fundação.....	302
900 - Disposições Gerais.....	304
Aprovação do Relatório e Prestação de Contas do exercício de 1946	
Parecer da Comissão de Contadores que examinou o Balanço do exercício de 1946.....	307
Ata da Vigésima Segunda Sessão Ordinária do Conselho Diretor, realizada em 4 de março de 1947 e convocada para examinar o balanço e o relatório do exercício de 1946.....	314

Ata da Sétima Sessão Extraordinária do Conselho Diretor, realizada em 18 de março de 1947 e convocada para dar parecer sôbre o balanço e o relatório do exercício de 1946.....	315
Expediente do Conselho Diretor ao Conselho Curador, encaminhando o balanço e relatório do exercício de 1946, com parecer favoravel.....	316
Ata da Primeira Sessão Extraordinária do Conselho Curador, realizada em vinte de março de 1947 e convocada para examinar o parecer do Conselho Diretor, sôbre o relatório e prestação de conta anuais.....	317
Parecer do Conselheiro Plínio Cantanhede sôbre o relatório e prestação de contas.....	319
Ata da Segunda Sessão Extraordinária do Conselho Curador, realizada em 24 de março de 1947, que foi convocada para examinar o parecer de um relator do mesmo Conselho, sôbre o relatório e prestação de contas anuais e a aplicação a ser dada ao resultado do exercício, com parecer favoravel.....	321
Ata da 3a. Assembléia Geral Ordinária, realizada em 31 de março de 1947 que foi convocada para conhecer o balanço geral e o relatório do exercício de 1946, que mereceram unânime aprovação.....	323

DE-448

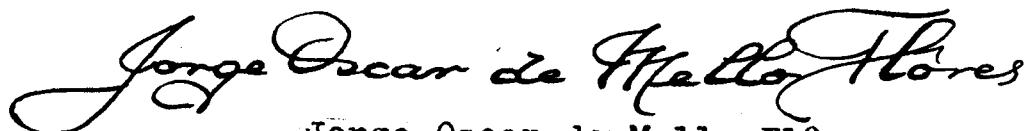
Em 19 de fevereiro de 1947

Senhor Presidente

De acôrdo com o disposto no art.22,inciso V dos Estatutos, envio, em anexo, a "prestação de contas" e o "relatório circunstanciado das atividades do exercício de 1946", traduzida a primeira, conforme estabelece o art. 31 dos mesmos Estatutos, nos seguintes elementos:

- a) - balanço patrimonial;
- b) - balanço econômico;
- c) - balanço financeiro;
- d) - quadro comparativo entre a receita realizada e a receita estimada; e
- e) - quadro comparativo entre a despesa realizada e a despesa fixada.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa os protestos de estima e consideração.



Jorge Oscar de Mello Flôres  
Diretor Executivo

A Sua Excelência o Doutor Luiz Simões Lopes  
Presidente da Fundação Getúlio Vargas.

## 1) INTRODUÇÃO

1.1) Após a crise por que passou esta Fundação e na fase atual, de revigoração das diretrizes firmadas ao ser a mesma constituída, bem como de conseqüente reorganização dos serviços respectivos, é óbvia a conveniência de proporcionar aos que se possam ou devam interessar pelos trabalhos desta entidade, e, em particular, aos membros dos Conselho Diretor e Curador e da Assembléia Geral, um conhecimento preciso das atividades desenvolvidas e fatos ocorridos durante o exercício findo.

1.2) Com essa finalidade, foi o presente relatório elaborado de forma tão objetiva e sintética quanto possível, abrangendo um texto sumário descritivo e anexos esclarecedores, de preferência traduzidos em quadros resumo ou em transcrições de outros relatórios, também sintéticos, acerca de problemas parciais.

1.3) O texto descritivo aludido, compor-se-á, além da introdução ora apresentada, dos seguintes capítulos:

1.31) Atividades do exercício de 1946.

1.32) Balanços financeiro, econômico e patrimonial do exercício de 1946.

1.33) Diretrizes gerais. Plano de trabalho.

1.34) Reorganização geral.

1.35) Conclusões.

## 2) ATIVIDADES DO EXERCÍCIO DE 1946

### 2.0) GENERALIDADES

2.01) Três períodos há a distinguir no ano considerado:

2.011) De 1º de janeiro a 30 de maio -, em que funcionou a administração executiva constituída desde o início da ação da entidade, e que ter-

2.

minou com o pedido de demissão do Diretor Executivo e de seu substituto em exercício, a que se seguiu o coletivo dos cientistas e da maioria dos técnicos que serviam na Fundação.

2.012) De 30 de maio a 1º de julho -, em que as atividades estiveram praticamente paralisadas, tendo sido desenvolvidos entendimentos para esclarecer as divergências entre a Presidência e os demissionários, os quais malograram, de modo a ser reafirmada a demissão anterior.

2.013) De 1º de julho a 31 de dezembro -, em que deu início a seus trabalhos a nova administração executiva.

2.02) Para a descrição dos trabalhos, foi adotada sua divisão natural em adjetivos e substantivos, classificando-se os primeiros em:

2.021) De manutenção (pessoal, material, comunicações e serviços auxiliares).

2.022) De finanças e controle (orçamento, contabilidade e tesouraria).

2.023) De constituição do patrimônio.

2.03) Ao passo que os últimos dividem-se em:

2.031) De documentação.

2.032) De ensino.

2.033) De estudos e pesquisas.

2.034) De organização.

2.04) Além dessas atividades executivas, há a mencionar as dos órgãos de deliberação coletiva, a saber:

2.041) Assembléia Geral.

2.042) Conselho Curador.

2.043) Conselho Diretor.

2.044) Conselho Técnico.

3.

2.1) PERÍODO DA ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA ANTERIOR (1º/1/46 a 30/5/46).

2.11) Atividades adjetivas

2.111) As atividades adjetivas da Fundação, concernentes à manutenção, finanças e controle, ressentiam-se, nessa época, de defeitos vários, algumas verificáveis à primeira vista, como sejam:

2.111,1) Pouco contato com as substantivas, dada a sua situação em local diferente.

2.111,2) Organização pesada e, conseqüentemente, dispendiosa e burocrática, de vez que fôra estabelecida tendo em vista um estado de desenvolvimento muito maior.

2.112) Além desses, outros também existiam, reveláveis por um exame mais detido. Para identificá-los e sugerir as medidas necessárias à sua correção, foram contratados os serviços do técnico em organização Felinto Epitácio Maia, cujo relatório resumo, concernente à situação encontrada, constitui o "Anexo I".

2.113) Assim, não é de admirar que os trabalhos concernentes aos setores mencionados fôsem de custo elevado e não correspondessem à expectativa.

2.114) Quanto à parte da constituição do patrimônio, praticamente nada foi feito no período considerado. É preciso que se note, entretanto, que o ambiente criado após o movimento de 29 de outubro, não tornava propício qualquer iniciativa no sentido de reivindicar doações para a Fundação Getúlio Vargas. Se houve certa inércia, neste particular, foi no ano de 1945, conforme se



pode examinar no quadro de efetivação semestral de doações, traduzido pelo "Anexo II", é de assinalar, aliás, que as doações dos Estados de Ceará e do Rio de Janeiro, ultimadas no aludido exercício, não foram recebidas e caíram em "exercícios findos".

2.115) Nesse período, passou a Fundação por sérios embaraços, provenientes de atos legislativos, cujos textos constam do "Anexo III" e que, primeiramente, reduziram a 40% a subvenção atribuída pelo Governo Federal (Decreto-lei nº 8.430, de 26 de dezembro de 1945) e terminaram por extingui-la (Decreto-lei nº 9.146, de 8 de abril de 1946). Após exame da situação e a realização de duas sessões conjuntas dos Conselhos Curador e Diretor, verificadas, respectivamente, a 15 e 26 de abril do ano findo, foi enviado um memorial ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República pedindo o restabelecimento da subvenção aludida, cujo texto forma o "Anexo IV".

2.116) A ação do Governo Federal seguiu-se a do Banco do Brasil, retirando a respectiva contribuição, do que recorreu esta entidade, formando os expedientes correspondentes ao "Anexo V".

## 2.12) Atividade substantivas

2.121) Na ausência de relatórios esclarecedores e na falta de um arquivo centralizado, de onde se pudesse extrair dados para a descrição das atividades substantivas, lançou-se mão de alguns elementos esparços e das informações dos Boletins mensais e das atas das sessões do Conselho Técnico.

2.122) Do que foi apurado, os trabalhos executados foram da seguinte natureza:

5.

2.122,1) Documentação e intercâmbio: organização da biblioteca, edição de publicações, divulgação e intercâmbio das mesmas, início da organização do cadastro "Roster", reunião de elementos documentários, especialmente nos campos social e econômico.

2.122,2) Ensino: elaboração de programas de cursos de nível médio, início não só de um dentre estes, mas também de cursos de especialização e extensão, bem como o desenvolvimento de seminários tendo em vista o ensino de matemática.

2.122,3) Estudos e pesquisas: prosseguimento de trabalhos nos setores de matemática, biologia, geologia e economia (inquéritos e análises regionais e serviços públicos concedíveis), havendo ainda, nos dois últimos campos de ação, seminários visando o estudo de problemas específicos.

2.122,4) Organização: planejamento e, em alguns casos, implantação de serviços internos.

2.123) As atividades substantivas desenvolveram-se segundo o plano geral aprovado, aliás muito amplo e no qual não haveria uma programação previamente estabelecida no tempo, nem uma fixação de prioridades para os trabalhos, de forma que a seqüência para estes seguida decorreu principalmente das facilidades encontradas e das tendências dos executores, o que nem sempre conduziu à solução mais lógica e consentânea com os objetivos básicos da Fundação.

2.124) Cumpre notar, é verdade, que dois fatores influíram prejudicando o desenvolvimento favorável das atividades:

2.124,1) O ambiente criado após o movimento de 29 de outubro de 1945, em relação às obras aparentemente mais ligadas ao Presidente deposto, situação que só muito lentamente se foi

normalizando.

2.124,2) A retirada da subvenção do Governo Federal e, subsidiariamente, a do Banco do Brasil, deixando a direção na ignorância quanto ao grau de incremento que poderia ser emprestado aos trabalhos.

2.125) Para se ter uma noção dos serviços implantados e do andamento das atividades correspondentes, foram organizados os quadros constitutivos do "Anexo VI", em que há uma comparação entre as previsões e o realmente executado.

2.13) Atividades dos órgãos de deliberação coletiva

2.131) Assembléia Geral: reuniu-se uma vez, a 30 de março de 1946, conforme determina o art. 7, alínea a dos Estatutos, para tomar conhecimento do balanço geral e dos relatórios das atividades da Fundação.

2.132) Conselho Curador: teve 5 sessões, respectivamente, a 18 de março, 28 de março, 28 de março, 15 de abril e 26 de abril, das quais as duas primeiras para a aprovação do relatório anual e da prestação de contas, prevista no art. 11, inciso VIII, dos Estatutos, a terceira para dar destino ao saldo do exercício e as duas últimas, juntamente com o Conselho Diretor, para apreciar a situação criada com a retirada da subvenção do Governo Federal e examinar as medidas para o restabelecimento desta.

2.133) Conselho Diretor: reuniu-se 5 vezes, sendo 2 ordinárias e 3 extraordinárias, das quais em conjunto com o Conselho Curador, para os fins especificados no item 2.132 anterior. Não tiveram lugar as sessões ordinárias dos meses de janeiro, março e abril.

2.134) Conselho Técnico: reuniu-se 38 vezes, no exercício das atribuições fixadas no item 241 - I do Regimento.

## 2.2) PERÍODO DE TRANSIÇÃO (30/5/46 a 19/7/46).

### 2.21) Atividades adjetivas

2.211) Referiram-se, mais particularmente, a pôr em dia serviços que se achavam atrasados, como o de contabilidade, e a regularizar situações ilegais, como as do pessoal da Fundação em face da legislação trabalhista e de previdência.

2.212) No tocante à legislação trabalhista, as inscrições no Ministério do Trabalho e as carteiras profissionais correspondentes, não se haviam ainda processado, tendo sido feitos os expedientes e tomadas as demais providências para isso necessárias.

### 2.22) Atividades substantivas

2.221) Estiveram praticamente paralisadas durante esta fase transitória, não havendo, portanto, qualquer fato a registrar.

### 2.23) Atividades dos órgãos de deliberação coletiva

2.231) Assembléia Geral: já tendo realizado, na época própria, sua sessão estatutária anual, nada mais houve a fazer. Nesse período, foi designado, na forma do art. 6º, alínea a, dos Estatutos o representante do Governo Federal junto à Assembléia Geral da Fundação - General Djalma Polli Coelho.

2.232) Conselho Curador: devido à situação anormal reinante, não teve lugar a sessão estatutária do trimestre terminado a 30 de junho.

2.233) Conselho Diretor: realizou uma sessão a 27 de junho, na qual apreciou os aconteci-

8.

mentos havidos, pronunciando-se a respeito.

2.234) Conselho Técnico: ficou automaticamente dissolvido com a demissão concedida a dois de seus membros e solicitada por outros dois.

2.24) Crise da demissão dos cientistas e técnicos

2.241) Para uma melhor noção dos acontecimentos que se traduziram na crise aludida, foi adicionado o "Anexo VII", constando dos seguintes elementos:

2.241,1) Ata da sessão do Conselho Diretor, de 29 de maio de 1946.

2.241,2) Pedido de demissão do Diretor Executivo e de seu substituto em Exercício.

2.241,3) Pedido de demissão coletivo dos cientistas e da quase totalidade dos técnicos.

2.241,4) Informação do responsável pela Direção Executiva.

2.241,5) Reiteração do pedido de demissão dos cientistas e da quase totalidade dos técnicos.

2.241,6) Sugestão, ao Conselho Diretor, do Representante do Governo Federal junto à Assembléia Geral.

2.241,7) Ata da sessão do Conselho Diretor, de 27 de junho de 1946.

2.241,8) Informação do responsável pela Direção Executiva e despacho final do Presidente.

2.242) Além desses elementos, outros existem, nos arquivos da Fundação, à disposição de quem quiser compulsá-los, como sejam expediente e correspondência sobre o assunto, bem como recortes de tópicos, entrevistas

tas e artigos divulgados pela imprensa.

2.3) PERÍODO DA NOVA ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA (19/7/46 a 31/12/46).

2.31) Atividades adjetivas

2.311) No tocante aos serviços de manutenção, finanças e contrôle, a primeira preocupação foi a sua mudança para junto dos órgãos substantivos. As atividades por eles executadas consistiram, fundamentalmente, em normalizar situações e reorganizar suas unidades de trabalho, bem como redistribuir e reduzir o pessoal respectivo, aproveitando-o melhor e descolocando alguns de seus elementos para funções substantivas. Os principais fatos a ressaltar são:

2.311,1) Regularização da situação dos servidores em face da legislação trabalhista, o que foi integralmente conseguido a contar de 25 de fevereiro de 1946, época em que foi feito o primeiro expediente para esse fim ao Ministério do Trabalho. Devido às condições irregulares do pessoal anteriormente a essa data, foi imposta uma multa pelo citado Ministério, da qual recorreu esta Fundação, com grandes probabilidades de deferimento.

2.311,2) Regularização da situação dos servidores em face da legislação de previdência. Para isso foi preciso esta Fundação, além de resolver todas as formalidades legais e regulamentares junto ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciais, pagar a quantia de Cr\$108.702,30 (cento e oito mil, setecentos e dois cruzeiros e trinta centavos), correspondentes ao pagamento da parcela devida pelo pessoal da entidade, na fase de condições ir-

10.

regulares. Ainda se discute o adicional de Cr\$ 110.823,00 (cento e dez mil, oitocentos e vinte e três cruzeiros), relativo à parte dos que já contribuíam para outras instituições de previdência, sendo provável que prevaleça o ponto de vista desta Fundação, extinguindo-a dêsse "ônus".

2.311,3) Reorganização de serviços e expedição de normas complementares, de que foi incumbido o técnico em organização Felinto Epitácio Maia, o qual apresentou os trabalhos constantes do "Anexo VIII", abrangendo os setores de comunicações, arquivo e mecanografia.

2.311,4) Organização do sistema de classificação de cargos e funções, bem como enquadramento no mesmo dos servidores existentes, trabalho ainda não concluído, e do qual foram encarregados os técnicos em pessoal Astério Dardeau Vieira e Ottolmy Strauch.

2.311,5) Revisão do "plano de contas", de modo a simplificá-lo e a atender simultaneamente as necessidades de contabilidade e do controle orçamentário, além de facilitar o levantamento paralelo dos balanços financeiros, patrimonial e econômico. Essa tarefa, ainda não terminada, está a cargo do perito contador Iberê Gilson.

2.311,6) Redistribuição de pessoal, tendo em vista a maior rendimento e barateamento dos serviços. Os resultados conseguidos podem ser vistos no quadro constitutivo do "Anexo IX".

2.311,7) Organização do inventário geral do material, necessário ao balanço patrimonial e como ponto de partida à aplicação sistemática das novas medidas sobre o

11.

assunto. Nesse particular, resta apenas regularizar a encomenda de material feita nos Estados Unidos, em dezembro de 1945, através do Conselho Nacional de Geografia, por meio do Sr. Jorge Zarur e a da "Enciclopédia Italiana", em Florença, Itália, em 12 de abril de 1946, por intermédio do Sr. D. Zarayma. A primeira monta a US\$ 30.000,00, já tendo chegado a parcela correspondente a US\$ 7.410,15; a segunda atinge a US\$ 497,50 e até agora não foi obtida.

2.311,8) Colocação em dia da contabilidade, que se achava atrasada de cerca de dois meses, e execução posterior dos balanços, objeto de capítulo próprio.

2.311,9) Elaboração da proposta orçamentária, assistencialmente ao Diretor Executivo. O relatório dêste a êsse respeito e elementos esclarecedores complementares formam o "Anexo X".

2.312) Quanto à constituição do patrimônio e às subvenções para custeio, grandes esforços foram feitos no sentido de reivindicar doações, o que assim podem ser resumidos:

2.312,1) No que concerne às contribuições em dinheiro, pagáveis em uma só vez, foram tôdas cobradas, sendo recebidas 7, no valor de Cr\$ 233.000,00 (duzentos e trinta e três mil cruzeiros) e faltando ainda o pagamento de 13 em um total de ..... Cr\$ 1.275.000,00 (um milhão duzentos e setenta e cinco mil cruzeiros).

2.312,2) Para o recebimento das contribuições em dinheiro, pagáveis em prestações anuais, as medidas tomadas deram como resultado não só a entrega já efetivada de 2 no valor de Cr\$ 350.000,00 (trezentos e



12.

cinquenta mil cruzeiros), mas também as restantes 6, em um total de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões quinhentos mil cruzeiros), escaparam de cair em exercícios findos; neste particular, foi de grande valia, para as subvenções dos Estados, o auxílio do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, através de seus Delegados.

2.312,3) No tocante a subvenções permanentes, dos 4 subvencionadores que possui a Fundação, 2 haviam determinado cessar a respectiva contribuição - o Governo da União Federal e o Banco do Brasil. Com as providências tomadas, o primeiro já a restabeleceu, mas o segundo, a despeito de uma ação pessoal, após os expedientes constantes do "Anexo V", ainda está estudando o assunto. Os dois outros subvencionadores são: o Estado do Ceará e o Instituto do Açúcar e do Alcool, que mantêm seu compromisso, embora do primeiro não se tenha recebido a quota, com regularidade. Em conjunto, foi entregue no ano findo à Fundação a quantia de..... Cr\$ 15.250.000,00, faltando Cr\$ 500.000,00, correspondentes ao Instituto mencionado e a parte da subvenção do Banco do Brasil.

2.312,4) Quanto à doação do terreno pela Prefeitura do Distrito Federal, o problema foi complicado com o Acórdão do Supremo Tribunal Federal de 14 de novembro de 1945, pelo qual foi considerada caduca a desapropriação, pelo Decreto Municipal nº 2.830, de 26 de junho de 1928, do terreno da "Edifício Vitória S.A.", à Rua Santa Luzia nº 576; dêsse modo, ficou um lote estranho encravado no quarteirão doado a esta Fundação. Para remover o impasse, foi de-

13.

senrolvida uma ação intensa, tendo ficado de lineadas tôdas as etapas para a solução, a saber: com a Secretaria de Viação e Obras da Prefeitura - estudo do reloteamento da quadra, estudo da massa dos prédios a serem construídos e da composição geral, inclusive no térreo, para atender à harmonia de conjunto com o edifício-sede do Ministério da Educação, aumento do gabarito para compensar a redução de área e as limitações de ocupação no térreo; com a "Edifício Vitória S.A." - acôrdo para que esta aceitasse o novo lote e obedecesse às linhas de fachada do prédio da Fundação; com a Secretaria de Finanças da Prefeitura - estudo da permuta a ser efetivada com a "Edifício Vitória S.A.", projeto de modificação da doação, conservando o valor original de Cr\$ 50.000.000,00.

2.312,5) Já no tocante à doação do terreno do Estado de São Paulo, os entendimentos levados a efeito mostraram não dispor aquela unidade federada nem de terreno, nem de disponibilidades que permitissem a entrega em dinheiro do valor correspondente, ou sejam... Cr\$ 20.000.000,00; parece que a solução será a entrega da contribuição em apólices.

2.312,6) A doação do terreno, por parte da Prefeitura Municipal de São Paulo foi adiantada bastante, estando quase ultimada.

2.312,7) Resta a doação do Conde Francisco Matarazzo, que se destina à construção de um prédio no valor de Cr\$ 20.000.000,00 e está na dependência do terreno onde edificar. Sendo o lote compromissado pela Prefeitura Municipal de São Paulo pequeno para o fim previsto, e havendo pequenas probabilidades de se efetivar a doação do Estado de São Paulo

14.

em imóvel, far-se-á mister a esta Fundação adquirir um terreno para o prédio em aprêço.

### 2.32) Atividades substantivas

2.321) A primeira preocupação, nesse período, com relação às atividades substantivas consistiu em manter os compromissos encontrados, bem como as atividades que não haviam sido interrompidas com a crise. Assim tiveram prosseguimento:

2.321,1) Os cursos de "Desenho de Propaganda e Artes Gráficas" e o de "Geomorfologia", respectivamente a cargo dos Professores Santa Rosa e Francis Ruellan, em realização no Rio.

2.321,2) O curso de "Röntgenografia" do Professor Ettore Onorato, em São Paulo, sobre assuntos especializados ou de divulgação, ligados aos "raios X" e à "cristografia".

2.321,3) As conferências do Professor Rudolf Dreikurs, no Rio, acerca da "psicologia do homem moderno".

2.321,4) As publicações das séries "Summa Brasiliensis Mathematicae", "Summa Brasiliensis Biologiae", "Summa Brasiliensis Geologiae", "Estudos Brasileiros de Economia", "Estudos Brasileiros de Demografia", "Estudos Brasileiros de Geologia" e "Problemas Brasileiros de Alimentação" continuaram, conforme se vê, no quadro do "Anexo XI".

2.322) A seguir, tratou-se de dar ênfase às atividades de ensino, iniciando pelas de grau superior, no campo da economia. Neste particular e tendo em vista os propósitos desta Fundação de agir de preferência supletivamente, ao invés de

15.

se criar um órgão novo, entrou em acôrdo com a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, no sentido de proporcionar maiores recursos a esta, melhorando a qualidade de seu ensino. Dêsse acôrdo, cujo texto constitui o "Anexo XII", as principais conseqüências diretas ou indiretas já efetivadas foram:

2.322,1) Mudança da Faculdade para o edifício-sede desta Fundação.

2.322,2) Entendimentos desta última no estrangeiro para a vinda, a suas expensas, de professores de economia, para ministrar cursos de extensão na Faculdade e proceder a estudos e pesquisas na Fundação.

2.322,3) Aumento dos vencimentos dos professores da Faculdade, de Cr\$ 50,00 para Cr\$ 150,00 por aula, contribuindo esta Fundação e a Fundação Mauá, cada uma, com o correspondente ao acréscimo de Cr\$ 50,00 por aula.

2.323) No ensino médio deu-se comêço ao planejamento de vários cursos, a serem iniciados no mês de março de 1947 dentro dos seguintes setores:

2.323,1) Desenho Técnico - abrangendo Curso Básico, Curso Técnico e os Cursos Especializados de Desenho de Arquitetura, de Gráficos Estatísticos, de Instalações Elétricas e Hidráulicas, de Máquinas e de Topografia.

2.323,2) Geologia -, incluindo os Cursos de Geólogos Auxiliares, Geólogos Militares, Geologia do Solo, Mineralogia, Quimica e Levantamentos Geológicos e Petrográficos.

2.323,3) Arquivo -, envolvendo os Cursos de Administração de Documentos e Ar

16.

quivologia.

2.324) Paralelamente às atividades de ensino superior, e não só para associá-las às de pesquisas, mas também para propiciar o estudo de problemas brasileiros nos campos das ciências sociais, foram previstos vários Núcleos de Estudos: o de Economia, o de Direito Público e o de Sociologia, que somente entrariam em ação após o estabelecimento de programas de trabalho, segundo o abaixo discriminado:

2.324,1) O Núcleo de Economia, cuja criação foi autorizada na sessão de 13 de setembro do Conselho Diretor e cujas atividades se iniciaram a 11 de outubro, teve em mira atacar, de comêço, os problemas de "balança de pagamentos", "índices de preços" e "renda nacional".

2.324,2) O Núcleo de Direito Público, que só teve a criação autorizada em 8 de janeiro do ano em curso, foi planejado ainda em 1946, com um programa inicial abrangendo os estudos acêrca da "contribuição de melhoria", "taxa rodoviária" e "nacionalização da pesca".

2.324,3) O Núcleo de Sociologia, ainda em cogitações, teria em suas atribuições o estudo de migrações internas, as investigações sociológicas ligadas à localização da nova capital e problemas vários de interesse social e âmbito nacional, como os assistenciais e o da habitação popular encarado do ponto de vista em aprêço.

2.325) No tocante à organização, quase nada ainda foi feito, pretendendo-se em síntese:

2.325,1) Atacar, com certa autonomia, problemas básicos ligados à organização, como o de seleção e orientação profis

17.

sionais e o de normas técnicas, alguns com a criação de órgãos próprios, outros mediante acordos de colaboração com entidades existentes.

2.325,2) Reunir uma pequena equipe para dar início aos trabalhos.

2.325,3) Associar as atividades com as do ensino, tendo em vista a formação objetiva de técnicos em organização.

2.326) Dêsse programa, entretanto, apenas foi traçada a questão relativa às normas técnicas, sobre a qual foi feito um acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas", objeto do "Anexo XIII".

2.327) Resta a documentação, que está sendo reorganizada para a importantíssima função, não só de servir de base às atividades dos outros setores, mas também de permitir, aos trabalhos da Fundação, uma hierarquização judiciosa e uma ação com proveito máximo para o país. Foram abordados particularmente os seguintes aspectos:

2.327,1) Início de sistematização do material documentário encontrado nesta Fundação.

2.327,2) Coleta de elementos de documentação para atender a problemas em estudos nesta Fundação, particularmente no campo da economia.

2.327,3) Revisão das normas de trabalho da biblioteca, particularmente as de catalogação, no sentido de enquadrá-las em sistemas de conjunto consagrados, tornando-as mais úteis à coletividade e mais econômicas.

### 3) BALANÇOS PATRIMONIAL, ECONÔMICO E FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 1946

#### 3.0) GENERALIDADES

3.01) O Exercício de 1946 se caracterizou por medidas de compressão de despesas, até que fôsem preparados novos planos de trabalho a serem realizados pela Fundação.

3.02) Os balanços ora apresentados mostram como foram aproveitados os períodos iniciais de atividades ainda pouco desenvolvidas, para fortalecer a situação desta entidade e aumentar progressivamente o patrimônio.

3.03) No exercício corrente, de acôrdo com o orçamento já aprovado pelo Conselho Diretor, a despesa fixa da em suas linhas básicas, será coberta pelos recursos com que a Fundação contará, já por fôrça das subvenções federais e de outras entidades, já pelo rendimento de seu patrimônio, numa demonstração evidente de garantia absoluta da política que sempre se manteve: a da intangibilidade do patrimônio.

#### 3.1) BALANÇO PATRIMONIAL

3.11) Uma análise do Balanço Patrimonial melhor diz que quaisquer palavras:

3.111) O patrimônio líquido ascende a.....  
Cr\$ 119.044.836,00.

3.112) O índice de imobilização é de 6,3%.

3.113) O índice de solvência ou de liquidez financeira imediata é de 4%, enquanto que o de mediana é de 0,28%.

3.114) As exigibilidades apenas montam a 0,16% do passivo.

3.115) Para melhores esclarecimentos juntamos o "Anexo XIV" - Desdobramento do Balanço Patrimonial.

#### 3.2) BALANÇO ECONÔMICO

3.21) Em face do Balanço Econômico, verifica-se que a receita montou a Cr\$ 18.797.278,50, assim discriminada:

19.

3.211)	Subvenções	15.750.000,00
3.212)	Doações	150.429,00
3.213)	Doações com Encargos	9.850,00
3.214)	Aluguéis	11.200,00
3.215)	Juros	2.755.343,50
3.216)	Indenizações	7.984,00
3.217)	Receita do Restaurante	111.018,80
3.218)	Receitas eventuais	1.453,20
3.22) Por outro lado, a despesa, em um total de Cr\$ 5.117.224,40, se distribuiu por:		
3.221)	Documentação	594.422,00
3.222)	Ensino	452.555,40
3.223)	Estudos e Pesquisas	1.049.500,00
3.224)	Organização	281.933,80
3.225)	Administração Geral	2.211.797,00
3.226)	Patrimonial	323.648,40
3.227)	Doações com Encargos	9.850,00
3.228)	Encargos Diversos	193.517,80

### 3.3) BALANÇO FINANCEIRO

3.31) O Balanço Financeiro dá uma clara idéia de como se desenvolveram as finanças da Fundação no exercício de 1946.

3.32) Pelos quadros comparativos, verifica-se que a Receita realizada ultrapassa a prevista em..... Cr\$ 2.197.278,50, o que representa 13,3%, ao passo que a Despesa realizada somente atingiu a Cr\$5.117.224,40, isto é, 15% menos que a fixada.

3.33) Convém salientar que, nos termos do art.29 dos Estatutos, "os resultados do exercício serão lançados no Fundo Patrimonial ou em Fundos Especiais, de acordo com o parecer do Conselho Curador, aprovado pe la Assembléia Geral".

3.34) Na sessão de 28 de março de 1946, o Conselho Curador foi de parecer, aliás aprovado pela Assembléia Geral, que do resultado do exercício de 1945, fôsse destacada a quantia de Cr\$ 6.691.000,00 destinada



20.

ELEMENTOS CONTÁBEIS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Nas páginas seguintes encontram-se os anexos que são exigidos pelos artigos 31, alíneas a, b, c, d e e, e 29 dos Estatutos:

- 1) - Balanço Patrimonial;
- 2) - Balanço Econômico;
- 3) - Balanço Financeiro;
- 4) - Quadro comparativo entre a Despesa fixada e a realizada;
- 5) - Quadro comparativo entre a Receita estimada e a realizada;
- 6) - Quadro demonstrativo do Fundo Especial de Custeio e Resultado do Exercício de 1946.

+++++

# I- A T I V O

## 11- ATIVO FINANCEIRO

### 111- ATIVO DISPONÍVEL

1111- Caixa Geral	155.046,00	
1112- Bancos	6.770.408,20	
1113- Caixas Econômicas Federais	<u>502,80</u>	6.925.957,00

### 112- ATIVO REALIZÁVEL A C/PRAZO

1121- Devedores Diversos	7.667,60	
1124- Cooperadores c/a Receber	500.000,00	
1125- Devedores p/Adiantamentos	770.085,00	
1126- Doadores c/a Receber	53.828.000,00	
1127- Receita a Arrecadar	1.642.392,50	
1128- Valores Mobiliários	<u>40.058.045,00</u>	96.806.190,10

### 113- ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

1131- Devedores Diversos	20.196,00	
1135- Doadores c/a Realizar	3.150.000,00	
1136- Almoarifado Geral	<u>86.401,80</u>	3.256.597,80

## 12- ATIVO PERMANENTE

### 121- BENS TANGÍVEIS

1211- Bens Imóveis	10.930.328,90	
1212- Bens Móveis	997.188,20	
1215- Bibliotecas	235.153,00	
1217- Veículos	<u>58.000,00</u>	12.220.670,10

### 122- BENS INTANGÍVEIS

1221- Bens Imateriais	<u>126.000,00</u>	
		119.335.415,00

## 15- ATIVO COMPENSADO

### 151- CONTAS DE ORDEM

1513- Depositários de Valores	48.626.000,00	
1514- Promitentes de Doações	22.696.820,70	
1515- Valores de Terceiros	<u>188.753,10</u>	71.511.573,80

TOTAL 190.846.988,80

*Leandro Christing*  
CONTADOR  
C.R.C. 45.178  
C.R.C. 49.104

# 2- P A S S I V O

## 21- PASSIVO FINANCEIRO

### 212- PASSIVO EXIGÍVEL A CURTO PRAZO

2121- Credores Diversos	32.760,80	
2126- Contas a Pagar	<u>249.750,60</u>	282.511,40

## 22- PASSIVO PERMANENTE

### 221- PASSIVO NÃO EXIGÍVEL

2211- Fundo Patrimonial	98.673.781,90	
2212- Fundo Especial de Custeio	6.691.000,00	
2215- Resultado do Exercício	<u>13.680.054,10</u>	119.044.836,00

## 23- PASSIVO VINCULADO

### 231- CONTAS VINCULADAS

2317- Depósitos para Doações		8.067,60
------------------------------	--	----------

## 25- PASSIVO COMPENSADO

### 251- CONTAS DE ORDEM

2513- Valores Depositados	48.626.000,00	
2514- Doações Prometidas	22.696.820,70	
2515- Depositantes de Valores	<u>188.753,10</u>	71.511.573,80

TOTAL 190.846.988,80

*Visto*  
*João Elvino*

# RECEITA

## 4111- RECEITA ORDINÁRIA

### .1- SUBVENÇÕES

#### .11- Entidades de Direito Público

.111- União Federal 15.000.000,00

.112- Estado do Ceará 100.000,00

#### .12- Autarquias

.121- Inst. do Açúcar e do Alcool 50.000,00

#### .13- Soc. Economia Mixta

.131- Banco do Brasil 600.000,00 15.750.000,00

### .2- DOAÇÕES

150.429,00

### .3- RENDIMENTOS PATRIMONIAIS

.31- Rendimentos de Bens Imobiliários 11.200,00

.32- Rendimentos do Capital 2.755.343,50 2.766.543,50

### .4- INDENIZAÇÕES

.1- Indenizações Diversas 7.984,00

### .5- RECEITA DO RESTAURANTE

111.018,80

### .6- RECEITAS EVENTUAIS

.1- Receitas Eventuais Diversas 1.453,20

## 4113- RECEITA VINCULADA

.2- DOAÇÕES G/ENCARGO 9.850,00

18.797.278,50

# DESPESA

## 3111- DESPESA ORDINÁRIA

### .1- DESPESAS DE DOCUMENTAÇÃO

.11- Direção 101.721,50

.12- Sec. de Documentação 434.444,20

.13- Sec. de Publicidade 58.256,30 594.422,00

### .2- DESPESAS DE ENSINO

.21- Direção 27.591,30

.22- Cursos 413.414,10

.23- Seminários para Ensino 11.550,00 452.555,40

### .3- DESPESAS DE ESTUDOS E PESQUISAS

.31- Direção 46.114,70

.32- Núcleos Técnicos e Científicos 656.697,40

.33- Centros de Pesquisas 327.049,90

.34- Seminários p/Estudos e Pesquisas. 5.850,00

.35- Bolsas no Exterior 13.788,00 1.049.500,00

### .4- DESPESAS DE ORGANIZAÇÃO

.41- Direção 2.100,00

.42- Sec. de Estudos e Organização 279.833,80 281.933,80

### .5- DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

.51- Direção e Coordenação 423.046,30

.52- Direção Central 1.788.750,70 2.211.797,00

### .6- DESPESA PATRIMONIAL

.61- Conservação 323.648,40

### .7- ENCARGOS DIVERSOS

193.517,80

## 3113- DESPESA VINCULADA

.2- ENCARGOS DE DOAÇÃO 9.850,00

5.117.224,40

RESULTADO DO EXERCÍCIO

13.680.054,10

18.797.278,50

Visto

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*  
CONTADOR  
R. (D. M. I. C. 45.176)  
R. (D. E. C. 49.104)

RECEITARECEITA PROPRIAMENTE DITA4111- RECEITA ORDINÁRIA

.1- Subvenções	15.250.000,00	
.2- Doações	100.370,00	
.3- Rendimentos Patrimoniais	2.172.751,00	
.4- Indenizações	7.984,00	
.5- Receita do Restaurante	111.018,80	
.6- Receitas Eventuais	<u>1.453,20</u>	17.643.577,00

4113- RECEITA VINCULADA

.2- Doações c/Encargo		9.850,00
-----------------------	--	----------

REALIZAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO

1131- DEVEDORES DIVERSOS	18.636,00	
1134- CXB. ECONÔMICAS FEDERAIS	30.000.000,00	
1135- DOADORES C/A REALIZAR	<u>483.313,60</u>	30.501.949,60

ASSUNÇÃO DE PASSIVO

2124- CONTAS A PAGAR	76.850,60	
2131- CREDORES DIVERSOS	<u>12.760,80</u>	89.611,40

TOTAL

48.244.988,00

SALDO DO EXERCÍCIO DE 1945:

1111- CAIXA GERAL	389,00	
1112- BANCOS	4.293.896,50	
1114- SUPRIMENTOS	<u>1.025.166,20</u>	5.319.451,70
TOTAL GERAL		<u>53.564.439,70</u>

DESPESADESPESA PROPRIAMENTE DITA3111- DESPESA ORDINÁRIA

.1- Pessoal	3.039.732,90	
.2- Material	479.656,00	
.3- Encargos Legais	110.558,20	
.4- Despesas Gerais	878.982,70	
.5- Despesa Patrimonial	157.469,70	
.6- Encargos Diversos	<u>89.821,80</u>	4.756.221,30

3113- DESPESA VINCULADA

.2- Encargos de Doações		9.850,00
-------------------------	--	----------

APLICAÇÃO FINANCEIRA

1121- DEVEDORES DIVERSOS	4.967,10	
1125- DEVEDORES P/ADIANTAMENTOS	769.085,00	
1128- VALORES MOBILIÁRIOS	<u>40.001.565,00</u>	40.775.617,10

INVERSÃO PERMANENTE

1211- BENS IMÓVEIS	112.794,60	
1212- BENS MÓVEIS	642.200,20	
1215- BIBLIOTECAS	135.331,60	
1217- VEÍCULOS	58.000,00	
1221- BENS IMATERIAIS	<u>126.000,00</u>	1.074.326,40

RESGATE DE PASSIVO

2111- CHEQUES EMITIDOS	5.000,00	
2317- DEPOSITOS P/DOAÇÕES	<u>17.467,90</u>	22.467,90

TOTAL

46.638.482,70

SALDO PARA O EXERCÍCIO DE 1947:

1111- CAIXA GERAL	155.046,00	
1112- BANCOS	6.770.408,20	
1113- CX. ECON. FEDERAL	<u>502,80</u>	6.925.957,00
TOTAL GERAL		<u>53.564.439,70</u>

*Leandro Chintz*  
 CONTADOR  
 (D.N.I.C. 45.176)  
 (O.E.C. 49.104)

*Visto*  
*Bevilacqua*

QUADRO COMPARATIVO ENTRE A RECEITA ESTIMADA E A REALIZADA

(Alínea d, do art. 31 dos Estatutos)

DISCRIMINAÇÃO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	EXCESSO	DESESSO
Subvenção do Governo Federal	15.000.000,00	15.000.000,00	-	-
Juros Bancários	1.600.000,00	1.053.701,30	-	546-298,70
Subvenções - Banco do Brasil, Estado do Ceará, Instituto do Açúcar e do Alcool	-	750.000,00	750.000,00	-
Juros Obrigações de Guerra	-	1.700.293,70	1.700.293,70	-
Juros de Caução	-	1.348,50	1.348,50	-
Doações	-	160.279,00	160.279,00	-
Indenizações	-	7.984,00	7.984,00	-
Eventuais	-	1.453,20	1.453,20	-
Aluguél de Imóvel	-	11.200,00	11.200,00	-
Receita do Restaurante	-	111.018,80	111.018,80	-
T O T A L	16.600.000,00	18.797,278,50	2.743.577,20	546.298,70

(Alínea e, do art. 31 dos Estatutos)

DISCRIMINAÇÃO	FIXAÇÃO	REALIZAÇÃO	EXCESSO	DECESSO
Pessoal	4.718.000,00	3.039.732,90	-	1.678.267,10
Material	782.000,00	560.934,40	-	221.065,60
Encargos de Ensino (Interc. e Bolsas)	120.000,00	-	-	120.000,00
Encargos Correntes	380.000,00	193.517,80	-	186.482,20
Encargos Diversos	-	110.558,20	110.558,20	-
Despesas Gerais	-	878.982,70	878.982,70	-
Despesa Patrimonial	-	323.648,40	323.648,40	-
T O T A L	6.000.000,00	5.107.374,40	1.313.189,30	2.205.814,90

QUADRO COMPARATIVO ENTRE A DESPESA FIXADA E A REALIZADA

(Alínea e, do art. 31 dos Estatutos)

DISCRIMINAÇÃO	FIXAÇÃO	REALIZAÇÃO	DECESSO	EXCESSO
<u>ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS</u>				
PRESIDENCIA				
Presidente	120.000,00	148.797,80	-	28.797,80
Secretaria	34.500,00	14.401,30	20.098,70	-
Contencioso	36.000,00	18.004,70	17.995,30	-
CONSELHO CURADOR	-	179,20	-	179,20
CONSELHO DIRETOR	8.000,00	16.450,00	-	8.450,00
DIRETORIA EXECUTIVA				
Diretor Executivo	84.000,00	217.076,80	-	133.076,80
Secretaria	45.500,00	-	45.500,00	-
Assistentes	72.000,00	8.136,50	63.863,50	-
<u>ÓRGÃOS ESTRUTURAIS CENTRAIS</u>				
SUPERINTENDENCIA CENTRAL				
Superintendência	60.000,00	-	60.000,00	-
Secretaria	70.000,00	94.877,00	-	24.877,00
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO				
Gabinete do Chefe	-	51.629,80	-	51.629,80
Comunicações	55.000,00	100.124,00	-	45.124,00

DISCRIMINAÇÃO	FIXAÇÃO	REALIZAÇÃO	DECESSO	EXCESSO
Transporte				
Pessoal	91.00,00	20.298,50	70.701,50	-
Material	114.000,00	103.194,40	10.805,60	-
Mecanização	103.000,00	37.946,60	65.053,40	-
Zeladoria	-	272.382,50	-	272.382,50
SERVIÇO DE FINANÇAS E CONTROLE				
Gabinete do Chefe	-	14.416,50	-	14.416,50
Orçamento	40.000,00	22.788,10	17.211,90	-
Contabilidade	165.000,00	172.309,80	-	7.309,80
Tesouraria	40.000,00	17.941,60	22.058,40	-
Auditoria	40.000,00	7,10	39.992,90	-
SERVIÇO DE OBRAS E TRANSPORTES				
Obras e Construções	200.000,00	48.242,10	151.757,90	-
Transportes	122.000,00	8.755,50	113.244,50	-
CONSELHO TÉCNICO	300.000,00	-	300.000,00	-
DEPARTAMENTO TÉCNICO				
DIVISÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS				
Secretaria	24.000,00	45.840,00	-	21.840,00
Secção de Cadastro e Cooperação	45.000,00	274,70	44.725,30	-
Despesas de Seminário	-	12.450,00	-	12.450,00
A transportar				



DISCRIMINAÇÃO	FIXAÇÃO	REALIZAÇÃO	DECESSO	EXCESSO
Transporte				
DIVISÃO de INTERCÂMBIO E DOCUMENTAÇÃO				
Secretaria	18.000,00	101.721,50	- -	83.721,50
Sec. de Documentação	220.000,00	402.868,40	-	182.868,40
Publicidade	174.000,00	58.256,30	115.743,70	-
Cadastro de Técnicos e Cientistas	90.000,00	407,90	89.592,10	-
Intercâmbio e Bolsas	220.000,00	44.955,90	175.044,10	-
DIVISÃO DE ENSINO				
Secretaria	15.000,00	809,70	14.190,30	-
Organização e Administração Escolar	165.000,00	26.781,60	138.218,40	-
DIVISÃO DE ORGANIZAÇÃO				
Secretaria	19.000,00	2.100,00	16.900,00	-
Estudos e Organização	360.000,00	279.833,80	80.166,20	-
ORGAOS ESTRUTURAIS REGIONAIS				
DISTRITO FEDERAL				
CENTROS				
Centro de Inquéritos e Análises	274.000,00	239.646,30	34.353,70	-
Serviços Públicos Concedíveis	206.000,00	76.748,40	129.251,60	-
Ensino	640.000,00	418.364,10	221.635,90	-
NUCLEOS TÉCNICOS E CIENTIFICOS				
N.T.C. de Matematica	262.000,00	133.847,60	128.152,40	-
N.T.C. de Biologia	276.000,00	184.710,00	91.290,00	-
N.T.C. de Geologia	542.000,00	133.482,40	408.517,60	-

N.º C. de Economia	-	32.000,00	-	32.000,00
SAO PAULO				
Serviços Adjetivos	176.000,00	298.488,40	-	122.488,60
Centros				
Centro Técnico	164.000,00	10.635,20	153.344,80	-
Centro de Ensino	310.000,00	172.957,40	137.342,60	-
DESPESAS DO CONJUNTO		291.466,20	-	291.466,20
REFEITORIO	-	233.882,40	-	233.882,40
ENCARGOS DIVERSOS	-	197.517,80	-	197.517,80
DESPESA PATRIMONIAL	-	323.648,40	-	323.648,40
<hr/>				
TOTAL GERAL	500,00	5.207.374,40	2.976.752,30	2.034.199,50
<hr/>				

**QUADRO DEMONSTRATIVO PARA EFEITO DO DISPOSTO NO ART. 29 DOS ESTATUTOS**

<b>FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO,</b> formado à vista do parecer do Conselho Curador, em sessão de 28 de março de 1946, aprovado pela Assembléia Geral .....	Cr\$ 6.691.000,00
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 1946,</b> conforme demonstração do Balanço Econômico .....	13.680.054,10
<b>TOTAL .....</b>	<b>Cr\$20.371.054,10</b>

da a custear as despesas desta Fundação, enquanto o Governo Federal não restabelecesse sua subvenção.

3.35) Isto pôsto, a aludida quantia também aguarda o pronunciamento do Conselho Diretor para sua classificação definitiva.

3.36) Para melhores esclarecimentos apresentamos o "ANEXO XV" - Análise da Despesa.

#### 4) DIRETRIZES GERAIS E PLANO DE TRABALHO

##### 4.1) ORIENTAÇÃO INICIAL

4.11) A criação de uma entidade do tipo da Fundação Getúlio Vargas foi objeto de cogitações, desde 1943, por parte do então Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público. A idéia original nasceu da necessidade de sistematizar e intensificar não só a aplicação dos processos de organização racional de trabalho, mas também a formação, aperfeiçoamento e especialização de pessoal, que vinham sendo desenvolvidos nos serviços públicos e em alguns poucos setores privados, a fim de que o país pudesse acompanhar, eficientemente, o ritmo de progresso contemporâneo. As atividades mencionadas seriam, pois, as fundamentais do órgão previsto. Subsidiariamente, reunir-se-iam elementos documentários e processar-se-iam estudos e pesquisas, com relação a questões específicas dos campos das ciências sociais e da técnica administrativa, o que, sobre ser de utilidade manifesta para os trabalhos de ensino e de organização, facultaria o tratamento de determinados problemas brasileiros que, exigindo a elaboração de estudos a longo prazo, não podiam ser atendidos convenientemente pelos órgãos oficiais deles incumbidos.

4.12) Dentro da concepção descrita, foi dirigida ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, a 4 de julho de 1944, a Exposição de Motivos nº 1.796 do Departamento Administrativo do Serviço Público, na qual

22.

qual estavam nitidamente traçados os propósitos originai nais, bem como delineada a forma de agir do órgão a ser estabelecido, o qual, em síntese, constituiria um "centro de documentação, pesquisas e divulgação dos princí pios e normas administrativas".

4.13) Com base na referida exposição, foi expedido o Decreto-lei nº 6.693, de 14 de julho de 1944, em cujo artigo primeiro se definem:

4.131) Os propósitos da entidade a ser criada: "estudos e divulgação dos princí pios e métodos de organização racional do trabalho" e "preparo de pessoal qualificado para a administra ção pública e privada".

4.132) Os tipos de unidades e funções a compor o conjunto, tendo em vista os fins mencionados: núcleos de pesquisas, estabelecimentos de ensino e os serviços que forem necessários".

4.14) Mais tarde, foi criada a Fundação Getúlio Vargas, constando da escritura de sua constituição, em sua parte inicial, a repetição dos dizeres transcriti tos do citado Decreto-lei nº 6.693.

#### 4.2) ESTATUTOS

4.21) Por sua vez, os Estatutos desta entidade, aprovados pela Assembléia Geral e incluídos na aludida escritura de constituição, assim estabelecem em seu arti gido segundo - "A Fundação, visando os problemas de orga nização racional do trabalho, especialmente em seus aspectos administrativo e social, e a conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro, terá como objetivo":

4.211) "Promover estudos e pesquisas, nos domínios das atividades públicas e privadas".

4.212) "Prover à formação, à especialização e ao aperfeiçoamento de pessoal para empre

empreendimentos públicos e privados".

4.213) "Constituir-se em centro de documentação para sistematizar e divulgar conhecimentos técnicos".

4.214) "Incumbir-se do planejamento e da organização de serviços ou empreendimentos, tomar o encargo de executá-los, ou prestar-lhes a assistência técnica necessária".

4.215) "Concorrer para melhor compreensão dos problemas de administração, propiciando seu estudo e debate".

4.22) O parágrafo único do mesmo artigo dos Estatutos, referindo-se à estrutura e atividades decorrentes do objetivo fixado, previu a existência de "centros de estudos e pesquisas, de seleção, orientação e ensino, de documentação, de organização e outros, próprios ou em regime de cooperação com entidades nacionais ou estrangeiras".

4.23) O que foi dito se traduz nos seguintes propósitos e atividades desta Fundação:

4.231) Sua finalidade precípua é atender a dois setores básicos: o da organização racional do trabalho e o da formação, aperfeiçoamento e preparo de pessoal, o segundo dos quais, aliás, pode ser incluído no primeiro.

4.232) Seu campo de ação se estende aos domínios das ciências sociais e da técnica administrativa, nos âmbitos das administrações pública e privada.

4.233) Tendo em vista a finalidade fixada e dentro do campo de ação delimitado, suas atividades específicas são de quatro naturezas: documentação, ensino, pesquisas e organização.

24.

4.234) Mais particularmente, estão em suas cogitações a adaptação dos métodos de organização racional do trabalho às condições do meio brasileiro, bem como o estudo de problemas de interesse nacional, nos campos das ciências sociais e da técnica administrativa.

4.235) Sua ação se desenvolverá através de órgãos próprios ou em regime de cooperação com entidades nacionais ou estrangeiras.

#### 4.3) REGIMENTO

4.31) Mais tarde, o Regimento desta Fundação deu margem, em seu capítulo 400, a que se considerasse as atividades de estudos e de documentação, não mais em função das de ensino e organização, mas, ao contrário, no mesmo pé de igualdade que estas.

#### 4.4) "PLANO DE TRABALHO" EM VIGOR

4.41) Dentro do espírito do Regimento, ao se elaborar o plano de atividades, não se agiu "visando os problemas da organização racional do trabalho, principalmente em seus aspectos administrativo e social", mas considerou-se de modo independente os quatro campos específicos, de documentação, ensino, pesquisas e organização, desenvolvendo cada um em extensão, sem as restrições impostas pelos objetivos que ditaram a orientação inicial.

4.42) Dêsse modo, os estudos e pesquisas passaram a abranger as ciências básicas (matemáticas), as ciências da matéria (mecânicas, físicas e químicas), as ciências da vida (biológicas) e as ciências da sociedade (políticas e econômicas), o que revela a intenção de abarcar todos os setores do conhecimento humano, indo além, portanto, da previsão original.

4.43) Por seu turno, a documentação, ficando em

25.

em geral descentralizada, pois no órgão central situaram-se apenas a biblioteca, o cadastro profissional e as funções materiais relativas às publicações, não podia deixar de acompanhar o desenvolvimento das outras atividades e, em particular, das de estudos e pesquisas, expandindo-se, pois, igualmente, mais do que se depreendia das diretrizes iniciais.

4.44) Embora não tenha ficado expressamente esclarecido, é de se admitir que a forma que veio a prevalecer e na qual predominou o estabelecimento de uma série de núcleos de estudos e pesquisas, associados a trabalhos de documentação e a que se adicionariam, futuramente, atividades de ensino especializado, teve em mira lançar os embriões de institutos que, uma vez em funcionamento, viriam mais tarde constituir, em seu conjunto, uma organização universitária completa.

4.45) A maneira mais demorada e complexa de atuar a que conduz a solução adotada, em face das finalidades precípua desta Fundação, e as possibilidades de hipertrofia de atividades intermediárias ou auxiliares com prejuízo das finais ou principais, davam ensejo a que surgissem divergências de orientação executiva e de ordem administrativa entre a Presidência e a então Direção Executiva, culminando com a crise referida no item 2.24.

4.46) Da experiência dos acontecimentos, tornou-se aconselhável uma revisão do "plano de trabalho", no sentido não só de sua maior precisão e objetividade, mas também no do condicionamento de cada nova etapa e um estudo prévio justificador da respectiva conveniência e oportunidade, bem como verificador do rendimento de utilização dos recursos disponíveis.

#### 4.5) NOVO "PLANO DE TRABALHO"

4.51) O novo "plano de trabalho" ainda não foi e-



26.

elaborado. Entretanto, a orientação geral para sua organização já pode ser assente, dentro dos seguintes princípios:

4.511) As diretrizes fixadas nos itens 4.231 a 4.235 e os princípios orientadores do item 4.46 devem ser primacialmente obedecidas.

4.512) Anualmente serão estabelecidas as percentagens das despesas que se destinarão, respectivamente, à documentação, ao ensino, a estudos e pesquisas e à organização.

4.513) Os trabalhos desenvolver-se-ão segundo um programa progressivo, dentro das diretrizes fixadas e das percentagens de despesas estabelecidas, em que as prioridades serão dadas pela objetividade, pelo maior rendimento do conjunto das atividades da Fundação e pelo maior interesse para o país.

4.514) Em qualquer caso, a ação da Fundação será preferentemente supletiva.

4.515) Nos setores básicos atacados procurar-se-á conjugar as diferentes atividades de documentação, ensino, pesquisas e organização, obtendo o máximo proveito recíproco, ao invés de se limitar a alguma dentre elas, com hipertrofia dos campos correspondentes.

4.516) A documentação terá papel preponderante nessa fase, pois, além de sua função específica direta, fornecerá elementos para a fixação das prioridades do "plano de trabalho".

## 5) REORGANIZAÇÃO GERAL

### 5.1) CARACTERÍSTICAS DA ORGANIZAÇÃO PREVISTA NO ATUAL REGIMENTO

27.

5.11) A organização constante do atual Regimento atende perfeitamente aos fins a que se destina a Fundação, mas em um estado de desenvolvimento muito mais avançado.

5.12) De fato, a estrutura estabelecida "a priori", antes do início das atividades, embora corresponda funcionalmente aos objetivos visados, apresenta um requinte de minúcias e uma divisão de trabalho pouco econômico-reduzida horizontalmente a excessiva verticalmente, de forma a conduzir a um excesso de dispêndio e burocracia, até que a entidade entre em uma fase de operação que só ocorrerá daqui a alguns anos. Assim é que o Diretor Executivo somente possui dois contactos inferiores - o do Diretor do Departamento Técnico e o do Superintendente Central e estes possuem, respectivamente, quatro (Chefes de Divisão) e dois (Assistentes) contactos; além disso, um assunto encaminhado ao Presidente da Fundação por um chefe de núcleo técnico ou de secção administrativa, transitará, obrigatoriamente, por três degraus intermediários.

5.13) Por outro lado, há pouca maleabilidade na estrutura adotada, o que impede acompanhar convenientemente a evolução da entidade, de vez que esta tende a sofrer um grande incremento de atividades e que no país não existem experiências que sirvam de base a previsões a respeito.

5.14) Convinha, pois, alterar a organização e, conseqüentemente, o Regimento em vigor.

## 5.2) CARACTERISTICOS DA ORGANIZAÇÃO DO NOVO REGIMENTO

5.21) Em virtude do que foi dito, procurou-se logo estudar a revisão do Regimento e da organização nêle consubstanciada.

5.22) Para isso, foi elaborado um anteprojeto com os característicos de leveza e maleabilidade indispensáveis, e com um grau de desenvolvimento semelhante ao do atual Regimento.

Regimento.

5.23) Submetido ao Conselho Diretor a 13 de setembro, foi relatado a 18 de dezembro, tendo sido aprovado quanto ao mérito, mas, quanto a forma, ficando sujeito a um reexame, no sentido de reduzi-lo ao mínimo possível, de passar a matéria retirada para um ato regulamentar.

5.24) Atendida a exigência do Conselho Diretor, na forma constante do "Anexo XVI", voltou o assunto ao referido órgão de deliberação coletiva, na sessão de 8 de janeiro do ano em curso.

5.25) Além do Regimento a ser aprovado pelo Conselho Diretor e de seus Regulamentos expedidos pelo Presidente, haverá ainda, completando a organização, normas de serviço traduzidas em atos do Diretor Executivo, que descerão até às rotinas de trabalho.

## 6) CONCLUSOES

6.1) Do exposto conclui-se que, não obstante ter sido esta Fundação constituída a 20 de dezembro de 1944, e, portanto, há precisamente 26 meses, ainda está em uma fase de desenvolvimento incipiente, para o que muito contribuíram os acontecimentos anormais, externos e internos, citados no correr dêste Relatório.

6.2) Para sair dessa situação, a primeira coisa a fazer será uma reorganização geral, desde as linhas gerais do Regimento, passando pela maior minúcia dos Regulamentos e terminando nas Normas de Serviço, cuja importância se acentua no caso das atividades adjetivas.

6.3) Daí por diante, os trabalhos passariam a tomar maior incremento e o plano respectivo seria elaborado, progressivamente, de forma a constituir, de futuro, uma diretriz segura para os programas anuais de atividades.

6.4) Não bastará entretanto atuar no tocante aos aspectos orgânico, funcional e de planejamento. Será ainda pre

preciso prover ao patrimônio da Fundação, para ampliar e tornar mais garantidos os recursos respectivos. Esse problema, que tem sido algo descurado, talvez seja o mais importante no momento; para solucioná-lo impõe-se, principalmente:

6.41) Reivindicar tôdas as doações compromissadas, a fim de recebê-las no mais breve prazo.

6.42) Fazer um programa de construções nos terrenos da Fundação, o que, além de favorecer a obtenção de instalações adequadas para os serviços, propicia novas fontes de receita, indispensáveis para planos de grande envergadura.

6.5) Resolvidos êsses pontos estará a Fundação apta a desincumbir-se eficientemente a tarefa que lhe foi atribuída, atendendo, assim, aos altos e patrióticos objetivos com que foi estabelecida.

## INTRODUÇÃO

O presente relatório visa atender à solicitação do Diretor Executivo da Fundação Getúlio Vargas no sentido de verificar o planejamento e a execução dos Serviços de Administração dessa instituição.

Os trabalhos realizados com o objetivo acima apontado atendem à situação encontrada em setembro de 1946 e se referem, principalmente, aos órgãos que, nesta época, integravam o sistema de administração geral da Fundação Getúlio Vargas.

## DENOMINAÇÃO E FINALIDADE

Os Serviços de Administração da Fundação Getúlio Vargas, como foram encontrados, cumpunham-se dos seguintes órgãos:

- Zeladoria;
- Comunicações;
- Pessoal;
- Material;
- Contabilidade e
- Mecanografia.

As finalidades desses órgãos, que não possuíam denominações caracterizando o nível de sua hierarquia funcional, eram, em síntese, as seguintes:

ZELADORIA - Incumbindo-se da Limpeza e Higiene e pequenos reparos dos Edifícios situados na Praia de Botafogo. Além dessas atribuições, competia à Zeladoria os serviços referentes à Portaria, distribuição e controle de Serventes e Mensageiros, guarda e fiscalização de áreas e portões e os trabalhos de vigilância noturna.

COMUNICAÇÕES - Incumbindo-se do recebimento,

2.

classificação, distribuição interna e externa e das informações sôbre a correspondência destinada à Fundação. O contrôle e fiscalização da mesa de ligações telefônicas também encontrava-se como uma das finalidades das Comunicações.

PESSOAL - Incumbindo-se da seleção, classificação, da legislação, contrôle e apuração de freqüências dos auxiliares da Fundação.

MATERIAL - Tendo como finalidade a compra, distribuição e contrôle dos materiais permanentes e de consumo.

CONTABILIDADE - Tendo por finalidade os trabalhos referentes ao registro, preparação e contrôle das contas da Fundação e ao levantamento dos balancetes e balanços periódicos e anuais da mesma Instituição.

TESOURARIA - Incumbindo-se do pagamento e recebimento das contas devidamente processadas pela Contabilidade.

MECANOGRAFIA - Tendo as atribuições do preparo dos trabalhos datilográficos da Fundação e dos referentes aos mimeógrafos ou duplicadores.

## DO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Apresentados os órgãos integrantes do conjunto denominado Administração, vejamos como é o escopo deste relatório, um por um desses mesmos órgãos, quanto aos planos de trabalho dos mesmos e os métodos de execução encontrados.

### ZELADORIA

#### Plano de Trabalho

Foi encontrado um plano de trabalho para a Ze

3.

ladoria da Fundação Getúlio Vargas. Esse plano pretendeu dar a um órgão desta natureza - tipicamente de nível inferior - uma função de caráter muito amplo. Por esse trabalho os serviços da Zeladoria seriam, necessariamente, os comuns a pequenos órgãos de obras e de conservação de edifícios. O plano não trata da parte referente à Portaria. A classificação adotada para as áreas, bem como o código atinente à identificação de portas, janelas e chaves, como não obedecesse a um processo mnemônico foi difícil de guardá-lo pelos executantes, que, embora tendo os seus quadros de controle na base de tal código, adotaram um outro processo simplista de identificação de áreas e de salas. Pretendeu, ainda, o plano disciplinar o problema de limpeza e higiene dos locais de trabalho e das áreas de serventia comum, estipulando um quadro de distribuição em função do qual figurava, calculado, o número de serventes necessários a esses trabalhos. Ainda outros detalhes deste plano poderiam ser apresentados sem que se modificassem os julgamentos anteriores. Finalmente, o plano para a Zeladoria da Fundação Getúlio Vargas nunca foi implantado, e na pequena parte em que foi tentado, como o do código de áreas, chaves, portas e janelas, mereceu na execução.

### Execução do Trabalho

A parte de execução correspondente aos trabalhos da Zeladoria sempre foram, na Fundação, deficientíssimos. Prova evidente é, sem dúvida, o número de Zeladores que este órgão possuiu, durante o período de, aproximadamente, um ano e seis meses.

A Zeladoria, na Fundação, limitou-se, exclusivamente, ao controle das entradas, a limpeza das áreas de trabalho ocupadas e das correspondentes áreas comuns, ao controle dos Serventes e Mensageiros e aos trabalhos de vigilância noturna.

A execução desses serviços sempre foi feita

precariamente, como provam as seguintes afirmativas:

- I) O Zelador (chefe ou encarregado da Zeladoria não havia denominação) não conseguia saber quando começavam ou terminavam suas atribuições.
- II) Os Mensageiros nunca foram distribuídos pela Zeladoria, sendo essa distribuição feita à mercê das solicitações e reclamações dos órgãos em funcionamento.
- III) O Zelador confundia sua posição com a de Chefe de Portaria, não distinguindo, em sua supervisão, o aspecto geral do seu problema.
- IV) A higiene das áreas de serventia comum sempre foi feita precariamente, salvo as referentes ao Restaurante e pátios do andar térreo.
- V) A administração da Fundação determinava execuções à Zeladoria que pertenciam às atribuições da Secção do Material e vice versa, originando confusões e choques de atribuição.
- VI) Os pequenos consertos e reparos na maioria dos casos era preferentemente feita por ajustes com terceiros, diretamente por outros órgãos da Fundação que não a Zeladoria.
- VII) A Zeladoria não dispunha de artífices de nenhuma qualidade, o que impedia reparações ligeiras mesmo em pequenos acessórios hidráulicos ou de eletricidades, tendo sempre que solicitar serviços externos.
- VIII) Não adotou nem padronizou a Fundação para os seus servidores lotados na Zeladoria, um



5.

uniforme caracterizado, preferindo a solução simplista de um jaquetão sem nenhum dístico ou indicação.

IX) Não instruiu na maneira de atender às partes nenhum mensageiro ou servente, bem como não procurou incutir no espírito desses servidores as noções elementares sobre compostura profissional.

X) Não previu o desenvolvimento dos Serviços da Fundação e não determinou a lotação necessária à execução dos trabalhos ao seu cargo.

Dêsse modo, a Zeladoria da Fundação Getúlio Vargas, tal como foi encontrada e através do plano de trabalho existente e da execução dos seus serviços, era, sem dúvida, um órgão ineficiente.

### COMUNICAÇÕES

#### Plano de Trabalho

Com referência às Comunicações na Fundação Getúlio Vargas, foram encontradas Instruções de Serviços que, referindo-se ao "Setor Comunicações" estipulava para o mesmo uma rotina tão precária quanto graciosa, dando idéia de ser um trabalho previamente calculado para uma futura reforma.

As instruções previam a seguinte rotina que era ilustrada com um rápido gráfico:

Os documentos eram recebidos no Setor de Comunicações onde se preparava uma Relação de Entrega em 2 vias. O Setor de Comunicações numerava o documento usando uma ordem numérica para cada setor de trabalho. Em seguida remetia as 1ªs e 2ªs vias da Relação de Entrega, com os documentos corresponden-

6.

tes, ao setor de destino, onde se passava re cibo nas l<sup>as</sup> vias das Relações de Entrega que eram devolvidas ao Setor de Comunicações. As Relações de Entrega devolvidas eram guardadas no setor de Comunicações por setores ou núcleos de trabalho por ordem crescente da Série Numérica de cada Núcleo ou Setor.

Os documentos eram arquivados em cada Nú cleo ou setor da Fundação.

Quando encaminhados, internamente, de um órgão a outro, a remessa era feita diretamente entre os órgãos com a exigência de recibo por parte do Setor que possuía a Relação de Entrega inicial ou solicitando-se ao Setor de Comunicações modelos de Relação de Entrega para efetivação dos encaminhamentos. A expedição externa era feita mediante protocolo ou relações de entrega, sendo os números da correspondência expedida pertencentes a cada órgão da Fundação, bem como as correspondentes cópias.

### Execução do Trabalho

O trabalho era executado verdadeiramente de acôrdo com as instruções, havendo, todavia, na época do presente levantamento, algumas preocupações de segurança evidenciadas com o preparo de mapas discriminativos dos processos ou documentos entrados e saídos por onde se poderia fornecer, pesquisando, alguma informação.

Com semelhante rotina as Comunicações na Fundação Getúlio Vargas, que abrangia também o contrôlê das mesas telefônicas, possuía os seguintes inconvenientes:

- I) Documentos com o mesmo número embora destinados a órgãos diferentes.

7.

- II) Documentos trocando de número quando eram encaminhados de um órgão a outro.
  - III) Impossibilidade de localização de documentos pela falta de indicações referentes aos encaminhamentos posteriores ao primeiro. Este cuidado quase nunca era tomado pelos setores de trabalho da Fundação.
  - IV) Falta de cópias dos documentos expedidos.
  - V) Inexistência de Arquivo Central de Movimento ou de Arquivo Central Permanente.
  - VI) Inexistência de um código de assentos.
  - VII) Inexistência de método para informações sobre documentos entrados, o que implicava, quando procurado algum, em se restabelecer o caminho percorrido pelo documento indo um servidor de Núcleo a Núcleo.
  - VIII) Inexistência de desdobramento dos assuntos constantes dos documentos entrados.
- Descentralização da expedição de obras produzidas pelos Núcleos da Fundação que se faziam por um dos Setores da Documentação.
- X) Imprevisão da capacidade de ramais internos da mesa telefônica.

Como se depreende do acima exposto e de acordo com o que foi inicialmente declarado, somos de opinião que os Serviços de Administração da Fundação Getúlio Vargas não possuíam Setor ou Secção de Comunicações, pois o que existia leva a supor pretender-se fazer, em futuro, um planejamento mais adequado. Esta su posição provém da verificação do número de documentos entrados na Fundação desde o início dos seus trabalhos até setembro de 1947 e que não atingiam a 2 mil documentos.

Achamos, contudo, que este motivo permitiria, antes, possuir um Serviço de Comunicações modelar.

## PESSOAL

### Plano de Trabalho

As instruções, ordens e Circulares Internas existentes na Fundação Getúlio Vargas permitem concluir-se sobre a inexistência de um plano referente ao funcionamento de um Setor de Pessoal para a Fundação Getúlio Vargas.

A execução referente aos trabalhos de um órgão dessa natureza era confiada a um único servidor que se limitava às providências determinadas pela Superintendência.

Assim, o órgão de Pessoal da Fundação não existia, praticamente, e o conjunto administrativo se sentiu grandemente prejudicado em virtude dos seguintes pontos que não foram nem sequer focalizados:

- I) Determinação dos cargos necessários ao funcionamento Administrativo da Fundação e respectiva classificação dos mesmos.
- II) Processo de Recrutamento e Seleção para o preenchimento de cargos.  
(Aliás, diga-se de passagem que excepcionalmente foram submetidos a provas candidatos em número de 15 e que todos os outros servidores da Fundação foram admitidos pelo regime de apresentação ou pedido).
- III) Rotina de Admissão, de Registro Funcional, de Promoções, etc.
- IV) Formação de Carreiras Profissionais.  
(Sobre este aspecto a Fundação apresentava-se como possuidora de empregos que depois de conseguidos nenhum interesse despertava, uma vez que não havia previsão para acessos).

9.

- V) Determinação de níveis de salários. Da ve rificação das admissões feitas pela Funda ção, resultava a conclusão de que as pro-  
postas verbas de salários, depois confirma das por ordem interna, eram uma conseqüên-  
cia da apresentação ou aparência dos candi datos.
- VI) Método ou rotina para a execução e satisfa ção das exigências da Legislação do Traba-  
lho e da referente aos Institutos de Apo-  
sentadoria e Pensões.
- VII) Método de apuração de freqüência e de con-  
trôle de assiduidade.
- VIII) Designações e determinações sôbre movimen-  
tação de pessoal sem atos adequados, fei-  
tos por determinação verbal ou mediante sim  
ples papeletas das denominadas C.I. (Comu-  
nicação Interna).
- IX) Aperfeiçoamento e treinamento dos próprios  
servidores.  
(Existia neste particular permissão pa ra os servidores da Fundação freqüen-  
tarem alguns cursos mantidos pelos Nú-  
cleos, não havendo, todavia, nenhum  
plano de aperfeiçoamento).
- X) Elementos reais demonstrativos das finali-  
dades da Fundação a fim de que os servido-  
res compreendessem as altas finalidades da  
Instituição a que serviam.

Como se depreende do exposto, não existia na  
Fundação Getúlio Vargas nenhum plano, nem rotina, nem o  
que se pudesse chamar de política de pessoal. Por ou  
tro lado, nenhuma rotina sôbre os problemas de pessoal  
foi encontrada, o que demonstra praticamente a inexis-  
tência dêste órgão.

## MATERIAL

### Plano de Trabalho

Este setor da Fundação possuía, de maneira esparsa, instruções de serviço e comunicações internas, que permitiam, embora sem uma rotina pré-estabelecida, ou melhor, um plano de trabalho, atingir as suas finalidades.

Estas instruções referem-se, quase todas, à distribuição interna do material de consumo e respectivo controle. O sistema esboçado era executado na base do preenchimento de um pequeno talão de pedidos que, entregue no almoxarifado ou setor de Material, recebia os lançamentos referentes aos preços do material a ser fornecido. Estes talões eram guardados por ordem de Núcleos e Setores e dentro desta ordem por número de talão. Nos Núcleos e Setores, em alguns, existiam talões individuais para os servidores requisitarem por sua vez o que precisassem.

### Execução do Trabalho

A parte referente à execução, como não houvesse plano de trabalho definido, apresentava-se com sérias falhas.

A insegurança dos trabalhos deste setor pode ser apreciada através dos seguintes itens:

- 1) Falta de rotina determinante do processo de compras.
- 2) Nenhuma previsão do material a ser adquirido dentro de um exercício.
- 3) Inexistência de levantamento e registro de preços correspondentes aos produtos adquiridos pela Fundação.

11.

- 4) Aquisições parceladas de materiais, dos quais, se houvesse previsão, poderiam ser adquiridos em maior quantidade e por menores preços.
- 5) Falta de determinação rigorosa de especificações referentes ao material técnico.  
(Não se incluíam neste item as aquisições de material para desenho e as correspondentes a microfilmagem de documentos).
- 6) Uso de modelos referentes ao controle de estoques - deficiente e sem permitir o balanço e verificação do Almoxarifado.
- 7) Falta de pautas de consumo.
- 8) Inexistência de estantes e equipamento indispensável à guarda, proteção e conservação de materiais.
- 9) Lotação inadequada de servidores, quase todos sem nenhum treino do problema de material.
- 10) Inexistência de inventário rigoroso referente ao material permanente.

Fácil se torna concluir que era inexistente o órgão de material da Fundação. Convém, todavia, ressaltar que as compras efetuadas pela Fundação e por nós examinadas, todas, aliás, realizadas pelo órgão de material, foram feitas em bases vantajosas. Tal fato é explicado pela circunstância de possuir o órgão de material da Fundação um dos elementos treinados em compras pelo Banco do Brasil, a cujo quadro de funcionários pertence.

#### CONTABILIDADE

##### Plano de Trabalho

Não se pode dizer, também, neste setor de con-

12.

siderável importância, que houvesse um plano de trabalho determinando as operações a realizar e estabelecendo uma rotina clara e bem definida.

Foi encontrado, todavia, um plano de contas bem concatenado, considerando-se a época em que foi criado. Na base deste plano de contas eram feitos os lançamentos. Estes se faziam, inicialmente, no modelo Ficha de Lançamento em três vias. A 1ª em côr de rosa destinava-se ao Débito da Despesa, creditando-se a importância correspondente como "Contas a Pagar". A 2ª via em côr azul destinava-se ao Débito de Contas a Pagar e crédito do Banco contra o qual era emitido o cheque. A 3ª via em côr branca destinava-se a permanecer na Tesouraria como comprovante do pagamento. No caso de simples transferências contábeis, também eram preenchidas Fichas de Lançamento em uma única via. Os modelos primitivos de Ficha de Lançamentos sofreram pequenas alterações, como a correspondente a variações de títulos. As Fichas de Lançamento a provadas pelo Superintendente constituíam a base para a escrituração do Razão e do Diário, bem como do Registro Cronológico de Cheques Emitidos. O livro principal era, sem dúvida, o Razão, escriturado analiticamente, com os históricos das Fichas de Lançamento.

De maneira geral eram estes os principais aspectos do funcionamento da Contabilidade da Fundação, sendo desnecessário descrever os processos referentes aos lançamentos do Diário e do Razão, dada a nenhuma novidade encontrada nestes livros.

### Execução do Trabalho

De acôrdo com os pontos acima descritos, a Contabilidade da Fundação Getúlio Vargas apresentava-se, na parte referente à sua execução, com sérias deficiências.

Essas deficiências não poderiam satisfazer a nenhuma administração capacitada de suas responsabilida-



13.

des e podem ser resumidas do seguinte modo:

- I) Preparo de dois lançamentos para cada operação porque todos os pagamentos passavam obrigatoriamente pelo título de Contas a Pagar.

(Os inconvenientes desta rotina podem ser imaginados principalmente se se considerar o caso de operações não realizadas e de outras não concluídas. Assim, muitas vezes, fazia-se o 1º lançamento, crédito de Contas a Pagar, e depois de alguns meses chegava-se à conclusão de que a operação não deveria ser completada, por falta de autorização da despesa, o que obrigava o estornar a 1ª parte já lançada).

- II) A Contabilidade emitia a Ficha de Lançamento, lançava a 1ª via e quando a Tesouraria procedia ao pagamento é que se completava o lançamento com os elementos referentes ao número do cheque, etc.

(Ora, qualquer transcrição errada desses lançamentos acarretava sérias dificuldades às apurações finais e fechamento das contas).

- III) A existência do Plano de Contas, embora desse como conseqüência a possibilidade dos levantamentos correspondentes a cada título e sub-título, não produziu os efeitos desejados, uma vez que não se garantiam a exatidão dos lançamentos.

- IV) Não era possível à Contabilidade levantar o estado real de cada conta a não ser por pesquisas e buscas partindo mesmo dos documentos originais.

- V) Não se previu a necessidade de apropriar cer

14.

tas despesas e de fazê-las integrantes de certos e determinados bens.

(Assim aconteceu quanto ao caso de consertos, reparações e adaptações de bens imóveis).

VI) Não se determinou, com rigor, e não se procurou interpretar certas despesas, consideradas, genericamente, como Diversas Despesas, o que prejudicou o levantamento real dos gastos correspondentes a cada setor de trabalho.

VII) Não havia uma subordinação a limites de gastos nem advertência da Contabilidade sobre despesas referentes a disponibilidades anuais, uma vez que a Fundação não preparou orçamento nem calculou, pelo seu plano de trabalho, as despesas a realizar.

VIII) Não se exerceu a principal função de um órgão contábil, por deficiência de dados e levantamentos, que seria a de fiscalizar a receita e a despesa.

Os pontos acima apresentados demonstram as deficiências dos serviços de Contabilidade da Fundação. Algumas alterações foram realizadas no processo de trabalho acima descrito, todas, verdadeiramente, interessantes e que melhoraram grandemente os serviços.

— x —

Uma reforma geral dos planos e rotinas se impõe imediatamente não só com referência à Contabilidade como aos demais setores do conjunto administrativo no meadamente: Zeladoria, Comunicações, Pessoal e Material.

— x —

Uma vez exposta a situação dos diversos ór-

15.

gãos e ao apresentarmos o presente trabalho resta-nos, sòmente, agradecer a preferênciã que nos foi dada pelo Senhor Presidente e Diretor Executivo da Fundação Getúlio Vargas.

Rio, novembro de 1946

(a.) F. Epitácio Maia

REALIZAÇÕES SEMESTRAIS DE DOAÇÕES E SUBVENÇÕES

	1944	1945		1946	
	2º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre	2º semestre
Doações e subvenções realizadas	19.177.000,00	25.388.000,00	4.040.000,00	202.570,00	15.680.559,00
Doações em vias de realização	—	—	—	—	50.100.000,00

## DOAÇÕES EM DINHEIRO

Nº DO PROCESSO	DOADOR	IMPORTÂNCIA DA DOAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO						DOAÇÃO REALIZADA	DOAÇÃO A REALIZAR
			1945		1946		1947/8/9			
			RECEBIDA	A RECEBER	RECEBIDA	A RECEBER	RECEBIDA	A RECEBER		
Escritura	Governo Federal da Re- publica	5.000.000,00	5.000.000,00	-	-	-	-	-	5.000.000,00	-
"	Alagoas	100.000,00	50.000,00	50.000,00	-	-	-	-	50.000,00	50.000,00
"	Amazonas	200.000,00	-	200.000,00	-	-	-	-	-	200.000,00
"	Baia,	500.000,00	500.000,00	-	-	-	-	-	500.000,00	-
"	Ceara	100.000,00	-	100.000,00	-	-	-	-	-	100.000,00
"	Espirito Santo	50.000,00	25.000,00	25.000,00	-	-	-	-	25.000,00	25.000,00
"	Goiás	200.000,00	-	-	200.000,00	-	-	-	200.000,00	-
"	Maranhão	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	-	100.000,00	-
"	Mato Grosso	50.000,00	-	50.000,00	-	-	-	-	-	50.000,00
"	Minas Gerais	200.000,00	-	200.000,00	-	-	-	-	-	200.000,00
"	Para	300.000,00	300.000,00	-	-	-	-	-	300.000,00	-
"	Paraíba	70.000,00	70.000,00	-	-	-	-	-	70.000,00	-
"	Pernambuco	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	200.000,00	-
"	Piauí	50.000,00	50.000,00	-	-	-	-	-	50.000,00	-
"	Rio de Janeiro	500.000,00	-	100.000,00	100.000,00	-	-	300.000,00	100.000,00	400.000,00
"	Rio Grande do Norte	50.000,00	-	50.000,00	-	-	-	-	-	50.000,00
"	Rio Grande do Sul	500.000,00	500.000,00	-	-	-	-	-	500.000,00	-
"	Sta. Catarina	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	-	100.000,00	-
"	São Paulo	500.000,00	500.000,00	-	-	-	-	-	500.000,00	-
"	Sergipe	50.000,00	50.000,00	-	-	-	-	-	50.000,00	-
"	Território do Acre,	10.000,00	10.000,00	-	-	-	-	-	10.000,00	-
"	Território do Amapá,	10.000,00	10.000,00	-	-	-	-	-	10.000,00	-
"	Território de Guaporé	10.000,00	10.000,00	-	-	-	-	-	10.000,00	-
"	Território de Iguassu	10.000,00	10.000,00	-	-	-	-	-	10.000,00	-
"	Território de Ponta Porã	10.000,00	10.000,00	-	-	-	-	-	10.000,00	-
"	Território de R.Branco	10.000,00	10.000,00	-	-	-	-	-	10.000,00	-
"	Prefeit. Munic. S.Paulo	500.000,00	500.000,00	-	-	-	-	-	500.000,00	-
"	I.A.P.B.	500.000,00	500.000,00	-	-	-	-	-	500.000,00	-
"	I.A.P.C.	1.800.000,00	1.800.000,00	-	-	-	-	-	1.800.000,00	-
"	I.A.P.E.	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	200.000,00	-
"	I.A.P.I.	2.000.000,00	2.000.000,00	-	-	-	-	-	2.000.000,00	-
"	I.A.P.M.	500.000,00	500.000,00	-	-	-	-	-	500.000,00	-
"	I.A.P.T.C.	500.000,00	500.000,00	-	-	-	-	-	500.000,00	-
"	I.P.A.S.E.	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-	-	-	-	1.000.000,00	-
"	CAP. Ferrov. E.F.C.B.	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	200.000,00	-
"	CAP. Ferrov. Est. Baia	60.000,00	60.000,00	-	-	-	-	-	60.000,00	-
"	CAP. Ferrov. Est. S.Paulo	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	-	100.000,00	-
"	CAP. Ferrov. Great Western	50.000,00	50.000,00	-	-	-	-	-	50.000,00	-
"	CAP. Ferrov. Est. Tereza Christina	40.000,00	40.000,00	-	-	-	-	-	40.000,00	-
"	Cap. Ferrov. Leopoldina Railway	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	-	100.000,00	-
"	CAP. Ferrov. Cia Paulista	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	-	100.000,00	-
"	CAP. Ferrov. R.M. Viacao	70.000,00	70.000,00	-	-	-	-	-	70.000,00	-
"	CAP. Ferrov. Nor.do Brasil	50.000,00	50.000,00	-	-	-	-	-	50.000,00	-
"	CAP. Ferrov. R.G. do Sul	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	-	100.000,00	-
	A transportar	16.750.000,00	15.375.000,00	775.000,00	300.000,00	-	-	300.000,00	15.675.000,00	1.075.000,00

Nº DO PROCESSO	D O A D O R.	IMPORTÂNCIA DA DOAÇÃO	D I S C R I M I N A Ç Ã O							
			1 9 4 5		1 9 4 6		1 9 4 7/8/9		DOAÇÃO	DOAÇÃO
			RECEBIDA	A RECEBER	RECEBIDA	A RECEBER	RECEBIDA	A RECEBER	REALIZADA	A REALIZAR
Escritura	Transporte	16.750.000,00	15.375.000,00	775.000,00	300.000,00	-	-	300.000,00	15.675.000,00	1.075.000,00
	CAP. Ferrov. S.Paulo Railway	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	-	100.000,00	-
	CAP. S.A. Tele Comunicações	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	-	100.000,00	-
	CAP. SP Est. Amazonas	10.000,00	10.000,00	-	-	-	-	-	10.000,00	-
	CAP. SP Est. Baía Sergipe	30.000,00	30.000,00	-	-	-	-	-	30.000,00	-
	CAP. SP Ceara	30.000,00	30.000,00	-	-	-	-	-	30.000,00	-
	CAP. SP Dist. Federal	150.000,00	150.000,00	-	-	-	-	-	150.000,00	-
	CAP. SP Minas Gerais	30.000,00	30.000,00	-	-	-	-	-	30.000,00	-
	CAP. SP Para	20.000,00	20.000,00	-	-	-	-	-	20.000,00	-
	CAP. SP Paraíba	5.000,00	5.000,00	-	-	-	-	-	5.000,00	-
	CAP. SP Parana Sta. Catarina	70.000,00	70.000,00	-	-	-	-	-	70.000,00	-
	CAP. SP Piauí Maranhão	10.000,00	10.000,00	-	-	-	-	-	10.000,00	-
	CAP. SP Pernambuco e Alagoas	40.000,00	40.000,00	-	-	-	-	-	40.000,00	-
	CAP. SP Est. R. de Janeiro	40.000,00	40.000,00	-	-	-	-	-	40.000,00	-
	CAP. SP R.G. do Norte	5.000,00	5.000,00	-	-	-	-	-	5.000,00	-
	CAP. SP R.G. do Sul	40.000,00	40.000,00	-	-	-	-	-	40.000,00	-
	CAP. Sindicato dos Mineiros de M. Gerais	50.000,00	50.000,00	-	-	-	-	-	50.000,00	-
	CAP. Sind. dos Mineiros de P. Alegre	40.000,00	40.000,00	-	-	-	-	-	40.000,00	-
	CAP. SP de Santos	70.000,00	70.000,00	-	-	-	-	-	70.000,00	-
	CAP. Serv. Telefônicos do D. Federal	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	-	100.000,00	-
	CAP. SP de São Paulo	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	-	100.000,00	-
	CAP. SP da Zona da Mogiana em Campinas	50.000,00	50.000,00	-	-	-	-	-	50.000,00	-
	CAP. da Cia. Vale do Rio Doce	40.000,00	40.000,00	-	-	-	-	-	40.000,00	-
	Banco do Brasil S.A.	600.000,00	600.000,00	-	-	-	-	-	600.000,00	-
	Caixa Econ. Federal do Est. do R. de Janeiro	500.000,00	-	150.000,00	-	100.000,00	-	250.000,00	-	500.000,00
	Cx. Econ. Fed. do Est. do R. G. do Sul	500.000,00	500.000,00	-	-	-	-	-	500.000,00	-
	Cx. Econ. Fed. do Parana	500.000,00	250.000,00	-	-	250.000,00	-	-	250.000,00	250.000,00
	Cx. Econ. Fed. de S.Paulo	1.000.000,00	200.000,00	-	-	200.000,00	-	600.000,00	200.000,00	800.000,00
	Cx. Econ. Fed. do R. de Janeiro	2.000.000,00	500.000,00	-	250.000,00	250.000,00	-	1.000.000,00	750.000,00	1.250.000,00
	Cia. Nac. de Alcalis SA	10.000,00	10.000,00	-	-	-	-	-	10.000,00	-
	Cia. Siderurgica Nacion.	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	-	100.000,00	-
	Cia. Vale do R.Doce SA	300.000,00	-	300.000,00	-	-	-	-	-	300.000,00
	A transportar	23.390.000,00	18.665.000,00	1.225.000,00	550.000,00	800.000,00	-	2.150.000,00	19.215.000,00	4.175.000,00

Nº DO PROCESSO	DOADOR	IMPORTÂNCIA DA DOAÇÃO	D I S C R I M I N A Ç Ã O						DOAÇÃO REALIZADA	DOAÇÃO A REALIZAR
			1 9 4 5		1 9 4 6		1947 / 8 / 9			
			RECEBIDA	A RECEBER	RECEBIDA	A RECEBER	RECEBIDA	A RECEBER		
Escritura	Transporte	23.390.000,00	18.665.000,00	1.225.000,00	550.000,00	800.000,00	-	2.150.000,00	19.215.000,00	4.175.000,00
	Comissão Executiva das Frutas	10.000,00	10.000,00	-	-	-	-	-	10.000,00	-
	C.E.do Leite	10.000,00	10.000,00	-	-	-	-	-	10.000,00	-
	C.E.da Pesca	10.000,00	10.000,00	-	-	-	-	-	10.000,00	-
	C.E.de Produtos de Mandioca	10.000,00	10.000,00	-	-	-	-	-	10.000,00	-
	D.N.do Café	500.000,00	500.000,00	-	-	-	-	-	500.000,00	-
	E.F.Central do Brasil	3.000.000,00	500.000,00	500.000,00	-	1.000.000,00	-	1.000.000,00	500.000,00	2.500.000,00
	E.F.Noroeste do Brasil	500.000,00	500.000,00	-	-	1.	-	-	500.000,00	-
	Fund.Brasil Central	5.000,00	5.000,00	-	-	-	-	-	5.000,00	-
	Inst.do Açúcar e do Alcool	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	200.000,00	-
	Inst.Nac.do Mate	10.000,00	10.000,00	-	-	-	-	-	10.000,00	-
	Inst.Nac.do Sal	20.000,00	20.000,00	-	-	-	-	-	20.000,00	-
	Inst.de Resseguros do Brasil	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-	-	-	-	1.000.000,00	-
	L.B.de Assistência	5.000,00	5.000,00	-	-	-	-	-	5.000,00	-
	S.N.de Aprendizagem Industrial	5.000,00	5.000,00	-	-	-	-	-	5.000,00	-
	Cia.Docas de Santos	300.000,00	300.000,00	-	-	-	-	-	300.000,00	-
	Cia.Hotéis Palace	10.000,00	10.000,00	-	-	-	-	-	10.000,00	-
	Cia.Nac.de Maq.Comerciais S.A.	100.000,00	20.000,00	80.000,00	-	-	-	-	20.000,00	80.000,00
	Cia.Siderurg.Belgo-Mineira	500.000,00	500.000,00	-	-	-	-	-	500.000,00	-
	Cia.Textil Fer.Guilmarães	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	-	100.000,00	-
	Cotonifício Rodolfo Crespi	500.000,00	500.000,00	-	-	-	-	-	500.000,00	-
	I.B.de Mecanização S. Hollerith	200.000,00	90.000,00	110.000,00	-	-	-	-	90.000,00	110.000,00
	Maq.Adressog.Multi-graph do Brasil S/A	75.000,00	45.000,00	-	30.000,00	-	-	-	75.000,00	-
	Mesbla	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	200.000,00	-
	O Observador Econômico	25.000,00	5.000,00	20.000,00	-	-	-	-	5.000,00	20.000,00
	Sindicato das Soc. de Seg.Privados e Sap.(Pe las Cias.de Seguros)	10.000.000,00	10.000.000,00	-	-	-	-	-	10.000.000,00	-
	Individuais(Diversos)	388.000,00	385.000,00	-	3.000,00	-	-	-	388.000,00	-
	Valentin Bouças	80.000,00	-	80.000,00	-	-	-	-	-	80.000,00
	João Marques dos Reis	10.000,00	-	10.000,00	-	-	-	-	-	10.000,00
	Assis Chateaubriand	1.000,00	-	1.000,00	-	-	-	-	-	1.000,00
	Bandeira de Mello	500,00	-	500,00	-	-	-	-	-	500,00
	Alexandre M. Filho	500,00	-	500,00	-	-	-	-	-	500,00
	Francisco D'Auria	500,00	-	500,00	-	-	-	-	-	500,00
	Francisco Campos	500,00	-	500,00	-	-	-	-	-	500,00
	Ernesto Dornelles	500,00	-	500,00	-	-	-	-	-	500,00
	Ibêre Gilson	70,00	-	-	70,00	-	-	-	70,00	-
	Anônimo	17.952,00	-	-	17.952,00	-	-	-	17.952,00	-
	Anônimo	17.952,00	-	-	17.952,00	-	-	-	17.952,00	-
	Anônimo	14.155,00	-	-	14.155,00	-	-	-	14.155,00	-
T O T A I S		41.216.129,00	33.605.000,00	2.028.000,00	633.129,00	1.800.000,00	-	3.150.000,00	34.238.129,00	6.978.000,00

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
C. F. - Serviço Central de Contabilidade  
*Christino*  
(LEOSTHENES CHRISTINO)  
CONTADOR  
C. N. I. C. 45.176

*Christino*  
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
SUPERINTENDÊNCIA  
*Christino*  
Ibêre Gilson  
Superintendente Central

F U N D A Ç Ã O G E T U L I O V A R G A S

D E M O N S T R A Ç Ã O P A T R I M O N I A L

SUBVENCOES

Nº DO PROCESSO	D O A D O R	IMPORTÂNCIA ANUAL PROMETIDA	D I S C R I M I N A Ç Ã O							
			1 9 4 5		1 9 4 6		1 9 4 7		TOTAL RECEBIDO	TOTAL A RECEBER
			RECEBIDA	A RECEBER	RECEBIDA	A RECEBER	RECEBIDA	A RECEBER		
Escritura de Consti- tuição	União Federal	15.000.000,00	15.000.000,00		15.000.000,00			15.625.000,00	30.000.000,00	15.625.000,00
	Estado do Ceará	100.000,00				100.000,90		100.000,00		200.000,00
	Instituto do Açúcar e do Alcool	50.000,00			50.000,00			50.000,00	50.000,00	50.000,00
	Banco do Brasil	600.000,00			200.000,00	400.000,00		600.000,00	200.000,00	1.000.000,00
T O T A I S		15.750.000,00	15.000.000,00		15.250.000,00	500.000,00		16.375.000,00	30.250.000,00	16.875.000,00

*Leandro Schirring*  
CONTADOR  
REG. (D.N.I.C. 45.178  
(D.E.C. 49.104)

*Visto*  
*República*



3.

DECRETO-LEI Nº 8.450 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 1945

Institui o regime de assistência médica e hospitalar dos servidores federais e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

.....  
.....  
.....

Art. 6º - Enquanto não forem criados outros recursos especiais, o Governo Federal recolherá anualmente ao IPASE, como contribuição para assistência dos servidores do Estado:

- a) - a importância correspondente a 40% (quarenta por cento) da Taxa de Educação e Saúde, na forma do Decreto-lei nº 6.694, de 14 de julho de 1944;
- b) - a importância de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), parte do crédito de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), destinado ao Hospital dos Servidores do Estado, no orçamento da União.

§ 1º - No corrente exercício de 1945 a contribuição do Governo Federal será representada por 25 % (vinte e cinco por cento) da referida Taxa de Educação e Saúde.

§ 2º - Os créditos de que trata o presente artigo serão automaticamente registrados e distribuídos pelo Tribunal de Contas ao Tesouro Nacional e depositados

4.

no Banco do Brasil à disposição do IPASE.

.....  
.....  
.....

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1945, 1249  
da Independência e 579 da República.

(aa.) JOSE LINHARES, R. Carneiro de Mendonça,  
A. de Sampaio Dória, Jorge Dodsworth Martins, Canrobert  
Pereira da Costa, P. Leão Veloso, J. Pires do Rio, Mau-  
rício Joppert da Silva, Theodureto de Camargo, Raul Lei-  
tão da Cunha, Armando F. Trompowsky.

5.

## DECRETO-LEI Nº 8.496, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1945

Aprova o Orçamento Geral da República para o exercício de 1946.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

.....  
 .....  
 .....

ANEXO Nº 15 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE  
 (Discriminação da Despesa)

## VERBA 3 - SERVIÇOS E ENCARGOS

## Consignação I - Diversos

Subconsignação 06 - Auxílios, Contribuições e Subvenções

## 03 - Subvenções

04 - Departamento de Administração

05 - Divisão do Orçamento

a) .....

b) .....

c) Para atender às despesas previstas no Decreto-lei nº 6.694,

de 14/7/944..... Cr\$31.000.000,00

Rio de Janeiro, em 28 de dezembro de 1945, 124º da Independência e 57º da República.

(aa.) JOSÉ LINHARES, J. Pires do Rio, A. de Sampaio Dória, Jorge Dodsworth Martins, Canrobert Pereira da Costa, P. Leão Veloso, Maurício Joppert da Silva, Theodureto de Camargo, Raul Leitão da Cunha, R. Carneiro de Mendonça, Armando F. Trompowski.

## DECRETO-LEI Nº 9.146 - DE 8 DE ABRIL DE 1946

Derroga os Decretos-leis nºs 6.694, de 14 de julho de 1944, e 8.450, de 26 de dezembro de 1945, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º - Ficam revogados o art. 2º e seus §§ do Decreto-lei nº 6.694, de 14 de julho de 1944, e a letra a do artigo 6º do Decreto-lei nº 8.450, de 26 de dezembro de 1945.

Parágrafo Único - Em consequência do disposto neste artigo, fica sem aplicação a dotação de trinta e um milhões de cruzeiros (Cr\$ 31.000.000,00), consignada na verba 3 - Serviços e Encargos, Consignação I - Diversos, Subconsignação 06 - Auxílios, Contribuições e Subvenções, 03 - Subvenções, 04 - Departamento de Administração, 05 - Divisão do Orçamento, Letra c - "Para atender às despesas previstas no Decreto-lei nº 6.694, de 14 de julho de 1944", do vigente orçamento do Ministério da Educação e Saúde (Anexo nº 15 do Decreto-lei nº 8.496, de 28 de dezembro de 1945).

Art. 2º - O Orçamento Geral da República, no anexo correspondente ao Ministério da Educação e Saúde, consignará verba própria na base de cinquenta por cento (50%) da estimativa da arrecadação da "Taxa de Educação e Saúde", para ser aplicada na ampliação e melhoria do sistema escolar primário em todo o país.

Art. 3º - Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de trinta e um milhões de cruzeiros (Cr\$ 31.000.000,00) para atender à despesa (Serviços e Encargos), com a execução, neste exercício, do disposto no final do artigo anterior.

7.

Art. 4º - Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 8 de abril de 1946, 125º da Independência e 58º da República.

(aa.) EURICO G. DUTRA, Ernesto de Souza Campos, Gastão Vidigal.

6.

## DECRETO-LEI Nº 9.486 - DE 18 DE JULHO DE 1946

Eleva a taxa de Educação e Saúde para Cr\$ 0,80 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º - Fica elevada de Cr\$ 0,40 para Cr\$ 0,80, a taxa de Educação e Saúde, criada pelo Decreto nº 21.335, de 29 de abril de 1932 e alterada pelo Decreto-lei nº 6.694, de 14 de julho de 1944.

Art. 2º - O Governo Federal consignará, a partir do exercício de 1947, no Orçamento Geral da República:

- a) - ao Fundo Nacional de Ensino Primário e às campanhas extraordinárias de educação e saúde uma quantia equivalente a 75% da arrecadação da taxa de Educação e Saúde, que será adicionada à estimativa dos recursos para esse fim especialmente criados pela legislação vigente;
- b) - às atividades educacionais da entidade de que trata o Decreto-lei nº 6.693, de 14 de julho de 1944 e à organização que tiver a seu cargo a assistência médico-hospitalar e social dos servidores do Estado, subvenções anuais calculadas, para cada uma, em valor correspondente a 12,5% da arrecadação da referida taxa.

Art. 3º - Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta

2.

ta milhões de cruzeiros) para atender, no corrente exercício, ao pagamento das subvenções de que trata a alínea b do artigo anterior, crédito esse que será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído à Tesouraria do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 4º - Este decreto-lei entrará em vigor trinta dias após a publicação, cabendo ao Ministério da Fazenda transmitir seu texto a todos os Estados por via telegráfica.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1946, 125º da Independência e 58º da República.

(aa.) EURICO G. DUTRA, Ernesto de Souza Campos, Gastão Vidigal.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Os Órgãos Estatutários da Fundação Getúlio Vargas, instituição de caráter técnico-educativa, em face do que dispõe o Decreto-lei nº 9.146, de 8 de abril de 1946, vem respeitosamente pedir a indispensável atenção de Vossa Excelência para as razões que passam a expor, confiantes no alto espírito de justiça e sabedoria do primeiro magistrado do país.

#### Preliminares

##### - I -

Diante dos problemas nacionais, que não poderiam ser satisfatoriamente resolvidos apenas pelas autoridades públicas, mas que para sua solução exigiam instituições de direito privado, que colaborassem com os órgãos governamentais, assistidas pelas pessoas físicas e jurídicas, interessadas nas questões econômicas e sociais do Brasil, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor Getúlio Dornelles Vargas, por provocação do Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, Senhor Luiz Simões Lopes, houve por bem expedir o Decreto-lei nº 6.693, de 14 de julho de 1944.

##### - II -

Este diploma legal, que previu a constituição de uma entidade que se destinaria à organização racional do trabalho e ao preparo do pessoal para as administrações públicas e privadas, criou uma comissão para estudar a forma jurídica mais conveniente à entidade a que se referia, bem como para promover a satisfação das providências legais necessárias à aquisição de personalidade jurídica.

##### - III -

Manifestando-se essa comissão e havendo o Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, mediante a expedição da portaria nº 9.507, de 19 de outubro de 1944, aprovado os estatutos da entidade em aprêço aos 20 de dezembro de 1944 na cidade do Rio de Janeiro, na forma do Decreto-lei acima citado e de acordo com as disposições do Código Civil, foi assinada a escritura de constituição da Fundação Getúlio Vargas.

#### De Meritis

##### Os fins da Fundação Getúlio Vargas

De acordo com o artigo segundo de seus estatutos



2.

Estatutos, a Fundação visando os problemas da organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativo e social, e a conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro, passou a ter os seguintes objetivos:

- I - Promover estudos e pesquisas, nos domínios das atividades públicas ou privadas;
- II - Prover à formação, à especialização e ao aperfeiçoamento de pessoal para empreendimentos públicos e privados;
- III - Constituir-se em centro de documentação para sistematizar e divulgar conhecimentos técnicos;
- IV - Incumbir-se do planejamento e da organização de serviços ou empreendimentos, tomar o encargo de executá-los, ou prestar-lhes a assistência técnica necessárias;
- V - Concorrer para melhor compreensão dos problemas de administração, propiciando o seu estudo e debate.

- II -

Para tanto realizar, a Fundação, de conformidade com seu plano de atividades tinha que criar centros de estudos e pesquisas, de seleção, orientação e ensino, de documentação e de organização, próprios ou em regime de cooperação com entidades nacionais ou estrangeiras. (Estatutos, art. 2º, parágrafo único).

- III -

Na verdade, progressivamente, foram sendo criados centros para estudos, pesquisas e inquéritos no campo das ciências econômicas e sociais para objetivar os problemas brasileiros, entre os quais os ligados ao trabalho, à produção, aos transportes, à tributação, à geologia, centros de estudos, pesquisas e investigações no campo das ciências abstratas, físicas e biológicas, para o conhecimento dos problemas ligados à utilização de nossos recursos naturais ainda não aproveitados ou ao aperfeiçoamento dos processos, para os já utilizados; centros de planejamento e de organização de serviços e empreendimentos, a fim de tomar o encargo de executá-los ou prestar-lhes assistência técnica necessária; centros de formação de técnicos especializados para fornecer às entidades públicas ou privadas o elemento humano altamente qualificado para o desempenho eficiente de fun-

3.

funções nos diversos ramos de suas atividades, bem como para oferecer orientação e oportunidade de aperfeiçoamento a técnicos nacionais; centros de documentação para sistematizar e divulgar conhecimentos de natureza técnico-científica; e, finalmente centros de intercâmbio para articular a Fundação com entidades nacionais e estrangeiras, coordenando as atividades de estudos e pesquisas, de inquéritos e investigações realizadas no Brasil. Exemplificando: Núcleo Técnico Científico de Matemática; Núcleo Técnico Científico de Geologia e Geografia; Núcleo Técnico Científico de Biologia; abrangendo o setor de Psicotécnica; Centro de Inquéritos e Análises com suas seções econômica, demográfica e social; Seção de Cadastro e Cooperação; Seção de Intercâmbio e Bolsas; Seção de Documentação; Seção de Cadastro de Técnicos e Cientistas; Seção de Publicidade e Publicações; Seção de Planejamento e Controle do Ensino; e Seção de Estudos e Projetos, subordinada à Divisão de Organização.

#### Colaboradores

E não foram vãos os esforços empreendidos para a criação destes Centros Técnicos e Científicos, previstos pelo artigo 1º do Decreto-lei nº... 6.693 de 1944, pelos Estatutos (parágrafo único do artigo 2º) e pelo Plano de Trabalho, aprovado pelos Órgãos Estatutários. É que, os que foram chamados a colaborar em cada um dos setores, souberam trabalhar dentro de um espírito de equipe procurando unicamente a concessão dos objetivos da Fundação Getúlio Vargas. Os cientistas e os técnicos nacionais ou estrangeiros do mais alto nível, souberam sobretudo viver o espírito que anima as entidades que, sem objetivos imediatistas, voltam-se para os problemas mágnos da nacionalidade e emprestam um cunho idealístico às realizações humanas.

Conseguiu a Fundação o milagre de, em pouco mais de um ano de existência, congregar cientistas e técnicos os mais expressivos. Entre os brasileiros encontram-se nomes como os de: Othon Henry Leonardos, Christovam Leite de Castro, Elysiário Távora Filho, Llewellyn Ivor Price, Reynaldo Saldanha da Gama, Avelino Ignacio de Oliveira, Carlos de Paula Couto, Mótula Laneman, Evaristo Penna Scorza, Benjamim Savoy Júnior, Fernando Flávio Marques de Almeida, Glycon de Paiva, Josué Camargo Mendes, Luciano Jacques de Moraes, Ruy de Lima e Silva, Ruy Ozório de Freitas, Ruy Ribeiro Franco, Sylvio Frois Abreu, Lélío I. Gama, Francisco Mendes de

4.

de Oliveira Castro, Leopoldo Nachbin, Candido da Silva Dias, Luiz Cintra do Prado, Fernando Furquim de Almeida, Mário Schönberg, Omar Catunda, Abraão de Moraes, Elza F. Gomide, Luiz Henrique Jacy Monteiro, Benedito Castrucci, João Batista Castanho, Palmyra Amazonas Sampaio, Cândido Gonçalves Gomide, Afonso Toledo Piza, Maria Isabel Camargo Reis, Maria Aparecida de Camargo Nogueira, Abraão Bloh, Hermann Zion, Nelson da Silveira Leme, João Augusto Breves Filho, Paulo A. Correia de Brito, Maurício Matos Peixoto, Alvércio Moreira Gomes, Osvaldo Sangiorgi, Eduardo Alcântara de Oliveira, Antônio Raphael Machado, Luiz Gonzaga de Cerqueira Cintra, Clodomiro Furquim de Almeida, Ary Nunes Tietbühl, José Abdelay, Marcelo Damy de Souza Santos, José Leite Lopes, Cezare Lattes, Luiz Freire, Antonio Silva Mello, Jayme Moreira Lins de Almeida, José Rodrigues da Silva, Olavo Rocha, Manuel José Ferreira, Carlos Chagas Filho, André Dreyfus, Henrique Aragão, Haroldo Travassos, Paulo Sawaya, N. Dias dos Santos, Henrique Veloso, Fritz de Lauro, Octávio Mangabeira Filho, José Oiticica Filho, Hugo Souza Lopes, Lauro Travassos, Lauro Travassos Filho, Euríalo Canabrava, J. P. Fontenele, Rafael da Silva Xavier, Thomaz Pompeu Acioly Borges, Américo Leonides Barbosa de Oliveira, João Lyra Madeira, Jorge Kingston, Octávio Alexander de Moraes, Jorge Oscar de Mello Flores, José Zacarias de Sá Carvalho, Moacyr Teixeira da Silva, Tocary Assis Bastos, Romulo de Almeida, Odálio Gígiarullo Amorim, Marcelo Brasileiro de Almeida, Iberê Gilson, Geraldo Wilson Nunan, Flávio Cardoso de Carvalho Leme, Alvaro Gueiros, Dimitri Pankov, Arthyr Hehl Neiva, Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, Roberto da Motta Macedo, Gustavo Gerber Figueira de Mello, Carlos Osvaldo, T. Santa Rosa Júnior, Renato Tavares Lyra, Thiers Martins Moreira, Alvaro Vital Brasil, Gustavo Mendes de Oliveira Castro, Jorge Machado Moreira, Alberto Gastiel.

Entre os estrangeiros: Giacomo Albanese, Giorgio Mortara, Marcela Mortara, Achile Bassi, Pierre Dansereau, Luigi Fantapio, Luigi Galvani, Godofredo Garcia, William D. Johnston Junior, Augustine Landau, Charles Tadeu Javes, Thusnelda Arens Lausberg, Viktor Leinz, Ettore Onorato, A. Rosenblatt, Francis Ruellan, L. A. Santaló, William Seifriz, Luigi Sobrero, Alejandre Terracini, André Weil, Oscar Zariski, Karl Arens, Gleb Wataghin, Antonio A. Monteiro, Kenneth E. Caster, Hugo Ribeiro, Bernard Gross, Jorge Pankov e Otto Maria Karpeaux.

5.

Entre as entidades que colaboram eficientemente com a Fundação contam-se: Escola Técnica do Exército, Secção de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo, Secção de Matemática da Faculdade Nacional de Filosofia, Secção de Geologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Sociedade de Matemática de São Paulo, Secção de Física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Instituto Oswaldo Cruz, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Imprensa Nacional, Universidade Rural, Museu Nacional e Sociedade de Geologia de São Paulo.

### Realizações

- I -

Seria necessário transformar esta síntese num relatório circunstanciado para abranger todas as realizações técnico-científicas da Fundação Getúlio Vargas. No entanto, cabe salientar os principais empreendimentos que, pela sua natureza, tiveram maior irradiação nos meios técnicos e culturais:

- I - Seminário de Física Nuclear, que reuniu representantes das principais entidades científicas do país oficiais e particulares;
- II - Seminários de Geologia e Geografia, congregando as entidades especializadas do Rio de Janeiro e de São Paulo;
- III - Seminário de Matemática com a participação dos mais eminentes nomes nacionais e estrangeiros;
- IV - Seminários Econômico-Sociais com debates sobre problemas ligados à economia e à sociologia de regiões brasileiras ou sobre planificação econômica nacional;
- V - Cursos pela primeira vez realizados no Brasil:
  - a) - Curso de Geomorfologistas.
  - b) - Curso de Prospectores de Minas.
  - c) - Curso de Desenho aplicado à Propaganda e Artes Gráficas.

6.

- VI - Publicação de 12 trabalhos técnico-científicos, estando no prelo mais 25 e já elaborados 39;
- VII - Intercâmbio com cêrca de 600 entidades científicas de todo o mundo;
- VIII - Estudo sôbre a regulamentação dos problemas fundamentais dos Serviços Públicos Concedíveis, incluindo a conceituação, classificação e fixação das jurisdições administrativas;
- IX - Estudo sôbre os materiais de construção nos arredores do Rio de Janeiro, visando o barateamento das construções no Distrito Federal, por solicitação da Comissão Organizadora do Instituto do Serviço Social do Brasil (IS SB).
- X - Estudo básico de geologia constituindo especialmente cartas geológicas do Brasil mais atualizadas e mais completas que as existentes;
- XI - Estudos detalhados sôbre a Restinga Fluminense, de comum acôrdo com o Conselho Nacional de Geologia;
- XII - Estudos gerais sôbre a alimentação, especialmente a respeito das propriedades do feijão seja, por solicitação de várias entidades inclusive do Conselho Federal do Comércio Exterior;
- XIII - Estudo dos calcários do Brasil e seu aproveitamento nas indústrias de cimento e cal e como corretor de solos;
- XIV - Estudos geográficos, demográficos, sociais, econômicos e geológicos sôbre a Baixada Fluminense por solicitação do Conselho Nacional de Imigração e Governo do Estado do Rio de Janeiro; e
- XV - Colaboração direta com representantes dos diversos Partidos Políticos na Assembleia Constituinte, os quais têm procurado, sistematicamente, a cooperação dos técnicos e cientistas da Fundação Getúlio Vargas para elaboração

7.

elaboração de alguns problemas em debate naquela Casa Legislativa.

Através dêstes itens pàlidamente consti-tuem e exprimem a fisionomia própria da Fundação Getúlio Vargas quanto à realizações, Vossa Excelên-cia como estadista, tendo a visão da vida, e con-cepção do homem brasileiro e dos seus destinos, sa-berá levantar o balanço dos trabalhos impostos a es-ta entidade, para assegurar aos técnicos e cientis-tas tôdas as possibilidades de expansão. E mais: Vossa Excelência verificará que os fundamentos de cada uma das questões enumeradas têm um sentido pa-triótico e cultural, pois os que colaboram na Fun-dação Getúlio Vargas, cõscios de suas responsabi-lidades, agem sòmente atraídos pelo conhecimento das causas finais. Não se esquecem êles dêste pos-tulado: "em cada época, ao lado das atividades que transformam o presente e preparam o futuro, há do-tado de certa estabilidade, um patrimônio de bens culturais adquiridos. Vossa Excelência observará que a Fundação Getúlio Vargas, não acelerando suas atividades, não improvisa, procurando construir com os esforços e sacrifícios árduos de antepassados e com as colaborações técnicas do presente, constru-ções de futuro. Vossa Excelência, em suma, saberá congrega a multiplicidade dos trabalhos que foram relacionados numa unidade orgânica, de acõrdo com a indispensável tabela de valores que hierarquiza as obras de cultura o de ciência. E dentro dessa unidade, Vossa Excelência encontrará não o traba-lho de pensadores, técnicos e cientistas, isolados pelas cogitações metafísicas, mas homens que plas-mam uma elite capaz de compreender os problemas vi-tais do Brasil de conformidade com as suas exigên-cias fundamentais.

#### Testemunho das realizações

- II -

É inelutável reconhecer que só um exame in-loco facultará o pleno reconhecimento dos deta-lhes, que, conseqüentemente, exaltam o todo dessas realizações. Razão porque os que visitam esta Ins-tituição, percorrendo os Centros e os Núcleos, que a constituem técnica e cientificamente, demonstram seu entusiasmo e admiração pelso estudos que se pro-cedem, pelas pesquisas que se realizam e pela orga-nização que se infunde. Entre os que assim já se manifestaram, ao visitar esta Fundação, não devem ser ocultados:

8.

ocultados:

Embaixador José Carlos de Macedo Soares,  
Interventor de São Paulo;

Coronel Armando Dubois Ferreira, da Escola Técnica do Exército e representante do Ministério da Guerra junto à Fundação Getúlio Vargas;

Deputado Novelli Junior, da bancada do Partido Social Democrático de São Paulo;

Pedro Calmon, Membro da Academia Brasileira de Letras e Diretor da Faculdade Nacional de Direito;

Francisco San Thiago Dantas, Professor da Faculdade Nacional de Direito;

Alcides Franco, Diretor da Faculdade Nacional de Agronomia;

Alexandre Marchant, Chefe do Serviço de Intercâmbio da Embaixada dos Estados Unidos da América do Norte;

Luciano Jaques de Moraes, Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo;

Sylvio Barbosa, Professor da Faculdade de Engenharia da Universidade de Minas Gerais;

Coronel Casemiro Montenegro, do Estado Maior do Ministério da Aeronáutica;

Deputado João Cleofas, da bancada da União Democrática Nacional de Pernambuco;

Deputado Lauro Montenegro, da bancada do Partido Social Democrático de Alagoas;

Deputado José Bezerra Joffily, da bancada do Partido Social Democrático da Paraíba;

Pedro Lessa Spyer, Assistente Técnico da Estrada de Ferro Central do Brasil;

Joaquim de Assis Ribeiro ex-diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil e atual Superintendente da Estrada de Ferro Mossoró;

9.

J. Homem dos Montes, Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo;

Deputado Alde Sampaio, da bancada do Partido Social Democrático de Pernambuco;

Deputado Plínio Lemos, da bancada da União Democrática Nacional da Paraíba;

Deputado Ernani Sátiro, da bancada da União Democrática Nacional da Paraíba;

J. Pokrovsky, Diretor do Departamento de Estatística da Bôlsa de Mercadorias de São Paulo;

Carlos Amalio Filho, Secretário-Geral do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais;

Monsenhor Olivier Maurault, Magnífico Reitor da Universidade de Montreal, Canadá.

A responsabilidade dos estadistas, técnicos, professores e cientistas acima relacionados fala sobejamente do valor dos seus julgamentos. Mas, a verdade é que muitos dos que a visitaram deixaram de ser citados como observadores das suas realizações, pois nela se integraram prestando concurso fecundo ao aperfeiçoamento dos seus planos técnico-científicos.

Vossa Excelência, aliás, ao deparar com os nomes dos que colaboram com a Fundação Getúlio Vargas, desde logo julgará da sua habilitação técnica e científica, que evidencia não apenas um processo, mas também um resultado que assegura à Instituição a sua organicidade.

E, em se tratando de testemunhar realizações que informam necessidades nacionais, não é possível deixar de consignar as palavras dos que quiseram fixar, no tempo, suas impressões.

Por ocasião do "Seminário de Física Nuclear", assim se expressou o Coronel Armando Dubois Ferreira, através do seu discurso:

"Eu não preciso dizer que o Exército se interessa vivamente e ninguém mais do que o ilustre Titular da Pasta da Guerra



10.

Guerra que desde que teve notícia, dessa iniciativa, procurou incentivá-la e dar todo apoio ao seu alcance. O Exército digo, se interessa vivamente pelos trabalhos desta ordem e os oradores que nesta noite me precederam me dispensam de oferecer qualquer justificativa para este interesse"

.....

"A Escola Técnica do Exército que já se sente capturada por este Núcleo de escol, congratula-se com o êxito desses trabalhos e felicita calorosamente os dirigentes da Fundação Getúlio Vargas pela iniciativa, pelo sucesso obtido, fazendo ardentes votos pelo seguimento do admirável programa traçado pela Fundação. Que ela consiga o mesmo sucesso, o mesmo êxito para o engrandecimento da nossa querida Pátria"

Este mesmo brilhante Oficial do Exército Nacional, posteriormente, em carta que dirigiu ao Diretor Executivo desta entidade, afirmou:

"Representante que fui do Ministério da Guerra junto ao Seminário de Física Atômica organizado pela Fundação Getúlio Vargas, cumprio o grato dever de manifestar em meu nome e no do Ministério que tive a honra de representar, todo o aplauso e admiração não só pela oportuna iniciativa de V. Exa, como ainda - o que é mais - pelos magníficos resultados práticos alcançados, através da extraordinária repercussão desses debates em todos os círculos técnicos e intelectuais do Brasil. Revelando uma notável capacidade organizadora que mostra sua aptidão para as finalidades científicas e patrióticas que se impõe, a Fundação Getúlio Vargas conseguiu reunir os elementos mais representativos da Ciência, no campo das pesquisas físicas em nossa terra, criando, pela primeira vez, a oportunidade para a mais estreita cooperação entre os homens em cujas atividades científicas pode o Brasil apoiar a confiança de seu futuro desenvolvimento técnico e, portanto, também econômico" (Fotocópia desta carta em anexo).

O Comandante Alvaro Alberto finalizou o seu discurso por ocasião do Seminário de Física Nuclear, da seguinte forma, depois de desejar uma vida longa à Fundação:

11.

Fundação:

"Faço votos para novos e brilhantes frutos, uma vez que tanto aprendi, e isto, em bem da Ciência, em bem dos grandes interesses do Brasil"

Ainda na mesma reunião científica, afirmou o Professor Luiz de Barros Freyre, da Escola de Engenharia de Pernambuco:

"Em nome do Estado de Pernambuco e da sua Escola de Engenharia, quero agradecer à Fundação Getúlio Vargas a honra que nos foi conferida pelo gentil convite feito a um dos seus professores para tomar parte no Seminário de Física Nuclear, convocado pela Fundação Getúlio Vargas, sem dúvida uma das mais belas obras de compreensão e de idealismo até hoje realizada no Brasil. Para lá eu voltarei transmitindo o eco dos assuntos que aqui foram debatidos pelo escólio da intelectualidade brasileira"

E, por último, cumpre consignar as palavras do Professor Gleb Wataguin, ao encerrar o Seminário de Física Nuclear:

"Não é difícil fazer ciência; mas para fazer ciência são necessárias algumas condições que favorecem o desenvolvimento do trabalho científico. Eu me permito justamente lembrar uma dessas condições que pode ser particularmente favoráveis; é criar para os moços, na idade em que se forma a mentalidade deles, condições e oportunidades para que essa mentalidade seja de natureza cívica. Este grande privilégio da formação científica pode ser oferecido à mocidade e às gerações futuras"

Deixando as impressões relativas ao Seminário de Física Nuclear, cumpre assinalar as palavras do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, sobre os trabalhos realizados pela Fundação:

"Afasto-me desta Casa mais confiante nos destinos do Brasil e na sua elite cultural. Pode a Fundação contar com meu apoio incondicional"

Obtendo a consecução de seus fins, recebendo o apoio e a compreensão dos que se interessam pelos problemas nacionais e pelas questões técnico-científicas, a Fundação Getúlio Vargas, esperava, sem for

12.

forçar soluções imediatistas e sem alardes, sem desenvolver campanhas de publicidade incompatíveis com os seus objetivos técnico-científicos; sem o exibicionismo que não se coaduna com os propósitos das suas realizações e a magnitude dos seus trabalhos; sem os aparatos de instalações luxuosas, preferindo, inverter suas disponibilidades em pesquisas, estudos e inquéritos, em bibliotecas especializadas e em instrumentos de trabalho, esperava, não é demais repetir, continuar seus trabalhos, seus estudos e suas pesquisas dentro das possibilidades que lhe foram asseguradas por Decretos-leis e atos constitutivos regulados pelo Código Civil.

A Fundação Getúlio Vargas em face  
do Decreto-lei nº 9.146

- I -

Acontece, porém, que o Decreto-lei nº 9.146, de 8 de abril de 1946, publicado no "Diário Oficial" de 10 do mesmo mês, derogou os Decretos-leis números 6.694, de 14 de julho de 1944 e 8.450, de 26 de dezembro de 1945.

- II -

O Decreto-lei nº 6.694 de 1944, ex-vi do seu artigo 2º determinava:

- III -

O Decreto-lei nº 6.693, de 1944, que dispôs sobre a criação de uma entidade que se ocuparia do estudo da racionalização do Trabalho, do preparo do pessoal para as administrações públicas e privadas e que manteria núcleos de pesquisas e estabelecimentos de ensino, prescreveu no seu artigo 3º que:

"O Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público representará o Governo Federal nos atos de constituição da entidade"

Nesta época, isto é, a 14 de julho de 1944, o Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público era o Senhor Luiz Simões Lopes.

- IV -

De acordo com esta outorga, conferida por Decreto-lei, o Senhor Luiz Simões Lopes, acompanhado dos respectivos instituidores, a 20 de dezembro de

13.

de 1944, compareceu no 17º Ofício de Notas, da cidade do Rio de Janeiro, para o ato constitutivo da Fundação Getúlio Vargas, declarando:

.....  
 "que na qualidade de representante do Govêr no Federal da República dos Estados Unidos do Brasil (Decreto-lei nº 6.693, de 14 de julho de 1944, artigo 3º) fazia e nome dêste e nos expressos têrmos do aludido artigo do Código Civil, dotação especial de bens livres, vinculados ao fim a que se destina a - Fundação Getúlio Vargas - de acôrdo com os Estatutos transcritos, doando-lhe a quantia de Cr\$5.000,00 (cinco milhões de cruzeiros, já depositados no Banco do Brasil S.A., em conta especial, por fôrça do disposto no Decreto-lei nº 6.908, de 27 de setembro de 1944, e que se transferirá automaticamente à Fundação uma vez preenchidas as formalidades legais que lhe outorguem personalidade jurídica; disse mais que o Govêrno Federal se comprometia, outrossim, a contribuir anualmente para a Fundação com uma quantia não inferior a 25% da Taxa de Educação e Saúde, fazendo incluir no Orçamento da República verba própria calculada na base da estimativa orçamentária" (Livro 476, fls. 6, verso, 17º Ofício de Notas).

- V -

Em face dos Decretos-leis números 6.693 e 6.694, de 14 de julho de 1944, e do compromisso assumido solenemente pelo Govêrno Federal, a fim de que a Fundação Getúlio Vargas obtivesse a dotação especial, e a contribuição anual, que reforçaria as verbas destinadas às suas atividades técnico-científicas, urgia o seguinte:

- a) - um patrimônio composto de bens livres no momento da sua constituição;
- b) - que se verificasse, para todos os fins de direito, o ato constitutivo através da escritura pública;
- c) - a declaração no ato da escritura dos fins especiais a que se destinava a Fundação;
- d) - a aprovação dos Estatutos, espelhando as bases impostas pelos instituidores;
- e) - a existência de uma administração, de

14.

de acôrdo com as formalidades legais;

f) - pronunciamento do Ministério Público; e

g) - inscrição dos Estatutos, de acôrdo com o artigo 18 do Código Civil.

Todos êstes quesitos foram cumpridos, tornando a Fundação Getúlio Vargas uma "universidade de bens personalizada, em atenção ao fim que lhe dá unidade" ou num "patrimônio transfigurado pela idéia, que o põe a serviço de um fim determinado" (Clovis Bevilacqua, Vol. I, pag. 233, Código Civil Comentado)

#### - VI -

Em observância ao artigo 27 do Código Civil, a fim de que ficasse constatado que os Estatutos se conformavam aos fins da Instituição, dentro da ordem jurídica, os mesmos foram submetidos ao exame do Ministério Público que os aprovou, por estarem de acôrdo com as determinações do art. 19 do Código Civil.

#### - VII -

Foram tomadas até precauções especiais.

Muito embora o Código Civil não obrigue a necessidade de aprovação pelo Estado, para aquisição da capacidade jurídica da Fundação, em face da magnitude dos fins desta entidade, o Governo Federal, ex-vi do parágrafo único, art. 2º, do Decreto-lei nº 6.693, de 1944, chegou a determinar que o projeto de Estatutos devia ser aprovado pelo Ministro da Justiça mediante ato expresso, o que se verificou pela Portaria nº ... 9.507, de 19 de outubro de 1944.

#### - VIII -

Com a inscrição dos Estatutos, diante da lei especial, começou a vida legal da Fundação Getúlio Vargas e, conseqüentemente, o ato constitutivo, de acôrdo com o Código Civil, se tornou, para todos os efeitos, irrevogável.

As doações foram recolhidas pela entidade que havia preenchido as formalidades que outorgam a personalidade jurídica. E o Governo Federal, como um dos instituidores principais, ex-vi do art. 2º, parágrafo 2º do Decreto-lei nº 6.694, de 1944, mandou que para o exercício de 1945 o Orçamento consignasse verba especial calculada na base da estimativa orçamentária e discriminada para cada uma das entidades referi

15.

referidas no citado Decreto-lei. E também para o exercício de 1946 foi fixada, de acôrdo com os mesmos dispositivos, verba própria para:

"atender as despesas previstas no Decreto-lei nº 6.694, de 14 de julho de 1944 (anexo 15º do Decreto-lei nº 8.496, de 28 de dezembro de 1945)

- IX -

No entanto, o Decreto-lei nº 9.146, de 8 de abril de 1946, ex-vi do parágrafo único de seu artigo 1º, tornou "sem efeito a aplicação da dotação de trinta e um milhões de cruzeiros (Cr\$31.000.000,00), consignada na verba 3-Serviços e Encargos, Consignação 1-Diversos, Sub-Consignação nº 06-Auxílios, Contribuições e Subvenções, 03-Subvenções, 04-Departamento de Administração, 05-Divisão do Orçamento, Letra c-"Para atender as despesas previstas no Decreto-lei nº 6.694, de 14 de julho de 1944, do vigente Orçamento do Ministério da Educação e Saúde (Anexo nº 15 do Decreto-lei nº 8.496, de 28 de dezembro de 1945).

- X -

Vossa Excelência, Excelentíssimo Senhor Presidente da República, bem pode compreender os efeitos do citado Decreto-lei na vida administrativa, econômico-financeira e social da Fundação Getúlio Vargas, os quais ferem substancialmente os planos técnico-científicos, examinados e aprovados pelo Conselho Diretor, de conformidade com o item III, do art. 11, e, finalmente, pela Assembléia-Geral, ex-vi do art. 7º alínea a), dos Estatutos. E, ferindo estes planos são atingidos os sagrados compromissos que a Fundação Getúlio Vargas assumiu com os cientistas e os técnicos de vários países; são violados os acôrdos assinados com as entidades culturais do Brasil e do estrangeiro; é prejudicada esta compenetração entre as idéias levantadas por esta entidade e os fatos sociais brasileiros, que tão benéficos resultados trará à cultura nacional; e, finalmente, são quebradas as energias e aspirações dos que colaboram com esta Instituição animados pelos mais altos propósitos.

Vossa Excelência que, como Titular da Pasta da Guerra, tanto empreendeu buscando o progresso técnico do Brasil, e que, quando provocado, nunca deixou de intervir em favor das entidades científicas, não poderia deixar de receber o apêlo leal e constante deste Memorial.

16.

## Memorial.

Os Órgãos Estatutários, aqui representados, zelando pelo prestígio da Fundação Getúlio Vargas, diante dos compromissos assumidos, confiantes que as realizações e os planos da Fundação animam uma cultura e traduzem uma esperança técnico-científica do Brasil, solicitam de Vossa Excelência o reexame da matéria contida no Decreto-lei nº 9.146, de 8 de abril de 1946, em nome dos cientistas, dos técnicos e dos professores que trabalham procurando exaltar e engrandecer o Brasil, os quais contam com a honrosa e imprescindível visita de Vossa Excelência como condutor dos destinos da Pátria e como homem que se preocupa com os problemas nacionais.

Rio de Janeiro,

BANCO DO BRASIL S.A.

Direção Geral

Rio de Janeiro, 10 de maio de 1946

Sr. Diretor Executivo

1. Em sessão realizada a 5 de dezembro de 1944, resolveu a Diretoria do Banco do Brasil S.A. que este contribuisse para a Fundação Getúlio Vargas, com uma dotação em dinheiro, pagável no ato da escritura de sua constituição, e com uma subvenção anual correspondente aos juros de uma conta gráfica, aberta no Banco, em nome da mesma Fundação, conta de que só poderiam ser sacados os juros, em prestações mensais e iguais, a partir de 21/12/1945.
2. Juntamente com a decisão supra, reservou-se o Banco o direito de encerrar, em qualquer tempo, a conta aberta em nome da Fundação, desde que o Governo Federal, por sua vez, deliberasse suprimir as subvenções por êle conferidas a essa instituição. O apoio do Banco e as condições em que devia ser efetivado foram comunicados à Fundação, em carta de 14/12/1944.
3. Em cumprimento da deliberação da Diretoria, efetuou o Banco o pagamento da dotação inicial e das prestações de renda correspondentes aos meses de dezembro de 1945 e janeiro, fevereiro e março do ano fluente.
4. Pelo Decreto-lei nº 9.146, de 8 de abril do corrente ano, resolveu o Governo Federal suprimir o auxílio financeiro que prestava à Fundação Getúlio Vargas, visto que aquêlê decreto revogou o artigo 2º e seus parágrafos do Decreto-lei nº 6.694, de 14/7/1944, os quais constituíam, precisamente, o texto legal que autorizava e regulava a concessão do auxílio oficial à Fundação.



2.

5. A vista do exposto, e considerando ter ocorrido a condição que autoriza o Banco a fazer uso do direito que se reservara, resolveu a Diretoria, em sessão de 14 de abril passado, encerrar a conta aberta em nome da Fundação Getúlio Vargas, estornando a quantia respectiva. Fica entendido que a suspensão do pagamento dos juros vigorara, a partir de abril, inclusive, do corrente ano.

Sendo o que se nos oferece no momento, apresentamos a V.Sª a segurança da nossa perfeita consideração.

Pelo BANCO DO BRASIL S.A. - DIREÇÃO GERAL

(aa.) Pedro de Mendonça Lima, Júlio de Mattos

3.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

FGV-111

Rio de Janeiro, 21 de julho de 1946

Senhor Presidente

Em ofício de 10 de maio do ano em curso, comunicou Esse Banco a esta Fundação que a respectiva Diretoria, em sessão de 14 do mês de abril, resolvera encerrar a conta gráfica aberta em nome desta entidade.

2. O motivo de tal decisão residiu, de um lado, no fato de afirmar Esse Banco que se reservara

"o direito de encerrar, em qualquer tempo, a conta aberta em nome da Fundação, desde que o Governo Federal, por sua vez, deliberasse suprimir as subvenções por ele conferidas a essa instituição",

e, de outro lado, em que a expedição do Decreto-lei nº 9.146, de 8 do mesmo mês de abril, determinara a suspensão do auxílio financeiro com que contribuía a União para este órgão.

3. Entretanto, como a abertura da conta em apreço

Excelentíssimo Senhor Doutor Guilherme da Silveira Filho  
MD. Presidente do Banco do Brasil S.A.  
NESTA

4.

não decorrera apenas de uma resolução de Diretoria, mas sim de um compromisso assumido na escritura de constituição desta entidade, o qual somente cessaria se o Governo Federal suprimisse o respectivo auxílio à Fundação,

"por julgar que esta se tenha desviado de seu programa ou haja falhado na consecução de seus objetivos",

não se conformou este órgão com a decisão aludida, e, em ofício de 21 de maio próximo findo, solicitou a esse Banco o reexame da decisão tomada.

4. Agora, porém, a assinatura do Decreto-lei nº 9 486, de 18 de julho fluente, publicado no Diário Oficial de 20 do mesmo mês, restabelecendo a subvenção com que a União se comprometera a participar dos recursos para esta instituição, veio dissipar quaisquer dúvidas que ainda pudessem persistir a respeito.

5. Assim, esta Fundação, complementando o seu pedido anterior, vem solicitar a esse Banco a reabertura da mencionada conta gráfica, de vez que cessaram as causas determinantes da interpretação dessa Diretoria, a cerca dos motivos passíveis de ocasionar a cessação dos compromissos vigentes.

6. Tão clara é a situação gerada pelo citado Decreto-lei nº 9 486, que espera esta instituição, dentro em breve, uma solução favorável por parte desse Banco, pelo que an-

5.

tecipadamente agradeço.

Aproveito a oportunidade para renovar a V.Ex<sup>a</sup> os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Luiz Simões Lopes  
Presidente

1.

1) DOCUMENTAÇÃO E INTERCÂMBIO

## 1.1) SECÇÕES DA DIVISÃO DE INTERCÂMBIO E DOCUMENTAÇÃO

Secções previstas (4)		Secções implantadas (3)	
Designação	Local	Designação	Local
Secção de Bôlsas	D.F.	-	-
Secção de Publicidade e Publicações	D.F.	Secção de Publicações	D.F.
Secção de Cadastro Profissional (Roster)	D.F.	Secção de Cadastro Profissional (Roster)	D.F.
Secção de Biblioteca	D.F.	Secção de Biblioteca	D.F.

## 1.2) ÓRGÃOS REGIONAIS DA DIVISÃO DE INTERCÂMBIO E DOCUMENTAÇÃO

Órgãos regionais previstos (1)		Órgãos regionais implantados (0)	
Designação	Local	Designação	Local
Centro de Documentação	S.P.	-	-

2.

## 1.3) SÉRIES DE PUBLICAÇÕES

Séries previstas (13)		Séries publicadas (9)	
Designação	Nº de publica- ções	Designação	Nº de publica- ções
Boletim	-	Boletim	5
"Summa Brasiliensis Mathe- maticae"	-	"Summa Brasiliensis Mathe- maticae"	4
-	-	"Summa Brasiliensis Physi- cae"	(preparo)
"Summa Brasiliensis Biolo- giae"	-	"Summa Brasiliensis Biolo- giae"	7
-	-	"Summa Brasiliensis Geolo- giae"	(prelo)
Estudos Brasileiros de Ad- ministração	-	-	-
Estudos Brasileiros de De- mografia	-	Estudos Brasileiros de De- mografia	1
Estudos Brasileiros de E- conomia	-	Estudos Brasileiros de E- conomia	(prelo)
Estudos Brasileiros de E- ducação	-	-	-
Estudos Brasileiros de Ge- ologia	-	Estudos Brasileiros de Ge- ologia	2
Estudos Brasileiros de Hi- giene	-	-	-
Estudos Brasileiros de Psi- cologia	-	-	-
Estudos Brasileiros de So- ciologia	-	-	-
-	-	Problemas Brasileiros de Alimentação	1
Obras Científicas	-	-	-
Obras Técnico-Educativas	-	-	(prelo)
Obras Diversas	-	Contribuição ao Estudo do Código Criminal	1

2) ENSINO

## 2.1) SECÇÕES DA DIVISÃO DE ENSINO

Secções previstas (2)		Secções implantadas (0)	
Designação	Local	Designação	Local
Secção de Organização e Administração Escolar	D.F.	-	-
Secção de Formação de Pessoal em Massa	D.F.	-	-

## 2.2) ÓRGÃOS REGIONAIS DA DIVISÃO DE ENSINO

Órgãos Regionais previstos (2)		Órgãos regionais implantados (1)	
Designação	Local	Designação	Local
Centro de Ensino	D.F.	Centro de Ensino	D.F.
Centro de Estudos Econômicos e Sociais (parte de ensino)	S.P.	-	-

## 2.3) CURSOS DE FORMAÇÃO

Cursos previstos (16)		Cursos realizados (2)	
Designação	Local	Designação	Local
Cursos de desenho (5)			
a) básico de desenho	D.F.	-	-
b) desenho cartográfico e topográfico	D.F.	-	-
c) desenho de órgãos de máquinas e de ferramentas	D.F.	-	-
d) desenho de cartazes e artes gráficas	D.F.	Desenho de propaganda e artes gráficas	D.F.
e) desenho aplicado às ciências naturais	D.F.	-	-
Cursos de matemática aplicada (4)			
a) básico de matemática	D.F.	-	-
b) matemática financeira	D.F.	-	-
c) matemática superior aplicada	D.F.	-	-
d) atuária			
Cursos de analistas (5)			
a) básico de estatística matemática	D.F.	-	-
b) análise econômica	D.F.	-	-
c) análise demográfica	D.F.	-	-
d) análise geográfica	D.F.	-	-
e) análise bio-estatística	D.F.	-	-
Cursos de engenheiro de campo (2)			
a) básico de levantamento	D.F.	-	-
b) engenheiro rural	D.F.	-	-
-	-	Geomorfologia	D.F.

4.

## 2.4) CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

Cursos previstos (0)		Cursos realizados (1)	
Designação	Local	Designação	Local
-	-	A base filogenética da classificação das plantas vasculares	D.F.

## 2.5) CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

Cursos previstos (0)		Cursos realizados (1)	
Designação	Local	Designação	Local
-	-	Röntgenografia	S.P.

## 2.6) SÉRIES DE CONFERÊNCIAS

Séries previstas (0)		Séries realizadas (2)	
Designação	Local	Designação	Local
-	-	-	D.F.
-	-	Psicologia do homem moderno	D.F.

## 2.7) SEMINÁRIOS DE ENSINO

Seminários previstos (3)		Seminários realizados (2)	
Designação	Local	Designação	Local
Matemática	D.F.	Matemática	D.F.
Geologia	D.F.	-	-
-	-	Geografia (biogeografia)	D.F.
Biologia	D.F.	-	-



5.

3) ESTUDOS E PESQUISAS

## 3.1) SECÇÕES DA DIVISÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Secções previstas (3)		Secções implantadas (0)	
Designação	Local	Designação	Local
Secção de Planificação	D.F.	-	-
Secção de Coordenação e Contrôle	D.F.	-	-
Secção de Cadastro e Co- operação	D.F.	-	-

## 3.2) NÚCLEOS TÉCNICOS-CIENTÍFICOS DA DIVISÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Núcleos previstos (8)		Núcleos implantados (3)	
Designação	Local	Designação	Local
Matemática e Desenho	D.F.	Matemática	D.F.
Mecânica	S.P.	-	-
Física	S.P.	-	-
Química	S.P.	-	-
Biologia	D.F.	Biologia	D.F.
Economia	D.F.	-	-
Economia	S.P.	-	-
Ciências Sociais	D.F.	-	-
-	-	Geologia e Geografia	D.F.

6.

## 3.3) ORGAOS REGIONAIS DA DIVISAO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Orgãos regionais previstos (3)		Orgãos regionais implantados (2)	
Designação	Local	Designação	Local
Centro de Inquérito e Análises	D.F.	Centro de Inquéritos e Análises	D.F.
Centro de Estudos Econômicos e Sociais (parte de estudos)	S.P.	-	-
Instituto de Aperfeiçoamento Técnico Industrial	S.P.	-	-
-	-	Centro de Serviços Públicos Concedíveis	D.F.

## 3.4) SEMINÁRIOS PARA ESTUDOS E PESQUISAS

Seminários previstos (3)		Seminários realizados (3)	
Designação	Local	Designação	Local
Matemática	D.F.	-	-
Biologia	D.F.	-	-
Geologia	D.F.	Geologia	D.F.
-	-	Análises Regionais	D.F.
-	-	Problemas Específicos	D.F.

4) ORGANIZAÇÃO

## 4.1) SECÇÕES DA DIVISAO DE ORGANIZAÇÃO

Secções previstas (2)		Secções implantadas (0)	
Designação	Local	Designação	Local
Secção de Estudos e Organiz.	D.F.	-	-
Secção de Contr.de Eficiência	D.F.	-	-

## 5.1) ÓRGÃOS E ATIVIDADES DE DOCUMENTAÇÃO

Designação	Previsão	Execução		
		Dentro da previsão	Fora da Previsão	Total
Secções	4	3	-	1
Órgãos regionais	1	-	-	0
Séries de publicações	13	6	3	

## 5.2) ÓRGÃOS E ATIVIDADES DE ENSINO

Designação	Previsão	Execução		
		Dentro da previsão	Fora da previsão	Total
Secções	2	-	-	0
Órgãos regionais	2	1	-	1
Cursos de formação	16	1	1	2
Cursos de aperfeiçoamento	0	-	1	1
Cursos de especialização	0	-	1	1
Séries de conferência	0	-	2	2
Seminários de ensino	3	2	-	2

8.

## 5.3) ORGAOS E ATIVIDADES DE ESTUDOS E PESQUISAS

Designação	Previsão	Execução		
		Dentro da previsão	Fora da previsão	Total
Secções	3	-	-	0
Núcleos técnicos-científicos	8	2	1	3
Órgãos regionais	4	1	1	2
Seminários para estudos e pesquisas	3	1	2	3

## 5.4) ORGAOS E ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÃO

Designação	Previsão	Execução		
		Dentro da previsão	Fora da previsão	Total
Secções	2	-	-	0

ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR, REALIZADA  
NO DIA 29 DE MAIO DE 1946

Na sede da Fundação Getúlio Vargas, à Praia de Botafogo nº 186, presentes os Srs. Luiz Simões Lopes, Presidente, João Carlos Vital, Vice-Presidente, Guilherme Guinle, Eugênio Gudim e Lino Leal de Sá Pereira, vogais, José Carneiro Felipe e Rubens D'Almada Horta Porto, suplentes, Marcello Brasileiro de Almeida, Diretor Executivo em exercício, Jorge Oscar de Melo Flôres, Manoel José Ferreira, Othon Henry Leonardos, membros do Conselho Técnico, e Gustavo Gerber Figueira de Mello, Secretário do Conselho Técnico, estêve reunido o Conselho Diretor, das 21,15 às 0,10 horas. 11. O Sr. Presidente, ao iniciar os trabalhos, declarou que desejava agradecer aos membros do Conselho Diretor os esforços desenvolvidos em prol do restabelecimento da subvenção do Conselho Federal. 12. No momento em que se manifestou a crise que atingiu viceralmente a Fundação, os Conselhos acudiram pressurosos na defesa desta obra. 13. Esclareceu o Sr. Presidente que as medidas preconizadas pela reunião conjunta dos Conselhos, foram, por êle, postas em prática. 14. Quando desembarcou no Rio de Janeiro, vinha com a intenção de procurar o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e dizer-lhe que a Fundação Getúlio Vargas só poderia executar o seu programa mediante o apoio integral do Govêrno da República, o que, para isso, seria necessário que a pessoa do Presidente da Fundação fôsse de absoluta confiança do Presidente da República. 15. Pretendia, portanto, colocar a presidência nas mãos do General Eurico Gaspar Dutra. 16. Entretanto, ao desembarcar no aeroporto, soube que o Govêrno Federal havia deliberado suspender o pagamento da subvenção anual. 17. Dado que era pensamento seu que a Fundação deveria fechar suas portas se não dispusesse da subvenção do Govêrno do Estado, procurou pessoalmente o Sr. Presidente da República, bem como os senhores Ministros da Educação e da Fazenda, e expôs-lhes francamente a situação. 18. Atualmente a situação é bastan

2.

te boa, pois que o General Eurico Gaspar Dutra declarou que estava disposto a amparar a Fundação, sendo certo que o Sr. Ministro da Educação levou ao Presidente da República um projeto de decreto-lei restabelecendo a subvenção ainda êste ano. 19. Esse projeto foi encaminhado ao Senhor Ministro da Fazenda, o qual declarou que faria todo empenho em auxiliar a Fundação. 20. Do Banco do Brasil recebeu um ofício comunicando que, à vista do decreto do Govêrno cancelando a subvenção, a respectiva Diretoria havia resolvido interromper o pagamento de sua doação. 21. Uma vez que a resolução da Diretoria do Banco do Brasil não se enquadrava nos têrmos da escritura pública de constituição da Fundação, achou-se no dever de procurar o Sr. Ministro da Fazenda. 22. A conselho do próprio Ministro da Fazenda, suspendeu os entendimentos que estava entabulando, enquanto se resolvia a questão da subvenção do Govêrno Federal, uma vez que a Diretoria do Banco do Brasil considera, aliás eradamente, a sua doação em função da aludida subvenção. 23. Dêste modo, o auxílio financeiro da União ainda é ponto primordial da questão. 24. Nesse sentido, apelou para ~~os~~ senhores membros do Conselho Diretor, para que o secundassem junto aos homens do Govêrno, para que, com a sua influência pessoal, através de suas relações procurassem mostrar ao Govêrno da República a realidade, isto é, que existe um compromisso solenemente assumido por escritura pública, e que êsse compromisso foi o resultado direto do apoio do Govêrno Federal a um plano maduramente pensado, isento de qualquer eiva de improvisação. 25. Outro ponto que queria abordar para esclarecimento do Conselho, uma vez que, conforme disse, sempre administrou com a mais absoluta franqueza, era o dos trabalhos que estavam sendo executados pela Fundação Getúlio Vargas. 26. Chegando ao Rio de Janeiro, encontrou trabalhando na Fundação Getúlio Vargas uma elite profissional, de alto mérito, entregue a uma tarefa de elevado nível. 27. Entretanto, dado que os recursos, desfalcados pela ausência da subvenção, não permitiam a manutenção do ritmo atual, compareceu à sessão do Conseelho Técnico e comunicou que, na sua opinião, teriam de ser

3.

modificadas as prioridades na execução do plano de trabalhos em andamento por duas razões principais. 28. A primeira consistia em que a supressão da subvenção eliminara os recursos necessários, e que lhe parecia que uma fundação que se fizesse custear entrando no seu próprio patrimônio seria uma entidade suicida. 29. A segunda era a de que, para aumentar os recursos disponíveis, desejava estudar os necessários projetos para levantar construções nos terrenos, valorizando o patrimônio e deixando a Fundação a coberto de vicissitudes, como a que acabava de ocorrer. 30. Impunha-se, além disso, uma providência de caráter drástico, para reduzir as despesas, sem suspender as atividades consideradas substanciais, e para isso já solicitada aos membros do Conselho Técnico que estudassem um plano de economia. 31. Os serviços adjetivos, por exemplo, deveriam sofrer uma redução violenta, devido ao não desenvolvimento de certas atividades fins. 32. Nesse sentido, havia pedido ao Dr. Iberê Gilson a apresentação de um estudo. 33. A segunda era quanto à orientação a ser dada aos trabalhos da Fundação. 34. Sua opinião, por várias vezes manifestada e bastante conhecida, era a de dar intensidade às atividades objetivas, inclusive por motivos de ordem política. 35. Havia notado, em conversa com o Sr. Ministro da Educação, que há um desejo do Governo nesse particular, para que a Fundação se dedique, principalmente, ao campo da educação. 36. Embora considerasse que o Sr. Ministro da Educação fôra injusto para com a Fundação, o certo é que Sua Excelência levantou objeções de fundo e achou que se deveria atuar e cooperar principalmente no âmbito educacional. 37. Declarou ainda aos senhores Conselheiros, que as suas observações haviam sido mal acolhidas na Fundação, onde alguns dos colaboradores tiveram o intento ou, mesmo, chegaram a redigir um memorial, reprovando essa orientação, o que constitui uma antecipação ao julgamento dos órgãos próprios, criando um ambiente de indisciplina. 38. Crê que na maioria não havia êsse objetivo, e sim a defesa acirrada do seu plano de trabalho, o que lhe agrada, pois mostra que estão apegados às atividades executadas pelos respectivos setores.

4.

Não tendo sido bem recebidas as sugestões que fêz, na qualidade de idealizador e Presidente da Fundação, sentiu-se na obrigação de trazer as suas dúvidas aos órgãos próprios - o Conselho Técnico, o Conselho Diretor e o Conselho Curador, para que êsses decidissem afinal, a seu juízo, como julgassem oportuno e conveniente. 40. Fazia êsse relato, um pouco longo, para que o Conselho pudesse formar perfeitamente o seu juízo. Se o Conselho viesse a concordar com a sua orientação, sentir-se-ia apoiado para continuar a luta. 41. Se o Conselho discordasse quanto a algum dos pontos secundários, curvar-se-ia. 42. Se, porém, a orientação do Conselho fôsse visceralmente contrária à sua orientação pessoal, só lhe restaria entregar a Fundação a seu novo Presidente, que seria escolhido de acôrdo com os Estatutos da Fundação. 43. O que desejava salientar, porém, é que jamais se curvaria perante a atitude indisciplinada de quem quer que fôsse. 44. Declarou, outrossim, que desejava esclarecer ao Conselho Diretor que estava atualmente empenhado 100% na luta externa, a qual incluía numerosos assuntos, tais como a subvenção do Governo Federal, a doação do Banco do Brasil, a solução das doações de terrenos por parte da Prefeitura do Distrito Federal e Prefeitura do Estado de São Paulo, e, finalmente, o efetivo recebimento das doações em dinheiro. 45. Vencida a luta na frente externa, só mais tarde seriam cogitadas as questões do setor interno, cuja divisão fazia em dois grandes grupos, isto é, problemas administrativos e problemas técnicos, sendo conveniente, nesse ponto, ouvir os técnicos responsáveis pelos diversos órgãos. 46. Pelo seu modo de administrar, e tendo em vista o que dispõe o próprio Estatuto, nada decidirá sem ouvir os Conselhos. 47. Gostaria, portanto, que o Conselho se manifestasse no sentido de esclarecer se considerava certa a orientação por êle seguida. 48. Antes, porém, desejava dar mais uma pequena explicação, que é a seguinte: após o movimento de 29 de outubro, que derrubou o governo do Sr. Getúlio Vargas, julgando-se pessoa diretamente visada pelos vencedores, achou conveniente deixar a Fundação entregue à Direção do Vice-Presidente, João Carlos Vi



5.

tal, que, embora sendo pessoa amiga do Sr. Getúlio Vargas, era contudo menos visado que êle. 49. Agora, voltando ao Rio, era seu intuito dedicar-se integralmente à Fundação Getúlio Vargas, a fim de realizar o programa pelo qual se interessavam todos. 50. Queria, como disse, ouvir a opinião de seus companheiros. 51. Pediu a palavra o Sr. João Carlos Vital, para dizer que estava na obrigação de falar em primeiro lugar, porque lhe coube o encargo de assumir a Presidência da Fundação Getúlio Vargas logo após a revolução de 29 de outubro de 1945. Ao assumir a Presidência, encontrou-se numa situação verdadeiramente difícil, e não teria permanecido se não fôra a ocorrência de dois motivos ponderáveis; o primeiro residia no fato de se tratar de uma obra na qual se achava definitivamente enquadrado, e que era de importância primordial para o Brasil; o segundo consistia na circunstância de ser o momento gravíssimo, não permitindo que declinasse do que julgava seu dever. 53. Tudo concorria para conspirar contra a Fundação. 54. Não fôse a coragem cívica e a energia moral do Dr. Paulo de Assis Ribeiro, promovendo a defesa dessa obra, expondo-se até no terreno físico, como foi o caso dos estudantes da Faculdade de Direito, não teria sido possível vencer dificuldades, como, por exemplo, a mudança sucessiva de dois governos. 55. O fato de o Sr. Presidente efetivo não ter esclarecido sobre o tempo que iria permanecer afastado, levou a Presidência interina e a Direção Executiva a enfrentar sérios obstáculos, entre os quais o corte da subvenção ocorrido dias antes da chegada do Presidente efetivo. 56. Disse de ver tornar claro que tudo o que lhe fôra possível fazer havia sido executado, cabendo dizer que na interinidade realizara, mesmo, mais do que devia. 57. Por ocasião do corte da subvenção, promoveu uma reunião conjunta dos Conselhos Curador e Diretor e procurou os Senhores Ministros da Educação e da Fazenda, ouvindo daquele, já naquele tempo, que o corte da subvenção nada tinha a ver com as atividades da Fundação. 58. Tratava-se apenas de uma orientação do Ministro da Educação, relativa à aplicação do selo de educa-

6.

ção e saúde, e que o Governo iria restabelecer a subvenção, sendo a verba originária de outra fonte. 59. Ao Dr. Paulo de Assis Ribeiro disse dever prestar ainda o seu testemunho, do quanto lhe ficou a dever a Fundação, pelo esfôrço desenvolvido em prol dessa grande obra, preocupado, enquanto lá fora varria a borrasca política, no trabalho sereno e conspícuo de resolver problemas estruturais, procurando técnicos, homens de valor comprovados, capazes de realizar os trabalhos necessários à execução de programa da Fundação. 60. Os fatos desagradáveis referidos pelo Sr. Presidente, que colocaram em choque a Presidência e o Corpo Técnico, tiveram lugar à chegada do Sr. Presidente efetivo, e não poderiam, de forma alguma, ser classifica-dos de indisciplina. 61. Diríamos que o que houve foi a-penas ciúme. 62. Os técnicos e cientistas que aqui cola-boravam, sendo homens suscetíveis e sentindo a grandiosi-dade da obra que os envolvia, dedicaram-se inteiramente às suas tarefas, empolgados dentro de um mundo subjetivo de trabalho e realizações, esperando, ansiosos, pelas pala-vras de estímulo que o Presidente efetivo lhes diria, quan-do tivesse oportunidade de apreciar seus trabalhos, traba-lhos êsses que, de tão complexos, êle, João Carlos Vital, não se julgava capaz de penetrá-los. 63. Os que vieram trabalhar na Fundação Getúlio Vargas aqui realizaram uma obra notável. 64. Francamente, disse, não acreditava que homens de escol intelectual dos que aqui trabalham se pu-dessem grupar em tão curto prazo. 65. O trabalho realiza-do pelo Dr. Paulo de Assis Ribeiro, que foi quem dirigiu êsses assuntos, foi de deixar perplexo quem conhecia a di-ficuldade da realização de uma obra do estôfo da Fundação Getúlio Vargas. 66. Quando viu, porém, que os técnicos e cientistas do Exército, como os de outras entidades, em-penhando-se inteiramente em colaborar com a Fundação, sain-do daqui entusiasmados ao verificarem os horizontes novos que se abriam para o Brasil, compreendeu então que esta obra estava vitoriosa. 67. Quando, portanto, êsses técni-cos e cientistas sentiram que não teriam do Presidente da Fundação a palavra de estímulo de que careciam, e que a

7.

orientação pessoal do Presidente na realização dos trabalhos era de que se deviam desviar noutro sentido, sentiram um movimento natural de ciúmes, que os levou a assinarem o memorial, pedindo ao Presidente que submetesse aos Conselhos a manutenção desta orientação, memorial êsse que não chegaram a entregar, porque, em entendimentos com êle, e depois, diretamente com o Sr. Presidente, ficou as sentado que a Presidência cogitaria agora tão sõmente das questões externas, deixando para mais tarde, quando êsses problemas estivessem resolvidos, o setor interno, que como disse o Sr. Presidente, compreende os problemas administrativos e os problemas técnicos. 68. O que reputa importante, neste momento, para o Conselho é não dispensar êsses homens que colaboram com a Fundação. 69. Se a nossa situação fôr no sentido de deixar em suspenso a questão, permitindo que êles percam o entusiasmo nessa obra, por incompreensão da direção, êsses homens, suscetíveis e espantadiços, nos abandonarão, e estará perdido todo êsse esforço, tôda essa obra de interêsse vital para o Brasil. 70. Sempre foi contra a indisciplina, e disse afirmar que nesse caso não houve indisciplina. 71. Disse ser imediatista, mas confiar nos homens e ter uma grande fé nos trabalhos que êsses homens estão realizando. 72. O que, porém, disse não poder esclarecer, por não ser cientista, é a importância fundamental dêsses estudos. 73. A ciência está representada no Conselho nas pessoas dos Srs. Conselheiros Lino Leal de Sá Pereira e José Carneiro Felipe. 74. Eles poderão esclarecer suficientemente o Conselho. 75. Quanto aos cortes, nos quais insiste o Sr. Presidente, poderíamos estudar com nossos técnicos essa possibilidade, mas nada deveria ser feito sem anuência dêles. 76. Gostaria de ouvir a opinião existente sôbre o assunto. 77. Quanto ao patrimônio, deixamos de tomar atitudes enérgicas por que a situação política não permitia que fizéssemos reivindicações. 78. Entretanto conseguimos grangear o respeito para as obras da Fundação, a qual é hoje conhecida no estrangeiro, estando em regime de cooperação com muitas centenas de entidades científicas do mundo inteiro. 79.

8.

Numerosos deputados e senadores, de tôdas as correntes políticas, buscam a nossa colaboração. 80. Ainda recentemente, a pedido do próprio General Dutra, realizamos um seminário que conjugou números técnicos, para o estudo das causas que determinaram a diminuição do rendimento da produção industrial. 81. A medida que a Fundação fôr sendo melhor conhecida, poderemos ir extendendo as nossas reivindicações patrimoniais. 82. O dr. Luiz Simões Lopes declarou que reconhecia o grande mérito de contribuição presta da pelo dr. Paulo de Assis Ribeiro, e deu a palavra ao dr. Eugênio Gudín, o qual declarou que desejava, em primeiro lugar manifestar a sua satisfação pela volta do dr. Luiz Simões Lopes à Presidência, consignando em ata um voto de aplauso à sua dedicação e ao esforço desenvolvido para o estabelecimento das bases primárias da Fundação, e um voto ao Presidente Interino pela bravura com que defendeu esta instituição durante a ausência do Presidente Efetivo. 83. Desejava esclarecer ao Conselho que, em outubro do ano passado, sofrera um acidente grave, tendo faltado a uma série de sessões, sem ter podido, por outro lado, fazer uma visita, minuciosa a uma série de serviços da Fundação, o que inabilitava de discutir a questão interna, razão pela qual não desejava discutir fatos que não conhecia. 84. Aceitando o exemplo de um General, cujo nome citou, achava de boa tática dividir a questão em "front" externo e "front" interno. 85. No "front" externo estava pronto a prestar todo o seu auxílio. 86. E quanto ao "front" interno, pelo que deduzia das exposições, era sua impressão que a Fundação estava atuando em muitos campos. 87. A pesquisa científica exige às vêzes esforços maiores e instalações grandes e custosas. 88. A sua opinião pessoal é de que se deveria cuidar de problemas de origem geral, principalmente aquêles que apresentam um caráter nitidamente objetivo. 89. Além disso, um aumento desordenado dos campos de atividades pode levar a sua situação sumamente de-

9.

desagradável, em que nos sentiríamos embaraçados para responder a quem nos pergunte o que estamos fazendo.

90. Citou que certa vez em França, veio à baila a questão das pesquisas científicas, e, nessa ocasião, ao se referir nominalmente a alguns cientistas patrícios, perguntaram-lhe quais as descobertas que haviam realizado, quais os métodos novos por êles engendrados e quais os resultados obtidos. 91. Por essa pergunta pode-se ver como se encaram, na Europa, essas questões, que visam sempre resultados positivos. 92. O Brasil terá sempre que se aproveitar dos resultados das pesquisas realizadas por outros países, das quais nos utilizaremos a medida que formos necessitando. 93. O que devemos fazer é aplicar aqui um velho conceito de economia e organização, pelo qual os trabalhos devem ser feitos de modo que não seja grande o número dos produtivos. 94. Desta maneira queria deixar claro que, embora estando interessado no problema, por desconhecer o assunto, não podia manifestar senão a sua impressão pessoal, mas acreditava que o problema pudessem ser debatido com serenidade, num campo impessoal, uma vez que se resume afinal num problema nacional, isto é, do Brasil. 95. Respondendo disse o Sr. João Carlos Vital que os técnicos e cientistas da Fundação Getúlio Vargas, estão ao par da situação, não ignorando o que poderão fazer em cotejo com a cultura universal. 96. Eles não cogitavam, certamente, de surpreender o mundo com a sua ciência, nem pretendiam resolver o problema da bomba atômica. 97. A situação era completamente outra. 98. Mencionou o exemplo do seminário de física nuclear, convocado pela Fundação Getúlio Vargas, que congregou cientistas nacionais, expoentes da nossa cultura especializada. 99. Esses mesmos homens, ao mesmo tempo em que confessavam júbilosamente que muitos tinham aprendido em conjunto, chegaram, posteriormente à conclusão de que seus trabalhos não deveriam ser publicados, tal o grau de atraso, relativa

10.

relativamente ao que se fazia no resto do mundo. 100. Entretanto, o que a Fundação queria e o que fêz afinal, não foi senão conjugar esforços, que de outra forma permaneceriam dispersos. 101. Quanto aos gastos, são positivamente ridículos. 102. Citando o orçamento que está sendo realizado, disse que, segundo dados que lhe haviam sido fornecidos, os núcleos técnicos científicos, em conjunto, dispendiam, por mês, a verba aproximada de Cr\$51.000,00. 103. Com isso, dava à Fundação abrigo a técnicos cujas atividades lhe seriam extremamente úteis. 104. Observa-se que pela sua natureza a Fundação é obra apresentando evidente macrocefalia. 105. O Sr. Marcello Brasileiro de Almeida acentuou que a Fundação estava preparada para crescer até um orçamento anual de Cr\$15.000,00. 106. Entretanto, para o ano de 1946, o Conselho Diretor havia limitado a dotação anual acerca de Cr\$6.700.000,00, da qual, pouco mais de Cr\$4.000.000,00, seriam gastos nesse ano, donde a possibilidade de se fazer redução nos serviços adjetivos, como a superintendência, sem ser preciso, por outro lado, reduzir os gastos dos núcleos. 107. O Conselheiro João Carlos Vital, em reforço desta tese, cita o fato de que cada núcleo é composto de um pequeno grupo de homens, 5 ou 6, que não conviria dispersar. 108. O Conselheiro Eugênio Gudín reproduz a sua opinião no sentido de desejar conhecer como a Fundação, com esses 5 ou 6 cientistas, em três núcleos, podia concretizar o extenso programa de pesquisas que estava em realização. 109. O Conselheiro João Carlos Vital apela os Conselheiros Lino Leal de Sá Pereira e José Carneiro Felipe para que esclareçam a questão e mostra que as despesas são fixadas pelo próprio Conselho, de acordo com o plano de percentuais previamente estudado. 110. O Conselheiro Guilherme Guinle salienta que sem a subvenção a situação é uma e com a subvenção a situação é diversa. 111. Em am-

11.

ambos os casos, porém, é necessário que o Conselho conheça o orçamento que se está realizando, a fim de poder manifestar a sua opinião. 112. O Sr. Presidente se propõe a trazer dados precisos para conhecimento do Conselho. 113. Entretanto podia acrescentar que a presente renda anual da Fundação é de Cr\$1.800.000,00, proveniente dos juros em depósito a prazo fixo na Caixa Econômica. 114. Se utilizássemos esse dinheiro, a renda fatalmente, desapareceria. 115. O orçamento, entretanto, é de cerca de Cr\$6.700.000,00, e os gastos atuais são da ordem de Cr\$4.700.000,00. 116. Haveria, assim, um déficit de Cr\$2.900.000,00. 117. Intervem o Diretor Executivo para dizer que haverá um saldo no valor de Cr\$2.000.000,00, e não um "deficit", porque os fundos para fazer face às despesas haviam sido fixados pela Assembléia Geral, aprovando uma moção do Conselho Curador, de acordo com o que preveem os Estatutos. 118. Este saldo, reservado pela Assembléia Geral, é proveniente do fato de não se ter gasto totalmente a subvenção do ano passado. 119. O Sr. Conselheiro João Carlos Vital salienta que as subvenções são dadas para um fim determinado e devem ser gastas. 120. Salientou o Sr. Presidente que tinha objeções a fazer à decisão da Assembléia Geral, ao que respondeu o Sr. João Carlos Vital que a deliberação da Assembléia Geral fôra uma medida sábia, porquanto, (ao) digo, se assim não fôsse a Fundação teria deixado de existir. 121. Os Srs. Conselheiros trocam idéias sobre a possibilidade de imobilização do capital, para melhorar a receita. 122. O Conselheiro Eugênio Gudín interrompe para dizer que é chegado o tempo de elucidar o mal entendido, independentemente da questão do dinheiro. 123. No início da sessão tivera a impressão de que a Fundação tratava de pesquisa de ciência pura. 124. Posteriormente, pela exposição do Conse-

12.

Conselheiro João Carlos Vital, verificara que não se trata de execução de pesquisas e sim de coordenação de pesquisas e seminários. 125. O Sr. João Carlos Vital responde que os núcleos são compostos, realmente, de 5 ou 6 pessoas, que estudam o problema com caráter objetivo, e que a Fundação não deve negar o seu abrigo a esses cientistas para fazerem seus estudos dentro da maior objetividade possível. 126. O cientista patrício Costa Ribeiro, por exemplo, incorporou à física mundial uma conquista dele, com um método próprio. 127. Esses cientistas que aqui trabalham estão assustados e querem ir embora, sendo preciso retê-los. 128. O Sr. Presidente sugere que os Srs. Conselheiros tomem contacto direto com os técnicos, a fim de avaliar o que está fazendo a Fundação. 129. O Prof. Othon Henry Leonardos propôs que o contacto fôsse tomado imediatamente, uma vez que naquele momento estavam se realizando dois seminários, um de física e outro de biologia, congregando técnicos e cientistas do Brasil. 130. O Conselheiro Eugênio Gudín declarou que estava procurando integrar-se nas realizações em curso e comparou o seu caso ao de um visitante de uma fábrica ao qual as diversas partes. 131. Cada uma delas parece ser a finalidade do estabelecimento, e só mais tarde se torna possível verificar que não são mais que elementos intermediários para a obtenção de um fim. 132. O Sr. Luis Simões Lopes esclareceu que no plano de Trabalho da Fundação foi estabelecido um critério de prioridades, quando se tratou do plano percentual das despesas. 133. Tem a impressão, porém, que a Direção Executiva, ao desenvolver parcialmente o programa inverteu a orientação adotada, relegando para plano secundário o campo principal e tornando principal o que era secundário. 134. O Prof. Othon Henry Leonardos esclareceu que o Plano de Trabalho aprovado pelo Con



13.

Conselho Diretor tem sido um verdadeiro tabu, por todos respeitado, não tendo sido pequena a luta da Direção Executiva para limitar as atividades dos técnicos e cientistas ao Plano de Trabalho, dada a tendência que têm os estudiosos de pretenderem alargar desmedidamente o seu campo de ação. 135. O Sr. Luiz Simões Lopes explicou que lhe atribuíram o papel antipático de inimigo da ciência, em consequência do que fêz sentir à comissão de técnicos que com êle se entendeu, explicando que essa hipótese era absurda. 136. Entretanto, o Sr. Superintendente Central lhe informou que as despesas são da ordem de Cr\$4.700.000,00, dos quais Cr\$700.000,00 são gastos com a administração, e outros Cr\$4.000.000,00 são gastos com a outra parte. 137. O Conselheiro Lino Leal de Sá Pereira pediu a palavra para dizer que compreendia que o Sr. Presidente estivesse empenhado atualmente em obter a subvenção, mas que, não podia deixar de formular uma pergunta cuja resposta era, para êle, de fundamental importância: - Virá a subvenção? em caso afirmativo, será nas mesmas condições da anterior ou pretenderá o Governo impor à Fundação obrigações novas? 138. Respondeu o Sr. Presidente que o Governo não exigira da Fundação nenhuma obrigação nova. 139. Continuando, disse o Conselheiro Lino Leal de Sá Pereira que lhe havia parecido ter entendido, dos noticiários dos jornais e pela própria exposição de Sr. Presidente, que havia novas exigências, por parte do Governo, o que seria prejudicar as atividades futuras, na hipótese de não dispor a Fundação de uma soma suficiente para a concessão de seus fins. 140. Se a Fundação tivesse de viver limitada a uma soma até Cr\$2.500.000,00 anuais, seria melhor fechar a entidade, porque com êsse dinheiro não haveria margem para realizar nada de apreciável. 141. Se puder dispor de cerca de Cr\$5.500.000,00 por ano,

14.

ano, então, ainda que com um programa demasiado res-  
trito, seria ainda possível apresentar uma obra boa.

142. O que é necessário deixar bem claro é que a Fun-  
dação não é subsidiária ao Ministério da Educação, nem  
pode sujeitar-se às injunções do Sr. Ministro da Edu-  
cação ou de qualquer órgão do Governo. 143. A Funda-

ção serve ao Brasil em todos os campos, mas não pode-  
rá servir se não dispuser de uma verba mínima de Cr\$

5.000.000,00. 144. Ela exerce algumas funções de mais

alta importância, entre elas a de coordenadora de pes-  
quisas que se fazem no Brasil, pondo em contacto os  
órgãos de pesquisas mantidos pelo Governo Federal e  
pelos diversos Governos Estaduais. 145. Este serviço,

de suma importância e cujos benefícios saltam a vista,  
pode ser feito a custa relativamente barato. 146. O

que se verifica comumente no Brasil é que existem vá-  
rios setores que fazem pesquisas, mas o fazem isolada-  
mente, sem manter contacto com outros setores. 147. To-

mei conhecimento pelo jornais da entrevista do Dire-  
tor do D.I.P. de São Paulo, em que dizia que esse ór-  
gão, que nada tem a ver com a coordenação da pesquisa,

estava patrocinando esse gênero de trabalho, tentando  
por-se em contacto com alguns setores, entre os quais

os de pesquisas geológicas e difusão de ensino. O D.  
I.P. está se metendo nessas cousas, que não lhe dizem

respeito, unicamente pela necessidade de serem feitas  
imediatamente. 148. A Fundação mantém núcleos para

desempenhar esta função coordenadora das pesquisas, em  
todo o território nacional, a qual não pode ser desem-

penhada pelo Governo, em virtude de razões de ordem  
política, pois é inseparável de todos os Governos o

desejo de fazer aparecer o trabalho de seus adéptos e  
de apagar ou eliminar inteiramente o dos seus adversá-

rios. 149. Não pode, entretanto, a Fundação sujeitar-  
se, de qualquer forma que seja, ao Ministério da Educa-

15.

Educação, porque os inquéritos e estudos realizados, como os de economia ou geografia, interessam também, e muito, ao Ministério da Agricultura, ao Ministério da Fazenda e ao Ministério da Guerra. 150. Se esse trabalho fôsse desenvolvido pela Fundação, dentro de um programa a longo prazo, teríamos prestado ao Brasil um relevante serviço. 151. Para isso, seria preciso que esse órgão de coordenação demonstrasse, apenas, a sua capacidade para o exercício desta função, e pensamos que a Fundação já deixou provado do quanto será capaz. 152. Essas atividades são, evidentemente, atividades que exigem dinheiro, quando se passar à execução da parte supletiva. 153. Ela precisa apenas de homens experimentados, competentes, que saibam organizar os programas e dirigir os trabalhos. 154. Ela não devia se comprometer exercendo essa atividade, que não é evidentemente de educação e nada poderia fazer sem homens de ciência para coordenar as pesquisas. 155. Reunir esses homens, foi certamente coisa muito difícil, mas que se conseguiu. 156. A modificação destas diretrizes de trabalho seria uma grande desilusão para os homens que aqui trabalharam. 157. Além disso, podem os cientistas fazer escola aqui ou fora, em laboratórios, que não são da Fundação. 158. Em São Paulo, mercê de entendimentos entre a Fundação e várias entidades científicas, dispõe a Fundação de vários laboratórios, que não são seus, mas que estão à sua disposição. 159. Essas pesquisas são necessárias e devem ser orientadas no sentido de resolver problemas nacionais, problemas específicos que não interessam aos outros países. 160. Esses cientistas fazem escola com os poucos auxiliares que venham, e estes aparecem sempre quando existe quem sabe ensinar, porque àquêles se juntam sempre homens sequeiros por aprender. 161. O nosso ensino devido à sua grande desorientação, está completamente viciado, mas há, entre os jovens, uma ânsia de aprender. 162. Mas

16.

Mas este ensino não deve e não pode ser ministrado pela Fundação abaixo de um certo nível, que seria o nível mínimo. 163. Acima desse nível pode-se cuidar mais intensamente do ensino do que se está fazendo, mas o que não se pode admitir é que se sujeite a Fundação a que se lhe ponha a coleira do Ministério da Educação. 164. O Ministério da Educação tem conceitos absolutamente falsos do que deve ser a Fundação. 165. Nestes últimos tempos esteve em contacto com gente que trabalhava na indústria e verificou que ninguém sabia nada. 166. Monta-se empiricamente um secador. 167. Se este não funciona monta-se outro. 168. Um há de funcionar. 169. Discute-se, atualmente, se se deve importar máquinas reconcondicionadas ou novas. 170. Para nós o problema é insolúvel, porque não existe gente competente para resolver. 171. No setor da tecelagem o descalabro é idêntico. 172. Os centros de pesquisas, como centros coordenadores, estão em condições de atender aos problemas da indústria, da agricultura e mesmo do ensino. 173. Com a distribuição de cientistas pelos pontos críticos, poder-se-á planejar e realizar pesquisas no campo da economia, com a colaboração dos órgãos governamentais dessa especialidade, e no campo da geografia, com a colaboração do Conselho de Geografia. 174. Atualmente os governos não seguem nenhuma diretriz. 175. Um Ministro da Fazenda, emite, outro não emite, como se fôsse possível variar à vontade. 176. O Governo comprime despesas sem nenhum plano previamente organizado, e isso é erro. 177. Pela falta de planejamento e organização é que vemos que os governos dão por paus e pedras, porque lhes falta quem os dirija. 178. Um centro de pesquisas Econômicas no Brasil, poderia contar com a colaboração de economistas estrangeiros, homens do comércio, da indústria e de outras atividades, a fim de que o problema fôsse enfrentado e resolvido. 179. É tão importante o programa deste caso, do Presidente ao

17.

ao mais humilde dos empregados, encontra-se o grande propósito de colaboração certo que entre pessoas que pensam assim, é sempre possível chegar-se a um entendimento. 180. Pediu a palavra o Conselheiro José Carneiro Felipe para dizer que a exposição do Sr. Presidente os tranquilizou quanto ao futuro da Fundação, e que o Conselheiro Eugênio Gudín já manifestou o regozijo do Conselho pela volta do Sr. Presidente ao posto, e bem assim o seu reconhecimento ao Sr. Vice-Presidente pela bravura com que se conduziu durante o tempo em que exerceu a Presidência desta Casa. 181. Atendendo à solicitação do Sr. Presidente, vinha manifestar sua opinião sobre a Fundação. 182. Deve dizer que concorda plenamente com o Conselheiro Lino de Sá Pereira, em que a Fundação deve ser um centro de coordenação de pesquisas, como os centros de pesquisas existentes nos Estados Unidos e na Inglaterra, isto é, centros capazes de coordenar pesquisas e também de executá-las em certos domínios. 183. Outra finalidade que reputa de máxima importância para a Fundação Getúlio Vargas é o seu serviço de documentação com o respectivo serviço de publicações. 184. Atualmente, com o sistema de micro-filmagem, é possível organizar-se um bom serviço de documentação. 185. Uma boa biblioteca é uma das cousas mais raras no Brasil. 186. A Biblioteca Nacional, dada sua organização atual, só deve ser procurada por quem deseja ler uma revista científica, se essa revista foi publicada nos tempos do Império, isto é, velha e antiquada. 187. No Instituto Oswaldo Cruz, quando se organizou a secção de Fisiocoquímica, levou dez anos para formar uma biblioteca especializada sobre a matéria da secção, e uma boa biblioteca, onde quer que exista, é uma grande contribuição à cultura no Brasil. 188. Na Fundação já temos o trabalho de D. Marcella Mortara que visa o co-

18.

conhecimento da documentação relativa à demografia.

189. Quando assumiu o serviço do recenseamento, em 1938, as obras de que carecia eram escassas e de tão difícil obtenção que foi preciso uma paciência extraordinária para não desanimar. 190. No Rio de Janeiro, chegamos ao cúmulo de não possuírmos coleções completas das publicações dos recenseamentos anteriores a 1920. 191. Na Biblioteca do Ministério do Trabalho havia uma coleção, única no Brasil, do Censo de 1872. 192. Quando foi possível obtê-la faltavam já dois volumes. 193. Entretanto, aquele Ministério gastou mais de um milhão de cruzeiros em estantes. 194. A Fundação sendo uma entidade particular e tendo elementos técnicos informativos que a guiarão na aquisição dos livros, poderá formar uma biblioteca preciosa. 195. Quanto à parte de pesquisas, é de certa forma favorável à pesquisa pura que não constitua objetivo de outras instituições. 196. Os estudos, que levaram à produção da bomba atômica não teriam sido possíveis sem a pesquisa pura sobre o cálculo Tensorial que permitiu a Einstein estabelecer as relações entre a matéria e a energia. 197. A pesquisa deve ser prestigiada. 198. Quer seja pela promovida por iniciativa individual dos pesquisadores, quer seja orientada pelas conclusões dos seminários. 199. O seminário, além de reunir os técnicos para debate, traz como consequência novas idéias no campo científico, sugerindo e aconselhando novas pesquisas cujos resultados se tornam necessários ao debate de problemas. 200. A Fundação, ao mesmo tempo que promove esses estudos, está cuidando também de ensino. 201. No Instituto Oswaldo Cruz existem cursos para técnicos, como por exemplo, o de biologia. 202. Tendo lecionado lá, pôde verificar que os alunos se esforçavam por aprender sem outra finalidade que não fôsse o prepa-

19.  
 preparo intelectual. 203. Posteriormente, lembraram-se de fornecer certificados dando direito a cargos na Saúde Pública. 204. A recompensa passou a ser reclamada. 205. O ensino decaiu visivelmente porque os alunos, ao invés de desejarem aprender, pensavam simplesmente em obter o diploma. Na Escola de Química a situação é idêntica. 206. Os técnicos só se formam trabalhando. 207. De nada vale dar a um aluno um certificado de técnico de administração, de organização ou de ensino, se ele não adquirir tirocínio na resolução de problemas desses assuntos. 208. O que é importante é que o técnico saiba trabalhar na sua especialidade. 209. Os diplomas e certificados de nada valem. 210. São até prejudiciais. 211. Entre a mocidade das escolas superiores, alguns alunos se destacam pelo desejo de aprender. Esses poderiam ser aproveitados pela Fundação Getúlio Vargas. 213. Na sua opinião o Sr. Presidente colocou bem a questão dividindo, para sua solução, os assuntos em duas ordens: externa e interna. 214. Seguiu com a palavra o Conselheiro Eugênio Gudín, que se felicitou pelos esclarecimentos dados pelos colegas que o habilitaram a compreender bem o problema. 215. Não se trata, como sabe agora, de embasbacar o mundo com a ciência brasileira, ou de se gastar somas fabulosas com grandes instalações e pessoal especializado, nem tampouco de esperar pela contribuição da ciência estrangeira. 216. Trata-se, em primeiro lugar, de um centro de coordenação de pesquisas, especialmente sobre assuntos nacionais, sendo feita a publicação dos trabalhos dessa coordenação. 217. Como elemento orientador aparece o seminário, apresentando idéias novas e sugerindo pesquisas novas. 218. Em segundo lugar temos a divisão de documentação encarregada de agrupar as fontes de informação, tornando possível o trabalho. 219. Finalmente, temos a aproximação de técnicos, nacionais e estrangeiros pos

20.

possibilitando a formação de novos técnicos, em nível sensivelmente elevado, tipo de ensino de que o Brasil mais sente falta. Tendo bem entendido o problema, julga ser essa uma obra altamente meritória e absolutamente necessária. Com a palavra o Sr. Presidente, procedeu à leitura do art. 2º dos Estatutos, solicitando aos Srs. membros do Conselho que procurassem interpretar os Estatutos, para ver se as idéias expostas se coadunavam com a lei básica da Fundação. 221. Queria agradecer ao Conselho as expressões generosas que tiveram para com êle. 222. Dos debates, pensava haver entendido que o (Conselheiro, digo) Conselho aprovava a sua sugestão no sentido de ser tratada agora tão somente a questão externa, deixando-se, para mais tarde, a questão interna. 223. Confirmando, disse o Conselheiro Lino Leal de Sá Pereira que se era possível esperar pouco pelo retôrno da subvenção, seria melhor não dispersar o pessoal técnico, porque, se mais tarde fôsse possível continuar com o programa que estava sendo realizado, seria muito mais difícil reuni-los outra vez. 224. Respondeu o Sr. Presidente que não havia a intenção de dispensar em massa. Ele já havia solicitado do Conselho técnico um plano para a redução das despesas. 225. Quanto ao setor de S. Paulo, disse o Sr. Presidente que importa num coeficiente de despesa bastante elevado. 226. Ele foi criado para atender a finalidades especiais. 227. Tínhamos em vista a doação Matarazzo e a do Govêrno do Estado de São Paulo. 228. Em vista da situação atual êste setor de veria ser fechado. 229. Achava desagradável dispensar, mas na realidade êles não estavam fazendo nada. 230. Discordou o Sr. Diretor Executivo em exercício, dizendo que desejava esclarecer ao Conselho que o setor de São Paulo estava coordenando as pesquisas científicas no campo da geologia e que ia dar início ao curso de prospectores de minas, dirigido e ministrado



21.

ministrado pelo pessoal do setor de São Paulo. 231. Por outro lado a Fundação já estava comprometida com a Estrada de Ferro Mogiana no sentido de ser feito um inquérito para estudo dos problemas econômicos daquela estrada. 232. O Sr. Luiz Simões Lopes disse que sa-  
bia perfeitamente, mas que propunha que não se fizes-  
se êsse estudo, dizendo que não se tratava de dispen-  
sar em massa, e sim, de suspender atividades que não  
deveriam ser realizadas. 300. Antes de ser suspensa  
pelo Sr. Presidente, a sessão, propuzeram os Srs. Con-  
selheiros que o Conselho Diretor manifestasse ao Ins-  
tituto de Geografia e Estatística o seu regosijo pela  
passagem do décimo aniversário dessa Instituição.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Rio, 30 de maio de 1946

Sr. Dr. Luiz Simões Lopes

Ao apresentarmos a V.Exa, em caráter irrevogável, nosso pedido de exoneração das funções que exercemos na Fundação Getúlio Vargas, cabem as explicações que claramente o definam demonstrando a coerência do mesmo.

2. Desde os primeiros contatos que manteve V.Exa conosco, quando de volta do sul do país, deixou V. Exa bem claro seu ponto de vista em relação às atividades exercidas na Fundação Getúlio Vargas, divergindo dos programas que se vinham cumprindo e que aprovados inicialmente pelo Conselho Diretor obtiveram na sua realização o aplauso entusiástico dos órgãos superiores desta entidade.

3. Essa divergência estabeleceu-se entre V.Exa e os técnicos e cientistas desta Casa, criando um ambiente insustentável, plenamente conhecido e de difícil conciliação com os superiores interesses visados; e, de mais, não é possível evitar a luta entre V.Exa e a Direção Executiva, interessada em manter o programa de trabalho, não relegando para segundo plano o que por todos é considerado primacial.

4. V.Exa sabe da impossibilidade que, por questões de ponto de vista, tem a Direção Executiva em realizar, com entusiasmo, as determinações emprazadas por V.Exa e que significam a mutilação dos órgãos cuja constituição é motivo de orgulho desta Direção. V.Exa sabe

23

que estamos convictos de que é possível, com o "fundo especial de manutenção" existente e os juros do capital em bancos, manter-se a Fundação Getúlio Vargas, no seu ritmo atual de trabalho, sem lançar mão de seu fundo patrimonial, por mais três anos. V.Ex<sup>a</sup> sabe da nossa certeza de que mantido este ritmo e o padrão elevado dos estudos que se vêm realizando, forçosamente a Fundação Getúlio Vargas, salvo possíveis restrições de ordem pessoal já apresentadas por nós a V.Ex<sup>a</sup>, obterá a subvenção capaz de lhe assegurar a continuidade de trabalho. V.Ex<sup>a</sup> sabe, também, que obtida esta subvenção, não concordaríamos em colaborar de modo algum, se invertidas as porcentagens de gastos hoje efetuados em cada setor de atividade, fôsse dado destaque ao ensino médio, à formação em massa em detrimento da coordenação das pesquisas, estudos e documentação, em centros e núcleos especializados do mais alto nível em nosso meio. V.Ex<sup>a</sup> sabe que com a nossa responsabilidade e a confiança nas decisões tomadas pelos Conselhos desta Fundação, técnicos e cientistas, nacionais e estrangeiros, do mais recomendável estôfo moral e cultural, integraram-se nesta obra certos de que lutaríamos pela sua continuidade dentro do Plano de Trabalho aprovado e louvado.

5. De outro lado, é necessário que se evidencie que o motivo que congregou os cientistas e os técnicos da Fundação Getúlio Vargas é orgânico e específico: o desenvolvimento das pesquisas e estudos indispensáveis à realidade nacional. Não se irmanaram eles por causas vagas, imprecisas e pragmáticas de caráter educativo ou cultural, pois sua força unificadora sempre esteve no sentido racional de um planejamento objetivo e claro, capaz de favorecer a solução de problemas brasileiros.

6. De acôrdo com este princípio, os técnicos e os cientistas observando um Plano de Trabalho, que reflete as normas estatutárias e regimentais, implantaram diversos núcleos e centros, promoveram cursos e seminários, desenvolveram atividades de intercâmbio, atraindo o con-

curso de notabilidades internacionais, e divulgando trabalhos inéditos; e, sobre os resultados desta ação de equipe falam eloqüentemente os pronunciamentos dos Órgãos Estatutários da Fundação: Conselhos Diretor e Curador e Assembléia Geral.

7. Acontece, porém, não é demais repetir, que V.Exª, de maneira inequívoca e notória, tem demonstrado não estar de acôrdo com êste espírito que anima êstes técnicos e êstes cientistas, o que vale afirmar que a Direção Executiva, órgão que imprimiu êste espírito, não representa o pensamento que norteará os atos de V.Exª.

8. Seria inadmissível aceitar uma situação em que se encontrassem em choque fórmulas de operar em face do destino de uma mesma obra, quanto mais que os motivos dêsse desajustamento se fundamentam em linhas mestras do Plano até aqui aceito e executado na Fundação Getúlio Vargas. Como seguimento lógico, urge evitar êstes choques que poderão criar um clima desintegrador de uma obra que não merece sofrer o risco de sua descontinuidade. E é o que objetivamos com o nosso pedido de demissão irrevogável do cargo de Diretor Executivo, pois, como salientamos, não transigiríamos em desviar, com a nossa responsabilidade, as atividades técnicas e científicas, tão pouco em quebrar os compromissos assumidos com entidades físicas e jurídicas do Brasil e do estrangeiro.

9. Não trabalhamos levados por interêsses imediatistas, nem por critérios pragmáticos, mas conscientes da excelência das obras que se edificam de acôrdo com planejamentos. Não desenvolvemos atividades que ferissem os princípios estatutários e regimentais pois cumprimos rigorosamente as resoluções dos órgãos competentes para traçar os objetivos da Fundação. E assim não poderíamos aceitar a mudança do rumo de nossos trabalhos, como se tivessem sido executados sem bússula, sem roteiro.

10. E temos a convicção de que V.Exª promoverá es

ta mudança, pois calaram fundo suas palavras ao encerrar a última sessão do Conselho Diretor, - precisamente após ouvir reafirmado por vários Conselheiros o verdadeiro sentido desta obra - apelando para êles no sentido de, novamente procedendo a leitura dos Estatutos, verificarem que os trabalhos executados se desviaram dos seus objetivos. Estas palavras reiteraram os propósitos por V. Ex<sup>a</sup> demonstrados quando reassumiu a Presidência desta Fundação.

Pelo exposto, mantendo nossa linha de conduta, nosso pronunciamento está justificado.

(aa.) Marcello Brasileiro de Almeida  
Paulo de Assis Ribeiro

Sr. Dr. Luiz Simões Lopes  
Presidente da Fundação Getúlio Vargas

Tendo tido conhecimento de que o Doutor Paulo de Assis Ribeiro, Diretor Executivo em gôzo de licença, e o Doutor Marcello Brasileiro de Almeida, seu substituto interino, se demitiram dos respectivos cargos, por motivos de nosso pleno conhecimento e com os quais estamos de absoluto acôrdo, vimos pela presente, em caráter irrevogável, declarar a V.Exª que nos consideramos também demissionários das funções que vínhamos exercendo nesta Fundação.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 1946.

(aa.) Manoel José Ferreira, Lelio Itapuambira Gama, Francisco Mendes de Oliveira Castro, Moacyr Teixeira da Silva, José Leite Lopes, Carlos José de Assis Ribeiro, Gustavo Geber Figueira de Mello, Ernesto Luiz de Oliveira Junior, Thomaz Pompeu Accioli Borges, Américo Leonides Barbosa de Oliveira, Alvércio Gomes, José Rodrigues da Silva, Flávio Cardoso Carvalho Leme, Leopoldo Nachbin, Othon Henri Leonardos, Viktor Leinz, Nely Dutra, Alberto Castiel, Tocary A. Bastos, Léa Lerner, José Zacarias de Sá Carvalho, Odálio Gigiarulo Amorim, Alvaro Gueiros, Tomaz Santa Rosa Jr., Gilda Marinho, Charles Tadeu Javes, Maurício Mattos Peixoto, Olavo Rocha, James Antonio de Lamare São Paulo, Antonio Monteiro, Silva Mello, Elisiário Távora Filho, Llewellyn Ivor Price, Jayme Lins de Almeida, Curt Levy, Daysê Furtado, Christóvão Leite de Castro, Roberto Macedo, Giorgio Mortara, Marcella Mortara, Karl Arens, Augustine Landau, Jorge Pankov, José Harouche, Armando Tavares, Manoel José Ferreira por: Arthur Hell Neiva, João Pokrowsky, Di

mitri Pankov, Renato Lyra Tavares, José Letzer, Home de Montes, Eloy Formassaro, Motula Lancman, Maria Stella Barroso, Benjamin Savoy; Thiers Martins Moreira, Eugenia de Azevedo Ferreira, Marcello Brasileiro de Almeida.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Em 3 de junho de 1946

Senhor Presidente

Acha-se em minhas mãos um pedido coletivo de demissão da quase totalidade dos cientistas e técnicos desta Fundação, cuja origem supponho dever-se a uma sucessão de mal entendidos, gerando um ambiente de intranquilidade, que culminou com a atitude extrema ora assumida pelos citados elementos.

2. Dos vários contatos que mantive com os cientistas e técnicos em aprêço, bem como, principalmente, dos debates verificados em uma reunião havida a 30 do mês findo, à qual compareceram trinta e cinco dentre êles, pude inferir que o impasse surgido não tem raízes profundas e, conseqüentemente, com o esclarecimento de alguns pontos fundamentais, ficaria solucionado, voltando a reinar a calma e a confiança indispensáveis ao êxito dos trabalhos do tipo dos dêste órgão.

3. Antes de entrar de fundo na questão, porém, permito-me rememorar certos fatos, cuja lembrança se torna necessária à perfeita elucidação dos acontecimentos.

4. Ao ser estruturada em linhas gerais esta Fundação, quatro divisões foram previstas, correspondendo às quatro atividades características básicas a desenvolver: organização, ensino, pesquisas e documentação.

5. Dentro dessa orientação, foi elaborado um programa de trabalhos, que logrou a aprovação do Conselho Diretor e pelo qual seriam atacados, paralelamente, os quatro setores de atividade considerados.

6. Iniciada a aplicação do referido plano, en-



tretanto, fatores vários intervieram, como falta de elementos qualificados para certas funções, dificuldades de ordem material, divergências em minúcias de execução, etc., dando como resultado um incremento desigual dos setores mencionados, com uma preponderância substancial do relativo às pesquisas, ao passo que os demais tomavam um ritmo bem menos acentuado. E, quanto mais se agravava essa diferença, mais aumentava interna e externamente, o interesse pelo setor favorecido, de forma a ter origem um círculo vicioso, tendente a exagerar, cada vez mais, a discrepância existente.

7. Por outro lado, a atrofia do campo de ensino vinha dificultar a associação do mesmo com o de pesquisas, de modo que a intervenção dêste último no âmbito educacional, ao invés de sistemática e direta, manifestava-se indiretamente, através da especialização dos elementos mais jovens em contato com cientistas e técnicos experimentados ou por intermédio da realização ocasional de seminários, excetuado apenas o caso de uma associação regular do ensino e pesquisa no núcleo de geologia.

8. Todavia, enquanto ocorriam circunstâncias desfavoráveis como as apontadas e outras que atingiram mais especialmente os serviços adjetivos, tinha lugar um fato sobremodo alviçareiro para o país, do ponto de vista cultural. É que esta Fundação se havia erigido em traço de união entre cientistas e técnicos outrora agindo isolada e improfícua, e com isso surgia um centro de convergência e coordenação de esforços anteriormente dispersos, pouco objetivos e em sua maioria ineficazes; daí o nascer o espírito de equipe e cooperação, a fraternidade intelectual, a identidade de propósitos, a confiança e o respeito recíprocos e outros característicos dos ambientes onde a cultura e a ciência encontram guarida e podem expandir-se sem obstáculos.

9. Ficava assim preenchida uma lacuna existente

31

no país, a qual até então perdurava, apesar de tentativas várias feitas nesse sentido, tôdas efêmeras, por dependerem exclusivamente de pessoas e por se restringirem a campos de ação muito limitados, onde apenas pequena parcela dos especialistas era congregada.

10. Todos os contras e prós acima expostos não passaram despercebidos ao Conselho Técnico desta Fundação, do qual eu fazia parte, tendo sido agitado o problema em diversas sessões, visando restabelecer o equilíbrio entre os quatro setores de atividades primaciais já definidos, sem prejuízo para as conquistas no âmbito das pesquisas, que, de certa forma, tinham avançado muito além do que era lícito esperar.

11. Contudo, nos debates e conjeturas feitos a respeito, pairava sempre uma dúvida quanto aos recursos materiais disponíveis, de vez que a subvenção do Governo Federal fôra reduzida no período Linhares e, mesmo assim, não havia sido entregue até a época em questão.

12. Estavam as coisas nesse pé, quando foi expedido decreto-lei do atual Governo, suspendendo, em definitivo, a subvenção em aprêço, o que ocasionou, subsidiariamente, a retirada da contribuição do Banco do Brasil. Perdia dêsse modo esta Fundação um auxílio anual de cêrca de Cr\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de cruzeiros), deixando a respectiva direção em condições difíceis de ação, particularmente no tocante aos fins enumerados no item 10.

13. Foi precisamente nessa altura que voltou V. Ex<sup>a</sup> do sul do país, onde permanecera quase seis meses sem ser inteirado dos fatos que se desenrolavam neste órgão.

14. Reassumindo a Presidência desta Fundação, afastado de há muito da marcha dos acontecimentos e sem ter sido convenientemente elucidado sôbre os mesmos, era natural que a primeira impressão de V. Ex<sup>a</sup> fôsse desfavorável. Com efeito, entrando inicialmente em conta-

to com os serviços adjetivos, que sempre deixaram muito a desejar, verificando o desenvolvimento dispar dos diferentes setores de atividades a atender, cientificando-se pelo Senhor Ministro da Educação, principal responsável pela retirada da subvenção, das restrições opostas ao pouco incremento do campo educacional, ouvindo críticas frias e rigorosas de elementos da Administração Federal estranhas à Fundação, compreendia-se perfeitamente que o primeiro movimento de V.Exª fôsse de censura.

15. Infelizmente, porém, dedicando grande parte do tempo à recuperação da subvenção do Governo Federal e à efetivação de doações ainda potenciais, e, além disso, estando cerceado materialmente pela separação dos serviços específicos e gerais desta Fundação, sediados em locais distantes, não teve V.Exª ocasião de inteirar-se dos aspectos positivos do rumo impresso aos trabalhos da mesma.

16. Isto suscetibilizou os cientistas e técnicos respectivos, cujos trabalhos, em sua maioria, requerem um ambiente de tranqüilidade, dependente, entre outros fatores, da confiança de seus dirigentes na utilidade de suas investigações.

17. Dessa circunstância e do fato de querer V. Exª, acertadamente, dar ênfase ao setor de ensino, resultou um primeiro mal entendido, traduzido na aparente divergência radical de pontos de vista entre a orientação da Presidência e a então vigorante, como se ensino e pesquisas fôsssem atividades que se excluíssem, quando, ao contrário, se completam.

18. Nesse período, procurei intervir com intuitos esclarecedores, tendo ficado assente que os problemas desta Fundação ficariam divididos em externos e internos, cabendo prioridade absoluta aos primeiros, que compreenderiam o restabelecimento da subvenção federal, a efetivação das doações compromissadas, inclusive terrenos no Rio e em São Paulo, e as medidas de financiamen-

to para a valorização do patrimônio; vale dizer, portanto, que os problemas internos, representados por uma revisão no plano geral de trabalhos, seriam atacados mais remotamente, tornando-se provável a manutenção do programa atual até o fim do exercício fluente.

19. Além disso, estudou-se as providências de caráter imediato a serem tomadas, para resistir à crise financeira ora em curso e para reparar defeitos de estrutura ou funcionamento verificados, tendo sido por mim relatadas em reunião do Conselho Técnico presidida por V.Ex<sup>a</sup>, as diretrizes gerais a adotar neste particular, proposta que obteve a aceitação de todos os presentes.

20. Parecia a mim que as coisas se encaminhavam para uma solução favorável, mas o ambiente de insegurança ainda perdurava, decorrente de motivos que no momento não pude precisar, dado o afastamento a que fui forçado por minhas atividades estranhas a esta Fundação.

21. Dessa forma, ao contrário do que eu previa, a situação foi progressivamente se agravando e atingiu o ponto crítico após a sessão do Conselho Diretor, realizada a 29 de maio findo, reunião em que ficou aprovada a orientação aludida no item 18, tendo V.Ex<sup>a</sup> reafirmado os propósitos de uma revisão no plano geral de trabalhos dêste órgão.

22. Em consequência, houve os pedidos de demissão do Diretor Executivo e de seu substituto em exercício, a que se seguiu o pedido coletivo a que me referi no item 1.

23. Antes da assinatura total dêste último, porém, ocorreu a reunião mencionada no item 2, a qual, principalmente, tornou claro a mim o ponto de vista dos cientistas e técnicos desta Fundação, circunstância que me levou a fazer a presente exposição, tendo em vista a elucidação final do assunto.

24. De fato, conforme foi dito no item 2, há dois pontos fundamentais a esclarecer.
25. O primeiro decorre dos seguintes argumentos:
- a) - as atividades desta Fundação se desenvolvem dentro de programa aprovado pelo Conselho Diretor;
  - b) - igualmente aprovada pelo Conselho Diretor está a orientação definida nos itens 18 e 21, pela qual, após a solução dos problemas externos deste órgão, seria tratada a revisão do plano geral de trabalhos respectivos, por iniciativa de V. Ex<sup>ª</sup>;
  - c) - assim, embora tudo corra dentro de um ambiente normal e dos preceitos estatutários, há a possibilidade, em futuro mais ou menos próximo, de ser feita uma alteração radical no programa em andamento, inclusive com a supressão de alguns dos núcleos destinados a pesquisas;
  - d) - com essa expectativa, as condições de trabalho tornam-se difíceis, não só quanto ao aspecto psicológico, mas também quanto à própria essência das atividades, especialmente no tocante às realizáveis a longo prazo e às traduzidas em compromissos exteriores, de forma que, a trabalhar com intranquilidade e a baixo rendimento, bem como com uma suposta falta de confiança por parte da Presidência, preferem os cientistas e técnicos correspondentes afastar-se, desde já, da Fundação.
26. Quanto ao segundo ponto, apóia-se no raciocínio abaixo:
- a) - de acôrdo com o exposto no item 8, esta

35

Fundação conseguiu criar uma mentalidade cultural e científica, aliada a um espírito de equipe e cooperação, nunca antes alcançados em nosso país;

- b) - essa conquista precisa ser mantida, sob pena de haver um retrocesso e um substancial prejuízo para o Brasil;
- c) - como condição indispensável à preservação da mesma, mister se faz a conservação do ritmo das atividades do setor de pesquisas, além de certo mínimo;
- d) - se a situação financeira precária desta Fundação, bem como a necessidade de desenvolvimento dos outros setores de atividades, para restabelecimento do equilíbrio relativamente ao setor de pesquisas, tornarem imperiosa a redução dos recursos dêste último, preferem os cientistas e técnicos correspondentes ter diminuídos de seus salários, inclusive até a eliminação total, a ver restringidos os trabalhos de pesquisas em andamento.

27. Ambos os pontos focalizados, o primeiro dos quais indica os principais motivos determinantes da demissão dos cientistas e técnicos, ao passo que o segundo reflete as aspirações idealistas dêstes e o sacrifício a que seriam levados para atendê-las, mostram que o movimento coletivo dos mesmos, embora se me afigure precipitado, alicerça-se em bases sinceras e bem intencionadas.

28. Ademais, não encerra propósitos descabidos, hipótese em que seria eu o primeiro a me opor, no exercício das funções transitórias em que fui investido.

29. Assim, segundo foi asseverado de início, não me parece difícil esclarecer a situação, com satisfação geral, para o que basta tornar conhecidas dos sollicitan-

tes as seguintes declarações, cuja aprovação submeto a V.Exa:

- I - A Presidência da Fundação reconhece o valor da mentalidade cultural e científica e do espírito de equipe conseguidos através de seus órgãos de pesquisas, razão pela qual procurará evitar medidas que possam destruí-los.
- II - Dentro dessa orientação, está disposta a manter um ritmo de atividades no campo de pesquisas, que não prejudique as finalidades básicas destas, observando-se, todavia, uma ação de planejamento mais eficiente e, bem assim, se fôr o caso, a revisão de certos trabalhos em um sentido mais objetivo.
- III - Por outro lado, pretende a Presidência da Fundação incrementar as atividades restantes desta, particularmente as de ensino, de forma a restabelecer o equilíbrio entre as mesmas e as do setor de pesquisas, conforme está previsto no plano de trabalhos já aprovado pelo Conselho Diretor.
- IV - Nessas circunstâncias, se as condições financeiras da Fundação não permitirem atender aos programas objetivados e, em consequência, fôr necessário restringir os recursos atribuídos ao setor de pesquisas, o indispensável decréscimo de despesas será obtido, preferentemente, por uma diminuição nos gastos de pessoal, segundo oferecimento feito pelos cientistas e técnicos, a fim de não sacrificar o ritmo dos trabalhos correspondentes.

- V - Além disso, de acôrdo com a proposta da Presidência aprovada pelo Conselho Diretor, uma vez conseguida a solução dos casos externos será reexaminado o plano geral de trabalhos da Fundação, de modo a verificar a conveniência de melhor enquadrá-lo nas disposições estatutárias.
- VI - Em caso afirmativo, no que pese a influência da Presidência da Fundação no citado reexame, a tendência será para acompanhar, nas alterações introduzidas, os princípios enumerados nos incisos I a V, anteriores.
- VII - De qualquer forma, procurar-se-á, sempre que possível, evitar reduções de atividades e diminuições de salário, para o que será levada a efeito uma campanha pela obtenção de recursos, correspondendo exatamente aos chamados problemas externos, cuja solução depende de um ambiente geral favorável à Fundação, o que exige, entre inúmeros fatores, que esteja ela, internamente, unida e coesa na defesa de seus ideais.

Atenciosas saudações

(a.) Jorge Oscar de Mello Flôres,  
Responsável pelo expediente



Rio de Janeiro, 22 de junho de 1946

Exm<sup>as</sup> Membros do Conselho Diretor

Como é do conhecimento dêsse Conselho, nós os técnicos e cientistas da Fundação Getúlio Vargas, pedimos em 30 de maio de 1946, ao Sr. Presidente, a nossa demissão coletiva em face do dissídio claramente evidenciado entre o Sr. Presidente e os órgãos diretores que, através da Direção Executiva, vinham realizando com êxito os programas aprovados e aplaudidos pela Assembléia Geral, Conselho Curador e Conselho Diretor.

Em defesa das diretrizes traçadas, tanto o Diretor Executivo como seu substituto solicitaram demissão, atitude também seguida por nós como seus auxiliares, integrados que estamos naqueles programas, dos quais somos os naturais executantes.

A demissão dos diretores, por motivos inequivocamente funcionais, vem confirmar as razões do nosso pedido coletivo de demissão e, por isso, nos sentimos no dever de reafirmá-lo perante V.Ex<sup>as</sup>.

(aa.) Manoel José Ferreira, Lelio Itapuambira Gama, Francisco Mendes de Oliveira Castro, Moacyr Teixeira da Silva, José Leite Lopes, Carlos José de Assis Ribeiro, Gustavo Geber Figueira de Mello, Ernesto Luiz de Oliveira Junior, Thomaz Pompeu Accioly Borges, Américo Leonides Barbosa de Oliveira, Alvércio Gomes, José Rodrigues da Silva, Dimitri Pankov, Flávio Leme, Leopoldo Nachbin, Othon H. Leonardos, Viktor Leinz, Nely Dutra, Alberto Castiel, Tocary Bastos, Léa Lerner, José Zacarias de Sá Carvalho, Odálio Gígiarulo Amorim, Alvaro Gueiros, Tomaz Santa Rosa Junior, Gilda Marinho, Maurício Matos Pei

xoto, Olavo Rocha, James Antonio Delamare S. Paulo, por Antonio Monteiro - Lélío Itapuambira Gama, Silva Mello, Elyziário Távora Filho, Lewellyn Ivor Price, Jayme Lins de Almeida, Curt Levy, Dayse Furtado, por Roberto da Mota Macedo - Paulo de Assis Ribeiro, por Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto - Paulo de Assis Ribeiro, Giórgio Mortara, Marcella Mortara, Karl Arens, Augustine Landau, Cristóvão Leite de Castro, Jorge Pankov, José Harouche, Pierre Dansereau, C.T. Javes, Marcello Brasileiro de Almeida, Eugenia de A. Ferreira, Carlos Oswald, Manoel José Ferreira por: Arthur Hell Neiva, João Pokrowisky, Renato Lyra, José Letzer, Homeu de Montes, Eloy Formassaro, Motula Lacman, Maria Stella Barroso, Benjamin Lavoy.

SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1946

Aos Senhores Presidente e Membros do Conselho  
Diretor da Fundação Getúlio Vargas

1. Dirijo-me a Vossas Excelências na qualidade de representante recém-nomeado do Governo Federal junto a essa Fundação. Por ordem do Excelentíssimo Senhor General Presidente da República procedi à verificação da situação em que se encontra a Fundação, com o fim de promover o seu encaminhamento para uma situação mais de acôrdo com os desejos do Governo Federal.
2. Reconheci a existência de duas orientações antagônicas: 1ª - a da Presidência; 2ª - a dos Núcleos Técnicos. Não me foi possível entretanto discernir qual das duas orientações corresponde melhor aos objetivos da Fundação, definidos nos Estatutos com certa ambiguidade. Concluí entretanto que em ambas orientações existe muito de aproveitável e que aquilo que não é aproveitável no momento poderá vir a sê-lo no futuro.
3. Verifiquei que dos dois lados se havia formado um espírito de intransigência, compreensível porque se trata de princípios e não de pessoas, mas sem dúvida prejudicial ao bom andamento dos trabalhos. Esse espírito de intransigência levou os colaboradores dos Núcleos Técnicos a um pedido coletivo de demissão, o que é deveras lamentável e ameaça a própria existência da Fundação.
4. Verifiquei ainda que o Governo Federal não tem a intenção de afastar da Presidência da Fundação o Excelentíssimo Senhor Doutor LUIZ SIMOES LOPES e sim deseja, com êle na Presidência, promover a prosperidade da Funda-

41

ção para fazer o que, apenas deseja ver implantado novamente o espírito de colaboração entre todos, sob uma estrita fiscalização por parte dos doadores, o mais importante dos quais, até agora, é o próprio Governo Federal. Nesse sentido estou por Sua Excelência autorizado a tomar as medidas mais convenientes.

5. Em consequência, decidi aconselhar à Presidência da Fundação a tomar sem perda de tempo as seguintes providências:

- 1ª - manter o programa de trabalhos já adotado, aplicando-o porém de acordo com um novo exame das possibilidades financeiras da Fundação;
- 2ª - reduzir as despesas administrativas, pela supressão dos cargos que não forem indispensáveis, respeitados os direitos de cada um, de acordo com a legislação trabalhista;
- 3ª - aceitar o pedido de demissão dos colaboradores dos Núcleos Técnicos, para o fim de se proceder a reorganização dos mesmos Núcleos, em novas bases;
- 4ª - indicar um nome para o cargo de Diretor Executivo da Fundação, o qual será por mim submetido à aprovação do Presidente da República;
- 5ª - adotar, para a remuneração dos colaboradores dos Núcleos Técnicos, novos critérios, que atendam não somente às possibilidades da Fundação, como também ao resultado provável da ação de cada colaborador, estimado esse resultado pelo Diretor Executivo em proposta escrita feita ao Presidente da Fundação;
- 6ª - adotar na Fundação o princípio adminis..

42

trativo dos orçamentos analíticos e dos empenhos prévios das despesas a serem executadas;

- 74 - enviar mensalmente aos doadores que representam doações superiores a ..... Cr\$ 1.000.000,00 cópias do balancete referente ao mês anterior, sendo a cópia relativa ao Governo Federal entregue ao representante do mesmo Governo até o dia 15 do mês seguinte ao abrangido pelo balancete.

6. Estou certo de que, dentro desses poucos princípios, a existência da Fundação poderá correr tranqüila e próspera. De minha parte e de acordo com a orientação que me foi transmitida pelo Senhor Presidente da República tudo farei para que o Governo Federal auxilie a Fundação na realização dos seus patrióticos objetivos.

Apresento a Vossas Excoelências os meus protestos de elevada estima e consideração.

(a.) Gen. Djalma Polli Coelho  
Diretor do Serviço Geográfico do Exército

ATA DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR,  
REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 1946

As 14,20 horas (quatorze horas e vinte minutos) do dia vinte e sete de junho de mil novecentos e quarenta e seis, compareceram ao Gabinete do Sr. Presidente da Fundação Getúlio Vargas, à Rua da Candelária número seis, terceiro andar, os membros efetivos do Conselho Diretor, Senhores Doutores Luiz Simões Lopes, Presidente, João Carlos Vital, Eugênio Gudín, os suplentes convocados, Senhores Doutores José Carneiro Felipe e Mário Augusto Teixeira de Freitas e o Dr. Jorge Oscar de Mello Flores, respondendo pelas funções que competem ao Diretor Executivo. Não compareceram, por motivo justificado, os membros efetivos, Senhores Doutores Guilherme Guinle e Lino Leal de Sá Pereira e o suplente convocado Dr. Rubens D'Almada Horta Porto. O Senhor Presidente assumindo a Presidência, comunicou que convocara a Reunião para tratar de assuntos importantes...

Exposição do Dr. Luiz Simões Lopes sobre o caso  
dos Técnicos e Cientistas

Dando início aos trabalhos, faz o Dr. Luiz Simões Lopes uma exposição do caso dos técnicos e cientistas, declarando: a) - que o Governo Federal nomeara o General de Brigada Djalma Poli Coelho para representante do aludido Governo junto à Assembléia Geral desta Instituição; b) - que procurou o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General de Divisão Eurico Gaspar Dutra, havendo sido recebido pelo Dr. Gabriel Monteiro da Silva, Secretário da Presidência a quem declarou que colocava a Presidência da Fundação à disposição do Governo Federal; c) - que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República mandou-lhe dizer que desejava a sua permanência a frente desta Fundação, em cujas funções poderia contar com o apoio do Governo Fede

.44

Federal; d)- que procurou o General Djalma Poli Coelho, expos lhe sua situação e encareceu seu pronunciamento a respeito;

e)- que o General Djalma Poli Coelho respondeu que era seu intento colaborar com a Entidade e que já era sabedor do que se passara na Fundação. Continuou o Presidente sua exposição dizendo que o General Djalma Poli Coelho lhe pedira um relatório mensal da parte financeira; aparteando, então, o Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas para propor que o relatório compreendesse tódas as atividades, ao que informou o Dr. Luiz Simões Lopes que o Dr. Jorge Oscar de Mello Flôres já havia (ig digo) feito igual proposta. O Dr. Eugenio Gudin propos, que o relatório fôse trimestral. Ficou resolvido que o Dr. Luiz Simões Lopes conversaria a respeito, com o General Djalma Poli Coelho. Comunicou, outrossim, o Sr. Presidente que o General Djalma Poli Coelho manifestava desejo de falar com os membros do Conselho Diretor e pediu a presença de todos à Reunião que marcou para o dia 19 de julho próximo, conforme convocação que já mandara expedir, a qual contará com a presença daquele militar.

Foi lida, a seguir a carta endereçada ao Sr. Presidente pelo Dr. Lino Leal de Sá Pereira, havendo o Dr. Luiz Simões Lopes contestando as afirmativas feitas na citada carta, declarando que propuzera que cada chefe de núcleo informasse a economia possível em setor e que, quando a Fundação contasse com a subvenção do Governo Federal, analisaria esses elementos. Discutido o assunto ficou assente que o Dr. Eugenio Gudin, procurasse o Dr. Lino Leal de Sá Pereira e conversasse

.45

se com o mesmo, como das vezes anteriores, para que continue na Fundação. Entrou em discussão após, a carta endereçada ao Conselho pelo General Djalma Poli Coelho. Aproveitou o Sr. Presidente a oportunidade para informar que declara ao General que a Fundação, para bem atender aos seus propositos, necessita contar com o apóio do Governo Federal a que o General lhe respindera que o Excelentissimo Senhor Presidente da República demonstra grande interesse pela Fundação e que deante das reiteradas afirmações de apreço recebidas da parte do Presidente da República, ele Luiz Simões Lopes se julgava persona grata do Governo Federal. INVERSOES EM OBRIGAÇÕES DE GUERRA. O Dr. Luiz Simões Lopes submeteu à aprovação do Conselho a proposta de inversão do depósito desta Instituição na Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro em Obrigações de Guerra, visto que aquele conceituado estabelecimento de crédito comunicou a Fundação que só poderá conceder a esta Entidade a taxa de 3% ao ano, para o referido depósito. Expos o Sr. Presidente que com a inversão proposta espera conseguir juros de mais de sete por cento ao ano. A proposta foi aprovada. PEDIDO DE DEMISSAO COLETIVO DOS TECNICOS E CIENTISTAS. Tratou-se a seguir, do requerimento feito ao Conselho pelos técnicos e cientistas demissionários. O Dr. Mario Augusto Teixeira de Freitas props uma reconciliação, ao que declarou o Presidente que já fez todo o possivel neste sentido, havendo o Dr. Jorge Oscar de Mello Flore feito uma



.46

exposição de sua atuação no caso e dos esforços dispendidos para consecução da reconciliação. Discutido o assunto, em que tomaram parte todos os membros do Conselho presentes, ficou decidido que aos mesmos se comunicasse a seguinte decisão: "O Conselho Diretor, tomando conhecimento do seu requerimento, mantém seu ponto de vista anterior no sentido de dar preferência ao problema financeiro sobre o exame das possíveis medidas necessárias a reorganização interna. Entendem, outrossim, os membros do Conselho presentes, por todas as informações colhidas que a divergência surgida entre o Presidente e o ex-Diretor Executivo, de que resultou o pedido irrevogável de dispensa deste último, é de natureza administrativa e hierárquica, sem que isso importe em alteração essencial do plano de trabalho da Fundação. Finalmente o Conselho considera que a matéria é da competência do Presidente da Fundação, na forma do art. 14 (incisos IV e IX) dos estatutos da Fundação" (na forma). Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradece a presença de todos e as dezesseis horas e dez minutos deu por encerrada a reunião.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Em 1º de julho de 1946

Senhor Presidente

Em expediente do dia 3 de junho próximo findo, tive ocasião de fazer uma exposição a V.Exª, acêrca dos acontecimentos que culminaram com a demissão coletiva da quase totalidade de técnicos e dos cientistas desta Fundação.

2. Terminava eu sugerindo uma série de declarações, as quais, uma vez aprovadas por V.Exª, viriam evidenciar um fato sempre por mim afirmado: a inexistência de divergências de maior significação entre o ponto de vista da Presidência e o consubstanciado no programa que o Conselho Diretor aprovara e vinha sendo realizado pela Direção Executiva.

3. Entretanto, quando eu já havia obtido a aceitação verbal de V.Exª à proposta por mim formulada, expus a situação disso resultante, em reunião havida a 4 do mesmo mês, com a participação da maioria dos Chefes de serviço e a presença do Vice-Presidente do Conselho Diretor - Dr. João Carlos Vital.

4. Alegaram-me então os demissionários presentes que, embora considerando que por essa forma se esclareceria a questão da orientação, julgavam que o pedido de demissão respectivo somente poderia ser retirado, caso fôsse mantido na Direção Executiva o Dr. Paulo de Assis Ribeiro, que se demitira, justamente, pelo suposto antagonismo de pontos de vista com a Presidência.

5. Respondi que, em face da nova condição intro-

duzida, não me seria mais possível prometer uma solução a prazo fixo, ficando assim adiada a mesma "sine die".

6. Posteriormente, teve lugar um entendimento direto entre V.Exª e o Dr. Paulo de Assis Ribeiro, encontro que foi concluído com a afirmativa de V.Exª de que aceitava as explicações de ordem pessoal prestadas pelo ex-Diretor Executivo, mas que este não voltaria a suas antigas funções.

7. Devido a isso, aproveitando nova reunião com os chefes de serviço, verificada no dia 10 do mês transato, provoquei um pronunciamento dos mesmos a respeito, prometendo-me eles que, dentro de 48 horas, trariam ao meu conhecimento qual a manifestação dos demissionários diante da dupla circunstância: de um lado, a elucidação das pretensas divergências existentes, de outro lado, a não readmissão do Dr. Paulo de Assis Ribeiro como Diretor Executivo e a eventual utilização de seus serviços em função técnica, fato dependente ainda da aprovação de V.Exª.

8. No fim da tarde dêsse mesmo dia, em virtude da aceitação prévia que já me haviam dado os Drs. Paulo de Assis Ribeiro e Manoel José Ferreira, propus a V. Exª, na presença do Dr. João Carlos Vital, a ida do ex-Diretor Executivo para Delegado em São Paulo, local que tudo indicava ser aconselhável ao mesmo, por motivos de ordem particular. A sugestão foi aprovada por V. Exª, que mencionou a conveniência da partida urgente do Dr. Paulo de Assis Ribeiro, para resolver os casos de doações de vulto naquele Estado, até o presente não efetivadas.

9. No dia seguinte, 11 de junho, pela manhã, eu soube pelo Dr. João Carlos Vital que participara de uma reunião na véspera, à noite, com a presença de membros do Conselho Diretor e representantes dos demissionários, que tinha sido cientificado pelo ex-Diretor Executivo não poder aceitar a incumbência em São Paulo.

10. Procurei então o Dr. Paulo de Assis Ribeiro, que me afirmou não mais lhe convir o afastamento desta Capital, embora estivesse pronto a exercer funções nesta Fundação, aqui no Rio, desde que estivessem elas dentro dos característicos que os demissionários mais chegados a êle julgavam lhe serem adequados.

11. Não voltei a falar no assunto a V.Exã, entre tanto, porque, havendo uma recusa na primeira função combinada, novos entendimentos a respeito exigiam um ambiente favorável e êste era prejudicado por sucessivos informes de pessoas várias, que davam a aparência de existir um movimento articulado contra a atual Presidência, obrigando-me a uma atuação constante de mediação e esclarecimento.

12. Assim, preferi esperar a resposta de que trata o item 7, prometida no dia 10, para dentro de 48 horas. Todavia, decorridos cêrca de vinte dias da data em aprêço, nada me foi comunicado a respeito.

13. Atribuindo a demora à expectativa de uma intervenção solucionadora do Conselho Diretor e de uma ação conciliatória por parte do General Djalma Poli Coelho, recentemente nomeado representante do Governo Federal junto à Assembléia Geral desta Fundação, não tomei qualquer iniciativa no sentido de apressar o pronunciamento esperado.

14. Agora, porém, surge a reiteração do pedido de dispensa dos anteriores signatários, medida que considero precipitada, porquanto:

- a) - a aprovação de V.Exã às declarações sugeridas em minha exposição de 3 de junho findo, havia evidenciado a inexistência de antagonismos de pontos de vista, motivo alegado para a demissão solicitada;
- b) - além disso, a culpa do retardamen-

to da solução não cabia à Presidência, mas sim à condição referida no item 4, bem como à delonga citada no item 12;

- c) - finalmente, o fato ocorreu na semana em que os demissionários sabiam ia ser a questão submetida ao Conselho Diretor.

15. Em virtude do exposto e atentando aos sucessivos impasses surgidos nas fases diversas das negociações, parece tornar-se inevitável a concessão da demissão pleiteada; sugiro, entretanto, que o atendimento à mesma seja feito de forma a facultar conversações subseqüentes, com elementos cuja participação no movimento se verificara, apenas, no pressuposto de que estavam iminentes a subversão dos programas em andamento, o decréscimo do nível intelectual dos trabalhos e a destruição do espírito científico e cultural que vinha sendo cultivado.

16. Com essa proposta, encaminho os memoriais anexos, para a decisão final de V.Exª.

Atenciosas saudações

(a.) Jorge Oscar de Mello Flôres

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGASD E S P A C H O

Ao ter esta Presidência conhecimento do pedido conjunto de demissão apresentado por cientistas, técnicos, e alguns auxiliares desta Fundação, incumbiu o responsável pela Direção Executiva de entabular conversações com os representantes dos demissionários, no sentido de esclarecer o mal entendido que tudo indicava existir.

Conforme se depreende da exposição do aludido responsável, feita nesta data, não obstante ter sido evidenciada a inexistência de divergência de maior importância entre o ponto de vista desta Presidência e o que orientara o programa de trabalhos em andamento, chegou o caso a um impasse de difícil remoção, fato que parece decorrer da solidariedade pessoal de alguns dos signatários ao ex-Diretor Executivo e da solidariedade coletiva dos demais aos primeiros, consequência do vínculo criado com a assinatura comum ao documento em aprêço.

Em face disso e atendendo a que a reafirmação do pedido de dispensa, ora feita pelos signatários ao Conselho Diretor, revela o fracasso das negociações que vinham tendo lugar, somente resta a esta Presidência conceder a demissão solicitada, sem prejuízo de ulteriores entendimentos para a conservação de elementos que objetivem, exclusivamente, a preservação de diretrizes adequadas para as atividades da Fundação, bem como o sucesso desta em proveito do país.

Em 19 de julho de 1946

(a.) Luiz Simões Lopes

Em tempo: Faça-se expediente, comunicando esta deci-

são aos interessados e agradecendo os serviços prestados à Fundação.

Em 19 de julho de 1946.

(a.) Luiz Simões Lopes

## INSTRUÇÃO PARA OS SERVIÇOS DE DATILOGRAFIA

### DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

#### 1. Da Elaboração dos Trabalhos

1.1 Os trabalhos da Fundação Getúlio Vargas serão datilografados em fita de cor preta fixa e carbono preto, observando-se o abaixo disposto:

- a) MARGEM - As margens devem ser deixadas guardando-se dezesseis espaços à esquerda e cinco à direita. As margens direita e esquerda devem ser obedecidas sem se deixar mais de dois espaços entre as palavras de uma mesma linha.
- b) PARÁGRAFO - Começar a doze espaços além da margem direita, com duplo espaço da última linha do período, antes do início do parágrafo.
- c) ITENS - Na correspondência, todos os períodos, exceto o primeiro, e o período correspondente ao do fecho, serão numerados consecutivamente à margem e não junto ao início do parágrafo.
- d) DATA - Colocar na correspondência, na página de rosto, a oito espaços abaixo do timbre "Fundação Getúlio Vargas" e a 25 da letra (F) da palavra Fundação. Deixar em branco os espaços correspondentes aos dias e meses que serão colocados no ato da expedição pela Secção de Comunicações. NOTA - Quando se tratar de parecer ou informação a data é colocada depois do texto, na posição que responderia ao parágrafo.
- e) INVOCAÇÃO - A doze espaços da data e a doze



2.

além da margem, com uma das seguintes fórmulas:

Senhor Ministro

Senhor Diretor

Senhor Chefe

- f) EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS - A página de rosto será iniciada a quatro espaços da invocação. Constará esta primeira página, quando se tratar de papel 22 x 33, de 18 linhas com duplo espaço de entrelinhas. As páginas de seguimento terão as mesmas margens à esquerda e à direita e não ultrapassarão de 29 linhas (papel 22 x 33), repetindo-se no princípio de cada página a última palavra do texto anterior.
- g) OFÍCIO - Será iniciado a 4 espaços da invocação. A página de rosto constará de 26 linhas em espaço um, sendo que as seguintes não deverão ultrapassar 56 linhas, repetindo-se a última palavra no início de cada página. De um parágrafo para outro usar-se-á o espaço duplo.
- h) PARECER - Deverá ser iniciado a 4 espaços da invocação. O texto, na página de rosto, constará de 22 linhas, no máximo, iniciando-se a página seguinte, que deverá ter 30 linhas, com a última palavra da página anterior.
- i) CARTA - Será iniciada a 4 espaços da invocação, em espaço um, usando-se o duplo espaço de um parágrafo para outro. Nessa espécie de correspondência não será usada a numeração dos parágrafos.
- j) CÓPIA AUTENTICADA - Será iniciada no alto da página, na margem, a 4 espaços do tim-

3.

bre impresso, com o título CÓPIA AUTÊNTICA DA em letras maiúsculas e sem intervalos nas mesmas linhas. Qualquer numeração será escrita por extenso, o mesmo se dando com qualquer palavra abreviada. Deverá ser usado o verso das páginas, tanto do original como das cópias.

- l) PORTARIA - A oito espaços do timbre impresso do papel e correspondendo ao centro do mesmo, será colocado o título - PORTARIA Nº - em maiúsculas e a 6 espaços dêste será iniciado o texto, também em letras maiúsculas.
- m) TELEGRAMA - Será iniciado, na margem, em espaço duplo, separando-se as palavras da mesma linha com dois espaços.
- n) DIREÇÃO - Em ofício, a direção deve ser escrita na fôlha de rosto, a 8 espaços de entrelinhas, abaixo da última linha do texto. Nas cartas a direção é colocada 6 espaços abaixo da data. Nos envelopes, no centro, com duplo espaço entrelinhas, mencionando nomes ou títulos de cargos.
- o) CITAÇÃO - Deverá ser feita a 4 espaços para dentro do parágrafo, com um espaço de entrelinhas, exemplo:
  - I) Sempre que o trecho transcrito conste apenas de um parágrafo, as aspas de abrir devem ser colocadas no começo do parágrafo e as de fechar no fim da última linha.
  - II) Se o trecho transcrito contiver diversos parágrafos, as aspas de abrir devem estar antes da primeira palavra, de cada parágrafo, e as de fechar somente depois da derrá-

4.

deira palavra do último parágrafo.

III) Se o trecho transcrito contiver, por sua vez, alguma citação, deve esta trazer aspas de fechar unicamente no fim da derradeira palavra na última linha.

- p) LINHAS QUEBRADAS - Na confecção de relações ou em colunas de mapa, quando houver vários trechos que devam ser igualmente destacados entre si, far-se-á êsse destaque, empregando-se, nas linhas de continuação de um mesmo trecho, espaço menor de entrelinhas ou recuando a margem quatro espaços à direita. Quando houver subordinação de um para outro trecho, far-se-á o necessário destaque recuando quatro espaços para cada nova subordinação.
- q) INICIAIS DO DATILÓGRAFO - A dois espaços de entrelinhas, depois da Direção, e a três da margem esquerda, serão indicadas as iniciais do datilógrafo. Na mesma direção com 1 espaço de entrelinhas, colocar-se-á o número do documento precedido das iniciais dos setores a que o mesmo foi distribuído. Nas informações, pareceres e representações o número do processo será colocado no alto da folha de rosto.
- r) SEPARAÇÃO DE VOGAIS, ABREVIATURAS, ETC. - Por questão de estética da língua escrita, evitar-se-á a divisão dos grupos de vogais. Nas abreviaturas de numeração ordinal usar-se-á 1ª, 2ª, 3ª e 1º, 2º, 3º, etc.
- s) DISPOSIÇÕES GERAIS - As palavras ofícios, exposições de motivos, etc., mesmo seguidas de número, serão escritas com iniciais minús-

5.

culas. Leis, decretos-leis e decretos, quando seguidos de número, com iniciais maiúsculas. As primeiras letras das palavras Verba, Consignação, Subconsignação e Item serão escritas com maiúsculas quando determinadas. A numeração de verba, consignação e item é feita com algarismos arábicos e a de consignação com romanos, segundo a publicação do orçamento. O traço de união será usado para ligar essas palavras aos títulos a que se referem. Esses títulos, também, terão a inicial maiúscula. As diversas partes serão separadas, entre si, por vírgulas, exemplo:

Verba 1 - Pessoal, Consignação II - Pessoal Extranumerário, Subconsignação 02.

Em títulos, somente as verbas serão escritas em caixa alta, exemplo:

VERBA 1 - PESSOAL

- t) PONTUAÇÃO - Coloca-se: Depois da vírgula (,) um espaço; depois de ponto e vírgula (;) e de dois pontos (:) dois espaços e depois de ponto (.), no meio do parágrafo, três espaços.

## 2. Fechos de Correspondência

- 2.1 Denomina-se Fecho de Correspondência a parte final dos documentos correspondentes às saudações protocolares.
- 2.2 Estes fechos variam conforme as autoridades e devem obedecer rigorosamente aos modelos abaixo.

### a) Presidente da República

"Aproveito a oportunidade para apre-

6.

sentar (ou renovar) a V.Excelência os protestos do meu mais profundo respeito".

- b) Ministros de Estado, do S.T.F., do T. C. e do T.E. - Juizes de Direito - Presidentes de Tribunais - Interventores - Governadores e Chefe de Polícia (D.Federal)

"Aproveito a oportunidade para apresentar (ou renovar) a V.Excelência os protestos de minha alta estima e mais distinta consideração".

- c) Diretores-Gerais - Secretários-Gerais, etc.

"Aproveito a oportunidade para apresentar (ou renovar) a V.Excelência os protestos da minha mais distinta consideração".

- d) Diretores, Chefes de Serviço, etc.

"Aproveito a oportunidade para apresentar (ou renovar) a V.Sª os protestos da minha distinta consideração".

- e) Pessoas sem título especial

Atenciosas Saudações

- f) Telegramas

Saudações

ROTINAS EM USO NO SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES

DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

1 - DOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES

1.01 - O Serviço de Comunicações (S.C.) da Fundação Getúlio Vargas destina-se:

- a) Ao recebimento, distribuição, expedição, guarda e conservação de documentos e papéis referentes aos assuntos administrativos da Fundação.
- b) Ao estabelecimento de comunicações e intercomunicações entre os órgãos da Fundação e entre estes e o exterior.

1.02 - Da distribuição do serviço

O Serviço de Comunicações será constituído de turmas encarregadas dos seguintes setores de trabalho:

- a) Recebimento
- b) Distribuição e informações
- c) Expedição
- d) Arquivamento
- e) Telefones e intercomunicações.

1.03 - Da classificação da correspondência

A correspondência, para a Fundação Getúlio Vargas, classifica-se em:

- a) Ostensiva
- b) Secreta
- c) Reservada ou confidencial.

Esta classificação atende aos casos de recebimento e expedição de toda a correspondência da Fundação.

8.

#### 1.04 - Do recebimento

1.04.1 - O S.C. terá um ou mais auxiliares encarregados do recebimento de documentos, aos quais compete:

- a) Receber a correspondência ou providenciar diariamente a retirada da mesma quando depositada em Caixa de Assinante em nome da Fundação.
- b) Verificar, quanto à correspondência particular, se o destinatário pertence à Fundação.
- c) Verificar, quanto à correspondência oficial:
  - I) Se está endereçada ou encaminhada à Fundação;
  - II) Se está devidamente selada (quando fôr o caso);
  - III) Se estão acompanhadas dos respectivos instrumentos de mandato as petições assinadas por procuradores;
  - IV) Se faltam fôlhas ou anexos aos processos ou expedientes.

1.04.2 - Da rotina a ser obedecida no recebimento:

- 1.04.21 - A correspondência recebida ou retirada da Caixa de Assinantes é sempre entregue ao S.C. no guichê de recebimento.
- 1.04.22 - A correspondência recebida pode ser endereçada à Fundação ou a servidores e colaboradores da mesma.
- 1.04.23 - A correspondência endereçada a servidores ou colabora

9.

dores da Fundação e entregue ao S.C. é separada por nome patronímico e colocada nos escaninhos de distribuição.

1.04.24 - Com os documentos endereçados à Fundação ou apresentados diretamente pelas partes ao S.C., uma vez atendido o disposto em 1.04.1, proceder-se-á do seguinte modo:

- a) Os documentos endereçados à Fundação são numerados.
- b) Quando os documentos forem apresentados diretamente pelas partes, o servidor encarregado do recebimento, além de dar o número de entrada, passará recibo, em via adicional, no documento de entrega, ou fornecerá um cartão (modelo apresentado a seguir) que vale como recibo e do qual constem o número do documento e a data da sua apresentação.

1.04.25 - Numeração

A numeração dos documentos será feita em rigorosa ordem de entrega, correspondendo, assim, à ordem cronológica; essa numeração efetivar-se-á por meio de



10.

carimbo numerador, com dispositivo de repetição. O número dado ao documento será repetido no cartão de recibo.

1.04.26 - Os processos recebidos e numerados são então examinados, determinando-se:

- a) O resumo do assunto que corresponderá à ementa.
- b) O número, espécie, data e procedência do documento.
- c) O nome do interessado, quando houver, ou do primeiro, havendo mais de um.
- d) Indicação da primeira distribuição.
- e) Código do assunto e da distribuição.

1.04.27 - Essas indicações serão feitas em papel de bloco, pelo encarregado do recebimento, sendo que cada fôlha corresponderá a cada um dos documentos entrados e numerados. Essas fôlhas serão colocadas anexas aos documentos correspondentes. Feito isto, os documentos irão ao datilógrafo que, na base dos elementos indicados na fôlha de bloco, preencherá um conjunto de 5 fichas, que se destinam:

- a) a de número 1, ao fichário cronológico, ou de número de documento;
- b) a de número 2, ao fichário de procedência;

11.

- c) a de número 3, ao fichário de assuntos;
- d) a de número 4, a acompanhar o processo;
- e) a de número 5, ao Presidente e Diretor Executivo, a fim de que tenham ciência dos documentos entrados na Fundação.

1.04.28 - Essas fichas, impressas de forma a permitir a justaposição necessária dos resumos e títulos, são dactilografadas de uma só vez, com o auxílio de papel carbono.

1.04.29 - Os processos com as fichas de distribuição são colocados nos escaninhos ou caixas de distribuição, correspondendo a cada setor de trabalho da Fundação Getúlio Vargas.

#### 1.05 - Da distribuição

Os documentos recebidos, após verificados, numerados e uma vez feito o resumo do assunto ou ementa e preparadas as fichas correspondentes, podem ser distribuídos pelos setores de trabalho da Fundação.

1.05.1 - A distribuição é feita do seguinte modo:

- a) Os documentos classificados por setores de trabalho, de acordo com o assunto, e encimado pela ficha de distribuição, são relacionados em relação de entrega, contendo número do documento, data da en-

12.

trega e recibo, conforme modelo in  
dicado a seguir.

- b) De hora em hora, êsses documentos, já relacionados e colocados nas pas  
tas com as denominações dos seto  
res de trabalho da Fundação, são en  
viados aos seus destinos pelo men  
sageiro da secção.
- c) Os setores de trabalho recebem os documentos, conferem o número dos mesmos com os da relação de entre  
ga e passam recibo nessa relação, de  
volvendo-a pelo mensageiro.

#### 1.06 - Aos setores de trabalho

- 1.06.1 - Nos setores de trabalho da Fundação, os documentos são recebidos pelo chefe respectivo ou encarregado do contrô  
le de documentos, que retira a ficha de distribuição destinada a servir como elemento de registro e contrô  
le da dis  
tribuição interna.
- 1.06.2 - Essas fichas poderão ser guardadas em um dos escaninhos das mesas padroniza  
das, por ordem de número de processos, depois de anotado nas mesmas o nome do servidor a quem se distribuiu o do  
cumento.
- 1.06.3 - Os documentos informados pelos servidores voltam ao controlador, que dá baixa na distribuição feita interna  
mente.
- 1.06.4 - No caso de ser necessário enviar o do  
cumento a outro setor da Fundação, o órgão a quem foi distribuído inicial  
mente o documento fará o encaminhamen  
to.

13.

to, diretamente, anexando ao mesmo a ficha de distribuição e preenchendo o modelo "Relação de redistribuição" (modelo indicado a seguir).

- 1.06.5 - Ao receber o expediente redistribuído por outro órgão, o segundo setor confere os documentos que lhe foram enviados, pelos números dos mesmos e constantes da relação de redistribuição, passando recibo nesta relação.
- 1.06.6 - A relação de redistribuição com o recibo é enviada ao S.C. que anotarás nas fichas do número de documento e nas de procedência.

1.07 - Das informações

- 1.07.1 - Os setores de trabalho da Fundação ou quaisquer outros órgãos ou pessoas, poderão obter, no guichê do S.C., as informações sobre os documentos entrados e distribuídos para estudos ou pareceres.
- 1.07.2 - As informações são prestadas tendo em vista as solicitações, dando-se como referência:
- a) o número que o documento obteve no protocolo;
  - b) a procedência do documento;
  - c) o assunto de que trata o papel.
- 1.07.3 - O encarregado das informações pesquisará, quando dispuser do número do documento, no fichário correspondente às fichas de número de documento, ar-  
rumados em ordem numérica crescente, dentro de cada ano, e nas quais se anotam diàriamente todos os andamen

14.

tos dos processos, podendo dêsse modo responder a qualquer pedido de informação.

1.07.4 - As informações, quando solicitadas pela procedência, poderão ser satisfeitas, também, imediatamente, pesquisando o encarregado das informações, no fichário de procedência.

1.07.5 - Quando solicitadas pelo assunto, as informações poderão ser satisfeitas pesquisando-se no fichário de assuntos, tendo-se como referência o código de assunto. Essa pesquisa informará o número do documento ao encarregado das informações que, depois de fazer essa identificação, poderá verificar o andamento do mesmo, no fichário arrumado por ordem crescente de número de documento.

#### 1.08 - Da expedição

1.08.1 - Os documentos a serem expedidos pela Fundação devem ser datilografados em 4 vias.

1.08.2 - As quatro vias são enviadas ao S.C., que possui um talão de entrega, previamente numerado, havendo um ou mais talões para cada espécie de correspondência a ser expedida.

1.08.3 - Recebendo qualquer expediente para ser expedido, o encarregado dêste serviço, verificará qual o talão referente à espécie de correspondência, examinando o número constante da guia de expedição, impresso "a priori" em tôdas as guias do talão.

1.08.4 - A seguir colocará o mesmo número da

15.

guia em cada uma das vias da correspondência e preencherá a guia atinente ao número dado nas vias do expediente, com os elementos constantes do documento a ser expedido.

1.08.5 - As quatro vias da correspondência, depois de datadas e numeradas, serão assim distribuídas:

- a) As primeiras vias serão remetidas aos destinos;
- b) As segundas vias serão guardadas no S.C., em pastas por ordem de destino;
- c) As terceiras ficarão também no S.C., em pastas por ordem cronológica de expedição dentro de cada espécie de correspondência; e
- d) As quartas vias serão remetidas, devidamente numeradas e com e com a data da expedição, ao órgão que elaborou o expediente.

1.08.6 - As três vias do talão de expedição (modelo indicado a seguir) serão assim aproveitadas:

- a) As primeiras vias serão guardadas em fichário por ordem alfabética de destino, e, dentro dessa ordem, por ordem cronológica. Essas primeiras vias do talão acompanham a primeira via do documento, constituindo um recibo a ser assinado pelo órgão de destino.
- b) As segundas vias do talão serão arquivadas por espécie de correspondência, e, dentro desse agrupamento, por ordem numérica do expediente;
- c) As terceiras vias do talão serão tam

bém arquivadas por ordem de assunto e classificadas nessa ordem por número de expediente.

1.09 - A correspondência externa

1.09.1 - A correspondência externa será t<sup>ô</sup>da aquela que sair da Fundação para outras entidades públicas ou privadas, pessoas ou autoridades. A correspondência externa será datada e numerada no S.C., e

1.09.2 - Constará de:

a) Exposição de motivos - Documentos por intermédio dos quais poderão ser propostos aos órgãos do Govêrno ou aos Conselhos da Fundação:

I) A adoção de medidas que impliquem em decisões de importância capital ou mesmo na lavratura de decretos ou de decretos-leis;

II) A interpretação de dispositivos regulamentares que devam firmar decisões da Fundação;

III) Outros assuntos a critério do Presidente e do Diretor Executivo da Fundação.

b) Pareceres - Documentos pelos quais a Fundação, através dos seus setores técnicos, emite opiniões sôbre consultas formuladas por outros órgãos internos ou estranhos à Entidade.

c) Ofícios - Correspondência dirigida pelo Presidente da Fundação ou dirigentes desta, sôbre quaisquer assuntos a outros órgãos ou autoridades.

17.

- d) Telegramas - Documentos de rápida comunicação, usados pelo Presidente da Fundação, Diretor Executivo e dirigentes de setores de trabalho, para tratarem de assuntos que reclamam urgência e endereçados a qualquer pessoa ou órgão.
- e) Despachos - Decisões escritas no corpo dos documentos pelo Presidente, Diretor Executivo e demais dirigentes, solucionando-os ou encaminhando-os a outros órgãos para melhores esclarecimentos.

#### 1.10 - Arquivamento

1.10.1 - O arquivamento de documentos é sempre feito no S.C., excetuados os de natureza específica de cada órgão.

1.10.2 - O arquivamento é feito do seguinte modo:

- a) Estudados os documentos e informados definitivamente, são os mesmos enviados ao S.C., com despacho para arquivamento. Dêsse despacho, o órgão que estudou o documento, deverá fazer constar indicação do prazo máximo em que o mesmo deverá ser inutilizado.
- b) Os documentos com despacho para arquivamento recebidos pelo S.C. são encaminhados aos fichários de informações, onde são anotados nas fichas de número de processo e de procedência, o despacho final e a data de arquivamento.
- c) Os documentos anotados e registrados nas fichas números 1 e 2 são então arquivados em pastas tipo



18.

arquivo, conservando o mesmo número recebido quando da entrada no S.C. da Fundação.

- d) Cada pasta receberá na lombada a indicação do ano e o número inicial e final dos documentos nela contidos, que serão também numerados. Exemplo:

ANO - 1946  
PASTA - Nº 1  
DOCUMENTOS - De 1 a 100

- e) Na parte interna das pastas o S.C. preencherá o modelo projetado em papel formato ofício, denominado "discriminação de documentos arquivados", contendo os seguintes elementos:

Nº DO DOCUMENTO  
PASTA DE ARQUIVAMENTO  
ASSUNTO  
EMPRÉSTIMO PARA:

SP/DE/NO/NB

- f) As fichas de procedência e assunto, referentes aos documentos arquivados, são retiradas de 2 em 2 anos dos fichários respectivos e guardadas como elementos de identificação do arquivo na mesma ordem.
- g) As fichas de números de processos referentes aos documentos arquivados são retiradas dos fichários de 3 em 3 anos e guardadas como elemento de identificação do arquivo, na mesma ordem.
- h) Periódicamente, é feita uma revisão nas pastas de documentos arquivados, verificando-se se o prazo de-

19.

terminado para o arquivamento dos mesmos já foi ultrapassado. Os documentos cujo prazo de arquivamento tiver sido ultrapassado são inutilizados após os competentes exames sobre a utilidade que representam. Esta inutilização será feita juntamente com as fichas 1 e 2, conservando-se por mais um ano as fichas de assunto.

#### 1.11 - Das juntadas apensações

1.11.1 - A anexação ou juntada não se deve confundir com apensação. No primeiro caso dois ou mais documentos, que tratam do mesmo assunto, se fundem para formar um único documento. No segundo, o documento apresentado acompanha o principal a título meramente informativo, ilustrativo ou elucidativo, sem dêle fazer parte integrante.

1.11.2 - Nas anexações, os processos são dispostos em ordem cronológica, com as folhas numeradas seguidamente, prosseguindo a ordem do mais antigo, observando-se o seguinte:

a) Se o documento a juntar tiver de ser anexado em seguimento, sem prejudicar a ordem cronológica, o servidor que fizer a juntada fará a seguinte declaração, logo após o último andamento da folha anterior:

"Juntei, nesta data, o documento Nº ..."

(data e assinatura)

b) Se o documento a juntar tiver de

20.

ser intercalado a fôlhas já numera  
das, cancelar-se-á a anterior nume  
ração das fôlhas e se procederá a  
nova numeração, inutilizando-se os  
espaços em branco e, logo após o  
último andamento far-se-á a seguin  
te declaração: "Juntei, nesta data,  
o documento Nº ...., a fôlhas .....  
procedendo à renumeração".

(data e assinatura)

1.11.3 - Nas anexações, os documentos subsidiá  
rios serão reunidos em seguida ao prin  
cipal, por meio de grampo, consignan  
do-se, logo após o último andamento  
registrado:

a) no documento principal: "Anexados  
os processos Nºs....."

(data e assinatura)

b) nos documentos anexados: "Anexado  
ao processo Nº ...."

1.11.4 - As informações e pareceres serão ane  
xados ao documento sem outras formali  
dades além da numeração e rubrica das  
fôlhas pelo respectivo prolator.

a) Quando se tratar de anexação de do  
cumentos que possam ou devam ser  
restituídos às partes, serão os mes  
mos acondicionados em envelopes, nu  
merados a partir da unidade, fazen  
do-se constar, além do nome do in  
teressado, o número e a indicação  
de cada documento.

b) Quando o processo, anexado a outro,  
tiver que ser separado, para ter  
curso isoladamente, serão feitas no  
S.C. as seguintes anotações: "desa-

21.

nexado do documento Nº ...  
(data e assinatura)

- c) As anexações e desanexações serão sempre feitas e registradas na S. C., nas fichas 1, 2, 3 correspondentes nos respectivos processos.

#### 1.11.5 - Das pesquisas de antecedentes

Quando constar do documento entrado uma referência sobre um outro já estudado na Fundação, o primitivo será retirado do arquivo e apenso ao novo documento. Para informações sobre o documento retirado do arquivo será colocada em seu lugar uma indicação com os dizeres: "Documento nº ..., apenso ao Nº ...".

- a) Ao serem encaminhados os documentos a outros órgãos, serão separados e restituídos ao arquivo todos os documentos "apensos".
- b) Das "apensões" e "desapensões" não serão feitas anotações nem nos processos, nem nas fichas, dando-se apenas baixa nas indicações feitas nas pastas.

22.

MODELOS USADOS NO SERVIÇO DE COMUNICA-  
COES DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

RECIBO DE DOCUMENTOS

(Tamanho do modelo: 3" x 2 1/2")

<p><u>FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS</u></p> <p><u>Serviço de Comunicações</u></p> <p>RECIBO DE DOCUMENTOS</p> <p>Documento nº .....</p> <p>Data do recebimento ...../...../.....</p> <p>Recebedor .....</p>
---

(Verso)

ANDAMENTO	DATA

CONJUNTO de 5 fichas, em 5 vias, destinadas aos fichários cronológico e de assuntos. Uma das vias serve de capa ao documento e outra delas é destinada a constituir o fichário de informação da Direção da Entidade.

(Tamanho do modelo: 4" x 6")

Nº do processo		Nº de origem	Código do assunto	
Data da entrada	Procedência	Espécie	Arquivo	Pasta
RESUMO DO ASSUNTO				
DISTRIBUIÇÃO				
ANDAMENTO	DATA	ANDAMENTO	DATA	
1ª	/ /	8ª	/ /	
2ª	/ /	9ª	/ /	
3ª	/ /	10ª	/ /	
4ª	/ /	11ª	/ /	
5ª	/ /	12ª	/ /	
6ª	/ /	13ª	/ /	
7ª	/ /	14ª	/ /	

RELAÇÃO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

(Tamanho do modelo: 22 x 16,5 cm)

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

RELAÇÃO DE ENTREGA - S.C.

DISTRIBUIÇÃO DO DIA     /     /19..

SETOR DE DESTINO	Nº DO DOCUMENTO	R E C I B O	SETOR DE DESTINO	Nº DO DOCUMENTO	R E C I B O

TALÃO DE EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS

(Modelo em 3 vias; tamanho: 4" x 6")

<u>FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS</u>		OFÍCIO Nº.....	
S.C. - TALÃO DE EXPEDIÇÃO			
Órgão que elaborou o expediente		Destino	
		Código do assunto	
Remessa nº		RECIBO	
Feita por		Recebi. Rio...../...../.....	
		.....	
D E S P A C H O			
Resumo		Data	
		...../...../.....	
LOCALIZAÇÃO DE CÓPIAS			
Arquivo	Estante	Pasta	Anotador





QUADRO DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA REDISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL LOTADO NA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, DO PONTO DE VISTA DA DESPESA

ATIVIDADES	Em 31-5-1946			Em 31-7-1946			Em 31-12-1946			Previsão para 1947		
	Lota- ção	Desp. mensal Cr\$ 1.000,00	%	Lota- ção	Desp. mensal Cr\$ 1.000,00	%	Lota- ção	Desp. mensal Cr\$ 1.000,00	%	Lota- ção	Desp. mensal Cr\$ 1.000,00	%
1 - Administração Espe- cífica	70	170,65	64,26	15	32,85	30,15	21	41,20	37,90	-	484,15	87,44
2 - Administração Geral	67	65,50	24,67	57	57,10	52,41	48	47,50	43,70	45	49,50	8,94
3 - Direção	12	29,40	11,07	3	19,00	17,44	4	20,00	18,40	4	20,00	3,62
T O T A I S	149	265,55	100,00	75	108,95	100,00	73	108,70	100,90	-	553,55	100,00

## FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

DE-326

Em 14 de novembro de 1946

Senhor Presidente

Em atendimento ao preceituado no art. 22, inciso VI dos Estatutos, cumpro o dever de apresentar a V. Ex<sup>a</sup> a inclusa "Proposta Orçamentária para o Exercício de 1947", elaborada pelo Serviço Central de Orçamento da Superintendência Central, ex-vi da incumbência que lhe outorga o item 321.1 do Regimento Interno, sob a assistência direta desta Direção Executiva.

Ao fazê-lo, permito-me expender considerações em tórno do trabalho de que se cuida, bem como evidenciar certos fatores que tiveram repercussão na elaboração respectiva.

1. - Generalidades

O orçamento, na hodierna concepção em que é tido, representa, para alguns, um ato emanado da autoridade competente, que prevê os recursos com que se contará, durante determinado período, bem como estabelece, para o mesmo período, o quantum que se propõe dispendar, dentro dos objetivos visados, com as várias atividades a desenvolver; para outros, porém, condensa um plano de administração, diretriz que prevaleceu nesta Fundação, segundo se infere do art. 27, §2º dos Estatutos.

Em qualquer caso, necessário se torna que o orçamento, sôbre se apoiar em os cálculos mais aproximados possíveis, atenda aos seus princípios clássicos: universalidade, unidade, especialização e anuidade, este último mais propriamente designável por periodicidade, de que se tenha em vista um programa de gestão.

Aliás, os conceitos de universalidade e de unidade estão consubstanciados especificamente nos Estatutos, em seu art. 27, §1º.

A presente "Proposta Orçamentária" foi elaborada de molde a satisfazer aos princípios já referidos e ao determinado pelos Estatutos e pelo Regimento Interno, considerando-se a atual situação da Fundação e dentro das possibilidades e das deliberações que se expõem a seguir.

seguir.

## 2. - Plano de Trabalho

De acôrdo com o estipulado no art. 27, §2º dos Estatutos, a proposta orçamentária deveria ser justificada com a indicação dos planos de trabalhos correspondentes.

Todavia, conforme é do pleno conhecimento da Alta Administração desta entidade, circunstâncias várias intervieram prejudicando a obediência ao mencionado dispositivo estatutário.

Em primeiro lugar, há os acontecimentos amplamente divulgados, que culminaram com a demissão da quase totalidade de técnicos e dos cientistas desta Fundação, dando como resultado uma paralização quase integral das atividades específicas desta entidade e obrigando a um reexame geral da situação, antes do reinício ou prosseguimento dos trabalhos.

Além disso, a dificuldade de corrigir certos defeitos encontrados nas atividades meio, particularmente nas de contabilidade e arquivo, deixaram a direção, durante muito tempo, sem elementos para elucidar pontos básicos, em que se deveriam apoiar programas futuros.

Finalmente, a impossibilidade de preencher os cargos técnicos de direção, impediu a elaboração do novo plano de trabalhos, a qual forçosamente dependeria do concurso dos especialistas que fôsem dirigir a execução respectiva.

Como isso, não somente não foi possível fazer com que o orçamento representasse um plano de trabalhos, mas também não se tornou exequível a revisão dos serviços em andamento e a inclusão no programa da maioria dos novos serviços previstos.

Assim, julgou-se preferível suprimir do orçamento os cursos cuja manutenção fôsse passível de dúvidas, bem como fazer participar do mesmo, apenas os cursos e outras atividades que já tivessem sido alvo de exame mais detido.

Naturalmente com êsse modo de agir a apresentação tomou aspecto fragmentário, não se tendo a impressão de um programa deliberado de conjunto.

Na realidade, porém, abstração de pequenas exceções, os novos serviços previstos enquadraram-se no plano de trabalhos aprovado para o exercício atual, de modo que tudo se passa como se êsse plano continuasse em vigor, até a sua revisão, dando-se ênfase, em seu desen

desenvolvimento presente, aos trabalhos de ensino e documentação, cujo ritmo pouco incremento vinha tendo.

Todavia, para que o reexame do programa de atividades, no decorrer do exercício, não viesse a acarretar dificuldades de ordem administrativa, foi imaginado o recurso às disponibilidades orçamentárias, exposto no capítulo a seguir.

### 3. - Apresentação do Orçamento

No que se refere à receita, não se fazem esclarecimentos especiais, pois há unicamente três grupos de recursos a distinguir, envolvendo sete fontes diversas, perfeitamente definidas, cujo produto perfaz um total de Cr\$19.467.749,20.

Cumprе salientar, apenas, que o Banco do Brasil, até o presente momento, não se manifestou sobre o restabelecimento de sua subvenção. Entretanto, como se trata de um compromisso assumido na escritura pública de constituição desta Fundação, criando um direito que se faz mister defender e evidenciar em todos os atos em que isso fôr cabível, não seria possível deixar de mencioná-lo, expressamente, em um dos documentos básicos da vida da entidade, como seja seu orçamento anual, sob pena de aparentar uma renúncia tacita, por seus efeitos de todo desaconselhável.

Quanto à apresentação da despesa, devido aos fatos anteriormente apontados, só foi possível uma execução parcial, que atingiu um montante de Cr\$10.000.000,00.

Sua distribuição, ao invés de obedecer às verbas adotadas para o corrente exercício - "pessoal", "material", "encargos de ensino" e "encargos correntes" -, passou a seguir uma nova discriminação - "pessoal", "material", "serviços de terceiros", "encargos" e "despesas gerais". Motivou essa modificação o fato de que a penúltima das verbas ora em vigor é de emprêgo limitado, ao passo que a última envolve tipos muito variados de despesa. Na nova seriação, a verba "serviços de terceiros" tem a significação que o nome indica, quer sejam os serviços prestados por entidades, governamentais (expl. publicações na Imprensa Nacional), quer por empresas concessionárias (expl. gaz, luz, telefone, transportes, etc) quer ainda por particulares (expl. encadernações, tarefas de reparo em edifícios, etc); a verba "encargos" visa atender obrigações legais (expl. contribuição para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes), contratuais (expl. aluguéis, juros e amortizações de empréstimos, etc), de acôrdos (expl. as contraidas com a Associação Brasileira de Normas Técnicas

Técnicas e com a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas) ou outras semelhantes; finalmente, a verba "despesas gerais" objetiva gastos que, por não serem previstos ou por possuírem caráter misto, não se enquadram exatamente em nenhum dos tipos estabelecidos (expl. excursões de ensino).

Para esclarecer a composição dos totais constantes do orçamento sintético, constam da proposta não só um quadro dando a previsão da despesa por órgão, mas também, correspondente a cada um destes, um anexo elucidativo. Além disso, para os serviços existentes ampliados e para os novos introduzidos, foi adicionada uma justificativa dos programas respectivos.

Como serviço ampliado temos o de documentação e como novos criados os cursos de Desenho Básico, Complementar e os Especializados, o de Agrimensor, o de Prospector de Minas e os de Extensão nos campos da Geologia e da Mineralogia.

Cabe, aqui, aliás, uma justificativa quanto aos gastos de São Paulo, a que se referem os últimos cursos mencionados.

De fato, atualmente, as despesas naquele Estado montam a cerca de Cr\$25.000,00 mensais, o que é excessivo, devido a serem quase tôdas elas improdutivas e as poucas produtivas não estarem perfeitamente dentro das finalidades desta Fundação.

Assim, à primeira vista, pareceria absurdo aumentá-las, para pouco mais de Cr\$70.000,00 mensais, sem um estudo cuidadoso prévio.

Acontece, porém, que na ocasião em que pretende esta instituição reivindicar doações em São Paulo, em um total de próximamente Cr\$50.000.000,00, não se afigura aconselhável suspender as atividades na unidade federal em aprêço.

Ora, havendo uma proposta orçada para os cursos de Prospectores de Minas, Geólogos Militares, Geologia do Solo, Mineralogia Química e Levantamentos Geológicos e Petrográficos, e sofrendo nosso país de grande deficiência de técnicos de nível superior e médio, no campo considerado, importantíssimo para a economia nacional, julgamos de bom alvitre incluir a verba em questão.

Contudo, para maior precaução, tendo em vista que apenas o curso de Prospectores de Minas está com a efetivação praticamente assegurada, colocamos as dotações correspondentes sob a rubrica "cursos em estudo", de modo a poderem as mesmas ter outra aplicação no cam-

campo do ensino; na pior hipótese, serão elas objeto de alteração de orçamento sem aumento de despesa ou de recolhimento no término do exercício. Portanto, não parece haver inconveniente especial na sugestão apresentada.

Resta abordar o caso dos novos serviços não incluídos no orçamento, alguns dos quais já cogitados, como o Instituto de Seleção e Orientação Profissionais, os Cursos de Organização, o Núcleo de Sociologia, o Serviço de Intercâmbio de Catalogação, etc.

Conforme foi visto, a receita e a despesa, para o exercício de 1947, estão orçadas respectivamente em Cr\$19.467.749,20 e Cr\$10.000.000,00; há, pois, um "superavit" de Cr\$9.467.749,20.

A solução que propomos para o caso é a seguinte:

- a) - colocar o excesso mencionado de Cr\$... 9.467.749,20 no orçamento, sob a rubrica "disponibilidades";
- b) - até a revisão do plano geral de trabalhos, utilizar as "disponibilidades", se necessário, mediante destaques justificados pelo Presidente e aprovados pelo Conselho Diretor;
- c) - depois da citada revisão, distribuir o saldo das "disponibilidades", dentro do novo programa aprovado.

Antes de terminar este capítulo, convém lembrar, ainda, que se acha em estudos um reajustamento dos salários dos servidores desta Fundação, medida cuja execução é indispensável, dada a elevação do custo de vida e a adoção quase geral dessa providência em nosso país. Todavia, como as bases do aumento de vencimentos ainda não foram fixadas, o orçamento foi elaborado com os valores atuais, devendo os acréscimos futuros correr à conta das "disponibilidades". Também, à conta destas, ficarão os vencimentos dos diretores de Departamento, que terão de ser fixados, em cada caso, levando-se em consideração as responsabilidades respectivas e as facilidades de obtenção de valores nos setores correspondentes.

#### 4. - Comparação entre os orçamentos da despesa nos exercícios de 1946/47.

Para essa comparação, convém examinar o quadro a seguir, onde se acham destacados os diversos setores fundamentais de trabalho, indicando-se, para o exercício

DISCRIMINAÇÃO		1946				1947			
		Despesa prevista para o ano		Realizada em 6 meses		Despesa prevista inicialmente		Sugestão para a despesa anual	
		1 000 Cr\$	%	1 000 Cr\$	%	1 000 Cr\$	%	1 000 Cr\$	%
Direção Geral e Atividades Meio		1 251	19.8	1 109	42.0	1 610	16.1	2.920	15.0
Atividades  Fim	Documentação	530	8.4	240	9.1	3 875	38.7	3 893	20.0
	Ensino	2 395	37.8	140	5.3	3 665	36.7	6 814	35.0
	Estudos e Pesquisas	1 570	24.8	972	36.8	550	5.5	2 920	15.0
	Organização	590	9.2	180	6.8	300	3.0	2.920	15.0
Disponibilidades		-	-	-	-	9 467	-	-	-
T O T A L		6.336	100.0	2 641	100.0	19 467	100.0	19 467	100.0

exercício corrente, não só a previsão orçamentária aprovada, mas também o que realmente foi dispendido nos primeiros 6 meses, cujo término coincidiu, proximamente, com a crise anteriormente aludida, ao passo que, para o exercício de 1947, figura a proposta atual e um esboço da distribuição futura das disponibilidades".



A primeira coisa a salientar é a razão por que os gastos previstos, inicialmente, para 1947 excedem à despesa aprovada para 1946, de um montante igual a Cr\$3.664.000,00, quando, aparentemente, não houve um acréscimo correspondente de trabalhos.

Preliminarmente, deve-se observar que, para o ano vindouro, estão incluídos alguns encargos de interesse para as finalidades desta Fundação, decorrentes de acordos de cooperação não existentes no corrente exercício e que atingem, em conjunto, o total de mais de Cr\$1.000.000,00.

Além disso, no orçamento para 1946 não foram atendidos especificamente certos fatos, como contribuição para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, impressão e encadernação de publicações, aquisição de livros e revistas, etc., os quais globalmente, excedem Cr\$1.400.000,00.

Só os dados mencionados cobrem dois terços da diferença apontada.

Quanto às variações de atividades, se nos campos de estudos e pesquisas e de organização ocorreu um decréscimo, na documentação e no ensino, ao contrário, houve um aumento de trabalhos em muito maior proporção, justificando as diferenças encontradas.

Outra circunstância a considerar é como se concilia a distribuição de verbas apontada, com a obrigação de se destinarem unicamente a atividades educacionais, os Cr\$15.625.000,00 doadas pelo Governo Federal. Para isso, basta lembrar que cerca de três quartos dos trabalhos de administração meio e de documentação, bem como cerca de metade dos de estudos e pesquisas e de organização, objetivam finalidades educacionais, o que vem corresponder praticamente à quantia aludida.

Resta agora, apenas uma comparação dos orçamentos de 1946 e 1947, encarada no tocante dos tipos principais de despesa a efetuar, o que pode ser visto no quadro abaixo.

Discriminação	Despesa prevista para 1946		Despesa prevista para 1947	
	1.000 Cr\$	%	1.000 Cr\$	%
Pessoal	5.054	79.8	4.178	41.8
Material	782	12.3	2.704	27.0
Outras despesas	500	7.9	3.118	31.2
Total	6.336	100.0	10.000	100.0

Nesse aspecto houve uma evolução manifesta do novo orçamento, com uma preocupação maior de fornecer meios aos servidores e colaboradores para trabalharem eficientemente.

#### 5. - Construção do prédio na Esplanada do Castelo

Uma das preocupações desta Fundação tem sido conseguir que se efetive a doação, pela Prefeitura do Distrito Federal, do terreno já compromissado, na quadra que se limita pela Avenida Graça Aranha, Rua Santa Luzia e prolongamento das Ruas da Imprensa e Pedro Lessa.

As providências tomadas nesse sentido serão objetivo de relatório especial e não apresentam interesse direto para o fim que ora se tem em vista.

O que, entretanto, precisa ficar assinalado desde já é a forma pela qual correrão os gastos com a construção.

Evidentemente, como o capital de que dispõe esta Fundação rende, quando em depósitos em bancários, o juro de 3% e, quando aplicado em títulos, a remuneração de, 7.2%, preferível se torna lançar mão de patrimônio respectivo a contrair empréstimos, cujo juro será provavelmente de 9%.

Todavia, as despesas com o prédio não poderão correr à conta das "disponibilidades" previstas, pois estas se destinam a custeio e somente quando recolhidas como saldo, no fim do exercício, passam a participar do patrimônio.

Assim, os gastos ora em exame deverão ser atendidos com os saldos em dinheiro dos anos anteriores ou com a venda de títulos adquiridos.

Essas inversões, porém, desfalcarão as fontes de receita patrimoniais correspondentes, diminuindo a receita respectiva e, conseqüentemente, as "disponibilidades" calculadas.

Portanto, quando fôr autorizado pelo Conselho Diretor o início das obras em questão, dever-se-á simultaneamente prever as alterações orçamentárias decorrentes do decréscimo de receita.

#### 6. - Conclusões

O orçamento da receita montou a Cr\$19.467.749,20, havendo, porém, os Cr\$600.000,00 devidos pelo Banco do Brasil e talvez ainda os Cr\$100.000,00 que cabem ao Estado do Ceará e mais os Cr\$50.000,00 que competem ao Instituto do Açúcar e do Alcool, que estarão sujeitos a nego-

negociações especiais.

Por outro lado, a possibilidade da utilização de depósitos bancários ou do produto da venda de títulos, na construção do prédio da Esplanada do Castelo, a carreta a eventualidade de uma redução na receita.

Os fatos apontados, todavia, não trazem maiores inconvenientes na execução orçamentária, devido ao recurso às disponibilidades.

No tocante ao orçamento da despesa, apenas as atividades de documentação, tiveram uma previsão quase integral, faltando unicamente ser computado o Serviço de Intercâmbio de Catalogação, que aliás, mesmo na fase de implantação, deve ter grande parte dos gastos compensada com a receita própria.

Já os outros campos de atividades fim precisam ainda ser muito ampliados, o que poderá ser feito à conta das "disponibilidades", observadas as prováveis reduções destas, conseqüentes às aludidas diminuições de receita.

No mais, o orçamento somente se regularizará após a aprovação do plano geral de trabalhos de que resultará a distribuição definitiva das "disponibilidades" pelos diferentes setores fundamentais.

Até lá, estas serão utilizadas mediante destaques aprovados pelo Conselho Diretor.

Conforme se vê, a proposta orçamentária está ainda longe do que seria desejável, mas melhor dificilmente se poderia fazer, tendo em vista todos os tropeços assinalados.

Ademais, como, na forma indicada, será possível vir a corrigir, no decorrer do próximo exercício, os principais defeitos apontados no orçamento, julgamos ter cumprido razoavelmente a incumbência cometida pelos dispositivos estatutários.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa os meus protestos de estima e consideração.

(a.) Jorge Oscar de Mello Flôres  
Diretor Executivo

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 1947

R E C E I T A		D E S P E S A	
RENDIMENTOS PATRIMONIAIS .....	2.972.749,20	PESSOAL	
SUBVENÇÕES		Fixo .....	2.671.400,00
Entidades de Direito Público 15.775.000,00		Variável .....	<u>1.506.600,00</u> 4.178.000,00
Sociedades de Economia Mista <u>600.000,00</u>	16.375.000,00	MATERIAL	
RECEITA DO RESTAURANTE .....	120.000,00	Consumo .....	623.900,00
		Permanente .....	<u>2.080.100,00</u> 2.704.000,00
		SERVIÇOS DE TERCEIROS .....	1.480.744,00
		ENCARGOS .....	1.113.000,00
		DESPEBAS GERAIS .....	<u>524.256,00</u>
			10.000.000,00
		DISPONIBILIDADES ....	<u>9.467.749,20</u>
	<u>19.467.749,20</u>		<u>19.467.749,20</u>

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGASPROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 1947DISCRIMINAÇÃO DA RECEITA

## RENDIMENTOS PATRIMONIAIS

## Rendimentos do Capital

## Juros

Obrigações de Guerra	2.672.749,20	
Depósitos Bancários	<u>300.000,00</u>	2.972.749,20

## SUBVENÇÕES

## Entidades de Direito Público

## União Federal

Cota da Taxa de Educação e Saúde	15.625.000,00	
----------------------------------	---------------	--

## Estado do Ceará

Contribuição anual	100.000,00	
--------------------	------------	--

## Instituto do Açúcar e do Alcool

Contribuição anual	50.000,00	
--------------------	-----------	--

## Sociedades de Economia Mista

## Banco do Brasil

Contribuição anual	<u>600.000,00</u>	16.375.000,00
--------------------	-------------------	---------------

## RECEITA DO RESTAURANTE

## Refeições

120.000,00

## TOTAL GERAL

19.467.749,20

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 1947

ORGÃOS	P E S S O A L		M A T E R I A L		SERVIÇOS DE TERCEIROS	ENCARGOS	DESPESAS GERAIS	TOTAL
	F I X O	VARIÁVEL	CONSUMO	PERMANENTE				
Assembléa Geral	-	-	-	-	-	-	-	-
Conselho Curador	-	-	-	-	-	-	-	-
Conselho Diretor	-	21.000,00	-	-	-	-	-	21.000,00
Presidência	144.000,00	-	-	-	-	-	-	144.000,00
Direção Executiva	132.000,00	-	-	-	-	-	-	132.000,00
Conselho Técnico	-	63.600,00	-	-	-	-	-	63.600,00
Superintendência								
a) Despesa própria	532.200,00	24.000,00	141.700,00	38.300,00	35.000,00	-	10.800,00	782.000,00
b) Desp. dos órgãos específicos	-	100.000,00	300.000,00	2.040.000,00	1.350.000,00	80.000,00	310.000,00	4.180.000,00
c) Restaurante	49.800,00	-	180.000,00	-	5.000,00	-	1.000,00	235.800,00
Departamento de Documentação	1.254.000,00	-	-	-	-	60.000,00	50.000,00	1.364.000,00
Departamento de Ensino								
a) Cursos propostos	158.000,00	860.000,00	-	-	-	750.000,00	50.000,00	1.818.000,00
b) Curso em estudo	264.000,00	150.000,00	-	-	-	-	100.000,00	514.000,00
Departamento de Estudos e Pesquisas	109.800,00	288.000,00	-	-	-	-	2.200,00	400.000,00
Departamento de Organização	-	-	-	-	-	200.000,00	-	200.000,00
Órgão Regional de São Paulo	27.600,00	-	2.200,00	1.800,00	90.744,00	-	256,00	145.600,00
TOTAL ITENS	2.671.400,00	1.506.600,00	623.900,00	2.080.100,00	1.480.744,00	1.113.000,00	524.256,00	10.000.000,00
TOTAL GRUPOS	4.178.000,00		2.704.000,00		3.118.000,00			

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 1947

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESPESA

	P E S S O A L		M A T E R I A L		SERVIÇOS DE TERCEIROS	ENCARGOS	DESPESAS GERAIS	TOTAL GERAL
	Fixo	Variável	Consumo	Permanente				
a Geral	-	-	-	-	-	-	500	500
Curador	-	-	200	-	-	-	500	700
Diretor	-	21.000	1.000	-	-	-	1.000	23.000
ia	144.000	-	2.000	5.200	-	-	1.000	152.200
a Executiva	132.000	-	4.800	4.800	-	-	1.000	142.600
Técnico	-	63.600	3.000	-	-	-	1.000	67.600
	276.000	84.600	11.000	10.000	-	-	5.000	386.600
ndência								
Própria	74.400	-	4.000	-	-	-	600	79.000
Orçamento	24.000	-	6.000	12.000	-	-	600	42.600
Contabilidade	120.000	-	15.000	12.800	-	-	2.200	150.000
ria	12.000	-	1.200	8.000	-	-	1.200	22.400
Pessoal	68.400	124.000	1.500	-	-	80.000	600	274.500
Material	36.000	-	5.000	-	-	-	600	41.600
Comunicações	86.400	-	14.000	-	35.000	-	3.000	138.400
la	82.800	-	65.000	5.500	36.000	-	307.000	496.300
rafia	28.200	-	30.000	-	-	-	-	58.200
ante	49.800	-	180.000	-	5.000	-	1.000	235.800
	582.000	124.000	321.700	38.300	76.000	80.000	316.800	1.538.800
ento de Documentação	-	-	-	-	900.000	-	-	900.000
tação Geral	1.141.800	-	180.000	850.000	120.000	60.000	50.000	2.401.800
eca	112.200	-	5.000	315.000	40.000	-	-	472.200
	1.254.000	-	185.000	1.165.000	1.060.000	60.000	50.000	3.774.000
ento de Ensino								
os Propostos	-	-	-	100.000	-	-	-	100.000
os de Desenho	118.000	700.000	15.000	420.000	250.000	-	10.000	1.513.000
o de Agrimensor	40.000	160.000	20.000	40.000	-	-	40.000	300.000
ldade Nacional de Cien	-	-	-	-	-	750.000	-	750.000
a Econômicas								
os em estudo								
o de Prospeciores	150.000	-	12.000	20.000	-	-	20.000	202.000
s de Extensão	114.000	150.000	42.000	170.000	4.000	-	80.000	560.000
	422.000	1.010.000	89.000	750.000	254.000	750.000	150.000	3.425.000
ento de Estudos e								
as	-	-	-	50.000	-	-	-	50.000
de Economia	109.800	288.000	15.000	15.000	-	-	2.200	430.000
	109.800	288.000	15.000	65.000	-	-	2.200	480.000
ento de Organização								
	-	-	-	50.000	-	200.000	-	250.000
gional de São Paulo	27.600	-	2.200	1.800	90.744	23.000	256	.145.600
	2.671.400	1.506.600	623.900	2.080.100	1.480.744	1.113.000	524.256	10.000.000

## PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 1947

## QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESPESA

Unidade: Cruzeiros.

ÓRICO	Anos	P E S S O A L		M A T E R I A L		SERVIÇOS DE TERCEIROS	ENCARGOS	DESPESAS GERAIS	TOTAL GERAL
		FIXO	VARIÁVEL	CONSUMO	PERMANENTE				
Diretor	1	-	21.000	-	-	-	-	-	21.000
ia	2	144.000	-	-	-	-	-	-	144.000
Executiva	3	132.000	-	-	-	-	-	-	132.000
Técnico.	4	-	63.600	-	-	-	-	-	63.600
		276.000	84.600	-	-	-	-	-	360.600
endência									
essa própria									
ção	5	74.400	-	-	-	-	-	-600	75.000
do Orçamento	6	24.000	-	-	-	-	-	600	24.600
de Contabilidade	7	120.000	-	-	-	-	-	2.200	122.200
uraria	8	12.000	-	-	-	-	-	1.200	13.200
do Pessoal	9	68.400	24.000	-	-	-	-	600	93.000
do Material	10	36.000	-	141.700	38.300	-	-	600	216.600
de Comunicações	11	86.400	-	-	-	35.000	-	3.000	124.400
loria	12	82.800	-	-	-	-	-	2.000	84.800
nografia	13	28.200	-	-	-	-	-	-	28.200
dos Órgãos Espe-	14	-	100.000	300.000	2.040.000	1.350.000	80.000	310.000	4.180.000
los									
aurante	15	49.800	-	180.000	-	5.000	-	1.000	235.800
		582.000	124.000	621.700	2.078.300	1.390.000	80.000	321.800	5.197.800
Documentação									
tação Geral	16	1.141.800	-	-	-	-	60.000	50.000	1.251.800
eca	17	112.200	-	-	-	-	-	-	112.200
		1.254.000	-	-	-	-	60.000	50.000	1.364.000
ento de Ensino									
os propostos									
os de Desenho	18	118.000	700.000	-	-	-	-	10.000	828.000
o de Agrimensor	19	40.000	160.000	-	-	-	-	40.000	240.000
idade Nacional de									
ências Econômicas	20	-	-	-	-	-	750.000	-	750.000
os em estudo									
o de Prospectores	21	150.000	-	-	-	-	-	20.000	170.000
os de Extensão	22	114.000	150.000	-	-	-	-	80.000	344.000
		422.000	1.010.000	-	-	-	750.000	150.000	2.332.000
Estudos e Pesqui-									
de Economia	23	109.800	288.000	-	-	-	-	2.200	400.000
		109.800	288.000	-	-	-	-	2.200	400.000
mento de Organiza-									
o	24	-	-	-	-	-	200.000	-	200.000
		-	-	-	-	-	200.000	-	200.000
regional de S.Paulo	25	27.600	-	2.200	1.800	90.744	23.000	256	145.600
		27.600	-	2.200	1.800	90.744	-23.000	256	145.600
		2.671.400	1.506.600	623.900	2.080.100	1.480.744	1.113.000	524.256	10.000.000



(Aprovado na sessão do Conselho Diretor de 18 / 12 / 46)

[illegible]

MOVIMENTO DE PUBLICAÇÕES

NOME DO TRABALHO	Até 1/7/1946		De 1/7 a 31/12/46	
	No prelo	Publicado	No prelo	Publicado
<u>IA BRASILIENSIS:</u>				
MATHEMATICAE				
Sôbre uma fórmula de Cipolla- por Fernando Furquim de Almeida	13/6/46			
High energy Neutron-Proton scattering and the meson theory of nuclear forces with strong coupling por José Leite Lopes	18/3/46			
On the union of sequence of normed topologies por Leopoldo Nachbin	9/5/46			
The Hamiltonian formalism of relativistic dynamics por Mario Schönberg	21/2/46			
Generalized semi-local rings por Oscar Zariski	14/11/45			
Sôbre figuras planas hiperconvexas por L.A. Santólo	13/6/46			
Limites d'ensembles dans les espaces abstraits por Lélío I. Gama	29/11/45			
La notion de fonction continue por Antonio A. Monteiro e Hugo Ribeiro fasc. 1		20/12/45		
Sôbre uma modificação da fórmula de Cauchy por Omar Catunda fasc. 2		14/1/946		
On linear expansion II por Leopoldo Nachbin fasc. 3		26/2/946		
Sur quelques resultats de Siegel por André Weil fasc. 4		18/3/946		

NOME DO TRABALHO	Até 1/7/1946		De 1/7 a 31/12/46	
	No prelo	Publicado	No prelo	Publicado
Classical theory of the point electron - 1ª parte por Mario Schönberg fasc. 5		21/6/946		
Classical theory of the point electron - 2ª parte por Mario Schönberg fasc. 6		21/6/946		
El problema de los tres cuerpos en los casos de Lagrange y de Euler, tratados en la teoría general de la relatividad por Godofredo Garcia			7/8/946	
On the gradient of green's function on the plane por Alfred Rosenblatt			23/3/46	
On the unicity of solutions of a system of two ordinary differential equations of the first order satisfying given initial conditions in the real domain por Alfred Rosenblatt			23/9/46	
Sobre el metodo de las aproximaciones sucessivas de E. Picard en el caso de un sistema de dos ecuaciones diferenciales ordinarias del primer orden por Alfred Rosenblatt			23/9/46	
Limites d'ensembles dans les espaces abstraits por Lelio I. Gama fasc. 7				23/8/46
ZOOLOGIAE				
Contribuições para o conhecimento da família Characidae - III, 1893 - III. por Haroldo Travassos	1/4/946			
Uma espécie do gênero Paraeomonia e notas sobre espécies afins (Lepidoptera Arseurinae) por J. Oiticica Filho	5/6/946			
Anostoma Brasiliensis N. SP. por O. Frota-Pessoa	13/6/46			

NOME DO TRABALHO	Até 1/7/1946		De 1/7 a 31/12/46	
	No prelo	Publicado	No prelo	Publicado
m fungo destruidor de pintu- as a óleo por Karl Arens fasc. 1		20/12/45		
ontribuição ao conhecimento a fauna de Pirassununga (São aulo) por N. Dias dos Santos fasc. 2		26/2/946		
excreção cuticular de sais inerais pelas fôlhas de "Ri- inus Communis" e seu reflexo ôbre o teor mineral do solo por Karl Arens e Thusnelda Arens Lausberg fasc. 3		1/4/1946		
ontribuição para o estudo da ontração vacuolar por Karl Arens e Fritz de Lauro fasc. 4		2/5/1946		
ontribuição ao estudo da fa- ília Characidae Gill, 1893-II por Haroldo Travassos fasc. 5		28/5/946		
odonata coligidos no Paraguai ela Missão Científica Brasi- eira no ano de 1944, com no- as sôbre Micrathyría Longi- fasciata, Calvert, 1909 e Tau- iphila Australis (Hagen, 1867) Kirby, 1890 por N. Dias dos Santos fasc. 6		29/5/946		
endra Cearana Navás, 1916, si- ônimo de Macrothemis griseo- trons Calvert, 1909 (Odonata: Libellulidae) por N. Dias dos Santos fasc. 7		29/5/946		
uma nova espécie do gênero To- mirostrum Lesson, 1831 (Passe- iformes Tyrannidae) por Herbert F. Berla fasc. 8		25/6/946		

NOME DO TRABALHO	Até 1/7/1946		De 1/7 a 31/12/46	
	No prelo	Publicado	No prelo	Publicado
Contribuições para o conhecimento da família Characidae III, 1893-III por Haroldo Travassos fasc. 9				10/9/946
Nova espécie do gênero Para-aemonia e notas sobre as espécies afins (Lepidoptera Ar-enurinae) por José Oiticica Filho fasc. 10				4/11/946
Unostoma Brasiliensis N. SP. por Oswaldo Frota-Pessoa fasc. 11				4/11/946
GEOLOGIAE				
Novo Habito de Berilo em Jazi-la-Brasileira por Reynaldo Saldanha	28/3/946			
Magnesita da Serra das Eguas por Reynaldo Saldanha	9/6/1946			
Algumas contribuições Geolo-gias dos Estudos de Solos rea-lizados no Estado de São Pau-lo por José Setzer	27/5/946			
Calcita em Franca, Est. de S. Paulo por E. Fornasaro e M. Lancman	12/4/946			
Determinações Morfológicas em Topázio de Congo-Socco, Pouso Alegre, Minas Gerais por Walter Lerner	11/6/946			
ESTUDOS BRASILEIROS DE DEMOGRAFIA				
Tabuás Brasileiras de Mortali-dade e Sobrevivência por Giorgio Mortara Monografia nº 1		28/3/946		
O custo de produção do homem adulto e sua variação em rela-ção à mortalidade - por Gior-gio Mortara (Monogr. nº 2)				20/12/45

NOME DO TRABALHO	Até 1/7/1946		De 1/7 a 31/12/46	
	No prelo	Publicado	No prelo	Publicado
<u>ESTUDOS BRASILEIROS DE ECONOMIA</u>				
O Desenvolvimento Planificado da Economia Brasileira por A.Barbosa de Oliveira	20/2/946			
Síntese econômico-financeira do Brasil por Rafael Xavier	-	-		
<u>ESTUDOS BRASILEIROS DE GEOLOGIA</u>				
Atualização da nomenclatura genérica e específica usada, por Herluf Winge em "E MUSEO LUNDII" por Carlos de Paula Couto	6/5/1946			
Ocorrências de calcário no Rio Grande do Sul e prospecção da jazida de "Vacacai" no Município de São Gabriel por Viktor Leinz fasc. 1		6/3/1946		
Estudo Morfológico da Barritina de Camamú por Elysiario Tavora Filho fasc. 2		22/3/946		
<u>OBRAS AVULSAS</u>				
Séries Numéricas por Lelio I. Gama	4/6/1946			
PROBLEMAS DE ALIMENTAÇÃO NO BRASIL				
Problema do pão no Brasil por A. da Silva Melo	25/5/946			
Fatos e Sugestões por A. da Silva Melo		13/2/946		
Feijão Soja por A. da Silva Melo		16/6/946		

6.

NOME DO TRABALHO	Até 1/7/1946		De 1/7 a 31/12/46	
	No prelo	Publicado	No prelo	Publicado
Problemas do pão no Brasil por A. da Silva Melo				15/12/46
Atribuição ao conhecimen do Código Criminal Brasile iro de 1830 por C.J. de Assis Ribeiro		30/5/946		

MOVIMENTO GERAL DE PUBLICAÇÕES

NOME DO TRABALHO	ATE 1/7/1946		DE 1/7 A 31/12/1946	
	ENCONTRADOS NO PRELO	PUBLICADOS	ENVIADOS AO PRELO	PUBLICADOS
SUMMA BRASILIENSIS				
Mathematicae	7	6	4	1
Biologiae	3	8	-	3
Geologiae	5	-	-	-
ESTUDOS BRASILEIROS				
Demografia	-	1	-	1
Economia	-	1	1	-
Geologia	1	2	-	1
OBRAS AVULSAS	2	3	-	1
BOLETIM INFORMATIVO	-	6	-	2



ATA DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR REALIZADA EM  
2 DE SETEMBRO DE 1946

.....  
.....  
.....

#### 4.2 - ACORDO COM A FACULDADE NACIONAL DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS.

O Dr. Luiz Simões Lopes propôs que a minuta organizada para o acordo entre a Fundação e a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas fosse distribuída a Relator, tendo porém os presentes julgado que o assunto poderia ser debatido diretamente.

O Dr. Eugênio Gudim apresentou uma série de esclarecimentos, salientando, entre outros pontos, que não há troca de favores e sim uma conjugação de esforços para o bem público. Após várias discussões, de que participaram todos os presentes e em que se evidenciou a imperiosa necessidade do ensino ser ministrado em elevado nível, foi aprovada a minuta, com uma cláusula adicional de denúncia do acordo.

Em virtude do adiantado da hora, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Reunião às dezoito horas e vinte e cinco minutos, ficando os demais assuntos, da pauta para uma sessão extraordinária, a ser convocada oportunamente.

2.

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS DO RIODE JANEIRO

Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1946

nr. 146

Exmº Sr.

Dr. Luiz Simões Lopes

Ad. Presidente da Fundação Getúlio Vargas

Rua da Alfândega, nº 11

NESTA

Tenho a honra e a satisfação de comunicar a V.Exª que a Congregação desta Faculdade, em sessão de 2 do corrente mês, por unanimidade dos seus membros presentes, aprovou os entendimentos realizados com essa Fundação e cujos termos são os seguintes:

- "1.) A Fundação suprirá à Faculdade, em suas propriedades sitas à Praia de Botafogo, 192, 5 salas para ensino (cursos e seminários), e 4 salas para administração (diretoria, gabinete de professores, secretaria e biblioteca).
- 1.1) As salas para administração serão de uso integral.
- 1.2) As salas para ensino serão de uso parcial, ficando fixado o horário de sua utilização, de forma a poderem as mesmas atender a outros cursos, sem prejuízo dos da Faculdade.
- 1.3) O número de salas cedidas poderá ser alterado, de comum acordo entre as partes, conforme as necessidades da Faculdade e as possibilidades da Fundação.
- 2) A Fundação suprirá também à Faculdade, dentro

3.

de suas disponibilidades, recursos para o pagamento da remuneração e viagem de professores estrangeiros.

- 2.1) A Fundação compromete-se, inicialmente, ao pagamento da remuneração e viagem de dois professores estrangeiros durante três anos, na forma da autorização já aprovada pelo respectivo Conselho Diretor e comunicada à Faculdade e ao Professor Eugênio Gudin.
- 2.2) A Fundação examinará, oportunamente, a possibilidade de suprimento de recurso para outros professores estrangeiros que a Faculdade desejar contratar.
- 2.3) Os professores estrangeiros contratados participarão dos trabalhos do Núcleo de Economia da Fundação, a juízo da direção dêsse Núcleo e sem prejuízo dos cursos da Faculdade.
- 3) A Fundação poderá ainda, dentro de suas disponibilidades, suprir à Faculdade meios materiais para a realização de seus objetivos.
- 4) A Faculdade colaborará, na medida de suas possibilidades, com a Fundação e, em particular, com o Núcleo de Economia desta.
  - 4.1) A Faculdade franqueará seus cursos aos membros, assessores e colaboradores do Núcleo, bem como os admitirá em seus seminários.
  - 4.2) A Faculdade poderá estender essa facilidade, mediante autorização especial, a outros membros, assessores e

4.

colaboradores da Fundação.

- 4.3) A Faculdade permitirá à Fundação o uso do equipamento de sua propriedade existente em salas de ensino, durante o período em que, por força do horário fixado, couber a utilização das dependências à Fundação.
- 5) A Faculdade obrigar-se-á a manter ensino de padrão elevado, com as restrições porventura decorrentes da insuficiência de recursos.
- 6) A Diretoria da Faculdade prestará contas ao Presidente da Fundação, semestralmente, da aplicação dada aos recursos pecuniários supridos por esta última.
- 7) A Faculdade passará a intitular-se: Faculdade Nacional de Ciências Econômicas - Da Universidade do Brasil.
- 8) A Fundação e a Faculdade franquear-se-ão, reciprocamente, o uso de suas bibliotecas e o das respectivas documentações sobre Economia.
- 9) A Fundação e a Faculdade, embora funcionando em íntima cooperação, com utilização comum de seus bens, manterão seus patrimônios distintos, ficando entendido que, em qualquer caso, pertencerão à Fundação os bens por esta adquiridos para uso da Faculdade.
- 10) Será criada uma junta de Coordenação, para coordenar as atividades da Fundação e da Faculdade e acompanhar a execução do presente acôrdo.
  - 10.1) A Junta será composta de oito membros, sendo quatro da Fundação Getúlio Vargas - o respectivo Presidente, o Diretor Executivo, o Diretor do Departa-

5.

mento de Ensino e o Chefe do Núcleo de Economia - dois da Fundação Mauá - o respectivo Presidente e o Diretor do Instituto de Economia - e dois da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas - o respectivo Diretor e um representante da sua Congregação.

- 11) A Fundação Getúlio Vargas declara ter tomado conhecimento do acôrdo entre a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas e a Fundação Mauá. Esta última, por sua vez, declara, por seu Presidente, tomar conhecimento do presente acôrdo.
- 12) O presente acôrdo, salvo prorrogação tácita, terminará em 31 de dezembro de 1949, podendo ser, entretanto, denunciado com pelo menos seis meses de antecedência, a partir de 1 de julho de 1948, se convier a qualquer uma das partes interessadas".

Espero que dessa mútua colaboração tire o Ensino Econômico os maiores proveitos em benefício do país.

Aproveito o ensejo para renovar a V.Exª os protestos da minha alta estima e distinta consideração.

(a.) Themistocles Brandão Cavalcanti  
Diretor

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS DO RIO  
DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 5 de setembro de  
1946.

Exmº Sr.

Dr. Luiz Simões Lopes

MD. Presidente da Fundação Getúlio Vargas

Rua da Alfândega, 11

NESTA

Tenho a satisfação de comunicar a V.Exª que o Conselho Patrimonial da Fundação Mauá, do qual exerço a presidência, está de pleno acôrdo e aprovou os têrmos do convênio entre a Faculdade de Ciências Econômicas ligada a esta Fundação e cujos têrmos foram elaborados de comum acôrdo entre a Fundação Getúlio Vargas e a aludida Faculdade.

É com maior satisfação que faço essa comunicação e espero que dêsse acôrdo resultarão os melhores benefícios para o Ensino Econômico em nosso país.

Aproveito a oportunidade para renovar a V.Exª os protestos da minha alta estima e distinta consideração.

(a.) João Daudt d'Oliveira  
Presidente da Fundação Mauá

FGV-129

Rio de Janeiro, 9 de Setembro de 1946

Senhor Presidente

Tenho a satisfação de comunicar a V.Exª que o Conselho Diretor desta Fundação, em sessão de 2 do mês em curso, aprovou, unanimemente, o acôrdo com essa Faculdade, cujos têrmos são os abaixo transcritos:

- "1) A Fundação suprirá à Faculdade, em suas propriedades sitas à Praia de Botafogo, 192, 5 salas para ensino (cursos e seminários), e 4 salas para administração (diretoria, gabinete de professôres, secretaria e biblioteca).
  - 1.1) As salas para administração serão de uso integral.
  - 1.2) As salas para ensino serão de uso parcial, ficando fixado o horário de sua utilização, de forma a poderem as mesmas atender a outros cursos, sem prejuízo dos da faculdade.
  - 1.3) O número de salas cedidas poderá ser alterado, de comum acôrdo entre as partes, conforme as necessidades da Faculdade e as possibilidades da Fundação.
- 2) A Fundação suprirá também à Faculdade, dentro

A Sua Senhoria o Doutor Themístocles Brandão Cavalcanti  
Diretor da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas

de suas disponibilidades, recursos para o pagamento da remuneração e viagem de professores estrangeiros.

- 2.1) A Fundação compromete-se, inicialmente, ao pagamento da remuneração e viagem de dois professores estrangeiros durante três anos, na forma da autorização já aprovada pelo respectivo Conselho Diretor e comunicada à Faculdade e ao Professor Eugênio Gu-din.
- 2.2) A Fundação examinará, oportunamente, a possibilidade de suprimento de recurso para outros professores estrangeiros que a Faculdade desejar contratar.
- 2.3) Os professores estrangeiros contratados participarão dos trabalhos do Núcleo de Economia da Fundação, a juízo da direção dêsse Núcleo e sem prejuízo dos cursos da Faculdade.
- 3) A Fundação poderá ainda, dentro de suas disponibilidades, suprir à Faculdade meios materiais para a realização de seus objetivos.
- 4) A Faculdade colaborará, na medida de suas possibilidades, com a Fundação e, em particular, com o Núcleo de Economia desta.
  - 4.1) A Faculdade franqueará seus cursos aos membros, assessores e colaboradores do Núcleo, bem como os admitirá em seus seminários.
  - 4.2) A Faculdade poderá estender essa facilidade, mediante autorização especial, a outros membros, assessores e



4.

colaboradores da Fundação.

- 4.3) A Faculdade permitirá à Fundação o uso do equipamento de sua propriedade existente em salas de ensino, durante o período em que, por força do horário fixado, couber a utilização das dependências à Fundação.
- 5) A Faculdade obrigar-se-á a manter ensino de padrão elevado, com as restrições porventura decorrentes da insuficiência de recursos.
- 6) A Diretoria da Faculdade prestará contas ao Presidente da Fundação, semestralmente, da aplicação dada aos recursos pecuniários supridos por esta última.
- 7) A Faculdade passará a intitular-se: Faculdade Nacional de Ciências Econômicas - Da Universidade do Brasil.
- 8) A Fundação e a Faculdade franquear-se-ão, reciprocamente, o uso de suas bibliotecas e o das respectivas documentações sobre Economia.
- 9) A Fundação e a Faculdade, embora funcionando em íntima cooperação, com utilização comum de seus bens, manterão seus patrimônios distintos, ficando entendido que, em qualquer caso, pertencerão à Fundação os bens por esta adquiridos para uso da Faculdade.
- 10) Será criada uma junta de Coordenação, para coordenar as atividades da Fundação e da Faculdade e acompanhar a execução do presente acôrdo.
  - 10.1) A Junta será composta de oito membros, sendo quatro da Fundação Getúlio Vargas - o respectivo Presidente, o Diretor Executivo, o Diretor do Departa-

mento de Ensino e o Chefe do Núcleo de Economia - dois da Fundação Mauá - o respectivo Presidente e o Diretor do Instituto de Economia - e dois da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas - o respectivo Diretor e um representante de sua Congregação.

- 11) A Fundação Getúlio Vargas declara ter tomado conhecimento do acôrdo entre a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas e a Fundação Mauá. Esta última, por sua vez, declara, por seu Presidente, tomar conhecimento do presente acôrdo.
- 12) O presente acôrdo, salvo prorrogação tácita, terminará em 31 de dezembro de 1949, podendo ser, entretanto, denunciado com pelo menos seis meses de antecedência, a partir de 1 de julho de 1948, se convier x a qualquer uma das partes interessadas".

Faço os melhores votos para que da cooperação de ambas as entidades, resultem as maiores vantagens para o ensino e a pesquisa de nosso país, no setor de economia.

Aproveito a oportunidade para renovar a V Exa os protestos de estima e consideração.

(a) Luiz Simões Lopes  
Presidente

ACÓRDO COM A "ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS".

Ata da 17ª Sessão Ordinária do Conselho Diretor  
realizada a 2 de outubro de 1946.

O Doutor Luiz Simões Lopes declarou que, como se trataria na sessão do acôrdo com a A.B.N.T., convidára o Doutor Paulo Accioly de Sá para assistí-la e expor, de viva voz, as finalidades, as diretrizes e os processos de trabalho da aludida entidade. Declarou mais o Senhor Presidente, que a Associação em aprêço é instituição merecedora de apôio, de todos os pontos de vista, que não visa lucro e que tem realizado no Brasil trabalhos técnicos de elevado alcance patriótico, quais sejam os de elaboração de normas e padrões em todos os campos técnicos, particularmente no da construção civil. Finalizou declarando que a A.B.N.T. tinha o auxílio do Governo Federal para a consecução de seus próprios propósitos sob forma de subvenção, a qual, além de não atender integralmente ao "deficit" financeiro da entidade, estava em risco de ser perdido a partir do corrente exercício. A seguir deu a palavra ao Doutor Paulo Accioly de Sá, que iniciou sua exposição agradecendo os intuitos cooperadores da Fundação; prosseguiu fazendo ligeiro esboço histórico da Associação, salientando as dificuldades financeiras que tem atravessado, o seu desenvolvimento, a repercussão de seu nome dentro do Brasil e no exterior, prin-

principalmente nos Estados Unidos da América do Norte, os trabalhos que tem realizado, os proveitos que dos mesmos se têm tirado e os propósitos presentes e futuros, destacando os seus processos de trabalho e evidenciando, em sua exposição, entre outros, os seguintes pontos: a) 1º) que começára as atividades com uma circular a cerca de 600 pessoas físicas ou jurídicas, recebendo apenas 3 respostas; 2º) que em 1940 o número de colaboradores já se elevava a 40; 3º) que, então, cogitou da realização da Associação, o que se efetuou no mesmo ano; 4º) que o lançamento da entidade se fez com grande sucessos nos meios industriais, contando no lançamen com o apôio irrestrito do então Presidente do D.A.S.P.; b) que, atualmente, conta com uma receita de aproximadamente Cr\$310.000,00 (trezentos e dez mil cruzeiros); c) que quando nos Estados Unidos o Govêrno cogitou de contratar com em presa especializada a normatização técnica, o mesmo já se havia feito no Brasil, que, assim, precedeu, neste particular, o que só mais tarde foi feito naquele país; d) que as Nações Unidas, sentindo necessidade de coordenar o material de guerra, criaram o "United Nations Standards Coordinating Commitee", cuja Comissão Executiva compõe-se de 7 membros, entre os quais o Brasil, através da A.B.N.T., o que é honra inavaliável; e) que os trabalhos realizados pela Associação tiveram tal aceitação nos Estados Unidos, que as revistas

3.

especializadas contêm frequentes citações e comentários de trabalhos da A.B.N.T.; f) que a Associação passa por um período deficitário, devido à expansão de suas atividades e que possui mais de 180 trabalhos dependendo de recursos para publicação; g) que as normas se fazem por comissões criadas para cada caso, para cujos trabalhos concorrem exames de laboratórios, experimentações e outras modalidades de serviços técnicos dos principais centros especializados do país, participando das Comissões pessoas das mais credenciadas em cada setor. Discutido amplamente o assunto por todos os membros presentes, foi aprovada a proposta apresentada pelo Doutor Luiz Simões Lopes, do seguinte teor: " O Conselho Diretor autoriza a Presidência da Fundação a subvencionar a A.B.N.T., na conformidade de acordo a se firmar entre as partes, com importância a ser anualmente fixada à vista da situação financeira da Fundação e do plano de assistência técnica a ser prestada a esta por parte da A.B.N.T., fixando-se a subvenção do corrente exercício em Cr\$.... 100.000,00 (cem mil cruzeiros)". O Doutor Paulo Accioly de Sá pediu a palavra para agradecer, em nome da A.B.N.T., a ajuda e o êmparo que a Fundação lhe prestára, sem os quais seria impossível ao Brasil se representar na reunião que se realizará, ainda este mês, em Londres, para criação da Associação Internacional de Normas.

4.

TÉRMO DO ACÔRDO QUE ENTRE SI FAZEM A FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS E A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ESPECIALIDADE DESTA. Aos três dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e quarenta e seis, na sede da Fundação Getúlio Vargas, aqui denominada F.G.V., à Praia de Botafogo número cento e oitenta e seis, segundo andar, nesta Capital, e representada por seu Presidente Doutor Luiz Simões Lo pes, devidamente autorizado pelo Conselho Diretor da mesma Fundação, compareceu o Doutor Paulo Accioly de Sá, Secretário da Associação Brasileira de Normas Téc nicas, sediada à Avenida Almirante Barroso, número cínqüenta e quatro, décimo quinto andar, nesta Capital, daqui por diante denominada A.B.N.T., o qual, em nome do Presidente da mesma Associação, Doutor Ary Frederi co Torres, conforme procuração que exibiu e fica fa zendo parte integrante dêste acôrdo, declarou vir as sinar, como assinado fica, o acôrdo que ora faz a F. G.V. com a A.B.N.T. para a realização, por parte des ta última, dos estudos necessários à fixação de ti pos, normas e padrões e à elaboração das respectivas especificações e métodos de ensaio, no que disser res peito a matérias primas, meios de produção humanos ou materiais, métodos operatórios e produtos semimanufa turados ou acabados, desde que tais tipos, normas, pa drões, especificações ou métodos de ensaio interessem a problemas de organização racional do trabalho, gené ricos ou específicos, obedecendo o presente acôrdo as seguintes cláusulas: Cláusula primeira - A A.B.N.T., sociedade civil, com personalidade jurídica, devida mente registrada no Cartório do Sexto Ofício do Regis tro de Títulos e Documentos, desta Cidade do Rio de Janeiro, conforme provou, prontifica-se a prestar à F. G.V. a sua colaboração em tudo que disser respeito à fixação de tipos, normas e padrões e à elaboração das

5.

das respectivas especificações e métodos de ensaio, que interessem a problemas de organização racional do trabalho, genéricos ou específicos, a cargo da F.G.V.

Cláusula segunda - Em consequência do disposto na cláusula anterior, a A.B.N.T. obriga-se a fazer estudos e pesquisas em assuntos de sua especialidade que forem indicados pela F.G.V., bem como a promover a realização dos trabalhos complementares e reuniões para isso necessários. Cláusula terceira - A indicação pela F.G.V. dos assuntos a serem tratados pela A.B.N.T. far-se-á em programas anuais, aprovados de comum acordo entre as partes. Cláusula quarta - A F.G.V. compromete-se a contribuir para a A.B.N.T. com uma quantia anual. Cláusula quinta - A importância da contribuição anual de que trata a cláusula anterior será fixada em função dos programas de prestação técnica de serviços a que se refere a cláusula terceira. Cláusula sexta - Além da contribuição prevista nas cláusulas quarta e quinta, poderá a F.G.V. auxiliar a A.B.N.T., para o fim especial de publicar trabalhos desta última que, a juízo daquela, interessem às respectivas atividades ou, de um modo geral, à economia nacional. Cláusula sétima - A A.B.N.T. obriga-se a apresentar à F.G.V., até trinta e um de março de cada ano, o relatório minucioso dos serviços técnicos prestados à F.G.V. no ano anterior, em consequência do que determinam as cláusulas primeira a terceira, bem como o da aplicação dos recursos fornecidos por esta última. Cláusula oitava - A responsabilidade da A.B.N.T. para com a F.G.V., relativamente ao programa de prestação de serviços técnicos, em cada exercício, somente cessará depois de aprovados os relatórios de que trata a cláusula anterior. Cláusula nona - A A.B.N.T. obriga-se, a critério da F.G.V., a restituir a esta, no todo ou em parte e no prazo que lhe fôr marcado, a contribuição recebida, se deixar de cumprir o programa estabelecido por força da cláusula terceira. Cláusula dé-

6.

décima - A A.B.N.T. elege para seu foro legal a Cidade do Rio de Janeiro. Cláusula décima-primeira - O presente acôrdo terminará desde que qualquer das partes faça à outra uma comunicação nesse sentido, com antecipação mínima de seis meses, antes do início de novo exercício. - E, para firmeza e validade do que acima ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelos representantes de ambas as partes, interessadas, pelas testemunhas Doutor Jorge Oscar de Mello Flores e Doutor Raphael da Silva Xavier, respectivamente Diretor Executivo da Fundação Getúlio Vargas e Membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Normas Técnicas, e por mim Dorothy Guimarães Lefebvre, auxiliar de escritório, que o lavrei, - Este acôrdo deixa de ser selado, em face da legislação vigente e da jurisprudência firmada pelo Conselho de Contribuintes. - Rio de Janeiro, três de outubro de mil novecentos e quarenta e seis.

(ass.) Luiz Simões Lopes  
Paulo Accioly de Sá  
Jorge Oscar de Mello Flores  
Rafael Xavier

Dorothy Guimarães Lefebvre



Anexo nº 14,01

## FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Desdobramento da conta

1111- CAIXA GERAL

.1- Caixa Central

155.046,00

Anexo nº 14,02

Desdobramento da conta

1112- BANCOS

.1- Banco do Brasil

6.763.258,10

.3- Banco Mercantil de S.Paulo  
(São Paulo)7.150,106.770.408,20

Anexo nº 14,03

## FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

## Demonstração da conta

1113- CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

.1- Caixa Econômica Federal do Rio  
de Janeiro c/Aviso Prévio

502,80

Anexo nº 14,04

## Demonstração da conta

1121- DEVEDORES DIVERSOS

.6- Iberê Gilson

4.750,00

.26- Gustavo Gerber Figueira de  
Mello

2.917,60

7.667,60

Anexo nº 14,05

## FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

## Demonstração da conta

1124- COOPERADORES C/A RECEBER

.1- Banco do Brasil	400.000,00
.2- Ceará	100.000,00
	<u>500.000,00</u>

Anexo nº 14,06

## Demonstração da conta

1125- DEVEDORES POR ADIANTAMENTOS

.11- Instituto Brasileiro de Bio- Física	145.000,00
.13- Jorge Zarur	614.935,00
.14- D. Zaraima (Itália)	10.150,00
	<u>770.085,00</u>

Anexo nº 14,07

## FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

## Demonstração da conta

1126- DOADORES C/A RECEBER

.1- Estrada de Ferro Central do Brasil	1.500.000,00
.2- Ceará	100.000,00
.3- Rio Grande do Norte	50.000,00
.4- Espírito Santo	25.000,00
.5- Rio de Janeiro	100.000,00
.6- Minas Gerais	200.000,00
.8- Mato Grosso	50.000,00
.9- Prefeitura do Distrito Federal	50.000.000,00
.10- Cia. Vale do Rio Doce	300.000,00
.11- Instituto Brasileiro de Mec.Hol.	110.000,00
.12- Cia. Brasileira de Máquinas SA.	80.000,00
.14- Observador Econômico e Financeiro	20.000,00
.15- Valentim Bouças	80.000,00
.16- João Marques dos Reis	10.000,00
.17- Alagôas	50.000,00
.18- Amazonas	200.000,00
.19- Assis Chateaubriand B. de Mello	1.000,00
.20- Alexandre Marcondes Filho	500,00
.21- Francisco D'Auria	500,00
.22- Francisco Campos	500,00
.24- Ernesto Dorneles	500,00
.26- Cx. Ec.Fed. do Rio de Janeiro	250.000,00
.27- Cx. Ec.Fed. de São Paulo	200.000,00
.28- Cx. Ec.Fed. do Est.do R.de Janeiro	250.000,00
.29- Cx.Ec. Fed. do Est. do Paraná	250.000,00
	<u>53.828.000,00</u>

Anexo nº 14,08

## FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Demonstração da conta

1127- RECEITA A ARRECADAR1.642.392,50

Anexo nº 14,09

Demonstração da conta

1128- VALORES MOBILIARIOS

.6- Obrigações de Guerra

40.058.045,00

Anexo nº 14,10

## FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

## Demonstração da conta

1131- DEVEDORES DIVERSOS

.1- Soc. Anonyme du Gaz do Rio de Janeiro	1.260,00
.2- Lucia Dieb Schwery e Edgard Schwery	18.936,00
	<u>20.196,00</u>

Anexo nº 14,11

## Demonstração da conta

1135- DOADORES C/A REALIZAR

.1- Estrada de Ferro Cent.do Brasil	1.000.000,00
.2- Rio de Janeiro	300.000,00
.3- Cx-Ec.Fed.do Rio de Janeiro	1.000.000,00
.4- Cx-Ec.Fed. de São Paulo	600.000,00
.5- Cx.Ec.Fed. do Est.do Rio de Janeiro	250.000,00
	<u>3.150.000,00</u>

Anexo nº 14,12

## FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Demonstração da conta

1126- ALMOXARIFADO GERAL

.1- Almoхарifado da Direção Central

.12- Material de Consumo

86.401,80

Anexo nº 14,13

Demonstração da conta

1211- BENS IMÓVEIS

.1- Edifícios

9.572.869,80

.2- Terrenos

1.192.192,50

.3- Instalações

.32- Praia de Botafogo 186 77.930,00

.33- Praia de Botafogo 184 5.987,00

83.917,00

.4- Benfeitorias

.42- Praia de Botafogo 186 24.500,00

.43- Galpão P. Botafogo 188 56.849,6081.349,6010.930.328,90

Anexo nº 14,14

## FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

## Demonstração da conta

1212- BENS MÓVEIS

.1- Material Permanente

997.188,20

Anexo nº 14,15

## Demonstração da conta

1215- BIBLIOTECAS

.1- Biblioteca da Direção Central

235.153,00



Anexo nº 14,16

## FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

## Demonstração da conta

1217- VEICULOS

.3- Camionetas

58.000,00

Anexo nº 14,17

## Demonstração da conta

1221- BENS IMATERIAIS

.9- Diversos

126.000,00

Anexo nº 14,18

## FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

## Demonstração da conta

1513- DEPOSITARIOS DE VALORES

## .2- Valores em Custódia

.21- Banco do Brasil	358.000,00
.22- Cx.Ec.Fed.do Rio de Janeiro	48.268.000,00
	<u>48.626.000,00</u>

Anexo nº 14,19

## Demonstração da conta

1514- PROMITENTES DE DOAÇÕES

.1- Conde Francisco Matarazzo	22.500.000,00
.2- Dr. Luiz Simões Lopes	196.820,70
	<u>22.696.820,70</u>

Anexo nº 14,20

## FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

## Demonstração da conta

1515- VALORES DE TERCEIROS

.1-Dr. Luiz Simões Lopes

188.753,10

Anexo nº 14,21

## Demonstração da conta

2121- CREDITORES DIVERSOS

.1- I.A.P.C.	16.940,70
.2- L.B.A	666,10
.4- S.A.M.	1.333,00
.5- S.E.N.A.C.	1.333,00
.6- S.E.S.C.	2.638,00
.7- Faculdade Nacional de Ciências Econômicas	9.850,00

32.760,80

Anexo nº 14,22

## FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

## Demonstração da conta

2126- CONTAS A PAGAR

.6- Imprensa Nacional	46.063,80
.12- Geomina Ltda.	7.000,00
.14- Francis Ruellan	40.000,00
.15- Soc.An.do Gaz do Rio de Janeiro	1.706,80
.16- Prefeitura do Distrito Federal	102,40
.17- Serviços Hollerith SA	21.030,00
.18- Alberto D'Almeida & Cia.Ltda.	520,00
.19- A.Rodrigues Costa & Cia.	3.723,00
.20- Addressograph Multigraph do Bra sil SA.	864,00
.21- A.D.Mattos	1.264,00
.22- Inst.Brasileiro de Geografia e Estatística	24.768,00
.23- Guerra Irmão & Cia.Ltda.	542,00
.24- Erich Eichner & Cia.Ltda.	340,70
.25- D.N.Pereira & Cia.Ltda.	526,00
.26- Rodrigues D'Almeida & Cia.	1.145,00
.27- Cia. Ind.Tintas Sardinha Ltda.	89,80
.28- Prefeitura do Distrito Federal	65.065,00
.29- Revista Brasileira de Medicina	35.000,00
	<u>249.750,60</u>

Anexo nº 14,23

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Demonstração da conta

2221- FUNDO PATRIMONIAL

98.673.781,90

Anexo nº 14,24

Demonstração da conta

2212- FUNDO ESPECIAL PARA CUSTEIO

6.691.000,00

Anexo nº 14,25

## FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Demonstração da conta.

2317- DEPOSITOS PARA DOAÇÕES

.1- Dr. Luiz Simões Lopes	<u>8.067,60</u>
---------------------------	-----------------

Anexo nº 14,26

Demonstração da conta.

2513- VALORES DEPOSITADOS

.2- Valores em Custódia	
.21- Banco do Brasil	358.000,00
.22- Cx.Ec.Fed.do Rio de Janeiro	48.268.000,00
	<u>48.626.000,00</u>

Anexo nº 14,27

## FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

## Demonstração da conta

2514- DOAÇÕES PROMETIDAS

.1- Conde Francisco Matarazzo	22.500.000,00
.2- Dr. Luiz Simões Lopes	<u>196.820,70</u>
	<u>22.696.820,70</u>

Anexo nº 14,28

## Demonstração da Conta

2515- DEPOSITANTES DE VALORES

.1- Dr. Luiz Simões Lopes	<u>188.753,10</u>
---------------------------	-------------------

## ANÁLISE DA DESPESA ORDINÁRIA

## 3.111-DESPESA ORDINÁRIA

## .1-Despesas de Documentação

## .11-Direção

## .1-Pessoal

.11-Ordenados e Salários

93.076,60

.12-Gratificações

3.850,00

.16-Férias Regulamentares

2.480,00

99.406,60

## .2-Material

.22-Consumo

2.276,90

.4-Despesas Gerais

.49-Despesas Diversas

38,00

101.721,50

## .12-Seção de Documentação

## .1-Pessoal

.11-Ordenados e Salários

137.293,60

.12-Gratificações

8.725,00

.16-Férias Regulamentares

6.903,20

152.921,80

## .2-Material

.22-Consumo

20.060,40

.4-Despesas Gerais

.42-Conservação de Bens

7.639,60

.44-Serviços Profissionais

200,00

.49-Despesas Diversas

253.622,40261.462,00

434.444,20

## .13-Seção de Publicidade

## .1-Pessoal

.11-Ordenados e Salários

16.400,00

.12-Gratificações

4.733,20

21.133,20

## .2-Material

.22-Consumo

2.961,40

.4-Despesas Gerais

.43-Publicidade

31.493,90

.44-Serviços Profissionais

2.150,00

.47-Transportes

157,80

.48-Jornais e Revistas

360,00

34.161,7058.256,30

594.422,00

## .2-Despesas de Ensino

## .21-Direção

## .1-Pessoal

.11-Ordenados e Salários

19.235,30

.16-Férias Regulamentares

2.094,90

.19-Diversos

6.000,00

27.330,20

## .2-Material

.22-Consumo

223,10

.4-Despesas Gerais

.47-Transportes

38,00

27.591,30

## .23-Cursos

## .231-Desenho e Artes Gráficas

## .1-Pessoal

.11-Ordenados e Salários

61.100,00

.12-Gratificações

78.362,50

139.462,50

## .2-Material

.22-Consumo

24.404,00

A transportar

163.866,50

27.591,30

594.422,00



Transporte		163.866,50		27.591,30	594.422,00
.4-Despesas Gerais	210,00				
.44-Serviços Profissionais	<u>5.701,50</u>	<u>5.911,50</u>	169.778,00		
.49-Despesas Diversas					
.232-Geomorfologia					
.1-Pessoal					
.11-Ordenados e Salários	86.666,60				
.12-Gratificações	5.500,00				
.13-Ajuda de Custo	45.227,20				
.14-Diárias	30.842,00				
.19-Diversos	<u>9.535,50</u>	177.771,30			
.2-Material					
.22-Consumo		11.576,40			
.4-Despesas Gerais	18,60				
.45-Comunicações	14.577,00				
.47-Transportes	<u>14.160,80</u>	<u>28.556,40</u>	217.904,10		
.49-Despesas Diversas					
.233-Fotogenografia					
.1-Pessoal				24.000,00	
.11-Ordenados e Salários					
.234-Agrimensura					
.4-Despesas Gerais				840,00	
.44-Serviços Profissionais					
.235-Desenho Básico					
.4-Despesas Gerais				892,00	413.414,10
.49-Despesas Diversas					
.24-Seminários para Ensino					
.241-Seminário de Matemática					
.1-Pessoal					
.12-Gratificações				<u>11.550,00</u>	452.555,40
.5-Despesas de Estudos e Pesquisas					
.31-Direção					
.1-Pessoal					
.11-Ordenados e Salários	39.600,00				
.16-Férias Regulamentares	<u>4.200,00</u>	43.800,00			
.2-Material				314,70	
.22-Consumo					
.4-Despesas Gerais				<u>2.000,00</u>	46.114,70
.44-Serviços Profissionais					
.32-Núcleos Técnicos e Científicos					
.321-Biologia					
.1-Pessoal					
.11-Ordenados e Salários	142.883,10				
.12-Gratificações	17.000,00				
.19-Diversos	<u>1.560,00</u>	161.443,10			
.2-Material					
.22-Consumo		<u>9.606,80</u>			
A transportar		171.049,90		46.114,70	1.046.977,40

Transporte		171.049,90		46.114,70	1.046.977,40
.4-Despesas Gerais	540,00				
.42-Conservação de Bens	5.844,50				
.43-Publicidade	6.378,00				
.44-Serviços Profissionais	49,20				
.47-Transportes	843,40	13.660,10	184.710,00		
.49-Despesas Diversas					
.322-Geologia e Geografia					
.1-Pessoal	227.041,60				
.11-Ordenados e Salários	2.761,50				
.12-Gratificações	14.603,00				
.13-Ajuda de Custo	8.730,00				
.14-Diárias	3.499,90				
.16-Férias Regulamentares	413,00	257.049,00			
.19-Diversos					
.2-Material		18.019,60			
.22-Consumo					
.4-Despesas Gerais	1.350,00				
.44-Serviços Profissionais	220,00				
.47-Transportes	29.501,20	31.071,20	306.139,80		
.49-Despesas Diversas					
.323-Matemática					
.1-Pessoal	125.583,30				
.11-Ordenados e Salários	7.699,90	133.283,20			
.16-Férias Regulamentares					
.2-Material		564,40	133.847,60		
.22-Consumo					
.324-Economia					
.1-Pessoal		23.600,00			
.12-Gratificações		8.400,00	32.000,00	656.697,40	
.19-Diversos					
.33-Centros de Pesquisas					
.331-Inquéritos e Análises					
.1-Pessoal	208.343,00				
.11-Ordenados e Salários	8.350,00				
.12-Gratificações	10.211,80				
.16-Férias Regulamentares	298,00	227.202,80			
.19-Diversos					
.2-Material		9.094,10			
.22-Consumo					
.4-Despesas Gerais	9.000,00				
.44-Serviços Profissionais	44,60				
.45-Comunicações	50,00				
.47-Transportes	1.465,00				
.48-Jornais e Revistas	3.445,00	14.004,60	250.301,50		
.49-Despesas Diversas					

A transportar

250.301,50 702.812,10 1.046.977,40

Transporte			250.301,50	702.812,10	1.046.977,40
.332-Serviços Públicos Concedíveis					
.1-Pessoal					
.11-Ordenados e Salários	57.813,30*				
.16-Férias Regulamentares	<u>2.660,00</u>	60.473,30			
.2-Material					
.22-Consumo		<u>16.275,10</u>	<u>76.748,40</u>	327.049,90	
.34-Seminários para Estudos e Pesquisas					
.341-Seminário de Geologia					
.1-Pessoal					
.12-Gratificações				5.850,00	
.35-Bêlens					
.351-Bêlens no Exterior					
.1-Pessoal					
.19-Diversos				<u>13.788,00</u>	1.049.500,00
.4-Despesas de Organização					
.41-Direção					
.1-Pessoal					
.11-Ordenados e Salários				2.100,00	
.42-Secção de Estudos e Organização					
.1-Pessoal					
.11-Ordenados e Salários		156.073,10			
.12-Gratificações		1.500,00			
.16-Férias Regulamentares		<u>10.010,00</u>	167.583,10		
.2-Material					
.22-Consumo			9.312,90		
.4-Despesas Gerais					
.44-Serviços Profissionais		2.000,00			
.49-Despesas Diversas		<u>100.937,80</u>	<u>102.937,80</u>	<u>279.833,80</u>	<u>281.933,80</u>
.5-Despesas de Administração Geral					
.51-Direção e Coordenação					
.511-Presidência					
.5111-Cabinete do Presidente					
.1-Pessoal					
.11-Ordenados e Salários	142.013,10				
.12-Gratificações	<u>2.000,00</u>	144.013,10			
.2-Material					
.22-Consumo		2.085,20			
.4-Despesas Gerais					
.43-Publicidade	2.125,00				
.49-Despesas Diversas	<u>574,50</u>	<u>2.699,50</u>	148.797,80		
.5113-Assistente Representativo					
.1-Pessoal					
.18-Representações		14.401,30			
.5115-Contencioso					
.1-Pessoal					
.11-Ordenados e Salários		18.000,00			
.2-Material					
.22-Consumo		<u>4,70</u>	<u>18.004,70</u>	<u>181.203,80</u>	
A transportar			181.203,80		2.378.411,20

Transporte		101.203,80	2.378.411,20
.512-Conselho Curador			
.4-Despesas Gerais		179,20	
.45-Comunicações			
.513-Conselho Diretor			
.1-Pessoal	9.450,00		
.12-Gratificações			
.4-Despesas Gerais	<u>7.000,00</u>	16.450,00	
.44-Serviços Profissionais			
.514-Diretoria Executiva			
.5141-Cabinete do Diretor			
.1-Pessoal			
.11-Ordenados e Salários	108.620,00		
.12-Gratificações	51.500,00		
.16-Férias e Regulamentos	2.799,70		
.18-Representações	<u>9.000,00</u>	171.919,70	
.2-Material		10.277,80	
.22-Consumo			
.4-Despesas Gerais	70,00		
.42-Conservação de Bens	929,60		
.43-Publicidade	16.370,00		
.44-Serviços Profissionais	36,10		
.45-Comunicações	<u>9.291,80</u>	<u>26.697,50</u>	208.895,00
.49-Despesas Diversas			
.5143-Assistência Coordenadora			
.1-Pessoal		5.515,20	
.11-Ordenados e Salários			
.2-Material		<u>658,70</u>	6.173,90
.22-Consumo			
.5144-Assistência Representativa			
.1-Pessoal		9.666,60	
.11-Ordenados e Salários			
.2-Material		105,80	
.22-Consumo			
.4-Despesas Gerais		<u>372,00</u>	<u>10.144,40</u>
.47-Transportes			<u>225.213,30</u>
.52-Direção Central			423.046,30
.521-Superintendência Central			
.5211-Cabinete do Superintendente			
.1-Pessoal			
.11-Ordenados e Salários	82.683,30		
.12-Gratificações	6.200,00		
.16-Férias Regulamentares	<u>2.366,60</u>	91.249,90	
.2-Material		3.548,40	
.22-Consumo			
.4-Despesas Gerais	35,00		
.47-Transportes	<u>43,70</u>	<u>78,70</u>	<u>94.877,00</u>
.49-Despesas Diversas			
A transportar		94.877,00	423.046,30
			2.378.411,20

Transporte			94.877,00		423.046,30	2.378.411,20
.5212-Serviços Centrais de Manutenção						
.52121-Gabinete do Chefe						
.1-Pessoal						
.11-Ordenados e Salários	42.455,00					
.12-Gratificações	3.850,00					
.16-Férias Regulamentares	<u>595,00</u>	46.900,00				
.2-Material						
.22-Consumo		4.642,50				
.4-Despesas Gerais						
.49-Despesas Diversas		<u>87,30</u>	51.629,80			
.52122-Serviço Central do Pessoal						
.1-Pessoal						
.11-Ordenados e Salários	16.098,20					
.12-Gratificações	1.350,00					
.16-Férias Regulamentares	<u>538,30</u>	17.986,50				
.2-Material						
.22-Consumo		2.078,80				
.3-Encargos Diversos						
.39-Diversos		50,40				
.4-Despesas Gerais						
.47-Transportes		<u>182,80</u>	20.298,50			
.52123-Serviço Central do Material						
.1-Pessoal						
.11-Ordenados e Salários	64.630,00					
.12-Gratificações	<u>18.000,00</u>	82.630,00				
.2-Material						
.22-Consumo		19.318,20				
.4-Despesas Gerais						
.42-Conservação de Bens	400,00					
.47-Transportes	540,60					
.49-Despesas Diversas	<u>305,60</u>	<u>1.246,20</u>	103.194,40			
.52124-Serviço Central de Mecanização						
.1-Pessoal						
.11-Ordenados e Salários	31.046,50					
.12-Gratificações	1.000,00					
.16-Férias Regulamentares	<u>1.940,00</u>	33.986,50				
.2-Material						
.22-Consumo		3.868,10				
.4-Despesas Gerais						
.42-Conservação de Bens	80,00					
.47-Transportes	<u>12,00</u>	<u>92,00</u>	37.946,60			
.52125-Serviço Central de Comunicações						
.1-Pessoal						
.11-Ordenados e Salários	56.373,00					
.12-Gratificações	<u>5.700,00</u>	62.073,00				
.2-Material						
.22-Consumo		<u>6.158,30</u>				
A Transportar		68.231,30	213.069,30	94.877,00	423.046,30	2.378.411,20

Transporte		68.231,30	213.069,30	94.877,00	423.046,30	2.378.411,20
.4-Despesas Gerais						
.45-Comunicações	19.678,00					
.46-Serviços Públicos	3.061,80					
.47-Transportes	7.497,00					
.48-Jornais e Revistas	10,00					
.49-Despesas Diversas	1.645,90	31.892,70	100.124,00			
.52126-Zeladoria						
.1-Pessoal						
.11-Ordenados e Salários	118.878,00					
.12-Gratificações	14.516,10					
.13-Ajuda de Custo	80,00					
.15-Convocados	3.407,80					
.16-Férias Regulamentares	840,00					
.17-Serviços Extraordinários	19.686,60					
.19-Diversos	12.298,80	169.707,30				
.2-Material						
.22-Consumo		89.253,10				
.3-Encargos Diversos						
.32-Impostos		2.057,70				
.4-Despesas Gerais						
.42-Conservação de Bens	240,00					
.44-Serviços Profissionais	80,00					
.46-Serviços Públicos	10.533,90					
.47-Transportes	259,50					
.49-Despesas Diversas	251,00	11.364,40	272.382,50	585.575,80		
.5213-Serviços Centrais de Finanças e Controle						
.52131-Cabinete do Chefe						
.1-Pessoal						
.11-Ordenados e Salários	8.366,50					
.12-Gratificações	4.000,00					
.16-Férias Regulamentares	2.000,00	14.366,50				
.4-Despesas Gerais						
.47-Transportes		50,00	14.416,50			
.52132-Serviço Central de Contabilidade						
.1-Pessoal						
.11-Ordenados e Salários	131.033,00					
.12-Gratificações	13.000,00					
.16-Férias Regulamentares	5.446,60					
.17-Serviços Extraordinários	726,00					
.19-Diversos	959,80	151.165,40				
.2-Material						
.22-Consumo		10.754,40				
.4-Despesas Gerais						
.42-Conservação de Bens	200,00					
.44-Serviços Profissionais	10.000,00					
.49-Despesas Diversas	190,00	10.390,00	172.309,80			
A Transportar			186.726,30	680.452,80	423.046,30	2.378.411,20

Transporte			186.726,30	680.452,80	423.046,30	2.378.411,20
.52133-Serviços Centrais de Tesouraria						
.1-Pessoal						
.11-Ordenados e Salários	15.500,00					
.12-Gratificações	<u>1.000,00</u>	16.500,00				
.2-Material						
.22-Consumo		978,50				
.4-Despesas Gerais						
.47-Transportes	338,80					
.49-Despesas Diversas	<u>124,30</u>	<u>463,10</u>	17.941,60			
.52134-Serviço Central de Auditoria						
.2-Material						
.22-Consumo			7,10			
.52135-Serviço Central de Orçamento						
.1-Pessoal						
.11-Ordenados e Salários	20.600,00					
.12-Gratificações	<u>2.000,00</u>	22.600,00				
.2-Material						
.22-Consumo		<u>188,10</u>	<u>22.788,10</u>	227.463,10		
.5214-Serviços Centrais de Obras e Transportes						
.52141-Obras e Construções						
.1-Pessoal						
.11-Ordenados e Salários		44.993,30				
.2-Material						
.22-Consumo		1.769,60				
.3-Encargos Diversos						
.39-Diversos		422,70				
.4-Despesas Gerais						
.42-Conservação de Bens	1.046,50					
.49-Despesas Diversas	<u>10,00</u>	<u>1.056,50</u>	48.242,10			
.52142-Transportes						
.1-Pessoal						
.11-Ordenados e Salários	7.151,40					
.19-Diversos	<u>1.200,00</u>	8.351,40				
.2-Material						
.22-Consumo		<u>404,00</u>	<u>8.755,50</u>	<u>56.997,60</u>	964.913,50	
.522-Escritório Regional de S.Paulo						
.1-Pessoal						
.11-Ordenados e Salários				83.441,90		
.2-Material						
.22-Consumo				21.130,10		
.4-Despesas Gerais						
.41-Aluguéis			151.488,00			
.42-Conservação de Bens			1.337,00			
.44-Serviços Profissionais			3.407,00			
.45-Comunicações			1.080,70			
.46-Serviços Públicos			18.174,90			
.47-Transportes			13.649,40			
.49-Despesas Diversas			<u>4.779,60</u>	<u>193.916,60</u>	<u>298.488,60</u>	
A transportar				1.263.402,10	423.046,30	2.378.411,20

Transporte			1.263.402,10	423.046,30	2.378.411,20
.523-Refeitório					
.1-Pessoal					
.11-Ordenados e Salários	55.072,80				
.12-Gratificações	4.400,00				
.16-Férias Regulamentares	<u>1.100,00</u>	60.572,80			
.2-Material					
.22-Consumo		167.835,40			
.4-Despesas Gerais					
.46-Serviços Públicos	2.737,40				
.47-Transportes	2.386,90				
.49-Despesas Diversas	<u>349,90</u>	<u>5.474,20</u>	233.882,40		
.524-Despesas do Conjunto					
.1-Pessoal					
.11-Ordenados e Salários	1.694,40				
.15-Convocados	<u>400,00</u>	2.094,40			
.2-Material					
.22-Consumo		91.177,70			
.3-Encargos Diversos					
.31-Contribuições	107.993,50				
.39-Diversos	<u>33,90</u>	108.027,40			
.4-Despesas Gerais					
.42-Conservação de Bens	2.915,00				
.43-Publicidade	156,00				
.44-Servs. Profissionais	3.870,00				
.45-Comunicações	8.963,80				
.46-Servs. Públicos	26.843,50				
.47-Transportes	15.300,90				
.48-Jornais e Revistas	4,00				
.49-Despesas Diversas	<u>32.113,50</u>	<u>90.166,70</u>	<u>291.466,20</u>	<u>1.788.750,70</u>	2.211.797,00
.6-Despesa Patrimonial					323.648,40
.61-Conservação					<u>193.517,80</u>
.7-Encargos					<u>5.107.374,40</u>

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1946.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
C. F. — Serviço Central de Contabilidade  
*Ministerio*  
LEONTHINES CHRISTINO  
CONTADOR  
( D. N. I. C. 45.176  
REG. ( D. E. C. 49.104

*Visto*  
FUNDACÃO GETÚLIO VARGAS  
SERVIÇO CENTRAL DE CONTABILIDADE  
*Getúlio*  
Iberê Gilson  
Superintendente Central



30.

721.2 - Os trabalhos do item anterior serão completados com a organização do "Catalogo de Material".

722 - Das diretrizes para as funções do item 720.2.

722.1 - Será feita anualmente a previsão das necessidades, na ocasião da elaboração orçamentária, levando-se em conta para isso, o programa de trabalhos aprovado, a exigência ou consumo nos exercícios anteriores, os estoques disponíveis, as justificativas dos diferentes órgãos e os demais fatores influndo em uma estimativa judiciosa.

722.2 - Para certos materiais serão estudadas as possibilidades de sua obtenção e as flutuações de demanda, de modo a prever os estoques críticos ou limites mínimos abaixo dos quais não deve descer a quantidade de material armazenada, sem provável prejuízo para os serviços que dêle necessitam.

722.3 - Para cada órgão novo criado, serão feitas as previsões de material para sua instalação e para o desenvolvimento dos serviços respectivos, bem como verificadas as influências sôbre os estoques críticos.

723 - Das diretrizes para as funções do item 720.3.

723.1 - As aquisições de material deverão, tanto quanto possível, obedecer a programas anuais decorrentes das previsões a que se refere o item 722.1, para isso prèviamente discutidos e aprovados.

723.2 - No tocante à quantidade, as aquisições deverão atender aos montantes necessários à regularidade do funcionamento dos serviços, observadas naturalmente as condições e tendências do mercado.

31.

723.3 - No concernente à qualidade, as aquisições deverão obedecer aos tipos, normas, padrões e especificações adotados, ressalvados os casos excepcionais de aplicações especializadas e os decorrentes das dificuldades de mercado.

723.4 - O processo de compras deverá, em princípio, ser o da concorrência de preços, desde que a equivalência da qualidade seja devidamente apurada.

723.5 - As aquisições efetuar-se-ão sempre com a aprovação do responsável, de acordo com as normas para isso estabelecidas.

724 - Das diretrizes para as funções do item 720.4.

724.1 - A guarda do material será parcialmente descentralizada, dependendo de se tratar de material de consumo ou permanente, e, neste último caso, de estar em uso ou em estoque.

724.2 - O material permanente em uso ficará naturalmente, descentralizado, sob a guarda e responsabilidade dos que o estejam utilizando.

724.3 - O material permanente em estoque ficará centralizado, nos almoxarifados, da sede central ou sedes regionais, sob a guarda e responsabilidade dos encarregados respectivos.

724.4 - O material de consumo ficará parcialmente descentralizado, com uma reserva em estoque, nos almoxarifados da sede central ou sedes regionais, sob a guarda e responsabilidade dos encarregados respectivos, e a parte restante distribuída pelos diferentes órgãos, sob a guarda e responsabilidade dos que a requisitarem.

725 - Das diretrizes para as funções do item 720.5.

725.1 - A distribuição do material existente nos almoxarifados será feita mediante requisição dos que para isso tiveram

autoridade.

725.2 - Os agentes distribuidores ficarão com a responsabilidade do registro do material requisitado, com a indicação de fontes, e destino das requisições, bem como do levantamento dos inventários do material distribuído.

726 - Das diretrizes para as funções do item 720.6.

726.1 - A responsabilidade dos gastos do material de consumo caberá àqueles que o requisitaram.

726.2 - A responsabilidade do uso do material permanente caberá aos que o requisitaram, podendo ser descentralizada, mediante carga expressa, na hipótese de material de utilização pessoal.

726.3 - Pelos órgãos de material deverá ser orientado o emprego do material, de modo a evitar o excesso de gastos do material de consumo e o mau uso do material permanente.

726.4 - Tanto quanto possível, deverão os órgãos de material procurar soluções econômicas, como a de recuperação de material usado, a de dar novas aplicações ao material inservível para o fim a que se destinava, etc.

727 - Das diretrizes para as funções do item 720.7.

727.1 - O controle do material será centralizado nos órgãos de material da sede central e sedes regionais, dentro dos limites aconselháveis para a maior eficiência dos serviços, as quantidades e os característicos dos serviços e a distribuição topográfica dos órgãos.

727.2 - O controle iniciar-se-á no ato do recebimento, em que serão verificados a quantidade, a qualidade e os prazos e condições de entrega.

33.

727.3 - Daí por diante, o controle quantitativo efetuar-se-á através do registro das requisições, bem como dos inventários de material em estoque nos almoxarifados da sede central e se des regionais e do levantamento dos inventários do material distribuído.

727.4 - O controle qualitativo visará a conservação física do material e a preservação de suas características operatórias, estendendo-se da orientação do uso dos que o utilizam à proteção contra agentes deterioradores.

727.5 - O controle encerrar-se-á com a baixa do material consumido ou pôsto fora de uso.

727.6 - Complementarmente ao controle, serão feitas estatísticas dos gastos de material de consumo e duração do material permanente, que fornecerão índices para a apreciação do funcionamento da administração do material e para as futuras previsões de necessidades.

730 - DAS FUNÇÕES DE COMUNICAÇÕES. Pelos órgãos de comunicações serão desempenhadas as seguintes funções:

730.1 - Recepção, distribuição, controle de trânsito, guarda temporária e expedição de correspondência e qualquer outro expediente dos órgãos da Fundação, entre si ou com terceiros.

730.2 - Publicação dos atos administrativos da Fundação em órgãos oficiais e sua divulgação aos elementos neles diretamente interessados.

730.3 - Manutenção dos sistemas e redes telefônicas, bem como de outros meios de comunicações que venham a ser adotados na Fundação.

34.

731 - Das diretrizes para as funções do item 730.1.

731.1 - Os papéis que, pela primeira vez, transitaram no órgão de comunicações, serão numerados cronologicamente, enquadrados na classificação de assuntos estabelecida para o arquivo e receberão um título para identificação e busca, que será decomposto, no caso de simultaneidade de assuntos ou interessados. Dêsse título resultará a ficha de identificação e busca, que deverá ter entrada por número, interessado e assunto.

731.2 - Na recepção, distribuição e controle de trânsito será observado o critério de simultaneidade das informações, mediante emissão de tantas cópias ou formulários adequados ao documento, quantas forem as instâncias que, concomitantemente, devam tomar conhecimento ou prestar os esclarecimentos necessários.

731.3 - Será adotado um sistema de controle de trânsito que permita ao órgão de comunicações ter ciência, em cada instante, da situação em que se encontra cada papel ou expediente.

731.4 - As relações diretas entre um órgão da Administração Central e seus homólogos regionais serão mantidas, nos dois sentidos, sempre com comunicações simultâneas às autoridades a que estejam respectivamente subordinados os órgãos regionais.

740 - DAS FUNÇÕES DE ARQUIVO. Pelos órgãos de arquivo serão desempenhadas as seguintes funções:

740.1 - Elaboração do sistema e código de classificação de assuntos, para aplicação aos documentos de expediente que devam ser guardados.

740.2 - Classificação dos documentos de expediente a serem guardados, dentro do sistema e código adotados.

740.3 - Guarda de documentos.

35.

740.4 - Organização da referência para a busca dos documentos guardados.

741 - Das diretrizes para as funções do item 740.1.

741.1 - O sistema e código de classificação de assuntos para os documentos de expediente da Fundação, deverão ser enquadrados no sistema e código gerais de classificação de assuntos estabelecido pelo Departamento de Documentação.

741.2 - O Departamento de Documentação dará a assistência técnica necessária ao enquadramento previsto no item anterior.

742 - Das diretrizes para as funções do item 740.2.

742.1 - A classificação dos documentos de expediente dentro do sistema e código adotados, será feita, inicialmente, pelos órgãos de comunicações, na primeira vez em que por estes transitarem os referidos documentos.

742.2 - No ato final de arquivamento será revista pelo órgão de arquivo, a classificação feita, simultaneamente com a revisão da ficha de identificação e busca a que se refere o item 731.1, que passará a constituir a ficha de referência.

743 - Das diretrizes para as funções do item 740.3.

743.1 - A guarda dos documentos será parcialmente descentralizada.

743.2 - Em princípio o original dos documentos de expediente ficará guardado no arquivo para isso destinado na Sede da Administração Central da Fundação.

743.3 - Os documentos de expediente de interesse apenas regional terão os respectivos originais guardados nos arquivos das sedes das Administrações Regionais correspondentes.

743.4 - Os documentos de expediente de interesse da Adminis -

36.

tração Central e de Administração Regionais, terão os respectivos originais guardados no arquivo da sede da Administração Central e cópias nos arquivos das sedes das Administrações Regionais correspondentes.

743.5 - Os documentos de expediente que devam ser conservados junto aos órgãos substantivos e deles não convenha tirar cópias, ficarão arquivados nos mesmos órgãos, constando o fato da referência centralizada do órgão de arquivo.

743.6 - Os documentos de expediente de caráter reservado, serão arquivados junto à Direção Executiva, constando o fato da referência centralizada do órgão de arquivo.

743.7 - Os documentos de expediente de natureza secreta, serão arquivados junto à Direção Executiva, nada constando sobre isso na referência centralizada do órgão de arquivo.

743.8 - Nenhum documento de expediente será arquivado sem que seja para isso dada ordem pelos dirigentes que, por força de normas expedidas, tenham atribuições nesses sentido.

744. - Das diretrizes para as funções do item 740.4.

744.1 - A referência dos documentos de expediente arquivados será feita de modo a permitir uma identificação por número, interessado e assunto.

744.2 - Quando, nos termos dos itens 743.5 e 743.6, os documentos de expediente forem guardados fora dos arquivos das sedes central e regionais, nas correspondentes referências deverá constar o local do respectivo arquivamento.

744.3 - Junto à referência, haverá um pequeno histórico de cada documento de expediente arquivado, no qual constarão quais

37.

quer retiradas eventuais de documentos dos arquivos em que estejam guardados.

750 - DAS FUNÇÕES DE MECANIZAÇÃO. Pelos órgãos de mecanização serão desempenhadas as seguintes funções:

750.1 - Datilografia.

750.2 - Multigrafia.

750.3 - Apurações mecânicas.

751 - Das diretrizes para as funções do item 750.1.

751.1 - As funções de datilografia serão centralizadas tanto quanto possível e dentro dos limites de conveniência dos serviços.

751.2 - Admitir-se-á todavia uma descentralização parcial, ditada por circunstâncias particulares, inclusive especialização de trabalhos, localização dos órgãos a atender e carga constante de tarefas nos serviços necessitados.

752 - Das diretrizes para as funções do item 750.2.

752.1 - As funções de multigrafia serão centralizadas.

752.2 - Na escolha do tipo de multigrafia a adotar serão considerados o volume, a natureza e a finalidade dos trabalhos e os custos de produção.

752.3 - Certas funções de multigrafia, cujos característicos e condições de sua utilização aconselham, poderão constituir Serviços Especiais.

753 - Das diretrizes para as funções do item 750.3.

753.1 - As apurações mecânicas serão feitas quando o volume e os característicos do material a apurar justificarem, bem como fôr julgada aconselhável a aquisição do equipamento correspondente.



28.

to no mesmo período.

714.4 - A remuneração dos colaboradores eventuais, será, análogamente a dos sistemáticos, paga em tempo ou por tarefa, no primeiro caso por dia, sessão ou hora, não havendo nunca, porém, uma quota mínima de pagamento mensal, embora podendo ser fixado um limite máximo de pagamento no mesmo período.

714.5 - Nas viagens a serviço da Fundação, os servidores e colaboradores terão direito ao pagamento da viagem e estadia, na forma estipulada em regulamento.

714.6 - Ao pessoal da Fundação serão proporcionados os meios de incentivo ao trabalho.

714.7 - A ação patronal da Fundação, se exercerá, nos campos médico e social, com a concessão; no mínimo, das vantagens estabelecidas para os servidores da União.

714.8 - Será facultada, ainda, ao pessoal da Fundação, oportunidade de exercer atividades sociais, esportivas e recreativas.

715 - Das diretrizes para as funções do item 710.5.

715.1 - As obrigações funcionais dos servidores, inclusive quanto à prestação de serviços e ao comparecimento, serão, além das consequentes à legislação trabalhista, as constantes de cláusulas contratuais.

715.2 - As obrigações funcionais dos colaboradores sistemáticos, particularmente no tocante à prestação de serviços e ao comparecimento, serão as estipuladas nos ajustes firmados.

715.3 - As obrigações dos colaboradores eventuais, em especial no que concerne à prestação de serviços, serão as previs -

tas nas combinações com êles estabelecidas.

715.4 - Além dos deveres mencionados, ficarão os servidores e colaboradores sujeitos aos regulamentos e normas disciplinares dos serviços gerais da Fundação.

716 - Das diretrizes para as funções do item 710.6.

716.1 - O cadastro individual será único e, para isso, sua organização se fará de modo que cada ficha contenha todos os dados individuais necessários para quaisquer fins.

716.2 - Os registros de pessoal serão estabelecidos de modo a permitir o conhecimento dos índices de frequência, produção e custo do pessoal.

720 - DAS FUNÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL. Pelos órgãos de material serão desempenhadas as seguintes funções:

720.1 - Fixação de tipos, normas e padrões e elaboração das respectivas especificações.

720.2 - Previsão de necessidades.

720.3 - Aquisição.

720.4 - Guarda.

720.5 - Distribuição.

720.6 - Orientação do uso, recuperação.

720.7 - Contrôle.

721 - Das diretrizes para as funções do item 720.1.

721.1 - A fixação de tipos, normas e padrões e a elaboração das respectivas especificações, para o material a ser adquirido e utilizado pela Fundação, serão efetivadas em colaboração com os órgãos próprios do sistema de organização, os quais orientarão tecnicamente os trabalhos.

24.

quência, assentamento funcional e financeiro, e tudo o que disser respeito ao controle do pessoal.

711 - Das diretrizes para as funções do item 710.1.

711.1 - Além dos dirigentes definidos nos itens do capítulo 300, o pessoal da Fundação enquadrar-se-á em dois tipos - servidores e colaboradores -, dos quais os primeiros correspondem a tarefas permanentes, perfeitamente caracterizadas, em geral de execução em tempo integral e sempre na base de salários mensais, ao passo que os últimos atenderão aos demais casos.

711.2 - Os servidores, destinados às funções administrativas e a algumas técnicas, ocuparão cargos, incluídos em carreiras ou isolados, e que, em seu conjunto, constituirão o Quadro Permanente da Fundação, cuja criação e alterações ficarão sujeitas à aprovação do Conselho Diretor.

711.3 - Para cada carreira ou cargo isolado previstos, serão estabelecidas: as tarefas características a executar, os requisitos necessários ao seu desempenho, o processo de seleção do pessoal respectivo, os níveis relativos de remuneração e os meios de verificação da eficiência funcional.

711.4 - Os colaboradores exercerão funções técnicas, de ação continuada ou esporádica, correspondendo às categorias de colaboradores sistemáticos e colaboradores eventuais, os quais serão inscritos, sem qualquer dependência que caracterize a relação do emprego, respectivamente no Quadro Técnico Básico e no Quadro Técnico Adicional, ambos sujeitos à aprovação do Presidente da Fundação, dentro das dotações orçamentárias fixadas pelo Conselho Diretor.

25.

711.5 - O Quadro Técnico Básico da Fundação conterá funções de colaboração sistemática previstas de acordo com os programas de trabalho delineados, bem como funções cuja criação fôr julgada conveniente para o aproveitamento de cientistas ou técnicos de comprovado saber e atividades úteis à Fundação.

711.6 - Para cada função de colaboração sistemática prevista, serão estabelecidos: as tarefas características a executar, os requisitos necessários ao seu desempenho, o processo de seleção do pessoal respectivo, a forma de remuneração e os meios de verificação da eficiência funcional.

711.7 - Para cada função de colaboração sistemática criada tendo em vista a conveniência do aproveitamento de cientistas ou técnicos de comprovado saber, serão fixados: as tarefas características a executar, a forma de remuneração e os meios de verificação da eficiência funcional.

711.8 - O Quadro Técnico Adicional da Fundação consistirá na relação nominal dos colaboradores eventuais, discriminados por seus campos de ação, verificando-se a respectiva cooperação e a correspondente remuneração, dentro dos princípios gerais estatuídos em regulamento.

711.9 - Poderá haver, ainda, colaboradores gratuitos, mas estes ficarão incluídos no Quadro Técnico Básico ou no Adicional, conforme sua atuação seja continuada ou seja esporádica.

712 - Das diretrizes para as funções do item 710.2.

712.1 - Para o recrutamento e a seleção prevalecerá o critério da capacidade e da aptidão para o exercício dos cargos ou funções correspondentes.

712.2 - A seleção será orientada, em sua técnica geral, pelos cr

26.

gãos do Departamento de Ensino para isso competentes, e, na parte específica, pelos órgãos a que se destina o elemento a aproveitar.

712.3 - Antes da admissão, serão feitos inquéritos sobre os predicados culturais e técnicos dos candidatos, em se tratando de provimento mediante títulos, e sobre os predicados morais, em qualquer caso, constando os resultados desses inquéritos de relatórios confidenciais, apresentados pelos relatores designados pelos órgãos próprios, os quais terão compromisso de responsabilidade perante os dirigentes destes últimos.

712.4 - A Fundação propiciará aos servidores e colaboradores meios de continuado aperfeiçoamento.

713 - Das diretrizes para as funções do item 710.3.

713.1 - A admissão de servidores far-se-á mediante contrato de trabalho, respeitada a legislação trabalhista, sendo que o contrato inicial terá sempre o termo estipulado de um ano, considerado como período de estágio probatório, ressalvando-se os direitos decorrentes de cláusulas contratuais especiais que forem estabelecidas.

713.2 - A admissão de colaboradores sistemáticos far-se-á mediante entendimentos a título precário.

713.3 - A admissão de colaboradores eventuais far-se-á por um mero relacionamento, após aceitação recíproca prévia.

713.4 - Dos contratos com os servidores constarão as condições de prestação de serviço, geralmente em tempo integral.

713.5 - Dos entendimentos com os colaboradores sistemáticos constarão as condições de prestação de serviço, tendo em vis-

27.

ta um trabalho determinado ou a consecução de um resultado de finido.

713.6 - Os servidores e colaboradores admitidos serão lotados especificamente em um órgão da Fundação, ficando sua movimentação sujeita às condições estabelecidas em regulamento.

713.7 - A dispensa de servidores dependerá da legislação trabalhista e das cláusulas contratuais a isso destinadas.

713.8 - A dispensa de colaboradores sistemáticos dependerá das cláusulas dos ajustes a título precário e, na falta destas, da vontade de qualquer das partes.

713.9 - A dispensa de colaboradores eventuais dependerá da vontade de qualquer das partes.

714 - Das diretrizes para as funções do item 710.4.

714.1 - A remuneração dos servidores será paga mediante salário fixo mensal, distinguindo-se, no plano de salários, a remuneração funcional da individual.

714.2 - Os servidores estarão sujeitos a promoções, do tipo horizontal, dentro de uma mesma carreira, ou do tipo vertical, no acesso de uma carreira para outra superior, influindo nas primeiras os critérios de merecimento e de antiguidade e nas últimas, exclusivamente, a capacidade e a aptidão demonstra-das para o exercício na carreira superior.

714.3 - A remuneração dos colaboradores sistemáticos será paga em tempo ou por tarefa, no primeiro caso por dia, sessão ou hora, havendo em qualquer caso, geralmente, uma quota mínima de pagamento mensal, e, às vezes, um limite máximo de pagamento.

12.

sino, de estudos e pesquisas e de organização, a mais completa coletânea de informações fidedignas, permanentemente atualizadas e utilizáveis da maneira mais racional, simples e rápida.

610.2 - Estender a referência centralizada e adequada, parte integrante e indispensável da documentação própria da Fundação, ao material estranho e útil que não possa ou não convenha trazer ou reproduzir para esta, de forma a permitir que, em qualquer tempo, se vá às fontes originais, colher os elementos não centralizados.

610.3 - Manter intercâmbio de documentação com entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, especializadas e qualificadas para o fornecimento de elementos a cerca dos objetivos básicos da Fundação, nos campos de ensino, de estudos e pesquisas e de organização.

610.4 - Focalizar, através de análise dos elementos colhidos, os problemas nacionais mais importantes ou de mais premente solução, propiciando o seu estudo e debate.

610.5 - Evidenciar, em consequência da ação do item anterior, quais os setores em que, preferentemente, devem ser desenvolvidas atividades de ensino, de estudos e pesquisas e de organização, o que facultará uma hierarquização judiciosa das questões a serem tratadas pela Fundação, condição indispensável à perfeita elaboração do "plano Geral de trabalhos".

610.6 - Divulgar mediante publicações impressas ou outros processos de levar a documentação ao encontro da clientela, os elementos próprios ou os de colaboradores individuais e de entidades cooperadoras, que convenha transmitir generalizadamente ou, pelo menos, a grupos definidos de interessados.

13.

611 - Do funcionamento das atividades de documentação. As a atividades de documentação serão exercidas de forma que os órgãos dela encarregados atuem em sistema, tendo por cúpula o Departamento de Documentação, observados os preceitos abaixo:

611.1 - O Departamento de Documentação coligirá e sistematizará, normalmente, dentro de programas previamente estabelecidos e aprovados, elementos relativos às atividades fundamentais de ensino, de estudos e pesquisas e de organização, procurando abranger integralmente os campos considerados, sem preocupação de desenvolver a ação em profundidade.

611.2 - Os demais órgãos de caráter substantivo particularmente os de estudos e pesquisas, levarão a efeito a coleta e a sistematização em profundidade, tão desenvolvidas quanto possível, dos elementos aos problemas programados para as respectivas atividades.

611.3 - Eventualmente, o Departamento de Documentação, agirá na forma do item 611.2 anterior, com referência aos problemas para os quais interessar à Fundação obter documentação em profundidade e não estejam nem possam passar, no momento, à alça da de outro órgão de caráter substantivo.

611.4 - Todos os órgãos do sistema, especialmente o de cúpola, completarão os elementos colhidos, mediante intercâmbio de documentação, com as entidades que, para êsses efeitos, com êles estejam articuladas, de acôrdo com o item 610.3

611.5 - Finalmente, o Departamento de Documentação centraliza rá não só a referência do material coligido e sistematizado, estendendo-a na forma do item 610.2, mas também a divulgação, segundo dispõe o item 610.6

611.6 - Subsidiariamente, o Departamento de Documentação prestará informações ao Diretor Executivo e ao Conselho Técnico,



14.

que permitam focalizar os problemas de solução premente do ponto de vista nacional e do da Fundação, e bem assim hierarquizar os assuntos a serem por esta tratados, de forma a permitir a conveniente elaboração do "plano geral de trabalhos".

611.7 - Tanto no Departamento de Documentação, como nos demais órgãos substantivos onde fiquem descentralizados elementos documentários, os arquivos informativos deverão conter, para cada assunto, uma síntese da matéria e uma ligeira apreciação analítica sobre os dados coligidos.

611.8 - O funcionamento do conjunto do sistema será superintendido pelos órgãos orientadores próprios, sob a supervisão geral do Diretor do Departamento de Documentação.

612 - Do campo de ação das atividades de documentação. As atividades de documentação, inclusive o correspondente intercâmbio, estender-se-ão especialmente aos setores de ação das demais atividades substantivas da Fundação, e dentre estes, mais particularmente, aos campos:

612.1 - Das ciências econômicas e sociais.

612.2 - Da administração pública e privada.

612.3 - Do ensino.

612.4 - Do mercado profissional de trabalho.

612.5 - Da organização racional.

620 - DAS ATIVIDADES DE ENSINO. As atividades de ensino serão exercidas tendo em vista:

620.1 - Prover à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização de pessoal, em nível superior e médio, a fim de suprir às entidades públicas e privadas, elemento humano qualificado pa

15.

ra o desempenho de funções para as quais haja uma insuficiência manifestada de pessoal no país, quer em qualidade, quer em quantidade.

620.2 - Favorecer a orientação profissional adequada, seja no encaminhamento de pessoal para cursos de formação ou especialização, seja na habilitação de elemento humano ao exercício de atividades definidas.

620.3 - Selecionar candidatos, não só para o ingresso em cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização, mas também para o exercício de atividades em empreendimentos públicos ou privados.

620.4 - Articular-se com os órgãos dos sistemas de organização e, principalmente, de estudos e pesquisas, de maneira a aproveltar, tanto quanto possível, as atividades dos mesmos, para a realização de programas de ensino.

620.5 - Colaborar com órgãos do sistema de documentação, coligindo e sistematizando elementos relativos aos problemas de ensino que abordar, de modo a conseguir uma documentação minuciosa a respeito, dentro da referência centralizada da Fundação.

620.6 - Orientar a publicação de obras técnicas sobre ensino, promovendo a respectiva elaboração e selecionando os trabalhos apresentados.

621 - Do funcionamento das atividades de ensino. As atividades de ensino serão exercidas de forma que os órgãos delas encarregados atuem em sistema com os órgãos cooperadores, observados os preceitos abaixo:

612.1 - O sistema será organizado pelo Departamento de Ensino de modo que para certos campos de ação, particularmente os en-

16.

tregues aos Institutos da Fundação, bem como às Escolas, Faculdades, Institutos e Universidades cooperadores, haja currículos caracterizados e aprovados, como atividades básicas e permanentes do "plano geral de trabalhos"

621.2 - Os demais cursos e os seminários de ensino, encarados como atividades complementares ou, então, experimentais ou transitórias, do "plano geral de trabalhos", serão neste incluídas após comprovada sua conveniência, quer por iniciativa de órgãos do sistema, justificada através da necessária documentação, quer por iniciativa de elementos estranhos à Fundação, cuja procedência venha a ser verificada.

621.3 - A constituição dos currículos, bem como os programas de quaisquer cursos, a não ser que se enquadrem perfeitamente em padrões oficiais em vigor, ficarão sujeitos a aprovação, na forma determinada em regulamento.

621.4 - Os seminários de ensino, quando versem sobre assuntos ligados à técnica do ensino, serão organizados pelos órgãos do sistema, e, quando objetivem o ensino de determinadas matérias, serão organizados pelos referidos órgãos, articulados com os correspondentes de estudos e pesquisas.

612.5 - A seleção e orientação profissional, relativamente a candidatos ou alunos de quaisquer cursos, a menos que já estejam previstas em disposições oficiais em vigor, serão feitas sistematicamente pelos órgãos próprios, dentro das diretrizes aprovadas em regulamento.

621.6 - A seleção e a orientação profissional, nos cursos em que houver solicitações à Fundação por elementos estranhos à mesma, serão executadas dentro das possibilidades dos órgãos próprios e na forma estabelecida em regulamento.

621.7 - Para a conjugação com as atividades de estudos e pes-

17.

quisas e com as de organização, conforme prevê o item 620.4, os órgãos do sistema de ensino, por iniciativa própria ou sugestão dos órgãos de estudos e pesquisas e de organização, examinarão de comum acordo com estes, a forma de efetuar a ação conjunta.

621.8 - A articulação com as atividades de documentação, de que trata o item 620.5, processar-se-á sistematicamente, dentro das normas que forem para esse fim expedidas.

621.9 - O funcionamento conjunto do sistema será superintendido pelos órgãos orientadores próprios, sob a supervisão geral do Diretor do Departamento de Ensino.

622 - Do campo de ação das atividades de ensino. As atividades de ensino exercerão principalmente:

622.1 - Em nível superior, nos campos de economia, finanças e administração, bem como em cursos de extensão universitária.

622.2 - Em nível médio, no campo da administração, bem como no preparo de mestres especializados ou condutores de trabalhos, intermediários entre os técnicos diplomados de nível superior e os operários especializados, mestres e feitores.

630 - DAS ATIVIDADES DE ESTUDOS E PESQUISAS. As atividades de estudos e pesquisas serão exercidas tendo em vista:

630.1 - Provocar o debate de problemas de interesse nacional, de caráter técnico e científico, nas esferas de atividades públicas ou privadas, de forma a verificar o estado real das iniciativas para a respectiva solução, a viabilidade da articulação das mesmas, a maneira de participação de

18.

cada entidade em um programa de cooperação conjunta e a necessidade eventual, de ser atendida alguma parcela do programa, supletivamente, pela Fundação, quer em dotações, pessoal, meios materiais ou em ação direta.

630.2 - Executar a parte que compete à Fundação na realização de programas de cooperação conjunta, bem como manter coordenadas as atividades dos órgãos que dos mesmos participarem, acompanhando o desenvolvimento geral e apurando os resultados.

630.3 - Subsidiariamente, levar a efeito trabalhos técnicos ou científicos ligados às finalidades da Fundação e que, em bora não enquadrados em programas de cooperação conjunta, me reçam ser realizados, por seu caráter objetivo ou interesse imediato.

630.4 - Aproveitar tanto quanto possível, os trabalhos executados, particularmente os de tipo seminário e os traduzidos em manipulações de dados concretos ou tratamento de problemas específicos, para a conjugação com atividades de ensino.

630.5 - Colaborar com os órgãos do sistema de organização, quando se façam necessários estudos e pesquisas específicos, para a racionalização de métodos de trabalho e fixação de tipos, normas e padrões.

630.6 - Articular-se com os órgãos do sistema de documentação, coligindo e sistematizando os elementos relativos aos problemas que abordar, de modo a conseguir uma documentação minuciosa a respeito, dentro da referência centralizada da Fundação.

19.

630.7 - Orientar a publicação de obras técnicas e científicas, excluídas as de ensino e organização, promovendo a respectiva elaboração e seleccionando os trabalhos apresentados.

631 - Do funcionamento das atividades de estudos e pesquisas. As atividades de ensino e pesquisas serão exercidas em sistema com as entidades cooperadoras da Fundação, dentro dos preceitos a seguir:

631.1 - O Departamento de Estudos e Pesquisas organizará o sistema de estudos e pesquisas, de modo a abranger os campos científicos e respectivas aplicações técnicas havendo no referido órgão elementos orientadores e elementos executivos os quais, juntamente com os órgãos cooperadores estranhos à Fundação, completarão o conjunto.

631.2 - Os elementos orientadores terão esfera de ação ampla e estrutura funcional reduzida ao mínimo estritamente indispensável, e se incumbirão da distribuição de tarefas pelos órgãos coordenadores de campos parciais definidos, quer sejam estes elementos executivos internos, quer sejam entidades filiadas.

631.3 - Os elementos executivos internos constituirão parte do Departamento propriamente realizadora dos objetivos emunetados nos itens do grupo 630, coordenando, dentro de seus campos parciais de ação, as atividades das entidades colaboradoras.

631.4 - As entidades filiadas agirão análogamente aos elementos executivos internos, nas condições determinadas pelos acordos com os mesmos firmados.

631.5 - Para a conjugação com as atividades de ensino e organização, conforme prevêm os itens 630.4 e 630.5, respectiva-

20.

mente, em cada caso que se torne conveniente, os órgãos de sistema de estudos e pesquisas, por sugestão própria ou a pedido dos órgãos de ensino ou de organização, estudarão de comum acordo com estes e sob a orientação geral técnica dos mesmos, a forma de efetivar a ação conjunta.

613.6 - A articulação com as atividades de documentação. de que trata o item 630.6, processar-se-á sistematicamente, dentro das normas que forem para este fim expedidas.

613.7 - O funcionamento conjunto do sistema será superintendido, dentro de cada esfera de ação parcial, pelos órgãos orientadores, sob a supervisão geral do Diretor do Departamento.

632 - O campo de ação das atividades de estudos e pesquisas. Embora o sistema de estudos e pesquisas seja organizado de modo a abranger todos os campos científicos e respectivas aplicações técnicas, os trabalhos da Fundação só se exercerão em profundidade em setores restritos objetivos, especialmente nos enquadrados em:

632.1 - Economia.

632.2 - Sociologia.

632.3 - Tecnologia.

640 - DAS ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÃO. As atividades de organização serão exercidas tendo em vista:

640.1 - Estudar, planejar e implantar a organização racional de serviços ou empreendimentos públicos e privados.

640.2 - Promover o estudo de questões ligadas à organização racional do trabalho, no tocante ao elemento humano, aos meios de produção, aos métodos operatórios e aos produtos a obter, particularmente quanto à solução de problemas básicos do homem e quanto à fixação de tipos, normas e padrões.

21.

640.3 - Aproveitar, tanto quanto possível, os trabalhos executados, em especial os traduzidos no tratamento de casos objetivos e no de problemas específicos, para a conjugação com atividades de ensino.

640.4 - Articular-se com os órgãos do sistema de estudos e pesquisas, quando isso se fizer mister ao exame de assuntos relacionados com a racionalização de métodos de trabalho e com o estabelecimento de tipos, normas e padrões.

640.5 - Colaborar com os órgãos do sistema de documentação, coligindo e sistematizando elementos relativos às questões de organização que abordar, de modo a conseguir uma documentação minuciosa a respeito, dentro da referência centralizada da Fundação.

640.6 - Orientar a publicação de obras técnicas sobre organização, promovendo a respectiva elaboração e selecionando os trabalhos apresentados.

641 - Do funcionamento das atividades de organização. As atividades de organização serão exercidas de forma que os órgãos delas encarregados atuem em sistema com os órgãos cooperadores, observados os preceitos abaixo:

641.1 - O Departamento de Organização constituirá o sistema, de modo que os órgãos incumbidos das atividades do item 640.1 tenham a estrutura mais leve possível, utilizando elementos transitórios adicionais ao tratar cada caso concreto, ao passo que os órgãos encarregados das atividades do item 640.2, de preferência entidades cooperadoras, atuem dentro de programas prestabelecidos.

641.2 - As atividades do item 640.1 serão executadas dentro



22.

das possibilidades dos órgãos próprios e na forma fixada em regulamento.

641.3 - As atividades do item 640.2 se exercerão de maneira análoga à decorrente dos itens 630.1 e 630.2.

641.4 - Para a conjugação com as atividades de ensino e com as de estudos e pesquisas, conforme prevêem os itens 640.3 e 640.4, os órgãos do sistema de organização, por iniciativa própria ou sugestão dos órgãos de ensino e de estudos e pesquisas, examinarão, de comum acordo com estes, a forma de efetuar a ação conjunta.

641.5 - A articulação com as atividades de documentação, de que trata o item 640.5, processar-se-á sistematicamente, dentro das normas que forem para esse fim expedidas.

641.6 - O funcionamento do conjunto do sistema será superintendidos pelos órgãos orientadores próprios, sob a supervisão geral do Diretor do Departamento de Organização.

642 - Do campo de ação das atividades de organização. As atividades de organização se exercerão principalmente:

642.1 - Quanto ao estudo de casos concretos, nos campos privados da indústria e do comércio e públicos de administração específica, salientando-se neste os setores de economia.

642.2 - Quanto à solução de problemas básicos gerais, no estudo do elemento humano e na fixação de tipos, normas e padrões.

## 700 - DAS FUNÇÕES ADJETIVAS DA FUNDAÇÃO

As funções adjetivas da Fundação, quer as de manutenção, destinadas a provê-la com meios humanos e materiais,

23.

além de facilidades operatórias, indispensáveis ao eficiente desempenho das funções substantivas, quer as de financiamento objetivando a previsão, a aplicação e o controle dos recursos para isso necessários, serão exercidos pelos órgãos próprios definidos no capítulo 300, dentro de normas que obedecerão aos princípios a seguir.

700.1 - Das funções de manutenção. Compreenderão as de pessoal, material, comunicações, arquivo, mecanização e outras que se venham a tornar necessárias, grupadas segundo as conveniências dos serviços e as disponibilidades de recursos.

700.2 - Das funções de financiamento. Abrangerão as de orçamento, contabilidade, tesouraria e outras que se venham a tornar necessárias, grupadas segundo as conveniências dos serviços e as disponibilidades de recursos.

710 - DAS FUNÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL. Pelos órgãos de pessoal serão desempenhadas as seguintes funções:

710.1 - Formação de quadros, caracterização e classificação de cargos e funções, e tudo que disser respeito à previsão de pessoal em quantidade e em qualidade.

710.2 - Recrutamento, seleção, aperfeiçoamento e tudo o que disser respeito a obtenção de pessoal apto e capaz, bem como à melhoria contínua da respectiva qualidade.

710.3 - Admissão, dispensa e tudo o que disser respeito à movimentação de pessoal.

710.4 - Remuneração, promoção, assistência patronal e tudo o que disser respeito às vantagens do pessoal.

710.5 - Obrigações de prestação de serviços, de comparecimento e tudo o que disser respeito aos deveres do pessoal.

710.6 - Cadastro individual, verificação de produção e fre-

## 100 - DA FUNDAÇÃO E SEUS FINS.

A Fundação Getúlio Vargas, criada pelo art. 1º do Decreto-lei nº 6.693, de 14 de julho de 1.944, é uma pessoa jurídica de direito privado, com caráter técnico-educativo, regida pelos Estatutos e pelo presente Regimento, tendo sede e fóro da cidade do Rio de Janeiro.

110 - DA FINALIDADE DA FUNDAÇÃO. A Fundação tem por finalidades:

110.1 - O estudo e tratamento dos problemas de organização racional, em sua mais ampla acepção, desde o âmbito restrito dos métodos de trabalho até o campo mais extenso da planificação, encarando em especial os aspectos administrativo e social, bem como a aplicação às condições do meio brasileiro.

110.2 - O preparo do pessoal qualificado para a administração pública ou privada, particularmente nos setores de atividades em que o país se ressinta de elemento humano capaz, em qualidade e quantidade.

120 - DOS OBJETIVOS DA FUNDAÇÃO. Para atender à sua finalidade, terá a Fundação como objetivos:

120.1 - Constituir-se em centro de documentação, para sistematizar e divulgar conhecimentos técnicos, científicos e demais ligados às atividades respectivas.

120.2 - Prover à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização de pessoal para empreendimentos públicos e privados, e, subsidiariamente, agir nos campos da orientação profissional e da seleção.

2.

gados às atividades respectivas.

120.2 - Prover à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização de pessoal para empreendimentos públicos e privados, e, subsidiariamente, agir nos campos da orientação profissional e de seleção.

120.3 - Promover estudos e pesquisas, de natureza técnica ou científica, nos domínios das atividades públicas ou privadas.

120.4 - Incumbir-se do planejamento e da organização de serviços ou empreendimentos, tomar o encargo de executá-los, ou prestar-lhes a assistência técnica necessária.

120.5 - Concorrer para a melhor compreensão dos problemas brasileiros, particularmente os de caráter administrativo e social, propiciando seu estudo e debate.

130 - DA DURAÇÃO DA FUNDAÇÃO. O prazo de duração da Fundação será indeterminado, podendo esta extinguir-se na forma do art. 38 dos Estatutos.

## 200 - DA ORGANIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO.

A Fundação será organizada, em linhas gerais, de acordo com o seguinte esquema:

200.1 - Uma direção superior, com ação deliberativa e executiva de comando sobre o conjunto.

200.2 - Uma administração central, com atividades executivas e com ação orientadora e normativa sobre os demais componentes do conjunto.

200.3 - As administrações regionais, com atividades executivas em determinadas zonas do país.

200.4 - Os órgãos autônomos, complementando o conjunto.

210 - DA DIREÇÃO SUPERIOR. A direção superior será constituída

3.

210 - DA DIREÇÃO SUPERIOR. A direção superior será constituída pelos órgãos estatutários e autoridades estatutárias, que gozam de poder próprio definido no Título II dos Estatutos.

211 - Dos órgãos estatutários. São órgãos estatutários:

211.1 - Assembleia Geral.

211.2 - Conselho Curador.

211.3 - Conselho Diretor.

212 - Das autoridades estatutárias. São autoridades estatutárias:

212.1 - Presidente.

212.2 - Diretor Executivo.

220 - DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL. A administração central será constituída pelos órgãos centrais, diretamente subordinados ao Diretor Executivo.

230 - DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS. As administrações regionais serão constituídas pelos órgãos regionais, subordinados a uma autoridade regional, a qual, por sua vez, será diretamente subordinada ao Diretor Executivo, ou, então, quando o número de administrações regionais justificar, a uma autoridade central orientadora e coordenadora destas últimas.

240 - DOS ÓRGÃOS AUTÔNOMOS. Os órgãos autônomos só terão relação de dependência com o conjunto, através dos dirigentes respectivos, que serão responsáveis pela boa administração dos mesmos, quer na parte específica, quer na geral.

300 - DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DA FUNDAÇÃO.

Os atos administrativos da Fundação serão expedidos mediante Deliberações, Resoluções, Decisões, Portarias, Atos e Ordens de Serviço.

310 - DELIBERAÇÕES, RESOLUÇÕES E DECISÕES. As Deliberações, as Resoluções e as Decisões serão expedidas, respectivamente, pela Assembléia Geral, pelo Conselho Curador e pelo Conselho Diretor, no desempenho das atribuições conferidas pelos Estatutos, e serão assinadas pelo Presidente correspondente.

320 - PORTARIAS. As Portarias serão expedidas pelo Presidente da Fundação, seja no desempenho de suas atribuições estatutárias ou regimentais, seja para o cumprimento de Deliberações, Resoluções e Decisões.

330 - ATOS. Os Atos serão expedidos pelo Diretor Executivo, seja no desempenho de suas atribuições estatutárias ou regimentais, seja para o cumprimento de Portarias.

340 - ORDENS DE SERVIÇO. As Ordens de Serviço serão expedidas pelos demais dirigentes.

400 - DAS ENTIDADES COOPERADORAS DA FUNDAÇÃO.

Além dos órgãos próprios para isso criados, a Fundação servir-se-á das atividades de órgãos cooperadores, que

5.

poderão ser entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, especializadas e qualificadas para a execução de tarefas inerentes aos objetivos essenciais da Fundação.

410 - DAS MODALIDADES DE COOPERAÇÃO. A cooperação da Fundação com entidades públicas ou privadas pode ser feita por alguma das modalidades abaixo:

410.1 - Cooperação propriamente dita ou conjugação de atividades.

410.2 - Intercâmbio de meios de execução de atividades ou de resultados dessas atividades.

420 - DA COMPETÊNCIA PARA DECIDIR SOBRE A COOPERAÇÃO. São competentes para decidir sobre a cooperação:

420.1 - O Conselho Diretor, em se tratando de acordos para o enquadramento de entidades como filiadas da Fundação, ou seja, participando dos programas de trabalho desta.

420.2 - O Presidente, na hipótese de combinações para incluir entidades colaboradoras da Fundação.

420.3 - O Diretor Executivo, nos casos de intercâmbio.

#### 500 - DAS FUNÇÕES SUBSTANTIVAS DA FUNDAÇÃO.

A Fundação, nas atividades que constituem seus objetivos essenciais, utilizará, além dos serviços dos órgãos próprios, para isso estabelecidos, a cooperação de entidades estranhas, na forma do capítulo anterior.

6.

510 - DAS ATIVIDADES DE DOCUMENTAÇÃO. As atividades de documentação serão exercidas tendo em vista:

510.1 - Colocar ao alcance de todos os que possam ou se devam interessar pelos assuntos constituindo os objetivos básicos de ensino, de estudos e pesquisas e de organização, a mais completa coletânea de informações fidedignas, permanentemente atualizadas e utilizáveis da maneira mais racional, simples e rápida.

510.2 - Estender a referência centralizada e adequada, parte integrante e indispensável da documentação própria da Fundação, ao material estranho e útil que não possa ou não convenha trazer ou reproduzir para esta, de forma a permitir que, em qualquer tempo, se vá às fontes originais, colher os elementos não centralizados.

510.3 - Manter intercâmbio de documentação com entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, especializadas e qualificadas para o fornecimento de elementos a cerca dos objetivos básicos da Fundação, nos campos de ensino, de estudos e pesquisas e de organização.

510.4 - Focalizar, através de análise dos elementos coligidos, os problemas nacionais mais importantes ou de mais premente solução, propiciando o seu estudo e debate.

510.5 - Evidenciar, em consequência da ação do item anterior, quais os setores em que, preferentemente, devem ser desenvolvidas atividades de ensino, de estudos e pesquisas e de organização, o que facultará uma hierarquização judi-



7.

ciosa das questões a serem tratadas pela Fundação, condição in dispensável à perfeita elaboração do "plano geral de trabalhos".

510.6 - Divulgar mediante publicações impressas ou outros processos de levar a documentação ao encontro da clientela, os elementos próprios ou os de colaboradores individuais e de entidades cooperadoras, que convenha transmitir generalizadamente ou, pelo menos, a grupos definidos de interessados.

511 - Do campo de ação das atividades de documentação. As atividades de documentação, inclusive o correspondente intercâmbio, estender-se-ão especialmente aos setores de ação das demais atividades substantivas da Fundação, e dentre estes, mais particularmente, aos campos:

511.1 - Das ciências econômicas e sociais.

511.2 - Da administração pública e privada.

511.3 - Do ensino.

511.4 - Do mercado profissional de trabalho.

511.5 - Da organização racional.

520 - DAS ATIVIDADES DE ENSINO. As atividades de ensino serão exercidas tendo em vista:

520.1 - Prover à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização de pessoal, em nível superior e médio, a fim de suprir às entidades públicas e privadas, elemento humano qualificado para o desempenho de funções para as quais haja uma insuficiência manifestada de pessoal no país, quer em qualidade, quer em quantidade.

8.

520.2 - Favorecer a orientação profissional adequada, seja no encaminhamento de pessoal para cursos de formação ou especialização, seja na habilitação de elemento humano ao exercício de atividades definidas.

520.3 - Selecionar candidatos, não só para o ingresso em cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização, mas também para o exercício de atividades em empreendimentos públicos ou privados.

520.4 - Articular-se com os órgãos dos sistemas de organização e, principalmente, de estudos e pesquisas, de maneira a aproveitar, tanto quanto possível, as atividades dos mesmos, para a realização de programas de ensino.

520.5 - Colaborar com os órgãos do sistema de documentação, coligindo e sistematizando elementos relativos aos problemas de ensino que abordar, de modo a conseguir uma documentação minuciosa a respeito, dentro da referência centralizada da Fundação.

520.6 - Orientar a publicação de obras técnicas sobre ensino; promovendo a respectiva elaboração e selecionando os trabalhos apresentados.

521 - Do campo de ação das atividades de ensino. As atividades de ensino se exercerão principalmente:

521.1 - Nos campos de economia, finanças e administração, bem como em cursos de extensão universitária.

521.2 - No preparo de mestres especializados ou condutores de trabalhos, intermediários entre os técnicos diplomados de

9.

nível superior e os operários especializados, mestres e feitos res.

530 - DAS ATIVIDADES DE ESTUDOS E PESQUISAS. As atividades ~~de~~ estudos e pesquisas serão exercidas tendo em vista:

530.1 - Provocar o debate de problemas de interesse nacional, de caráter técnico e científico, nos campos das atividades públicas ou privadas, de forma a verificar o estado real das iniciativas para a respectiva solução, a viabilidade da articulação das mesmas, a maneira de participação de cada entidade em um programa de cooperação conjunta e a necessidade, eventual, de ser atendida alguma parcela do programa, supletivamente, pela Fundação, quer em dotações, pessoal, meios materiais ou em ação direta.

530.2 - Executar a parte que compete à Fundação na realização de programas de cooperação conjunta, bem como manter coordenadas as atividades dos órgãos que dos mesmos participarem, acompanhando o desenvolvimento geral e apurando os resultados.

530.3 - Subsidiariamente, levar a efeito trabalhos técnicos e científicos ligados às finalidades da Fundação e que, embora não enquadrados em programas de cooperação conjunta, mereçam ser realizados, por seu caráter objetivo ou interesse imediato.

530.4 - Aproveitar, tanto quanto possível, os trabalhos executados, particularmente os do tipo seminário e os traduzidos em manipulações de dados concretos ou tratamento de problemas es-

10.

específicos, para a conjugação com atividades de ensino.

530.5 - Colaborar com os órgãos do sistema de organização, quando se façam necessários estudos e pesquisas específicos, para a racionalização de métodos de trabalho e fixação de tipos, normas e padrões,

530.6 - Articular-se com os órgãos do sistema de documentação, coligindo e sistematizando os elementos relativos aos problemas que abordar, de modo a conseguir uma documentação minuciosa a respeito, dentro da referência centralizada da Fundação.

530.7 - Orientar a publicação de obras técnicas e científicas, excluídas as de ensino e organização, promovendo a respectiva elaboração e selecionando os trabalhos apresentados.

531 - Do campo de ação das atividades de estudos e pesquisas. Embora o sistema de estudos e pesquisas seja organizado de modo a abranger todos os campos científicos e respectivas aplicações técnicas, os trabalhos da Fundação só se exercerão em profundidade em setores restritos objetivos, especialmente nos enquadrados em:

531.1 - Economia.

531.2 - Sociologia.

531.3 - Tecnologia.

540 - DAS ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÃO. As atividades de organização serão exercidas tendo em vista:

540.1 - Estudar, planejar e implantar a organização racional de serviços ou empreendimentos públicos e privados.

540.2 - Promover o estudo de questões ligadas à organização racional do trabalho, no tocante ao elemento humano, aos meios de

11.

produção, aos métodos operatórios e aos produtos a obter, particularmente quanto à solução de problemas básicos do homem e quanto à fixação de tipos, normas e padrões.

540.3 - Aproveitar, tanto quanto possível, os trabalhos executados, em especial os traduzidos no tratamento de casos objetivos e no de problemas específicos, para a conjugação com atividades de ensino.

540.4 - Articular-se com os órgãos do sistema de estudos e pesquisas, quando isso se fizer mistér ao exame de assuntos relacionados com a racionalização de métodos de trabalho e com o estabelecimento de tipos, normas e padrões.

540.5 - Colaborar com os órgãos do sistema de documentação, coligindo e sistematizando elementos relativos às questões de organização que abordar, de modo a conseguir uma documentação minuciosa a respeito, dentro da referência centralizada da Fundação.

540.6 - Orientar a publicação de obras técnicas sôbre organização, promovendo a respectiva elaboração e selecionando os trabalhos apresentados.

541 - Do campo de ação das atividades de organização. As atividades de organização se exercerão principalmente:

541.1 - Quanto ao estudo de casos concretos, nos campos privados da indústria e do comércio e públicos de administração específica, salientando-se neste os setores de economia.

541.2 - Quanto à solução de problemas básicos gerais, no estudo do elemento humano e na fixação de tipos, normas e padrões.

## 600 - DAS FUNÇÕES ADJETIVAS DA FUNDAÇÃO.

As funções adjetivas da Fundação, quer as de manutenção, destinadas a provê-la com meios humanos e materiais, além de facilidades operatórias, indispensáveis ao eficiente desempenho das funções substantivas, quer as de financiamento, objetivando a previsão, a aplicação e o controle dos recursos para isso necessários, serão exercidos por órgãos próprios, dentro dos princípios fixados na forma do item 730.

## 700 - DISPOSIÇÕES GERAIS.

710 - DA IMPLANTAÇÃO PROGRESSIVA DA ORGANIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO.

711 - Da criação e implantação dos diferentes órgãos. Excetados os órgãos estatutários, criados automaticamente pelos Estatutos, todos os demais, serão criados e entrarão em funcionamento progressivamente, à medida que se tornem imprescindíveis e que os recursos da Fundação o permitam.

712 - Da modificação de órgãos implantados. A fusão, o desdobramento e quaisquer modificações dos órgãos implantados, serão determinados pelas autoridades com competência para criar os órgãos atingidos. Se a modificação envolver mais de um órgão, dentro de competências diversas, caberá a decisão à autoridade hierarquicamente superior.

720 - DO "PLANO GERAL DE TRABALHOS".

721 - Do desenvolvimento dos trabalhos da Fundação. As atividades da Fundação desenvolverão dentro do respectivo "Plano Ge

13.

ral de Trabalhos", que fixará determinados campos especificamente e outros genericamente, estabelecendo para estes as condições e a extensão a que ficará sujeito o tratamento das questões correspondentes.

722 - Da elaboração do "Plano Geral de Trabalhos". O "Plano Geral de Trabalhos" será elaborado dentro das diretrizes gerais fixadas pelo Conselho Diretor, participando de sua organização todos os órgãos de atividades substantivas, cada um dentro de sua esfera de ação, de forma que cada órgão faça a coordenação e síntese dos programas parciais dos órgãos que lhe são subordinados, ficando a coordenação e a síntese gerais a cargo das autoridades estatutárias.

723 - Da aprovação do "Plano Geral de Trabalhos". A aprovação do "Plano Geral de Trabalhos" caberá ao Conselho Diretor.

724 - Da duração e das revisões do "Plano Geral de Trabalhos". O "Plano Geral de Trabalhos" será organizado tendo em vista a execução de atividades a longo prazo, por um determinado período de anos, ficando sujeito a ajustamentos anuais, na ocasião de ser programada a parte do "Plano" para o exercício seguinte, programação essa que deve ser conjugada com a elaboração do orçamento anual para o mesmo exercício.

730 - DA REGULAMENTAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES CONSTANTES DO REGIMENTO. A regulamentação das disposições constantes do presente Regimento far-se-á mediante:

730.1 - Regulamentos aprovados por meio de portarias do Presi-

14.

dente.

730.2 - Normas aprovadas por meio de atos do Diretor Executivo.



PORTARIA Nº , DE DE DE 1 947.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, usando da atribuição que lhe confere o item 730.1 do Regimento, resolve aprovar o Regulamento n. 1 anexo.

#### 100 - DA FUNDAÇÃO E SEUS FINS.

A Fundação Getúlio Vargas, criada pelo art. 19 do Decreto-lei nº 6 693, de 14 de julho de 1 944, é uma pessoa jurídica de direito privado, com caráter técnico-educativo, regida pelos Estatutos, pelo Regimento e pelo presente Regulamento, tendo sede e fôro da cidade do Rio de Janeiro.

110 - DA FINALIDADE DA FUNDAÇÃO. A Fundação tem por finalidade:

110.1 - O estudo e tratamento dos problemas de organização racional, em sua mais ampla acepção, desde o âmbito restrito dos métodos de trabalho até o campo mais extenso da planificação, encarando em especial os aspectos administrativo e social, bem como a aplicação às condições do meio brasileiro.

110.2 - O preparo do pessoal qualificado para a administração pública ou privada, particularmente nos setores de atividades em que o país mais se ressinta de elemento humano capaz, em qualidade e quantidade.

120 - DOS OBJETIVOS DA FUNDAÇÃO. Para atender à sua finalidade, terá a Fundação como objetivos:

120.1 - Constituir-se em centro de documentação, para sistematizar e divulgar conhecimentos técnicos, científicos e demais li-

gados às atividades respectivas.

120.2 - Prover à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização de pessoal para empreendimentos públicos e privados, e, subsidiariamente, agir nos campos da orientação profissional e da seleção.

120.3 - Promover estudos e pesquisas, de natureza técnica ou científica, nos domínios das atividades públicas ou privadas.

120.4 - Incumbir-se do planejamento e da organização de serviços ou empreendimentos, tomar o encargo de executá-los, ou prestar-lhes a assistência técnica necessária.

120.5 - Concorrer para a melhor compreensão dos problemas brasileiros, particularmente os de caráter administrativo e social, propiciando seu estudo e debate.

130 - DA DURAÇÃO DA FUNDAÇÃO. O prazo de duração da Fundação será indeterminado, podendo esta extinguir-se na forma do art. 38 dos Estatutos.

## 200 - DA ORGANIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO.

A Fundação será organizada, em linhas gerais, de acordo com o seguinte esquema:

200.1 - Uma direção superior, com ação deliberativa e executiva de comando sobre o conjunto.

200.2 - Uma administração central, com atividades executivas e com ação orientadora e normativa sobre os demais componentes do conjunto.

200.3 - As administrações regionais, com atividades executivas em determinadas zonas do país.

200.4 - Os órgãos autônomos, complementando o conjunto.

210 - DA DIREÇÃO SUPERIOR. A direção superior será constituída

3.

pelos órgãos estatutários e autoridades estatutárias, que gozam de poder próprio definido no Título II dos Estatutos.

211 - Dos órgãos estatutários. São órgãos estatutários:

211.1 - Assembleia Geral.

211.2 - Conselho Curador.

211.3 - Conselho Diretor.

212 - Das autoridades estatutárias. São autoridades estatutárias:

212.1 - Presidente.

212.2 - Diretor Executivo.

220 - DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL. A administração central será constituída pelos órgãos centrais, diretamente subordinados ao Diretor Executivo e que possuem atribuições definidas nos itens do grupo 260 deste Regulamento.

221 - Dos órgãos centrais. São órgãos centrais:

221.1 - Conselho Técnico.

221.2 - Superintendência Administrativa.

221.3 - Departamento de Documentação.

221.4 - Departamento de Ensino.

221.5 - Departamento de Estudos e Pesquisas.

221.6 - Departamento de Organização.

230 - DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS. As administrações regionais serão constituídas pelos órgãos regionais, subordinados a uma autoridade regional e cujas atribuições estão genericamente previstas nos itens do grupo 270.

231 - Das autoridades regionais. São autoridades regionais os legados Regionais.

232 - Dos órgãos regionais. São órgãos regionais:

232.1 - Juntas Cooperadoras.

232.2 - Serviços Administrativos.

232.3 - Centros de Documentação.

232.4 - Centros de Ensino.

232.5 - Centros de Estudos e Pesquisas.

232.6 - Centros de Organização.

240 - DOS ÓRGÃOS AUTÔNOMOS. Os órgãos autônomos serão aqueles que, sejam quais forem suas atividades - substantivas, adjetivas ou ambas - só terão relação de dependência com o conjunto, através dos dirigentes respectivos, que serão responsáveis pela boa administração dos mesmos, quer na parte específica, quer na geral. Compreendem:

240.1 - Órgãos autônomos com finalidades substantivas.

240.2 - Órgãos autônomos com finalidades adjetivas

241 - Dos órgãos autônomos com finalidades substantivas. São os Institutos.

242 - Dos órgãos autônomos com finalidades adjetivas. São os Serviços Especiais.

250 - DA CONSTITUIÇÃO DOS ÓRGÃOS CENTRAIS, REGIONAIS E AUTÔNOMOS. Os órgãos centrais, regionais e autônomos serão constituídos na forma dos itens a seguir.

251 - Da constituição dos órgãos centrais e regionais de deliberação coletiva. Compreenderão:

251.1 - Membros natos, que serão, para o Conselho Técnico, os dirigentes dos Departamentos, e, para as Juntas Cooperadoras, os Delegados Regionais.

251.2 - Membros de livre nomeação do Presidente.

252 - Da constituição dos demais órgãos centrais e regionais e da dos órgãos autônomos. Poderão abranger, além de elementos assistenciais de "staff", os órgãos de linha abaixo:

252.1 - Em primeira subordinação hierárquica: as Divisões.

5.

252.2 - Em segunda subordinação hierárquica: as Seções.

252.3 - Em qualquer subordinação hierárquica: As Turmas Administrativas; os Setores de documentação; os Cursos de ensino; os Núcleos de estudos e pesquisas; e as Equipes de organização.

260 - DAS ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS CENTRAIS.

261 - Do Conselho Técnico. É o órgão de "staff" do Diretor Executivo para os assuntos ligados às atividades substantivas da Fundação.

261.1 - O Conselho Técnico terá atribuições coordenadoras, normativas e planejadoras relativamente às atividades substantivas da Fundação, cabendo-lhe, em particular, discutir e elaborar a proposta do "plano geral de trabalhos" e as suas revisões, bem como as "normas" necessárias ao funcionamento dos serviços substantivos.

261.2 - O Conselho Técnico acompanhará "pari passu" o desenvolvimento das atividades substantivas da Fundação, a fim de auxiliar o Diretor Executivo na verificação do cumprimento do "plano geral de trabalhos".

261.3 - O Conselho Técnico será presidido pelo Diretor Executivo e integrado por mais seis outros membros, dos quais são natos os dirigentes do quatro Departamentos centrais.

261.4 - Os dirigentes de quaisquer órgãos da Fundação e, em especial, o da Superintendência Administrativa e os Delegados Regionais, poderão ser convocados, pelo Diretor Executivo, para participar, sem direito a voto, de reuniões do Conselho Técnico.

262 - Da Superintendência Administrativa. É órgão central de linha para a execução das atividades adjetivas.

262.1 - A Superintendência Administrativa tem por atribuições

6.

exercer as atividades adjetivas definidas neste Regulamento relativamente aos órgãos centrais.

262.2 - Cabe ainda à Superintendência Administrativa, uma ação supervisora, coordenadora e centralizadora, com referência às atividades adjetivas dos órgãos regionais, bem como orientadora.

263 - Dos Departamentos Centrais. São os órgãos centrais de linha para a execução das atividades substantivas.

263.1 - O Departamento de Documentação destina-se a coligir, sistematizar e divulgar conhecimentos técnicos, científicos, culturais, profissionais, administrativos e institucionais, bem como a concorrer para a melhor compreensão dos problemas brasileiros propiciando o seu estudo e debate.

263.2 - O Departamento de Ensino visa prover à formação, à especialização e ao aperfeiçoamento de pessoal para empreendimentos públicos e privados, e, subsidiariamente, agir nos campos da orientação profissional e da seleção.

263.3 - O Departamento de Estudos e Pesquisas tem por objetivo promover estudos e pesquisas, de natureza técnica ou científica, nos domínios das atividades públicas ou privadas, particularmente no que diz respeito aos problemas brasileiros.

263.4 - O Departamento de Organização tem em mira proceder estudos de organização racional do trabalho e, complementarmente, incumbir-se do planejamento de serviços ou empreendimentos e da respectiva implantação, bem como prover à necessária assistência técnica.

270 - DAS ATRIBUIÇÕES GÊNERICAS DOS ÓRGÃOS REGIONAIS E AUTÔNOMOS.

271 - Das Juntas Cooperadoras. As Juntas Cooperadoras têm a

função de colaborar com o Diretor Executivo e correspondentes Delegados Regionais, no sentido de incentivar o progresso das atividades da Fundação em determinadas zonas do país, agindo ainda os seus componentes, individualmente na expansão e defesa do renome e do prestígio da Fundação.

272 - Dos Serviços Administrativos. São os órgãos regionais de linha, tendo por atribuições a execução de atividades adjetivas.

273 - Dos Centros. São os órgãos regionais de linha, tendo por atribuições a execução de atividades substantivas, nos campos da documentação, do ensino, dos estudos e pesquisas e da organização.

274 - Dos Institutos. São órgãos autônomos, tendo por atribuições a articulação, dentro de um objetivo comum definido, de determinadas atividades substantivas da Fundação, incluídas em um ou mais dos campos básicos de ação desta.

275 - Dos Serviços Especiais. São órgãos autônomos, tendo em vista o aproveitamento de instalações necessárias a atividades adjetivas da Fundação, para a exploração comercial que conduza ao maior rendimento do capital nelas investido.

280 - DA LOCALIZAÇÃO.

281 - Órgãos estatutários. Funcionarão na Sede da Fundação.

282 - Órgãos centrais. Funcionarão na Sede da Fundação.

283 - Órgãos regionais. Funcionarão nas Sédes Regionais da Fundação.

284 - Órgãos autônomos. Funcionarão onde fôr indicado.

### 300 - DOS DIRIGENTES DA FUNDAÇÃO.

310 - DA NOMENCLATURA. Além das autoridades estatutárias - Pro

sidente e Diretor Executivo - e das autoridades regionais - Delegados Regionais -, será obedecida, para os dirigentes da Fundação, a nomenclatura constante dos itens que se seguem.

311 - Órgãos centrais.

311.1 - Diretores: os incumbidos da direção dos Departamentos centrais.

311.2 - Assistentes-Diretores: os membros do Conselho Técnico de livre nomeação do Presidente.

311.3 - Superintendente: o encarregado da direção da Superintendência Administrativa.

312 - Órgãos regionais.

312.1 - Conselheiros Regionais: os membros das Juntas Cooperadoras de livre nomeação do Presidente.

312.2 - Chefes: os dirigentes dos Centros e dos Serviços.

313 - Órgãos autônomos.

313.1 - Reitores: os incumbidos da direção dos Institutos.

313.2 - Gerentes: os encarregados da direção dos Serviços Especiais.

314 - Componentes dos órgãos centrais, regionais e autônomos : serão dirigidos por Chefes.

320 - DA NOMEAÇÃO. A nomeação dos dirigentes mencionados nos itens do grupo 310, far-se-á na forma transcrita nos itens abaixo:

321 - Assistentes-Diretores e Conselheiros Regionais: livre nomeação do Presidente.

322 - Diretores, Superintendente, Delegados Regionais, Reitores e Gerentes: nomeação pelo Presidente, por proposta do Diretor Executivo, normalmente apresentada mediante uma lista múltipla de indicados.



9.

323 - Chefes: nomeação do Diretor Executivo.

330 - DA AUTORIDADE E DA RESPONSABILIDADE. Para a fixação dos limites de autoridade e responsabilidade dos dirigentes referidos nos itens do grupo 310 e 320, serão observadas as diretrizes dos itens a seguir.

331 - Dirigentes incluídos nos itens 321 e 322. Os campos de autoridade e responsabilidade serão delimitados em regulamento.

332 - Dirigentes enquadrados no item 323. Os campos de autoridade e responsabilidade serão delimitados em normas.

#### 400 - DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DA FUNDAÇÃO.

Os atos administrativos da Fundação serão expedidos mediante Deliberações, Resoluções, Decisões, Portarias, Atos e Ordens de Serviço.

410 - DELIBERAÇÕES, RESOLUÇÕES E DECISÕES. As Deliberações, as Resoluções e as Decisões, serão expedidas, respectivamente, pela Assembléia Geral, pelo Conselho Curador e pelo Conselho Diretor, no desempenho das atribuições conferidas pelos Estatutos, e serão assinadas pelos Presidentes correspondentes.

420 - PORTARIAS. As Portarias serão expedidas pelo Presidente da Fundação, seja no desempenho de suas atribuições estatutárias ou regimentais, seja para o cumprimento de Deliberações, Resoluções e Decisões.

430 - ATOS. Os Atos serão expedidos pelo Diretor Executivo, seja no desempenho de suas atribuições estatutárias ou regimentais, seja para o cumprimento de Portarias.

440 - ORDENS DE SERVIÇO. Serão expedidas pelos demais dirigentes.

## 500 - DAS ENTIDADES COOPERADORAS DA FUNDAÇÃO.

Além dos órgãos próprios para isso criados, a Fundação servir-se-á das atividades de órgãos cooperadores, que poderão ser entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, especializadas e qualificadas para a execução de tarefas inerentes aos objetivos essenciais da Fundação.

510 - DAS MODALIDADES DE COOPERAÇÃO. A cooperação da Fundação com entidades públicas ou privadas pode ser feita por algumas modalidades abaixo:

510.1 - Cooperação propriamente dita ou conjugação de atividades.

510.2 - Intercâmbio de meios de execução de atividades ou de resultados dessas atividades.

511 - Da conjugação de atividades planejada. A conjugação de atividades é planejada, quando, por força de acordo entre a Fundação e a entidade cooperadora, a esta é cometida tarefa definida no "plano geral de trabalho". Diz-se, então, que a tarefa é realizada em regime de cooperação planejada e que a entidade é filiada à Fundação.

512 - Da conjugação de atividades individualizada. A conjugação de atividades é individualizada, quando mediante combinação entre a Fundação e a entidade cooperadora, fica esta incumbida, em princípio, de determinado campo de ação, dentro do qual, em cada caso concreto, é assentada a tarefa que lhe cabe. Nessa hipótese, diz-se que o trabalho é executado em regime de cooperação individualizada e que a entidade é colaboradora da Fun-

11.

dação.

513 - Do intercâmbio. O intercâmbio, que abrange o de meios de execução de atividades, como sejam elementos humanos, equipamentos, etc., bem como o de resultados dessas atividades, incluindo livros e outras publicações, dados estatísticos, etc., pode ser homogêneo ou não, conforme a troca de serviços que se faça na mesma espécie ou em espécies diferentes. Em qualquer caso, diz-se que há uma atuação em regime de intercâmbio e que a entidade é coadjuvante da Fundação.

520 - DA COMPETÊNCIA PARA DECIDIR SOBRE A COOPERAÇÃO. São competentes para decidir sobre a cooperação:

520.1 - O Conselho Diretor, em se tratando de acordos para o enquadramento de atividades como filiadas da Fundação, ou seja, participando dos programas de trabalho desta.

520.2 - O Presidente, na hipótese de combinações para incluir entidades como colaboradoras da Fundação.

520.3 - O Diretor Executivo, nos casos de intercâmbio.

## 600 - DAS FUNÇÕES SUBSTANTIVAS DA FUNDAÇÃO.

A Fundação, nas atividades que constituem seus objetivos essenciais, utilizará, além dos serviços dos órgãos próprios, para isso estabelecidos, a cooperação de entidades estranhas, na forma do capítulo anterior.

610 - DAS ATIVIDADES DE DOCUMENTAÇÃO. As atividades de documentação serão exercidas tendo em vista:

610.1 - Colocar ao alcance de todos os que possam ou se devam interessar pelos assuntos constituindo os objetivos básicos de en

Anexo nº 15,02

## FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR ATIVIDADES

Número de ordem	N A T U R E Z A	IMPORTÂNCIAS	PERCENTAGENS
1	DESPESAS DE DOCUMENTAÇÃO	594.422,00	11,63 %
2	DESPESAS DE ENSINO	452.555,40	8,86 %
3	DESPESAS DE ESTUDOS E PESQUISAS	1.049.500,00	20,55 %
4	DESPESAS DE ORGANIZAÇÃO	281.933,80	5,52 %
5	DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.211.797,00	43,31 %
6	DESPESA PATRIMONIAL	323.648,40	6,34 %
7	ENCARGOS	193.517,80	3,79 %
		<u>5.107.374,40</u>	<u>100 %</u>

APROPRIAÇÃO	M E S E S												TOTAL	%
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO		
PESSOAL	240.025,80	298.062,40	285.204,00	363.453,90	310.907,90	373.933,50	223.746,10	177.796,20	118.181,10	182.750,70	146.980,10	418.691,20	3.039.732,90	59,40
MATERIAL	28.501,40	50.384,80	31.672,00	60.135,50	42.437,40	66.798,80	37.164,00	35.376,00	35.697,10	25.218,80	32.215,70	115.332,70	560.934,40	10,96
ENCARGOS DIV.	8.322,20	5.736,80	5.379,10	283,30	76,80	325,00	19.253,30	44.376,30	2.816,10	11.976,30	9.561,60	2.451,50	110.558,20	2,16
D. GERAIS	31.575,50	70.369,70	63.295,50	52.583,90	38.283,70	20.744,00	57.332,20	52.823,90	62.073,30	34.109,60	45.253,80	350.537,60	878.982,70	17,19
PATRIMONIAL	-	243,20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	323.405,20	323.648,40	6,32
ENCARGOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	193.517,80	193.517,80	3,78
ENC.DOAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.850,00	9.850,00	0,19
	308.424,90	424.796,90	385.550,80	476.456,60	391.705,80	361.801,30	337.495,60	310.372,40	218.767,50	254.055,40	234.011,20	1.413.786,00	5.117.224,40	100,00 %

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
C. F. - Serviço Central de Contabilidade

*Leosthenes Christino*  
(LEOSTHENES CHRISTINO)  
CONTADOR  
M. (D. N. I. C. 45.178)  
M. (D. E. C. 49.104)

*Visto*

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL

*Iberê Gilson*  
Iberê Gilson  
Superintendente Central

## - P E S S O A L -

M E S E S	Nº DE SERVIDORES	ORDENADOS E SALARIOS	GRATIFI- CAÇÕES	AJUDA DE CUSTO	DIÁRIAS	CONVOCADOS	FERIAS RE- GULAMENTA- RES	SERVIÇOS EXTRAORDI- NARIOS	REPRESEN- TAÇÕES	DIVERSOS	TOTAL DO MES	PERCENT. POR SER- VIDOR	PERCENT. S/TOTAL
JANEIRO	140	239.425,80	600,00	-	-	-	-	-	-	-	240.025,80	0,71	7,90
FEVEREIRO	172	293.188,40	1.286,40	-	-	-	-	-	3.000,00	587,60	298.062,40	0,58	9,81
MARÇO	163	280.532,40	3.416,50	-	-	-	599,90	-	-	655,20	285.204,00	0,61	9,38
ABRIL	182	303.195,90	53.465,00	1.380,00	-	2.000,00	-	-	3.000,00	413,00	363.453,90	0,55	11,96
MAIO	176	298.219,70	5.530,00	-	-	507,80	666,70	2.983,70	3.000,00	-	310.907,90	0,57	10,23
JUNHO	159	262.976,50	8.700,00	-	-	-	-	222,00	-	2.035,00	273.933,50	0,63	9,01
JULHO	122	174.469,20	10.200,00	-	-	-	33.451,20	5.229,00	-	396,70	223.746,10	0,82	7,36
AGOSTO	93	116.938,90	25.603,20	17.227,20	5.962,00	-	9.114,70	1.750,20	-	1.200,00	177.796,20	1,08	5,85
SETEMBRO	87	83.614,80	16.600,00	13.223,00	-	-	2.630,00	2.030,00	-	83,30	118.181,10	1,15	3,89
OUTUBRO	98	128.250,30	30.062,50	-	-	650,00	5.188,60	2.281,40	14.401,30	1.916,60	182.750,70	1,02	6,01
NOVEMBRO	102	118.436,50	23.330,00	80,00	-	650,00	1.968,30	1.732,10	-	783,20	146.980,10	0,98	4,83
DEZEMBRO	132	161.793,30	130.954,70	28.000,00	33.610,00	-	13.766,50	4.184,20	-	46.382,50	418.691,20	0,76	13,77
TOTAL	1.626	2.461.041,70	309.748,30	59.910,20	39.572,00	3.807,80	67.385,90	20.412,60	23.401,30	54.453,10	3.039.732,90	0,62	-
%	-	80,96	10,19	1,98	1,30	0,10	2,23	0,68	0,77	1,79	-	-	100,00%

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
C. F. - Serviço Central de Contabilidade

(ASSINATURA)  
CONTADOR  
(D. M. L. C. 48.198)  
116 (D. E. C. 48.204)

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
SERVIÇO DE CONTABILIDADE CENTRAL

Iberê Gilson  
Controlador Central

Anexo nº 15,05

## FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA- DESPESAMATERIAL

M E S E S	C O N S U M O	
	IMPORTÂNCIA	%
Janeiro	28.501,40	5,08
Fevereiro	50.384,80	8,98
Março	31.672,20	5,65
Abril	60.135,50	10,72
Maió	42.437,40	7,57
Junho	66.798,80	11,91
Julho	37.164,00	6,63
Agosto	35.376,00	6,31
Setembro	35.697,10	6,36
Outubro	25.218,80	4,50
Novembro	32.215,70	5,74
Dezembro	115.332,70	20,56
	<u>560.934,40</u>	<u>100,00 %</u>

Anexo nº 15,07

## FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA - DESPESAENCARGOS DIVERSOS

MESES	CONTRIBUIÇÕES	IMPOSTOS	DIVERSOS	TOTAL	%
Janeiro	8.271,80	-	50,40	8.322,20	7,53
Fevereiro	5.209,30	-	456,60	5.665,90	5,12
Março	4.380,20	-	--	4.380,20	3,96
Abril	275,00	-	-	275,00	0,25
Maior	75,00	-	-	75,00	0,07
Junho	325,00	-	-	325,00	0,29
Julho	19.253,30	-	-	19.253,30	17,42
Agosto	44.376,30	-	-	44.376,30	40,14
Setembro	2.775,30	-	-	2.775,30	2,51
Outubro	11.976,30	-	-	11.976,30	10,83
Novembro	5.343,00	-	-	5.343,00	4,83
Dezembro	5.733,00	2.057,70	-	7.790,20	7,05
TOTAL	<u>107.993,50</u>	<u>2.057,70</u>	<u>507,00</u>	<u>110.558,20</u>	-
%	97,53	1,86	0,46	-	100,00%



## DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA - DESPESA

## DESPESAS GERAIS

MESES	ALUGUÉIS	CONS.DE BENS	PUBLICI- DADE	SERV.PROFIS- SIONAIS	COMUNI- CAÇÕES	SERV.PÓ- BLICOS	TRANS - PORTES	JORNAIS E REVISTAS	DESPESAS DIVERSAS	TOTAL DO MÊS	¢
JANEIRO	-	1.486,50	2.043,10	4.000,00	8.959,40	1.597,00	44,60	-	7.712,20	25.842,80	2,94
FEVEREIRO	25.248,00	-	-	11.135,00	8.495,80	989,10	3.329,40	-	10.451,50	59.648,80	6,79
MARÇO	25.248,00	-	-	7.800,00	624,50	2.463,70	4.045,00	-	15.148,00	55.329,20	6,29
ABRIL	12.624,00	1.337,00	2.853,00	3.207,00	276,90	3.091,20	2.695,70	-	14.245,60	40.330,40	4,59
MAIO	12.624,00	500,00	3.891,80	2.135,00	1.093,00	3.719,30	3.098,90	-	3.306,70	30.368,70	3,45
JUNHO	-	300,00	201,60	9.070,00	1.056,90	2.067,90	501,00	-	976,80	14.174,20	1,61
JULHO	25.248,00	240,00	-	960,00	805,70	10.420,00	8.649,40	1.470,00	3.952,30	51.745,40	5,89
AGOSTO	-	400,00	1.225,90	6.600,00	1.081,00	3.836,90	3.812,00	-	5.150,30	22.106,10	2,51
SETEMBRO	25.248,00	7.219,60	-	3.290,00	1.604,30	9.249,30	4.783,50	374,00	2.381,20	54.149,90	6,16
OUTUBRO	6.312,00	310,00	5.538,00	4.818,00	2.104,90	4.055,10	3.148,10	-	2.805,80	29.091,90	3,31
NOVEMBRO	6.312,00	-	1.249,80	3.000,00	1.145,40	3.908,60	1.693,60	-	4.364,30	21.673,70	2,47
DEZEMBRO	12.624,00	2.675,00	23.545,80	8.840,00	2.753,20	15.953,40	19.715,70	-	388.414,50	474.521,60	53,99
TOTAL	151.488,00	14.468,10	40.549,00	64.855,00	30.001,00	61.351,50	55.516,90	1.844,00	458.909,20	378.982,70	-
¢	17,23	1,65	4,61	7,38	3,41	6,98	6,32	0,21	52,21	-	100,00%

FUNDACÃO GETÚLIO VARGAS  
C. F. - Serviço Central de Contabilidade

*Ministerio*  
(LEOSTHENES CHRISTIANI)  
CONTADOR  
R/C (D.M.I.C. 45.176  
(D.E.C. 49.104)

FUNDACÃO GETÚLIO VARGAS  
SERVIÇO CENTRAL DE CONTABILIDADE

*Barb Gilson*  
Barb Gilson  
Supervisor de Contabilidade

38.

753.2 - Eventualmente, quando for possível utilizar equipamento de terceiros, em condições seguras e satisfatórias, prescindir-se-á da última exigência do item anterior.

760 - DAS FUNÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DE ORÇAMENTO. Pelos órgãos de orçamento serão desempenhadas as seguintes funções:

760.1 - Estudo do regulamento e normas a serem submetidos à a aprovação das autoridades competentes, com o fim de reger as diferentes fases do processo orçamentário.

760.2 - Previsão da receita.

760.3 - Análise e crítica das propostas orçamentárias parciais.

760.4 - Preparo material da proposta orçamentária global e do respectivo relatório justificativo.

760.5 - Preparo material do orçamento definitivo.

760.6 - Acompanhamento sistemático da execução orçamentária.

760.7 - Elaboração da estatística administrativa, econômica e financeira.

761 - Das diretrizes para as funções do item 760.1.

761.1 - As rubricas da receita e da despesa obedecerão a uma classificação decimal que permita a apropriação analítica com o máximo de discriminação.

761.2 - A classificação das rubricas de despesa será planejada de modo a que os agrupamentos decorrentes possam evidenciar as despesas de caráter administrativo e as das operações características ligadas às diferentes atividades substantivas.

761.3 - Nos órgãos autônomos, embora os respectivos dirigentes tenham a liberdade de modificar o orçamento durante o exercício, dentro dos montantes globais aprovados e dos limites previstos em regulamento, a aprovação das propostas orça-

39.

mentárias correspondentes far-se-á na base de dados tão discriminados quanto possível, de acôrdo com estabelecido de modo geral para os órgãos da Fundação.

762 - Das diretrizes para as funções do item 760.2.

762.1 - A previsão de receita far-se-á tendo em vista as condições da época em que é elaborada, as alterações prováveis no curso do exercício em que se vai aplicar, e, de modo espe-  
cial, os dados, os índices e leis de variação apurados nos últimos exercícios.

763 - Das diretrizes para as funções do item 760.3.

763.1 - A análise e crítica das propostas orçamentárias nelo órgão de orçamento, versará sobre o exame individual de cada despesa, a sua conjugação com as que lhe sejam correlatas, a comparação de seu montante com os dos exercícios anteriores e a consideração de quaisquer outros fatores que permitam ajuizar a precisão e a conveniência dos dados indicados, dentro dos programas de trabalho previstos.

763.2 - A análise e a crítica feita pelos órgãos de orçamento não incluirão o exame e a apreciação dos programas de traba-  
lho previstos, os quais, na fase de elaboração da proposta or-  
çamentária, incumbirão ao Conselho Técnico, com revisão por  
arte do Presidente da Fundação.

764 - Das diretrizes para as funções do item 760.4.

764.1 - Definidos os programas de trabalho pelo Conselho Téc-  
nico, após discussões com os dirigentes de cada órgão, e acei-  
tos aqueles pelo Presidente da Fundação, caberá ao órgão de  
orçamento a revisão das propostas parciais estudadas, para en-  
quadramento nos programas aprovados.

764.2 - As propostas parciais reajustadas serão reunidas pelo órgão de orçamento, constituindo a proposta global a ser apresentada ao Conselho Diretor.

764.3 - Simultaneamente e dentro da orientação fixada pelo Conselho Técnico e revista pelo Presidente da Fundação, o órgão de orçamento fará o relatório justificativo da proposta global elaborada.

765 - Das diretrizes para as funções do item 760.4.

765.1 - Aprovado em definitivo o orçamento pelo Conselho Diretor, incumbirá ao órgão de orçamento o respectivo preparo material, bem como a sua divulgação aos que dela devam tomar conhecimento.

766 - Das diretrizes para as funções do item 760.6.

766.1 - O acompanhamento sistemático da execução orçamentária será feito de forma que o órgão de orçamento conheça, em cada instante, os recursos disponíveis e o estado de aplicação das dotações previstas.

766.2 - Deverá ainda o órgão de orçamento estar apto a, periodicamente, fazer a apropriação dos gastos efetuados para cada finalidade, bem como fornecer ao Conselho Técnico os elementos necessários à verificação do andamento dos programas de trabalho aprovados.

767 - Das diretrizes para as funções do item 760.7.

767.1 - A estatística administrativa, a econômica e a financeira serão elaboradas de acordo com os órgãos que utilizarão os dados apurados.

770 - DAS FUNÇÕES DE CONTABILIDADE - Pelo órgão de contabilidade serão desempenhadas as seguintes funções:

41.

770.1 - Registro de créditos orçamentários e, eventualmente, dos créditos adicionais.

770.2 - Empenho de despesas.

770.3 - Escrituração geral da contabilidade financeira.

770.4 - Escrituração geral da contabilidade patrimonial.

770.5 - Organização dos balancetes, balanços e outros demonstrativos sintéticos da situação econômica, financeira e patrimonial da Fundação.

771 - Das diretrizes para as funções do item 770.1.

771.1 - O registro dos créditos orçamentários e, eventualmente, o de créditos adicionais, serão feitos discriminadamente, especificando-se a natureza, finalidade e distribuição respectivas.

771.2 - Nenhum crédito extraordinário será registrado sem a competente aprovação, que somente poderá ser dada na hipótese de estar prevista a receita correspondente.

772 - Das diretrizes para as funções do item 770.2.

772.1 - O empenho de despesas, reserva para pagamento dependente do implemento das condições necessárias, somente poderá ser feito pelas autoridades definidas em regulamento ou por delegatárias destas na forma estabelecida, em normas.

772.2 - Não haverá despesa sem empenho prévio, feito de acôrdo com as normas fixadas.

772.3 - Será dispensado o empenho formal para o pagamento da remuneração de servidores do quadro permanente, de despesas a serem pagas a pessoas naturais ou jurídicas nominalmente indicadas no orçamento, de contribuições devidas em consequência da legislação trabalhista e de compromissos definidos de amortização

42.

e juros de empréstimos contraídos.

773 - Das diretrizes para as funções do item 770.3.

773.1 - A escrituração geral da contabilidade financeira reger-se-á pelos planos de contas para isso organizados, na forma prevista em regulamento e em harmonia com a discriminação orçamentária.

773.2 - A contabilidade financeira objetivará não só manter em evidência, nos órgãos arrecadadores e pagadores, o movimento de todas as quantias entradas e saídas, mas também apresentar, periodicamente, os saldos de caixa em poder dos responsáveis pela sua guarda e fornecer os elementos necessários para o controle das atividades arrecadadoras de receita e ordenadoras de despesas.

774 - Das diretrizes para as funções do item 770.4.

774.1 - A escrituração geral da contabilidade patrimonial reger-se-á pelos planos de contas para isso organizados, na forma prevista em regulamento.

774.2 - A contabilidade patrimonial terá em vista o conhecimento atualizado do patrimônio, levando-se em conta as causas de sua depreciação, por desgaste normal, inadequabilidade ou obsolescência, bem como as de sua valorização, seja a adquirida naturalmente pela ação de fatores de ordem geral, seja a adquirida objetivamente, por meio de benfeitorias, beneficiamentos, aperfeiçoamentos e outros fatores de influência direta.

775 - Das diretrizes para as funções do item 770.5.

775.1 - O órgão de contabilidade deverá organizar, mensalmente, balancetes de receita e despesa, na forma prevista em regulamen-

43.

to e completada em normas.

775.2 - Deverá ainda o órgão de contabilidade organizar, anualmente, os balanços financeiros e patrimonial, tradutores da situação financeira e patrimonial da Fundação, revelada através das escriturações correspondentes.

775.3 - Além dos elementos a que se referem os itens anteriores, o órgão de contabilidade deverá preparar, periodicamente ou quando especialmente solicitado, os demonstrativos sintéticos da situação econômica, financeira ou patrimonial da Fundação, que forem solicitados pelos órgãos e autoridades estatutários.

780 - DAS FUNÇÕES DE TESOUREARIA. Pelo órgão de tesouraria serão desempenhadas as seguintes funções:

780.1 - Recebimentos.

780.2 - Pagamentos.

780.3 - Guarda de valores.

780.4 - Execução da parte material da aplicação de bens e respectivo controle.

781 - das diretrizes para as funções do item 780.1.

781.1 - A arrecadação de todas as fontes de receita será recolhida em definitivo à Tesouraria da Administração Central.

781.2 - No caso dos órgãos autônomos, poderá ser admitido o recolhimento apenas do saldo de exercício.

782 - Das diretrizes para as funções do item 780.2.

782.1 - A realização de qualquer despesa deverá ser precedida de autorização expressa e escrita dos responsáveis, que serão especificados em regulamento e agirão de acordo com as normas sobre

o processo da despesa.

782.2 - Os pagamentos serão efetuados preferencialmente por meio de cheques nominais.

782.3 - Serão previstos em regulamento os casos em que se poderá lançar mão do regime de adiantamentos, cujo processamento e prestação de contas obedecerão às normas para esse fim estabelecidas.

782.4 - As administrações regionais terão à sua disposição fundos rotativos, restabelecidos mediante prestações parciais de contas, de acordo com normas próprias.

782.5 - Os órgãos autônomos disporão de fundos rotativos ou receberão suprimentos, seja para cobrir "deficits" de exercício, seja como antecipação de receita.

783 - Das diretrizes para as funções do item 780.3.

783.1 - A guarda de valores deverá ser feita com a necessária segurança e em regime de responsabilidade individual.

783.2 - O órgão de tesouraria examinará os casos em que, para maior segurança, haja conveniência de entregar a guarda de valores a instituições dispostas de organizações especiais para isso.

783.3 - Caberá ainda ao órgão de tesouraria providenciar os seguros que se façam necessários.

784 - Das diretrizes para as funções do item 780.4.

784.1 - A aplicação dos bens obedecerá às deliberações dos órgãos e autoridades estatutários, dentro das disposições estabelecidas em regulamento e normas complementares.

784.2 - Serão mantidos registros pormenorizados e individualiza-



45.

dos, por local e espécie, de todos os bens imóveis e móveis pertencentes à Fundação, assim como dos termos de responsabilidade assinados pelos agentes encarregados da guarda desses bens.

784.3 - Incumbirá ao órgão de tesouraria, providenciar os seguros que se façam necessários.

784.4 - Deverá ainda o órgão de tesouraria colher os elementos que permitam informar da aplicação de bens imóveis arrecadados ou cedidos a terceiros.

790 - DAS DEMAIS FUNÇÕES ADJETIVAS. As demais funções adjetivas, enquanto não assumirem importância suficiente para justificar a criação de órgãos especiais para atendê-las, ficarão a cargo dos órgãos incumbidos das funções a que se referem os itens dos grupos 710 e 780; em casos particulares, como o de grande especialização ou o de caráter aleatório, poderá a execução de certas funções ser contratada ou ajustada com terceiros.

791 - Da conservação de bens imóveis. A conservação e a limpeza de prédios, bem como as dos jardins, parques ou quintais que lhes sejam anexos, ficarão a cargo de zeladores, sob a orientação do Superintendente da Administração Central ou dos Chefes de Serviços Administrativos das administrações regionais ou dos órgãos autônomos.

792 - Das obras de conservação e reparo. As obras de conservação e reparo, dentro das dotações orçamentárias globais a esse fim destinadas, ficarão conforme o vulto e a natureza, e na forma estabelecida em regulamento, sujeitas à aprovação do Diretor Executivo, do Superintendente da Administração Central e dos Che

46.

fes dos Serviços Administrativos das Administrações regionais ou dos órgãos autônomos. A aprovação da execução seguir-se-á sempre à do orçamento correspondente.

793 - Das obras de construção, reconstrução, acréscimo e remodelação. As obras de construção, reconstrução, acréscimo e remodelação, a não ser em se tratando dos casos de pequeno vulto previsto em regulamento, nos quais a respectiva aprovação caberá ao Presidente da Fundação, ficarão sujeitas à aprovação do Conselho Diretor. Em qualquer hipótese, o início da execução das obras será condicionada à existência de dotações orçamentárias próprias, globais para os casos de pequeno vulto e específicas para os demais casos, e a existência dessas dotações, ficará na dependência da aprovação prévia dos projetos, especificações e orçamentos correspondentes.

#### 800 - DAS RELAÇÕES DA FUNDAÇÃO.

A Fundação, para efeitos do previsto no art. 14, inciso I dos Estatutos, far-se-á representar por seu Presidente ou mandatários dêste, legalmente investidos, observadas as disposições dos itens constantes do presente capítulo.

810 - DAS RELAÇÕES QUE ENVOLVAM ATOS DE POLÍTICA GERAL DA FUNDAÇÃO. Nessas relações, quando não interfiram em atribuições de algum dos órgãos estatutários de que tratam os itens do grupo 211, poderão ser mandatários:

810.1 - Normalmente, o Diretor Executivo.

810.2 - Eventualmente, Membros do Conselho Diretor.

47.

820 - DAS RELAÇÕES QUE ENVOLVAM ATOS DE POLÍTICA REGIONAL DA FUNDAÇÃO. Nessas relações, desde que não interfiram em atribuições de órgãos de maior hierarquia, poderão ser mandatários:

820.1 - Normalmente, o Diretor Executivo ou Delegados Regionais.

820.2 - Eventualmente, Membros das Juntas Cooperadoras.

830 - DAS RELAÇÕES QUE ENVOLVAM ATOS DE NATUREZA JURÍDICA. Poderão ser mandatários:

830.1 - Assistentes Jurídicos da Fundação.

830.2 - Procuradores Jurídicos agindo por tarefa.

840 - DAS RELAÇÕES QUE ENVOLVAM ATOS DE NATUREZA ADMINISTRATIVA. Poderão ser mandatários, conforme o caso:

840.1 - Diretor Executivo.

840.2 - Superintendente.

840.3 - Delegados Regionais.

840.4 - Chefes de Serviços.

840.5 - Reitores.

840.6 - Gerentes.

850 - DAS RELAÇÕES QUE ENVOLVAM ATOS DE NATUREZA TÉCNICA. Poderão ser mandatários, conforme o caso:

850.1 - Diretor Executivo.

850.2 - Diretores de Departamento.

850.3 - Assistentes Diretores.

850.4 - Delegados Regionais.

850.5 - Chefes de Centros.

850.6 - Reitores.

860 - DAS CONDIÇÕES DE REPRESENTAÇÃO. As circunstâncias em que

48.

terá lugar a delegação a um mandatário, nos casos em que possa haver escôlha alternativa, e bem assim os âmbitos de competência de quaisquer mandatos, serão fixados, em linhas gerais nas normas para êsse fim aprovadas pelo Presidente, o qual as completará, em cada situação concreta, mediante disposições adicionais contidas no ato determinante de representação.

#### 900 - DISPOSIÇÕES GERAIS.

910 - DA IMPLANTAÇÃO PROGRESSIVA DA ORGANIZAÇÃO DELINEADA.

911 - Da criação e implantação dos órgãos previstos. Excetuados os órgãos estatutários, criados automaticamente pelos Estatutos, todos os demais, serão criados e entrarão em funcionamento progressivamente, à medida que se tornem imprescindíveis e que os recursos da Fundação o permitam.

912 - Da modificação de órgãos implantados. A fusão, o desdobramento e quaisquer modificações dos órgãos implantados, serão determinados pelas autoridades com competência para criar os órgãos atingidos. Se a modificação envolver mais de um órgão, dentro de competências diversas, caberá a decisão à autoridade hierárquicamente superior.

913 - Da estruturação dos órgãos centrais e regionais. Os órgãos centrais e regionais serão estruturados, progressivamente, com a criação dos órgãos previstos nos itens do grupo 252, aproveitando, em particular, a maleabilidade facultada pelas unidades a que se refere o item 252.3.

914 - Da estruturação dos órgãos autônomos. Os órgãos autônomos serão estruturados, progressivamente, de acordo com as condições peculiares a cada caso, observados os princípios gerais para is

so estabelecidos em regulamento.

920 - DO "PLANO GERAL DE TRABALHOS"

921 - Do desenvolvimento dos trabalhos da Fundação. As atividades da Fundação se desenvolverão dentro do respectivo "Plano Geral de Trabalhos", que fixará determinados campos especificamente e outros genericamente, estabelecendo para estes as condições e a extensão a que ficará sujeito o tratamento das questões correspondentes.

922 - Da elaboração do "Plano Geral de Trabalhos". O "Plano Geral de Trabalhos" será elaborado dentro das diretrizes gerais fixadas pelo Conselho Diretor e completadas pelo Conselho Técnico, participando de sua organização todos os órgãos de atividades substantivas, cada um dentro de sua esfera de ação, de forma que cada órgão faça a coordenação e síntese dos programas parciais dos órgãos que lhe são subordinados, ficando a coordenação e síntese gerais a cargo do Conselho Técnico.

923 - Da aprovação do "Plano Geral de Trabalhos". A aprovação do "Plano Geral de Trabalhos" caberá ao Conselho Diretor.

924 - Da duração e das revisões do "Plano Geral de Trabalhos". O "Plano Geral de Trabalhos" será organizado tendo em vista a execução de atividades a longo prazo, por um determinado período de anos, ficando sujeito a ajustamentos anuais, na ocasião de ser programada a parte do "Plano" para o exercício seguinte, programação essa que deve ser conjugada com a elaboração do orçamento anual para o mesmo exercício.

50.

930 - DA REGULAMENTAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES CONSTANTES DO REGULAMENTO. A regulamentação das disposições constantes do presente Regulamento far-se-á mediante: Normas aprovadas por meio de atos do Diretor Executivo.

Ao Exmo. Snr.

Presidente da Fundação Getúlio Vargas

Tendo sido procedido, por solicitação do Snr. Diretor Executivo da Fundação Getúlio Vargas, o exame do Balanço do exercício de 1946, para efeito de ser certificada a sua exatidão, com vistas à Assembleia Geral, apresentamos o Relatório dos serviços executados:

Verificada a escrituração em sua exatidão contábil, em face dos comprovantes apresentados, seguiu-se ao exame das discriminações das rubricas do Balanço Patrimonial, como segue:

# I - BALANÇO PATRIMONIAL

## ATIVO DISPONIVEL

### Caixa Geral

Como não houvesse boletim próprio de Tesouraria, assinado pelo responsável na manutenção do numerário, partindo do saldo encontrado na data deste Relatório, procedeu-se a uma análise retrospectiva remontando à data do fecho do Balanço - 31 de dezembro de 1946 - tendo sido encontrada a exatidão desse saldo, na importância de Cr\$ 155.046,00. Para tanto nos foi apresentada toda a documentação de Caixa relativa ao período de 1º de janeiro de 1947 até a data do presente Relatório.

### Bancos

Os saldos consignados na escrituração não coincidiam com os apresentados nos extratos de conta corrente remetidos pelos Bancos. As diferenças, essas entretanto devidamente esclarecidas na conciliação de saldos elaborada pela própria Contabilidade da Fundação e plenamente cabíveis, constituídas em sua maioria por cheques em circulação na data do balanço e pequenas operações ainda não correspondidas pelos Bancos. O saldo desta conta assim se especifica:

Banco do Brasil + Distrito Federal .....	Cr\$ 6.763.258,10
Banco Mercantil de São Paulo + São Paulo .....	Cr\$ 7.150,10
Total .....	Cr\$ 6.770.408,20

O valor consignado no Balanço de Cr\$ 502,80 corresponde a juros creditados em conta, relativos a depósitos de aviso prévio já levantados.

#### ATIVO REALIZAVEL A CURTO PRAZO

##### Devedores Diversos

A importância de Cr\$ 7.667,60 correspondente a responsabilidades por movimentação de numerário, assim se especifica, por titular:

Iberê Gilson .....	Cr\$ 4.750,00
Gustavo Gerber Figueira de Mello .....	Cr\$ 2.917,60
Total .....	Cr\$ 7.667,60

##### Cooperadores c/ a receber

Estão registradas sob esta rubrica as responsabilidades dos seguintes, por importâncias a receber, já consignadas no exercício como Receita:

Banco do Brasil .....	Cr\$ 400.000,00
Estado do Ceará .....	Cr\$ 100.000,00
Total .....	Cr\$ 500.000,00

##### Devedores por adiantamentos

Trata-se de importâncias adiantadas aos seguintes, contra recibos, para aquisições de livros e instrumentos técnicos:

Instituto Brasileiro de Bio-Física .....	Cr\$ 145.000,00
Jorge Zarur .....	Cr\$ 614.935,00
D. Zaraima .....	Cr\$ 10.150,00
Total .....	Cr\$ 770.085,00

##### Doadores c/ a receber

O saldo de Cr\$ 53.828.000,00 corresponde a promessa de doações de diferentes valores que deveriam ter sido realizadas no exercício de 1946, conforme escritura que nos foi dado observar, ressaltando a parcela de Cr\$ 50.000.000,00 a cargo da Prefeitura do Distrito Federal, valor atribuído a um imóvel a ser cedido à Fundação.

##### Receita a arrecadar

Foram assim registrados os juros de Obrigações de Guerra, correspondentes ao exercício, e não recebidos, na importância total de Cr\$ 1.642.392,50.



Valores Mobiliários

Representa a importância de Cr\$ 40.058.045,00 o custo em Bolsa das Obrigações de Guerra de propriedade da Fundação. Os referidos títulos, conforme comprovantes que nos foram apresentados, encontram-se custodiados no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro.

**ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO**Devedores Diversos

Nesta conta estão representados os depósitos em garantia do pagamento de contas de fornecimento de gás (Soc. Anonyme du Gaz do Rio de Janeiro) na importância de Cr\$ 1.260,00 e do pagamento de aluguéis (Lucia Dib Schwery e Edgard Schwery) na importância de Cr\$ 18.936,00, perfazendo tudo o total de Cr\$ 20.196,00.

Doadores c/ a realizar

O saldo de Cr\$ 3.150.000,00, corresponde a doações em dinheiro prometidas para exercícios futuros, conforme escritura que nos foi dado observar.

Almoxarifado Geral

Examinamos o inventário do material de consumo em existência a 31 de dezembro de 1946 que soma efetivamente a importância de Cr\$ 86.401,80 consignada no Balanço.

**BENS TANGÍVEIS**Bens Imóveis

Esta conta assim se discrimina:

Edifícios .....	Cr\$ 9.572.869,80
Terrenos .....	Cr\$ 1.192.192,50
Instalações .....	Cr\$ 83.917,00
Bemfeitorias .....	Cr\$ 81.349,60
Total .....	Cr\$ 10.930.328,90

As duas primeiras parcelas correspondem ao preço de compra de imóveis adquiridos conforme escrituras por nós observadas, acrescido das despesas iniciais de aquisição e complementares de regularização. As duas últimas parcelas correspondem a pagamentos efetuados com instalações e bemfeitorias executadas nos imóveis, sítos à Praia de Botafogo, conforme recibos que nos foram apresentados.

Bens Móveis

Entre o inventário físico dos diferentes bens móveis e o inventário contábil no valor de Cr\$ 997.188,20 existe uma pequena diferença sem expressão econômica, proveniente talvez de divergências de classificação nos casos relativos a pequenos objetos classificados por um como artigos de consumo e por outro como material permanente.

Biblioteca

O valor de Cr\$ 235.153,00 constante do Balanço não foi comprovado por inventário físico.

Veículos

A importância de Cr\$ 58.000,00 corresponde ao custo de uma caminhonete em utilização.

## BENS INTANGÍVEIS

Bens Imateriais

Registra esta conta o valor de aquisição de arquivos sobre assuntos geológicos, adquiridos por Cr\$ 126.000,00.

## PASSIVO EXIGÍVEL A CURTO PRAZO

Credores Diversos

A importância de Cr\$ 32.760,80 corresponde a contribuição de previdência e outras a pagar pela Fundação a diversas entidades oficiais.

Contas a Pagar

Tratam-se de encargos da Fundação, relativos ao exercício de 1946, por fornecimentos e por despesas diversas não pagas até a data do Balanço, no total de Cr\$ 249.750,60.

## PASSIVO NÃO EXIGÍVEL

Sob este grupo estão classificadas as seguintes contas:

<u>Fundo Patrimonial</u> .....	Cr\$ 98.673.781,90
<u>Fundo Especial de Custeio</u> .....	Cr\$ 6.691.000,00
<u>Resultado do Exercício</u> .....	Cr\$ 13.680.054,10
Total .....	Cr\$ 119.044.836,00

As importâncias acima mencionadas correspondem aos resultados econômicos acumulados e relativos ao exercício de 1946 e anteriores.

#### CONTAS VINCULADAS

##### Depósitos para Doações

É titular desta conta o Snr. Luiz Simões Lopes, pela importância de Cr\$ 8.067,60, diferença entre o montante de sua remuneração até o fim do exercício de 1946 e o valor de Obrigações de Guerra adquiridas em seu nome e em poder da Fundação como valores de terceiros.

#### CONTAS DE ORDEM

Corresponde esta rubrica às contas de compensação relativa aos seguintes fatos:

Custodia de valores próprios .....	Cr\$ 48.626.000,00
Guarda de valores de terceiros .....	Cr\$ 188.753,10
Doações prometidas sem escritura .....	Cr\$ 22.696.820,70

Verificadas as rubricas do Balanço Patrimonial, procedeu-se ao exame do Balanço Econômico, como segue:

#### II - BALANÇO ECONÔMICO

Relativamente à despesa e à receita verificamos:

a) - que os saldos apresentados correspondem exatamente aos registros da Contabilidade;

b) - que as parcelas dos referidos registros estão todas devidamente documentadas; e

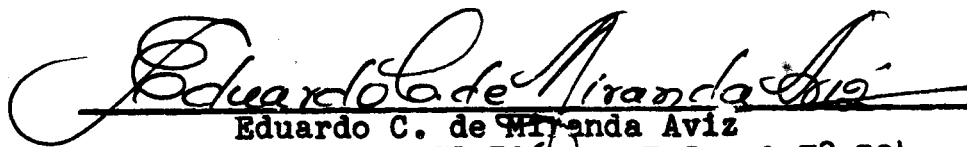
c) - que o resultado do exercício apresentado, de Cr\$ 13.680.054,10 corresponde à diferença entre a Receita de Cr\$ 18.797.278,50 e a Despesa de Cr\$ 5.117.224,40.


---

Com a entrega do Certificado de Exame e do presente Relatório damos por encerrada a incumbência que nos foi atribuída, ficando entretanto à disposição para quaisquer esclarecimentos. De tudo o que nos foi dado observar - comprovação, registros e demonstrações - tivemos a melhor impressão.

Conforme certificamos, do exame do Balanço em face da escrituração e comprovantes apresentados, evidencia-se que o mesmo espelha a real situação patrimonial da Fundação Getúlio Vargas em 31 de dezembro de 1946.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1947

  
Eduardo C. de Miranda Aviz  
D.N.I.C. nº 35 796 e D.E.C. nº 38 594

  
Americo Matheus Florentino  
D.N.I.C. nº 39 955 e D.E.C. nº 40 068

## BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1946

## 1 - ATIVO

## 11 - ATIVO FINANCEIRO

## 111 - ATIVO DISPONÍVEL

1111 - Caixa Geral .....	155.046,00	
1112 - Bancos .....	6.770.408,20	
1113 - Caixas Econômicas Federais	502,80	6.925.957,00

## 112 - ATIVO REALIZÁVEL A C/PRAZO

1121 - Devedores Diversos .....	7.667,60	
1124 - Cooperadores c/a Receber.	500.000,00	
1125 - Devedores p/Adiantamentos	770.085,00	
1126 - Doadores c/a Receber ....	53.828.000,00	
1127 - Receita a Arrecadar .....	1.642.392,50	
1128 - Valores Mobiliários .....	10.058.045,00	96.806.190,10

## 113 - ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

1131 - Devedores Diversos .....	20.196,00	
1135 - Doadores c/a Realizar ....	3.150.000,00	
1136 - Almoxarifado Geral .....	86.401,80	3.256.597,80

## 12 - ATIVO PERMANENTE

## 121 - BENS TANGÍVEIS

1211 - Bens Imóveis .....	10.930.328,90	
1212 - Bens Móveis .....	997.188,20	
1215 - Bibliotecas .....	235.153,00	
1217 - Veículos .....	58.000,00	12.220.670,10

## 122 - BENS INTANGÍVEIS

1221 - Bens Imateriais .....	126.000,00	
		119.335.415,00

## 15 - ATIVO COMPENSADO

## 151 - CONTAS DE ORDEM

1513 - Depositários de Valores ..	48.626.000,00	
1514 - Promitentes de Doações ..	22.696.820,70	
1515 - Valores de Terceiros .....	188.753,10	71.511.573,80
Total .....		190.846.988,80

## 2 - PASSIVO

## 21 - PASSIVO FINANCEIRO

## 212 - PASSIVO EXIGÍVEL A CURTO PRAZO

2121 - Credores Diversos .....	32.760,80	
2126 - Contas a Pagar .....	249.750,60	282.511,40

## 22 - PASSIVO PERMANENTE

## 221 - PASSIVO NÃO EXIGÍVEL

2211 - Fundo Patrimonial .....	98.673.781,90	
2212 - Fundo Especial de Custeio ..	6.691.000,00	
2215 - Resultado do Exercício ....	13.680.044,10	119.044.836,00

## 23 - PASSIVO VINCULADO

## 231 - CONTAS VINCULADAS

2317 - Depósitos para Doações .....		8.067,60
-------------------------------------	--	----------

## 25 - PASSIVO COMPENSADO

## 251 - CONTAS DE ORDEM

2513 - Valores Depositados .....	48.626.000,00	
2514 - Doações Prometidas .....	22.696.820,70	
2515 - Depositantes de Valores ...	180.753,10	71.511.573,80
Total .....		190.846.988,80

as.) LEOSTHENES CHRISTINO

as.) IBERÊ GILSON

## CERTIFICADO DE EXAME

Os abaixo assinados, contadores, tendo procedido, por solicitação do Sr. Diretor Executivo, a minucioso exame do balanço acima, em face da escrituração e comprovantes respectivos,

## CERTIFICAM

que o mesmo espelha a real situação patrimonial da Fundação Getúlio Vargas em 31 de dezembro de 1946

Rio de Janeiro, 19 de março de 1947

*Américo Matheus Florentino*  
AMÉRICO MATHEUS FLORENTINO  
D.N.I.C. n. 39 955 e D.E.C. n. 40 068

*Eduardo C. de Miranda Aviz*  
EDUARDO C. DE MIRANDA AVIZ  
D.N.I.C. n. 35 796 e D.E.C. n. 38 594

Ata da vigésima segunda sessão  
Ordinária do Conselho Diretor,  
realizada em quatro de março de  
mil novecentos e quarenta e sete

.....  
.....

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS E RELATÓRIO DO EXERCÍCIO DE

1946 : - No impedimento do Senhor Presidente, Doutor Luiz Simões Lopes, o Vice-Presidente do Conselho Diretor, Doutor João Carlos Vital encaminhou ao mesmo na forma do art. 14 item VI dos Estatutos, o relatório contendo a prestação anual de contas, referente ao exercício de 1946, apresentado pelo Diretor Executivo, Doutor Jorge Oscar de Mello Flores.

Após distribuir a todos os presentes um exemplar do relatório em apreço, o Dr. João Carlos Vital submeteu aos Conselheiros o modo pelo qual seria mais conveniente o exame do assunto. Debatida a questão, foi aprovada a sugestão de que, ao invés de ser indicado um relator, cada membro do Conselho fizesse suas anotações no exemplar que recebera e, na próxima sessão, fosse discutido o assunto, para elaboração final do parecer sobre o relatório e a prestação de contas anuais.

Ata da Sétima Sessão Extraordinária  
do Conselho Diretor, realizada em  
dezoito de março de mil novecentos  
e quarenta e sete.

Às dezessete horas e quarenta e oito minutos do dia dezoito de março de mil novecentos e quarenta e sete, na Sala de Sessões da Fundação Getúlio Vargas, à Praia de Botafogo número cento e oitenta e seis, presentes os senhores João Carlos Vital, Vice-Presidente, Eugênio Gudín, Membro efetivo, Rubens Porto e Mario Augusto Teixeira de Freitas, Suplentes, General Djalma Polli Coelho, representante do Presidente da República junto a assembléia geral e Jorge Oscar de Mello Flores, Diretor Executivo, teve lugar a Sessão Ordinária do Conselho Diretor. Assumindo a Presidência, na ausencia do Dr. Luiz Simões Lopes, deu o Dr. João Carlos Vital por aberta a Sessão.

1 - Aprovação da ata da Sessão anterior. O Sr. Presidente em exercício deu a palavra ao Diretor Executivo, que leu a ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada.

2 - Relatório do Diretor Executivo. A seguir expôs o Dr. João Carlos Vital que o assunto principal a ser tratado na Sessão era o Relatório das atividades de mil novecentos e quarenta e seis, apresentado pelo Sr. Diretor Executivo, nos termos dos Estatutos. Relembrou o Sr. Presidente da Sessão que na anterior ficara resolvido que não haveria relator e que todos os membros fariam suas anotações à vista do exemplar que receberam e que, em conjunto, discutiriam o assunto. Todos os membros presentes solicitaram alguns esclarecimentos de ordem geral, os quais foram prestados pelo Snr. Diretor Executivo, inclusive com exames detidos dos quadros demonstrativos que acompanham o relatório. Examinando também o Certificado de Exatidão do Balanço passado pelos Contadores Américo Matheus Florentino e Eduardo C. de Miranda Aviz, peritos designados, decidiram os membros do Conselho Diretor encaminhar o Relatório do Conselho Curador, anexando o referido Certificado de Exatidão e opinando favoravelmente à sua aprovação. Nada mais havendo a tratar, deu o Dr. João Carlos Vital por encerrada a Sessão às dezenove e quarenta e dois minutos.

(as.) João Carlos Vital

Eugenio Gudín

Rubens Porto

Mario Augusto Teixeira de Freitas

General Djalma Polli Coelho

Jorge Oscar de Mello Flores

Em 18 de março de 1947.

Senhores Membros do Conselho Curador

De acôrdo com o disposto no art. 16, inciso VI dos Estatutos, junto encaminhamos o balanço e relatório anuais desta Fundação.

Sôbre o primeiro manifestou-se uma comissão de contadores, cujo certificado também segue anexo.

Quanto ao segundo, foi analisado individualmente por todos os signatários dêste e apreciado em conjunto em plenário.

Em face das conclusões do referido certificado e das deliberações levadas a efeito em sessão realizada nesta data, somos de parecer favorável à aprovação do balanço e relatório em aprêço.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar os protestos de elevada estima e distinta consideração.

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*



Ata da Primeira Sessão Extraordinária do Conselho Curador, realizada em vinte de março de mil novecentos e quarenta e sete.

Às vinte dias do mês de março de mil novecentos e quarenta e sete, na sede da Fundação Getúlio Vargas, à Praia de Botafogo número cento e oitenta e seis, na sala de sessões reuniu-se o Conselho Curador com a presença dos Senhores Moacyr Veloso Cardoso de Oliveira, Plínio Reis Catanhede de Almeida, Murilo Braga de Carvalho, Jorge Felipe Kafuri, João Daudt de Oliveira, Napoleão Alencastro Guimarães, Herbert Moses, Julio de Barros Barreto, João Alberto Lins de Barros, Marcos Carneiro de Mendonça e Alzira Vargas do Amaral Peixoto, membros do Conselho, Jorge Oscar de Mello Flores, Diretor Executivo e Iberê Gilson da Administração. Iniciaram-se os trabalhos às vinte e uma horas e estando presentes o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho, assumiu a presidência por aclamação, o Senhor Moacyr Veloso Cardoso de Oliveira, que anunciou a seguinte ordem do dia: Primeiro) Aprovação das atas das duas sessões de vinte e oito de março de mil e novecentos e quarenta e seis de abril do mesmo ano, estas últimas realizadas em conjunto com os Conselhos Diretor e Técnico. Segundo) Leitura do parecer do Conselho Diretor sobre o relatório e prestação de contas anuais, bem como do certificado da Comissão de contadores sobre esta última. Terceiro) Designação do relator para o parecer sobre os referidos relatório e prestação de contas, nos termos do artigo dez, inciso oito dos Estatutos. Quatro) Fixação da data da sessão para discutir e aprovar o parecer do Conselho a ser encaminhado à Assembléia Geral. Primeiro. Aprovação das atas das duas sessões de vinte e oito de março, e das de quinze e vinte e seis de abril, todas de mil novecentos e quarenta e seis. O Senhor Presidente põe em votação as atas das sessões mencionadas, sendo unânimemente aprovadas. Segundo. Leitura do parecer do Conselho Diretor sobre o relatório e prestação de contas anuais, bem como o certificado da Comissão de contadores sobre esta última. O Senhor Presidente dá a palavra ao Diretor Executivo. Este distribui exemplares do relatório e prestação de contas a cada um dos presentes, após o que faz a leitura do parecer e certificado aludidos. A seguir presta alguns esclarecimentos complementares, em particular com relação ao restabelecimento da subvenção do Governo Federal e às reivindicações de doações ainda não efetivadas. Também abordou a criação dos novos Núcleos de Economia e de Direito Público. O Senhor Presidente indaga sobre a proposta que no ano findo fizera, na qualidade de membro da Assembléia Geral, no sentido de ser criado um centro ou núcleo de pesquisas sociais, proposta essa aprovada na sessão da Assembléia de trinta de março de mil e novecentos e quarenta e seis. O Diretor Executivo respondeu que, segundo constava do relatório anual, a folhas dezesseis, estava em vias de ser organizado um órgão incluindo em suas atribuições as pesquisas sociais. Terceiro. Designação do relator. O Senhor Presidente designou o Senhor Plínio Reis

Catanhede de Almeida para relator. Com a palavra, o Diretor Executivo, lembrou que, nos termos do artigo vinte e nove dos Estatutos, cabe ao Conselho Curador dar parecer sobre o destino do resultado do exercício. Assim, ficou resolvido que o relator também se manifestasse sobre o assunto em apelo. Quarto. Fixação da data da sessão para discutir e aprovar o parecer sobre o relatório e prestação de contas anuais, bem como sobre o destino do resultado do exercício. O Presidente fixou a data da reunião para o dia vinte e quatro do corrente, às vinte e uma horas. E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão às vinte e duas horas e quarenta minutos.

(as) Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira

Plínio Reis Catanhede de Almeida

Murilo Braga de Carvalho

Jorge Felipe Kafuri

João Daudt de Oliveira

Napoleão Alencastro Guimarães

Herbert Moses

Julio de Barros Barreto

João Alberto Lins de Barros

Marcos Carneiro de Mendonça

Alzira Vargas do Amaral Peixoto

### CONSELHO CURADOR

Cumprindo as disposições estatutárias encaminha o Sr. Presidente da Fundação Getúlio Vargas ao Conselho Curador o relatório anual relativo ao exercício de 1946, acompanhado da respectiva prestação de contas, após ter sido o mesmo aprovado pelo Conselho Diretor.

O exame do relatório apresentado pelo Sr. Diretor Executivo revela em sua exposição preliminar e nos seus inúmeros anexos a segura orientação traçada aos destinos da Fundação pelos seus órgãos dirigentes, bem como o espírito organizador do seu Diretor Executivo Eng. Jorge de Mello Flôres.

Em face de circunstâncias de diversas ordens, que obrigaram a Fundação a restringir o campo benéfico de suas atividades, dedicando-se preferencialmente aos problemas de ordem imediata, o exercício de 1946 caracterizou-se por um ajustamento do programa de trabalhos da Fundação às novas contingências de ordem econômico financeira que atingiram a entidade, quando ainda se achava no seu segundo ano de promissoras atividades.

As diversas atividades a que a Fundação se entregou no ano de 1946 acham-se minuciosamente discriminadas no Relatório do Sr. Diretor Executivo, sendo justo entretanto salientar-se, pela clareza de sua exposição e pelos detalhes de sua apresentação, a forma pela qual foi feita a prestação de contas. Iniciando suas atividades no vasto setor das pesquisas e estudos dos problemas brasileiros nos campos das ciências sociais a Fundação deu impulso aos trabalhos do Núcleo de Economia, orientando-se dentro de um programa objetivo, discutindo e elaborando trabalhos de valor sobre os problemas de "balança de pagamento", "índice de preço" e "renda nacional".

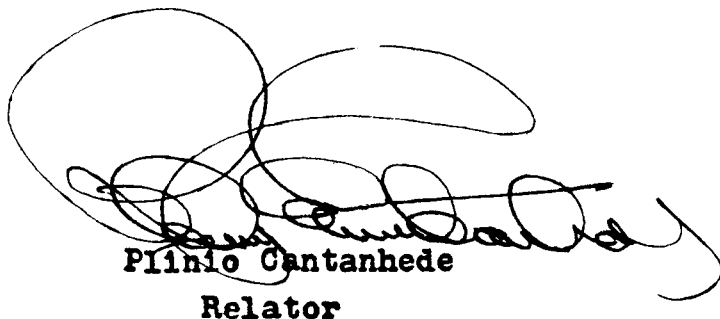
Aliando às suas atividades supletivas no campo do ensino um programa amplo de estudos e pesquisas de interesse nacional, direto ou indireto, no campo das ciências, da economia e da sociologia, a Fundação Getúlio Vargas poderá prestar ao país relevantes serviços.

O relatório ora apresentado à consideração do Conselho de Curadores revela de fato o animo, o acerto e a dedicação dos órgãos dirigentes na solução dos problemas de ordem geral e particu

lar da Fundação, bem como faz prever um desenvolvimento seguro e firme das atividades a que se propõe a Fundação dentro do seu vasto programa de alto interesse nacional.

Assim a exposição do Sr. Diretor Executivo, e a prestação de contas apresentadas devem ser aprovadas pelo Conselho de Curadores, louvando-se todos aqueles que souberam se entregar com entusiasmo e dedicação aos trabalhos da Fundação, neste ano difícil e delicado de sua vida.

Rio de Janeiro, 26 de Março de 1947



Plínio Cantanhede  
Relator

Ata da Segunda Sessão Extraordinária do Conselho Curador, realizada em vinte e quatro de março de mil novecentos e quarenta e sete.

Aos vinte e quatro dias do mês de março de mil novecentos e quarenta e sete, na sede da Fundação Getúlio Vargas, à Praia de Botafogo número cento e oitenta e seis, na sala de sessões, reuniu-se o Conselho Curador, com a presença dos Senhores Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Plínio Reis Catanhede de Almeida, Murilo Braga de Carvalho, Jorge Felipe Kafuri, Julio de Barros Barreto, João Daudt de Oliveira, Euvaldo Lodi, João Alberto Lins de Barros, Napoleão Alencastro Guimarães, Herbert Moses, Alzira Vargas do Amaral Peixoto e Marcos Carneiro de Mendonça, membro do Conselho, Jorge Oscar de Mello Flôres, Diretor Executivo, Iberê Gilson e Geraldo Nunan, da Administração. Os trabalhos tiveram início às vinte e uma horas e quinze minutos e, na ausência do Presidente e do Vice-Presidente, assumiu a presidência, por aclamação, o Senhor Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira. A ordem do dia por este lida foi a seguinte: Primeiro) Aprovação da ata da sessão anterior, de vinte de março. Segundo) Exame do parecer do Conselheiro Plínio Reis Catanhede de Almeida sobre o relatório e prestação de contas anuais. Terceiro) Exame do parecer do mesmo Conselheiro sobre o destino do resultado do exercício. Primeiro. Aprovação da ata da sessão anterior. O Senhor Presidente pôs em votação a ata da sessão anterior, que foi unânimemente aprovada. Segundo. Exame do parecer do Conselheiro Plínio Reis Catanhede de Almeida sobre o relatório e prestação de contas anuais. O Senhor Presidente dá a palavra ao Conselheiro Plínio Reis Catanhede de Almeida, que leu o seu parecer. O Conselho tomou conhecimento do texto e o aceitou, unânimemente, manifestando-se assim favoravelmente à aprovação do relatório e prestação de contas anuais. Terceiro) Exame do parecer do Conselheiro Plínio Reis Catanhede de Almeida sobre o destino do resultado do exercício. Novamente com a palavra, o Conselheiro Plínio Reis Catanhede de Almeida leu o seu parecer, pelo qual o resultado do exercício de mil novecentos e quarenta e seis, bem como o fundo especial transferido, para este ano, do resultado do exercício de mil novecentos e quarenta e cinco, deveriam ser lançados no Fundo Patrimonial. O parecer foi aprovado unânimemente pelo Conselho. E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão às vinte e duas horas e cinquenta minutos.

Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira

Plínio Reis Catanhede de Almeida

Murilo Braga de Carvalho

Jorge Felipe Kafuri

Julio de Barros Barreto

João Daudt de Oliveira

Euvaldo Lodi

João Alberto Lins de Barros

Napoleão Alencastro Guimarães

Herbert Moses

Alzira Vargas do Amaral Peixoto

Marcos Carneiro de Mendonça

"Ata da 3a. Assembléia Geral Ordinária, realizada, em segunda convocação, aos 31 de março de 1947"

Às vinte e uma horas e quinze minutos do dia trinta e um de março de 1947, no 3º andar do prédio à Praia de Botafogo nº 186, o Snr. Dr. Luiz Simões Lopes, Presidente da Fundação, declara instalada e assembléia geral, na presença dos membros da assembléia que, pessoalmente ou por procuração, subscreveram o livro de presença. A seguir, o Snr. Presidente convida para constituírem a mesa o Snr. General Djalma Poli Coelho, representante do Governo Federal, o Doutor Carlos Maria Tettamanzy, representante do Estado do Rio Grande do Sul, o Dr. Jorge Oscar de Mello Flores, Diretor Executivo da Fundação, e a mim, Carlos Alberto Lúcio Bittencourt, para secretariar a sessão.

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente esclarece que não tendo havido "quorum" para a realização da assembléia em primeira convocação, a presente reunião é feita em segunda convocação, nos termos do edital publicado pela imprensa e inserto no Diário Oficial de vinte e sete do corrente, podendo, assim, a assembléia deliberar com qualquer numero, na forma do art. 8º, § 1º dos Estatutos.

Prestação de Contas - O Presidente, a seguir, submete à discussão o relatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 1946, acompanhado do balanço e da respectiva prestação, ordenando a mim secretário a leitura verbo ad verbum dos pareceres do Conselho Diretor e do Conselho Curador, este último acompanhado da pericia efetuada na contabilidade da Fundação pelos peritos Eduardo C. de Miranda Aviz e Américo Matheus Florentino. Por proposta do Professor Eugenio Gudín, unanimemente aprovada, foram lidas quanto a este último apenas as conclusões apresentadas pelos peritos.

Terminada a leitura, o Senhor General Djalma Poli Coelho solicitou fosse informada a assembléia sobre o numero de membros presentes, o que foi feito pelo Senhor Jorge Oscar de Mello Flores que, após a verificação das procurações apresentadas e exame do livro de presença, declarou encontrarem-se na assembléia, em pessoa ou mediante representação, oitenta e nove (89) membros.

O Senhor Presidente declara que continuam em discussão o relatório e as contas de perfeito conhecimento dos membros da assembléia e, como ninguém quizesse usar da palavra, submeteu os referidos documentos a votação, verificando-se aprovação unanime. Declara, então, o Presidente que o Relatório, o balanço e as contas relativas ao exercício de mil novecentos e quarenta e seis estavam unanimemente aprovados pela assembléia geral.

Renovação do Conselho Curador - Esclareceu, ainda, o Presidente que a assembléia geral, na forma do artigo 41 dos Estatutos deveria, nesta assembléia, sortear os nomes dos membros do Conselho Curador que deveria ter lugar nesta data e outra por ocasião da próxima assembléia geral ordinária.

Efetuada o sorteio, verificou-se terem sido sorteados para o primeiro terço a ser renovado os senhores Euvaldo Lodi, Herbert Moses, João Alberto Lins e Barros, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Arnaldo Guinle, João Marques do Reis e Manoel Ferreira Guimarães, devendo ser substituídos na próxima assembléia geral ordinária os Srs Roberto Simonsen, Plínio Reis Catanhede e Almeida, Ari Frederico Torres, Julio Barros Barreto, Fabio Prado, Valentim F. Bouças e Henrique de Toledo Dodsworth.

Nos sorteios procedidos, os papéis que continham os nomes dos membros do Conselho Curador foram retirados da urna, respectivamente pelo Senhor Coaracy Gentil Monteiro Nunes, representante do Território do Amapá e pelo Snr. João Corominas Ruiz, representante da Mesbla S.A.

Eleição do Terço do Conselho Curador - Declarou, em seguida, o Presidente da Fundação que a assembléia deverá proceder à eleição do terço do Conselho Curador, cujos haviam sido sorteados. Com a palavra o Snr. João Alberto Lins e Barros sugeriu que fosse consultada a assembléia sobre a inteligência a ser dada ao art. 10 dos Estatutos, no sentido de se assentar se na renovação do terço poderiam ser reeleitos os membros, indicados pelo sorteio para serem substituídos, entendia ele não ser possível essa reeleição, uma vez que do contrário o terço do Conselho não seria "renovado" como quer aquele preceito estatutário. No mesmo sentido manifestou-se o Senhor Cesar Reis de Catanhede e Almeida, invocando o art. 41, segundo o qual a assembléia deverá sortear os membros "que deverão ser substituídos". A reeleição seria de todo incompatível com a substituição prevista pelos Estatutos. Os Srs. João Corominas Ruiz e Arizio de Viana manifestaram-se contrários à inteligência proposta pelo Snr. João Alberto Lins e Barros, entendendo ser possível a reeleição. Encerrada a discussão foi posta a votos a proposta do Snr. João Alberto Lins e Barros, deliberando a assembléia, por maioria, não ser possível a reeleição.

O Presidente suspendeu a sessão por dez minutos afim de que os presentes se munissem de cédulas para eleição do terço do Conselho. Reaberta a sessão o Presidente colheu os votos dos presentes e nomeou escrutinadores os senhores Joaquim Rufino Ramos Jubé e Heitor Campello Duarte, apurando-se o seguinte resultado: Adroaldo Junqueira Aires, Temístocles Brandão Cavalcanti, Alberto Brito Pereira, Mario Bittencourt Sampaio, Manoel Bergstron Lourenço Filho, Felinto Epitácio Maia e Carlos Alberto Lucio Bittencourt. O Presidente proclamou o resultado da eleição e declarou os eleitos desde logo empossados.

Aplicação do Excedente - Submeteu, em seguida, o Presidente à assembléia a proposta do Conselho Curador no sentido de se aplicar o resultado do exercício, na importância de CR\$ 20.371.054,10, ao Fundo Patrimonial da Fundação. Com a palavra os Senhores General Polli Coelho e Arizio de Viana, manifestando-se plenamente de acordo com a proposta. Submetida a votos a proposta, foi ela unanimemente aprovada.

Encerramento - Esgotada a ordem do dia, o Snr. Heitor Campello Duarte pediu a palavra para, em defesa de sua atuação funcional na supervisão dos serviços contábeis da Fundação, e em face do item VIII, à fls.



Plínio Reis Cantanhede de Almeida - Rubens D'Almada Horta Porto - Themistocles Brandão Cavalcanti - Theodoro Arthou.

Eugenio Gudín

Carlos Tettamanzy

João Alberto Lins de Barros

João Corominas Ruiz, pela Mesbla S/A

Arizio de Viana

Felinto Epitácio Maia

Christiano Teixeira Lobão, pela E.F. Central do Brasil

Cesar Cantanhede

Alberto Sá Souza de Brito Pereira

Coaracy Nunes

Rudolfilo de Barros

Heitor Campello Duarte

Joaquim Rufino Ramos Jubé Junior

Celso Timponi

Rafael da Silva Xavier

Beatriz Marques de Souza Wahrlich

Arnaldo Guinle

Mario P. de Brito

Henrique Domingos Barbosa

Alain Carneiro

<b>FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS</b>		
<b>BIBLIOTECA MARIO HENRIQUE SIMONSEN</b>		
Este volume deve ser devolvido à Biblioteca na última data marcada		
Explore os livros sem deixar marcas pelo caminho.		
24 JAN 2014		



000084588  
Arquivo Bibliográfico